UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

BRUME DEZEMBRO IAZZETTI

Existe ‘universidade’ em pajubá?:

Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*

CAMPINAS
2021

BRUME DEZEMBRO IAZZETTI

Existe ‘universidade’ em pajubá?:

Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Orientadora: Regina Facchini

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA BRUME DEZEMBRO IAZZETTI, ORIENTADA PELA PROF. DRA. REGINA FACCHINI.

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Iazzetti, Brume Dezembro, 1997-
Ia9e Existe 'universidade' em pajubá? : transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans* / Brume Dezembro Iazzetti. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Regina Facchini.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Programas de ação afirmativa. 2. Pessoas transgênero. 3. Movimentos sociais. 4. Interseccionalidade. 5. Ensino superior. 6. Identidade de gênero. I. Facchini, Regina, 1969-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Is there 'university' in pajubá? : transitions and intersectionalities in the access and permanence of trans* people
Palavras-chave em inglês:
Affirmative action programs
Transgender people
Social movements
Intersectionality
Education, Higher
Gender identity
Área de concentração: Antropologia Social
Titulação: Mestra em Antropologia Social
Banca examinadora:
Regina Facchini [Orientador]
Rodrigo Ferreira Toniol
Flavia Mateus Rios
Gleicy Mailly da Silva
Amara Moira
Data de defesa: 27-05-2021
Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0002-3800-9380
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/4640112702584174

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado composta pelas/os Doutoras/es a seguir descritos, em sessão pública realizada em 27/05/2021, considerou a candidata Brume Dezembro Iazzetti aprovada.

Profª. Drª. Regina Facchini

Prof. Dr. Rodrigo Ferreira Toniol

Profª. Drª. Flavia Mateus Rios

Profª. Drª. Gleicy Mailly da Silva

Profª. Drª. Amara Moira

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Agradecimentos

Essas são palavras tanto iniciais quanto finais. Escrevo-as logo após encerrar um importante ciclo dessa pesquisa, com a defesa dessa dissertação. Acredito, com isso, que elas tragam algumas das idas e vindas desse percurso – desse projeto de conhecimento. Começos que são finais, e vice-versa, e temporalidades distintas que parecem tão lineares no papel, em meio ao alívio e a imensa alegria, e também a exaustão, de um trabalho de algum modo concluído, e da sensação de dever cumprido. Em certo momento antes daqui (mas depois, no papel) escrevi sobre "nós" – um emaranhado de nós que nos interpela e nos constitui, e esse "nós" é também um nós que co/produziu essa pesquisa, em meio a percursos e percalços. É um "nós" que atravessa a vida dessa pessoa que, também em certo momento do/s tempo/s, digita no computador essas palavras em junho de 2021, no seu quarto/escritório, em algum dia ensolarado, ou talvez nublado, no interior de São Paulo.

Primeiramente, agradeço, com muito carinho, as Professoras Regina Facchini e Isadora Lins França pelas orientações de ontem e hoje. Foi uma honra ter a oportunidade de aprender com vocês nesses quatro anos, das conversas casuais de corredor às reuniões com hora marcada. Muito obrigada.

Agradeço a cuidadosa banca de defesa, composta pela Professora Flávia Rios e pelo Professor Rodrigo Toniol, também presentes na banca de qualificação, e pelas Doutoras Amara Moira e Gleicy Mailly da Silva – quatro pessoas tão importantes nessa trajetória pessoal e intelectual. Espero ter de algum modo respondido aos comentários e sugestões promovidas durante a qualificação e a defesa nessa versão final.

Essa pesquisa também não seria possível sem o suporte financeiro promovido pela bolsa de mestrado da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) (Processo 2019/06630-2) e, anteriormente, pelo apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil), Código de Financiamento 001. Ainda na graduação, as pesquisas de iniciação científica foram financiadas pelo PIBIC/CNPq. Mais do que uma formalidade, almejo com isso que outras pessoas trans* tenham a possibilidade de terem suas pesquisas devidamente financiadas, também nos próximos anos, em meio a um cenário tão temeroso que vivemos nesse âmbito.

Nesse ciclo que se fecha – mas também abre outros, e re/faz o que já parecia feito – re/visito algumas memórias. Desde o começo da graduação tive a oportunidade de encontrar docentes inspiradoras em sala de aula. Me formar em ciências sociais na UNICAMP me levou, desde a graduação, a alguns caminhos in/disciplinares que posteriormente se desenrolaram na

presente pesquisa, com aulas na história, filosofia, linguística, midialogia, economia, geografia – e, no interior das ciências sociais, sociologia, antropologia, ciência política e demografia. E eu, que achava que ia ser arquiteta, para então querer ser artista visual, e acabar virando cientista social, sinto que escolhi o curso certo para essas descobertas. Agradeço às e aos docentes Artionka Capiberibe, Bárbara Castro, Frederico Almeida, Isadora Lins França, Joana Cabral de Oliveira, Lucilene Reginaldo, Nashieli Loera, Omar Ribeiro Thomaz, Suely Kofes, Taniele Rui e Yara Frateschi por alguns desses trânsitos possíveis. E agradeço especialmente ao Professor Rodrigo Toniol pelos quatro semestres seguidos de aula, da antropologia contemporânea, na graduação, aos estudos sociais de ciência, já no mestrado.

Também agradeço, com muito carinho, às professoras de idiomas, dentro e fora da universidade. Nos mais de dois anos caminhando até o CEL, nas aventuras pela língua japonesa, agradeço às Professoras Ayako Akamine e Bartira Takiuti Ginde. Já na língua espanhola, junto a Casa 1, em São Paulo, agradeço às professoras Carla Higashi e Marie Graterol. Também a Carla agradeço pela revisão do resumo em espanhol dessa dissertação. Agradeço ainda a Maíra e Zênite, pelas aulas particulares, aqui e ali, quando precisei enfrentar os testes de proficiência e entrevistas em inglês.

Minha ida à São Paulo fomentou meu apreço por cursos de formação, nas mais diferentes áreas do conhecimento. Tive a oportunidade de participar de cursos – de poucas horas a algumas semanas – ministrados por nomes como Amara Moira, Ana Flor Rodrigues, Ana Luiza Braga, Ana Meira, André Cerveny, Bianca Santana, Birgit Meyer, Carla Akotirene, Evandro Cruz Silva, Flávia Rios, Jota Mombaça, Juliana Farias, Linn da Quebrada/Lina Pereira, Magô Tonhon, Maria Clara Araújo, Mariléa de Almeida, Paola Fabres, Renata Carvalho, Suzane Jardim, Terra Johari, Thomas Csordas e Viviane Vergueiro. Com eles, me aprofundei nos feminismos negros, nos transfeminismos, nas ficções visionárias, nas histórias das artes e além. Agradeço ainda as equipes da Ação Educativa e do Centro de Pesquisa de Formação do SESC pela possibilidade de bolsas de estudos e por todo o carinho em minhas re/visitas praticamente semanais.

Também tive a oportunidade de realizar um curso de longa duração de capacitação em tecnologia na passagem de 2020 para 2021, me aventurando da comunicação ao design gráfico e a programação. Agradeço ao Educa TRANSforma (e principalmente a Shai, Noah e Giovani) pela oportunidade e pela iniciativa de fomentar o acesso de pessoas trans* a esse espaço. Agradeço também a Lilyth Ester Grove por todo o apoio na entrada nesse mundo da tecnologia, e a Vinicius Almeida pela inspiração do projeto gráfico da dissertação.

Ainda fora (mas nem tanto) da universidade, passei a me aventurar pelo voluntariado, em suas experiências, des/encontros e afetos. Agradeço a toda equipe do EngajaMundo pelo acolhimento e pelos aprendizados, e a TODXS, onde tive a oportunidade de me tornar gerente de pesquisa qualitativa (logo eu, tímida que sou). Agradeço nominalmente a equipe de "quali" – Anielle Monteiro, Anna Beatriz Passos, Carlos Henrique Lima, Everton Cabral, Lê Ambrósio, Letícia Sakihama e Lívia Lino – e a gestão, Pedro Barbabela, Iveli Sousa, Gabriela Melo e Pris Rosso, por todo o suporte nesse desafio. Agradeço ainda a equipe do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), e principalmente a Dayanna Louise dos Santos e Sayonara Nogueira, pela possibilidade de integrar essa organização tão importante.

Fico extasiada que a pesquisa esteja encontrando seus próprios percursos inesperados. Ao longo dos últimos anos tive a oportunidade de participar de uma série de eventos e debates nos mais diversos espaços. Pensar que pude dividir esses espaços com nomes como Amanda Palha, Amara Moira, Beatriz Bagagli, Bruno Nzinga Ribeiro, Cin Falchi, Dayanna Louise dos Santos, Erica Malunguinho, Erika Hilton, Flávia Rios, Hailey Kaas, Ian Habib, Keila Simpson, Leona Wolf, Luke Banke, Maria Clara Araújo, Raylander Martins, Regina Facchini, Stephanie Lima e Vicenta Perrota ainda me faz sorrir boba. Em meio a esses eventos, pude ouvir falas marcantes e participar de cursos e oficinas de várias das "referências" citadas ao longo dessa dissertação, incluindo Claudia Fonseca, Judith Butler, Patricia Hill Collins, Silvia Aguião e Sérgio Carrara.

As transições institucionais também me levaram a participação em diferentes congressos – Reunião Brasileira de Antropologia, Encontro Anual da ANPOCS, Jornadas de Antropologia John Monteiro, Congresso da Associação Latino-Americana de Antropologia Social, Congresso de Estudos de Interseccionalidade nas Ciências Sociais, Reunião de Antropologia do Mercosul, Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP, além de diversos eventos de curta duração. Agradeço às Professoras e/ou Doutoras Ana María D'Andrea, Anna Carolina Venturini, Deise Queiroz da Silva, Denise Carvalho, Gleicy Mailly da Silva, José Miguel Nieto Olivar, Leandra Pinto, Luiza Flores, Marília Kosby, Roberto Efrem Filho e Silvana Nascimento pelos comentários cuidadosos nos debates (e rebates) também nesses espaços. Agradeço em especial as equipes organizadoras da Semana Acadêmica de Ciências Sociais da UNICAMP pela parceria de longa data – em 2018, em minha primeira apresentação em um congresso, em 2019, mediando uma mesa sobre temáticas trans*, e em 2020, no primeiro curso que ministrei. Esses são espaços discentes que promovem e possibilitam esse tipo de experiência e experimentação, e que necessitam do devido apoio institucional.

Agradeço ao grupo de orientação, promovido pelas Professoras Regina Facchini e Isadora Lins França, que me acompanhou desde a graduação, em suas idas e vindas de integrantes. Agradeço aqui por todos os comentários (e eventuais puxões de orelha) feitos por Agnes Lemos, Aline Ribeiro, Bruno Nzinga Ribeiro, Caobe Rodrigues, Carla de Castro Gomes, Edy Carão, Elis Rosa, Fernanda Kalianny, Gleicy Mailly da Silva, Guilherme dos Santos, Inácio Saldanha, Lilyth Ester Grove, Macarena Francisco, Marcella Betti, Natália Negretti, Nicolas Wasser, Paulo Victor Leite, Stephanie Lima, Tarcisia Emanuela, Thiago Falcão, Vinícius Zanoli, William Rosa e Íris Nery do Carmo. Do grupo de orientação partiu um projeto específico que tive a oportunidade de ingressar, intitulado "Bem(con)viver: desafios e boas práticas relacionadas à permanência de estudantes da UNICAMP", com apoio da FAEPEX.

Uma primeira versão da dissertação também passou por outras mãos, até chegar nessa versão final. Agradeço aqui aos comentários feitos por Gabri Kucuruza, Homero Ragnane, Larissa Tanganelli, Maurício Rodrigues e, em especial, a Caobe Rodrigues e Inácio Saldanha.

Embora os planos iniciais de pesquisa tenham sido atravessados pela realidade pandêmica, agradeço imensamente ao apoio dado pelo Cursinho TransFormação (principalmente a Vinícius e Ishtar) na entrada em campo. Mesmo que de outro modo, os aprendizamos que adquiri estão aqui nessas palavras.

Dentro da universidade também tive a oportunidade de me tornar editora-chefe da PROA – Revista de Antropologia e Arte, junto a Giovanna Paccillo. Isso não seria possível sem a atenção de Thais Lassali sobre os meandros da editoração e da OJS, e do trabalho conjunto a equipe editorial de ontem e hoje: Adriano Santos Godoy, Brunela Succi, Gabriela Costa Limão, Isabela Cassis, Jinx Vilhas, Lis Furlani Blanco, Luiza Serber, Maria Cecília Siffert, Natalia Negretti e Ramón del Pino.

Também por essas terras, me juntei a Guilherme Oliveira e Ariana Oliveira Alves na missão de compor o Coletivo Leilane Assunção – o nome segue em homenagem a primeira docente trans* do Brasil, na UFRN. Agradeço nominalmente a Aline Ribeiro, Clarissa Reche, Elis Rosa, Elizabete Pelligrini, Homero Ragnane, Jinx Vilhas, José Cândido, Jules Bistane, Lu Schneider, Macarena Francisco, Marilene Alberini, Maurício Oliveira e William Rosa por toparem esse começo de jornada conosco. Sigo ansiosa (no melhor sentido possível) por nossos próximos passos.

Embora tenha dito pouco sobre esse aspecto de trabalho nessa dissertação, é impossível deixar de agradecer a toda a equipe de funcionários que possibilita que a universidade aconteça no seu dia-a-dia. Agradeço especialmente a secretaria de Antropologia Social, a equipe técnica do IFCH/UNICAMP e a biblioteca do Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU.

Entre as sortes que tive nessa formação, uma das principais foi encontrar uma turma de mestrado que promoveu tantas trocas, e que facilitou esses dois anos de intensa caminhada. Agradeço a Felipe Puga, Gabriela Costa Limão, Giovanna Paccillo, Gustavo Córdoba, Laís Marachini, Lidia Torres, Lucas Toledo, Lucas dos Anjos, Paola Argentin, Renan Dantas e Tarcisia Emanuela pelas trocas em sala de aula, e também pelos bares e chamadas de vídeo.

Se ingressei nesse espaço com poucas de nós, pessoas trans, o fato de estarmos em maior número ao longo dos anos é fruto de muita luta, dentro e fora da universidade. Agradeço ao Coletivo TransTornar e ao Ateliê TransMoras pelas potências emanadas, e a todas as pessoas trans que vieram antes de mim, em nossas várias gerações nesse (e além desse) espaço. Agradeço ainda ao apoio da representação discente de Antropologia Social no advento de políticas afirmativas para pessoas trans* na pós-graduação – principalmente a Maria Florência e Marília. Fico empolgada que hoje estejamos caminhando para outros programas também além de nossa unidade, e que temos construído essas políticas de modo cuidadoso e responsável.

Se versei, ao final dessa dissertação, sobre escolas e famílias, não poderia deixar de agradecer às professoras e professores que atravessaram minha formação escolar e despertaram meu interesse no que viria a ser um futuro ingresso na pós-graduação. E por toda a parcela da minha família que me abriu as possibilidades de estar aqui hoje. Agradeço especialmente a minha mãe e a meu irmão, na acolhida em Valinhos, para minha prima, na acolhida em São Paulo, e para minha avó, eterno porto seguro.

Às amizades de longa data que me acompanharam quando o mundo pareceu desabar de vez – Gui, Matheus, Nicolie, Gabi... não seria possível sem vocês.

A minha analista – Daniella – que topou auxiliar a caminhada dessa travesti cientista social, e (ainda por cima) a baixo custo. Além de tudo, as sessões semanais me permitiram me divertir nos meandros da psicanálise. Agradeço ainda a equipe do Ambulatório de Gênero (AmbGem) da UNICAMP pelo acolhimento durante o processo de hormonização. E a todas as manas que deram e dão forças quando esse processo aperta, por todos os saberes e conhecimentos que circulam conosco, a partir e além das nossas experiências.

Para o futuro, irei me aventurar pelas histórias e pelos tempos – em novas in/disciplinas e fronteiras (trans/nacionais) borradas – em um segundo mestrado acadêmico, nos próximos dois anos, junto ao programa HIPS (History in the Public Sphere), com bolsa integral por parte da Erasmus Mundus, passando por pelo menos três países. Isso não seria possível sem o apoio da Professora Isadora Lins França e do Professor Rodrigo Toniol. Agradeço ainda a Bruno César Barbosa e a Vinícius Zanoli por auxiliar nesse processo. Como gosto de dizer, esse é mais um "até logo" que um "adeus".

E agradeço, enfim e por fim, e principalmente, a todas as pessoas trans que estiveram, ontem e hoje, nessa trajetória. Agnes, Aidan, Ali, Amara, Amélia, Ana, Beatriz, Ber, Bernardo, Carlota, Cecília, Cin, Dayanna, Dodi, Edy, Elis, Flor, Fernanda, Giorgia, Hayden, Helena, Ian, Jinx, Joaquim, Jules, Kaê, Kairos, Lilyth, Lis, Liv, Lu, Lucas, Luia, Luy, Marcos, Mari, Maria, Maurício, Naomi, Nyx, Pansy, Renata, Sarina, Shay, Shiro, Sofia, Sol, Theo, Tiago, Viviane, Vy, Zênite e tantos outros nomes que se enlaçam nessa trajetória im/pessoal. Agradeço especialmente a Rafa, eterna mãe travesti e a Heitor, porto seguro e afeto potente. Caminhos que se interpelaram por mais ou menos tempo, de dias a anos, de conversas pontuais nas redes sociais online a compartilhar o mesmo teto por meses, de risos a choros, de encontro em re/encontro. Cada um a seu modo, constituíram (constituímos) a parcela mais significativa dos argumentos e das bases dessa pesquisa. Sempre irei investir nesses afetos, nessas alianças e nessas potências.

A todas as pessoas que lutaram para que estejamos aqui hoje. A todas que nos deixaram pelo caminho. A todas que nos permitem estar vivas.

Dedico esse trabalho a nós, entre nós, por nós, sobre nós.

"eu determino que termino aqui e agora
eu determino que termine em mim mas não acabe comigo
eu determino que termine em nós e desate
que amanhã
que amanhã possa ser diferente pra elas
que tenham outros problemas
e encontrem novas soluções
e que eu possa viver nelas
através delas
em suas memórias"
(Linn da Quebrada/Lina Pereira)

E quando falamos nós temos medo
nossas palavras não serão ouvidas
nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio
nós ainda temos medo

Então é melhor falar
tendo em mente que
não esperavam que sobrevivêssemos
(LORDE, 2011)

RESUMO

A última década foi marcada por passagens importantes no acesso de pessoas trans* no ensino superior. Embora tais ações se revistam de fragilidades, além de manter estreita interdependência com medidas de promoção de permanência, delimitam um cenário novo: as primeiras pessoas trans* que utilizaram o nome social nos exames para ingresso no ensino superior começam a finalizar seus cursos, algumas delas seguem carreira acadêmica e diversos programas de graduação e pós-graduação estendem suas ações afirmativas para pessoas trans*. A pesquisa busca se atentar às questões de acesso e permanência de estudantes trans* no ensino superior público brasileiro, observando, sob uma perspectiva interseccional, dinâmicas políticas, epistemológicas e afetivas nas transições de tais corpos e histórias entre redes estatais, acadêmicas e ativistas. Desse modo, procura atentar-se a) ao mapeamento e historicidade desses percursos legais e seus meandros práticos, considerando suas nuances e dobras; b) às estratégias de agenciamentos individuais e coletivos, tanto na universidade em sua multiplicidade interna quanto em sua inserção em redes mais amplas, tendo em vista seus limites e desafios e c) às categorias e debates mobilizados nos relatos de estudantes trans* no cotidiano nesse (e além desse) espaço. Para tanto, esta etnografia pretende articular análise documental e quantitativa, entrevistas com estudantes de graduação e pós-graduação e observação em eventos organizados por/para pessoas trans*.

Palavras-Chave: Programas de ação afirmativa, pessoas transgênero, movimentos sociais, interseccionalidade, ensino superior, identidade de gênero.

ABSTRACT

Is there ‘university’ in pajubá?: Transitions and intersectionalities in the access and permanence of trans* people

The past decade has been marked by important changes in the entrance of trans* people in higher education. Although such actions are coated with fragilities, in addition to maintaining close interdependence with measures to guarantee their presence, they delimit a new scenario: the first trans* people using the “social name” Brazilian policy [*nome social*] in their exams to enter higher education are now finishing their courses, some of them are following an academic career, and several Undergraduate and Graduate Programs in the country extend their affirmative action to trans* people. The research seeks to consider the issues of access and permanence of trans* students in Brazilian public higher education, observing, from an intersectional perspective, political, epistemological and affective dynamics in the transitions of such bodies and histories between state, academic and activist networks. Thus, it seeks to be attentive to a) the mapping and historicity of these legal paths and their practical peculiarities, considering their nuances and folds; b) the strategies of individual and collective agency, both in the university in its internal multiplicity and its insertion in broader networks, given its limits and challenges and c) the categories and debates mobilized in the stories of trans* students in their daily life within (and beyond) this space. To this end, this ethnography intends to articulate documental and quantitative analysis, interviews with Undergraduate and Graduate students and observation at events organized by/for trans people*.

Keywords: Affirmative action programs, transgender people, social movements, intersectionality, higher education, gender identity.

RESUMEN

¿Hay ‘universidad’ en pajubá?: Transiciones e interseccionalidades en el acceso y permanencia de personas trans*

La última década ha estado marcada por importantes avances en el acceso de las personas trans* a la educación superior. Si bien este tipo de acciones está plagado de debilidades, es estrechamente interdependendiente con las medidas para promover la permanencia y delimita un nuevo escenario: las primeras personas trans* que utilizaron su nombre social en los exámenes de ingreso a la educación superior comienzan a concluir sus cursos, algunas de ellas siguen carrera académica y varios programas de grado y posgrado extienden sus acciones afirmativas a las personas trans*. La investigación busca abordar los temas de acceso y permanencia de estudiantes trans* en la educación superior pública brasileña, observando, bajo una perspectiva interseccional, dinámicas políticas, epistemológicas y afectivas en las transiciones de dichos cuerpos e historias entre redes estatales, académicas y activistas. De ese modo, se busca prestar atención a) al mapeo e historicidad de estos caminos legales y sus complejidades prácticas, considerando sus matices y pliegues; b) a las estrategias de agencia individual y colectiva, tanto en la universidad en su multiplicidad interna como en su inserción en redes más amplias, teniendo en cuenta sus límites y desafíos y c) a las categorías y debates movilizados en los relatos de estudiantes trans* en su vida cotidiana en este (y más allá de este) espacio. Para ello, esta etnografía pretende articular un análisis documental y cuantitativo, entrevistas a estudiantes de grado y posgrado y la observación en eventos organizados por/para personas trans*.

Palabras clave: Programas de acción afirmativa, personas transgénero, movimientos sociales, interseccionalidad, educación superior, identidad de género.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: “Acuenda o Pajubá”. 27

Figura 2: “Ser mulher AINDA não é calçar nossos sapatos”. 122

Figura 3: “Contribua com a economia de energia na UFABC. Passos simples que ajudarão nossa universidade”. 142

Figura 4: “Matheusa vive”. 155

Figura 5: Graffiti “Transtorne!”..... 177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mapeamento de ações afirmativas para pessoas trans* no Brasil. 90

Gráfico 1: Solicitações de uso do nome social no ENEM ao longo dos anos. 72
Gráfico 2: Percentual das universidades com políticas afirmativas trans* por região do Brasil. 90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Termos gerais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONSU – Conselho Universitário

COVID-19 – Doença por coronavírus SARS-CoV-2

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EJA – Ensino de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IES – Instituições de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

ONG – Organização não governamental

LGBT / LGBT+ – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

LGBTI / LGBTI+ – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo

LGBTQIA+ – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, pessoas intersexo e pessoas no espectro A (assexual/arromântico)

PCDs – Pessoas com deficiência

PPIs – Pretos, pardos e indígenas

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RG – Carteira de Identidade

SiSU – Sistema de Seleção Unificada

SUS – Sistema Único de Saúde

STF – Supremo Tribunal Federal

Universidades

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFABC – Universidade Federal do ABC Paulista

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFCA – Universidade Federal do Cariri

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UFERSA-RN – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFESBA – Universidade Federal do Sul da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhona e Mucuri
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNIFAL-MG – Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá
UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco
USP – Universidade de São Paulo
UnB – Universidade de Brasília

Outros locais e organizações
ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CEPT/UFABC – Comissão Especial para Pessoas Transgênicas (UFABC)
FE/UNICAMP – Faculdade de Educação (UNICAMP)
GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinar em Ações Afirmativas
IBTE – Instituto Brasileiro Trans de Educação
IFCH/UNICAMP – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP)
PAAIS/UNICAMP – Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social da UNICAMP
PPGAS/UNICAMP – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UNICAMP)

PREFÁCIO 24

INTRODUÇÃO 27

1.1. "Quando travestis se movimentam..." 27

1.2. Transições de pesquisa: Espaços e tempos 33

1.3. Des/encontros bibliográficos, transpologia e atuações sobre ausências 39

1.4. Transições de pesquisa: Teorias e métodos 44

1.5. Plano de dissertação 48

PRIMEIRO CAPÍTULO 53

2.1. Contra-movimentos 53

Primeiro movimento: Nome social 56

2.2. Constituição de princípios legais e espraiamento do nome social em universidades públicas 56

Despatologização e o manejo de dados entre redes ativistas, estatais e acadêmicas 58

Precedentes legais no âmbito da saúde pública brasileira 62

2.3. Dados produzidos a partir (e além) da implementação do nome social 64

Re/produção, contra-/produção e produções de dados 74

Segundo movimento: Ações afirmativas 75

2.4. Reserva de vagas para pessoas trans* (e outras iniciativas) 75

Aproximações com os movimentos e ativismos negros e indígenas 77

2.5. Mapeamento das ações afirmativas para pessoas trans* 83

Surgimentos de fraudes e a criação de medidas de averiguação 92

Terceiro movimento: Sobre alcances e possibilidades 95

2.6. Alcance de direitos e políticas e a dimensão interseccional de uma população trans* 95

"Interseccionalidade" entre circulações, potências e limites 99

2.7. Reivindicando e consolidando direitos: Um estudo de caso da UFABC 104

PRIMEIRO INTERLÚDIO 111

3.1. Pontos de tensão na implementação do nome social no cotidiano universitário 111

Burocracias, antropologia do Estado e re/produção de desigualdades 112

Outras aproximações com a antropologia da ciência 116

3.2. "Libera meu xixi!" 121

Multiplicidade e complexidade 125

3.3. O corpo e desigualdades em meio aos embates envolvendo usos do nome social 127

Passabilidade e interconexões entre gênero e raça 132

SEGUNDO CAPÍTULO 136

4.1. “Ali matam travesti toda semana” 136
Dados relativos a violências extremas de gênero, raça, etnia e classe 139
Primeiro movimento: re/configurações da universidade pública brasileira 142
4.2. Desigualdades e sucateamentos de universidades públicas na última década 142
“Diversidade”, universidades e processos de racialização 147
4.3. Embates envolvendo a implementação de ações afirmativas 149
Educação e existências trans* em meio a controvérsias públicas 150
Segundo movimento: Limites, estranhezas e re/leituras sobre a conquista de direitos 154
4.4. Entre corpos estranhos e estruturas 154
Transfeminismos no Brasil e (outras) linhagens 161
Decolonialidade, limites e fronteiras 166
Terceiro movimento: “Outros fins que não a morte” 170
4.5. “Matheusa vive!”: Existências, sobre/vivências e re/existências 170
Etnografia e violência 171

SEGUNDO INTERLÚDIO 177
5.1. Nós, pessoas trans* na universidade, nós, mães travestis... 177
Coletividades e redes ativistas trans* na (e além da) UNICAMP 179
5.2. Nós, antropólogas, nós, transfeministas... 184
5.3. Nós, ativistas, nós, que transitamos por instituições... 190
Histórias das ações afirmativas na UNICAMP 191
5.4. Nós em nós 200

TERCEIRO CAPÍTULO 205
6.1. “Esse espaço não foi feito para nós” 205
A dimensão do “afeto” e alguns caminhos possíveis 208
Primeiro movimento: A universidade como possibilidade 210
6.2. “Referências” e “portos seguros” no acesso e permanência 210
6.3. Transições múltiplas 218
“Transições”, circulações, fricções e outros movimentos 220
Segundo movimento: Sobre escolas e famílias 223
6.4. Escolas, diferenças/desigualdades e transcentramentos 223
A educação é sempre normativa? 230
6.5. Famílias, diferenças/desigualdades e transparentalidades 236
Adensando uma compreensão da “interseccionalidade” 238
Terceiro movimento: Ratos, pessoas trans e outros sujeitos de conhecimento* 245
6.6. Constrangimentos e olhares sobre corpos “únicos” 245

EPÍLOGO 252
7.1. Alargando intelectualidades 252
7.2. As "potências" e os "perigos" de presenças trans* na universidade 255
7.3. Movimentos intrainstitucionais como estratégia de permanência 260
Ciências entre antropologia/s e feminismo/s 262
O conceito de "cisgeneridade" e suas histórias 267
"Epistemologia" em aproximações interseccionais e in/disciplinares 273
7.4. Responsabilidade e sensibilidade 279

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 287

APÊNDICES 300
Apêndice 1 (Respostas da pesquisa quantitativa junto a universidades federais) 300
Apêndice 2 (Tabela de entrevistas) 306
Apêndice 3 (Proposta geral de políticas afirmativas para pessoas trans com base na proposta apresentada ao PPGAS/UNICAMP) 307

PREFÁCIO

Como te tornaram travesti:
Carta às brumas que vieram antes, e que virão depois

PREFÁCIO[1]

Você nunca foi bem homem, bicha esquisita. Não digo isso porque você "sempre foi" isso ou aquilo, ou que você tenha nascido nesse ou naquele corpo certo ou errado. Digo que você nunca foi bem homem — o "bem" é importante — porque você sempre esteve incomodamente conectada com um feminino, e isso teve retaliações na sua escola e na sua família, que ainda lhe marcam em feridas.

Mesmo assim, sua passagem a "esse" feminino é uma espécie de fronteira final nesses relacionamentos. Sua "transição", como dizem, é bem marcada. Pois quando você se diz "Brume" algo no seu mundo desaba de vez — e isso é por ora criativo e instigante, por ora solitário e assustador. Você se depara com um nevoeiro incerto repleto de possibilidades — liberdade?

Naquele momento, ninguém lhe diz "mulher". Mesmo outras manas e outros boys lhe olham torto, suspeitam que você não seja aquilo que você diz ser — como vou te chamar no feminino com você assim, toda ocó? Mas você encontra seus apoios, estabelece seus vínculos, se aquenda com quem pode, e mergulha nesse feminino intensamente — projeto a-ma-pô!

Passa a ser lida, no dia-a-dia, como "a" Brume, algumas vezes como uma mulher cis, na famosa "passabilidade". Ela é de fato conveniente, muitas vezes, e nos poupa de ouvir e viver coisas que não desejaria a ninguém — as perseguições, os dedos apontados, as risadas de deboche. "Ixe, é homem ou é mulher?".

"Isso, mana, assim, com faca grande tem que segurar assim. Se chegar alguém: trá! Vai peitar? Isso, isso mesmo, se não vai acabar te cortando. Com faca pequena tem que segurar aqui, assim".

"A passabilidade é um vício", me disseram outra vez.

Ao mesmo tempo, essa transição para o "lado de lá", para esse feminino, é a intensificação de processos que já vivia, de algum modo. Dos assédios em diferentes espaços, dos cortes alheios durante as minhas falas... Liberdade?

Mas o que é "esse" feminino? Passo a me perguntar cada vez mais, e encontrar na feminilidade possibilidades de ressignificação.

[1] Carta originalmente apresentada no Pré-Planeta Ella 2020, no evento "Pra quem é seu feminismo? / Para quien es tu feminismo?". A carta foi publicada posteriormente na plataforma Medium, em uma de suas versões. Hoje, vejo que ela opera mais na oralidade que na escrita, como a cada fala surgem novos contornos. Nesse sentido, recomendo lê-la em voz alta.

Um dia isso estoura. É o dia de sua formatura. Você se forma carregando a bandeira trans, maquiada (ainda com a necessidade de ajuda dazamiga). No corpo a camiseta com os dizeres "Eu não sou cis". Pleníssima.

Ao sair, uma pessoa te interpela: "tinham uns… tinha uns, é, travesti, né? Tinha uns travestis ali que ficaram me enchendo, querendo espaço. É diferente de você, eles não são como você". Corrigo a pessoa na hora, ao ponto de seu constrangimento (redistribuição de constrangimento, como diz Renata Carvalho, estratégia de sobrevivência dessas corpas). Mas aquilo continua em mim.

Lembro das poucas vezes que me disseram "travesti". Que desviaram da rua onde passava, que seguraram a bolsa firme no corpo. Que fui recebida com olhares invasivos de tesão, medo, nojo e raiva, e não com um "bom dia, senhora" ou um "boa tarde, moça". Sempre estava acompanhada de outras como eu, nessas situações.

O que me diferencia de todas delas? São minhas "roupas", meus "trejeitos", meus "traços"…?

Me pergunto como piso onde piso. Me pergunto quem me possibilitou estar ali. Me pergunto quem me possibilitou enunciar esse nome que é hoje o meu.

Será que ainda estaria aqui, nesta universidade, se tivesse entrado como travesti? Sinceramente, duvido. E essa dúvida dói. Lembro das travestis que faziam ponto próximo a linha do trem de minha cidade natal — os comentários asquerosos, os xingamentos, e meu olhar curioso.

"Você não é travesti não, né? Não to vendo peito!".

Talvez hoje poderia responder "Tão aqui ó! Tão nascendo mas tão!"

Lembro das minhas amigas que não estão aqui. Seus — nossos — relatos de desprezos, raivas, expulsões e violências.

Se ser mulher é isso, se ser mulher está em detrimento de outras, se ser mulher é me diferenciar como um contraexemplo, se ser mulher é ser essa mulher branca, higienizada e "passável" ("nem parece que é"!), não faço questão nenhuma de tomar para mim esse nome.

Já disseram, e repito: "Não se nasce mulher, torna-se traveca".

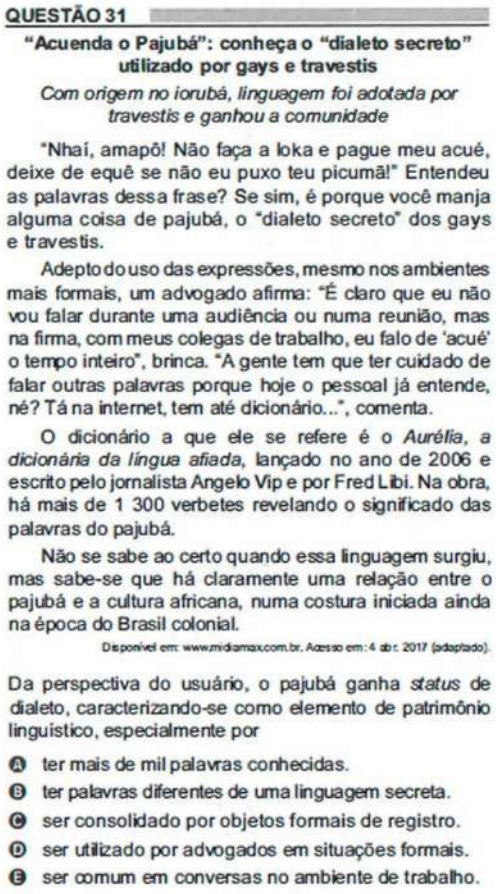
Pois então traveca soy!

INTRODUÇÃO

"Travesti não pode ter medo. (...) Se a gente tivesse medo, não sairia nem de casa (...) Mas como a gente lida com esse medo? Eu transformo o medo em receio. Eu receio pela minha vida, pela vida das minhas. Cuido das nossas vidas, jogo meus feitiços, minhas maldições e minhas canções no mundo"
– Linn da Quebrada/Lina Pereira

INTRODUÇÃO

1.1. “Quando travestis se movimentam...”



QUESTÃO 31

“Acuenda o Pajubá”: conheça o “dialeto secreto” utilizado por gays e travestis

Com origem no iorubá, linguagem foi adotada por travestis e ganhou a comunidade

“Nhaí, amapô! Não faça a loka e pague meu acué, deixe de equê se não eu puxo teu picumã!” Entendeu as palavras dessa frase? Se sim, é porque você manja alguma coisa de pajubá, o “dialeto secreto” dos gays e travestis.

Adepto do uso das expressões, mesmo nos ambientes mais formais, um advogado afirma: “É claro que eu não vou falar durante uma audiência ou numa reunião, mas na firma, com meus colegas de trabalho, eu falo de ‘acué’ o tempo inteiro”, brinca. “A gente tem que ter cuidado de falar outras palavras porque hoje o pessoal já entende, né? Tá na internet, tem até dicionário...”, comenta.

O dicionário a que ele se refere é o *Aurélia, a dicionária da língua afiada*, lançado no ano de 2006 e escrito pelo jornalista Angelo Vip e por Fred Libi. Na obra, há mais de 1 300 verbetes revelando o significado das palavras do pajubá.

Não se sabe ao certo quando essa linguagem surgiu, mas sabe-se que há claramente uma relação entre o pajubá e a cultura africana, numa costura iniciada ainda na época do Brasil colonial.

Disponível em: www.midiamax.com.br. Acesso em: 4 abr. 2017 (adaptado).

Da perspectiva do usuário, o pajubá ganha *status* de dialeto, caracterizando-se como elemento de patrimônio linguístico, especialmente por

A ter mais de mil palavras conhecidas.
B ter palavras diferentes de uma linguagem secreta.
C ser consolidado por objetos formais de registro.
D ser utilizado por advogados em situações formais.
E ser comum em conversas no ambiente de trabalho.

***Figura 1**: “Acuenda o Pajubá”.*
Reprodução da questão 31 (caderno amarelo) do ENEM 2018.

Em novembro de 2018, uma questão do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), maior exame vestibular do Brasil, abordou o pajubá, ali descrito como o “dialeto secreto” utilizado por “gays e travestis” com “origem no iorubá”. A questão gerou uma série de repercussões, incluindo uma declaração do então presidente da república, Jair Bolsonaro, que afirmou que a pergunta “não mede conhecimento nenhum, a não ser obrigar para que no futuro a garotada se interesse mais por esse assunto”[2].

Quase dois anos mais tarde, em maio de 2020, o Brasil está em um cenário marcado pela pandemia de COVID-19, com casos e mortes crescendo exponencialmente. O MEC (Ministério da Educação) insiste naquele momento em manter as datas do ENEM, previstas para novembro do mesmo ano, incluindo uma versão presencial e outra digital. Em seu vídeo

[2] Fonte: SALDAÑA, Paulo. Governo Bolsonaro cria comissão para fazer análise ideológica de questões do ENEM. *Folha de São Paulo*, 20 de março de 2019.

oficial de inscrições, divulgado em redes sociais online[3], temos duas frases marcantes, delimitando-o de ponta-a-ponta, em suas falas inicial e final: a primeira, que abre o vídeo, traz o questionamento "E se uma nova geração de profissionais fosse perdida?", e a segunda, que o encerra, a afirmação: "Seu futuro já está aí!".

Ambos os ocorridos geraram efeitos de larga escala. A então presidenta do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão administrativo que formula as questões do Exame, foi demitida do cargo pela citada questão do ENEM 2018[4]. Não apenas dentro da movimentação em cargos da política federal, a questão gerou uma série de repercussões, tanto contrárias quanto positivas, pelo país. Por sua vez, o ENEM 2020 foi eventualmente adiado após uma série de mobilizações estudantis que apontavam às desigualdades sociais e raciais no ensino a distância, problemática manifestada no campo da educação desde o avanço da pandemia no país[5].

Há outro elemento comum na fala do presidente eleito e no comercial do MEC: uma conexão da educação com um futuro que aparece em disputa. Em sua declaração, vemos o anseio de um interesse por "esse assunto", remetente às questões de gênero e sexualidade, senão também a religiosidade, que o pajubá evoca[6]. A presença do pajubá no ENEM aparece aqui como símbolo de um futuro indesejável, mesmo perigoso. Algo curioso em sua fala é que, ao mesmo tempo em que o pajubá é descrito como um não-conhecimento, uma inutilidade ao Exame Nacional, ele é tido como extremamente poderoso, podendo de alguma forma influenciar jovens estando imersa em meio a outras 179 questões do Exame – e mesmo considerando o fato de que a pergunta não seja sobre o pajubá em si, em seus termos específicos e suas particularidades históricas, mas sobre o tema da variação linguística[7].

Já no comercial do Enem 2020 a educação aparece como uma espécie de máquina que não pode parar – independente da situação, o futuro inescapável "já está aí" e é dito que (economicamente) não se pode ter uma "nova geração de profissionais" perdida. As frases no

[3] O vídeo pode ser acessado em: https://www.youtube.com/watch?v=apufjiGlIY0.
[4] Fonte: DOLIVEIRA, Matheus. Maria Inês Fini, ex-presidente do Inep: "Enem 2019 sofreu censura". *Exame*, 4 de dezembro de 2020.
[5] O tema da educação foi presente em parte dos boletins divulgados pela ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) durante a pandemia, incluindo "Educação e tecnologias digitais em tempos de pandemia" (JESUS, 2020), "Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas" (PARREIRAS & MACEDO, 2020) e "Precarização docente, EAD e expansão do capital na educação: correlações com a portaria nº 343/2020 do MEC em virtude da pandemia do COVID-19" (LIMA, 2020).
[6] Outro elemento importante, ao pensarmos sobre o pajubá, é a prostituição, e os modos como o pajubá historicamente foi e é mobilizado nas "pistas" brasileiras (e, em certa medida, latino-americanas), por travestis e mulheres trans. Agradeço à Amara Moira pela observação.
[7] Será falado mais profundamente sobre controvérsias públicas no **Capítulo 2**. O debate sobre futuro ressoa nos momentos finais desta dissertação, principalmente no **Capítulo 3** e no **Epílogo**.

comercial são enunciadas por quatro jovens: duas meninas brancas, um menino branco e um menino negro. Todas essas figuras falam a partir do que parece ser partes de suas casas (provavelmente seus quartos), com escrivaninhas repletas de livros, eletrônicos e diversos materiais de estudo. Em todos, observa-se no cenário ao fundo a bandeira do Brasil, que aparece discreta, porém presente, nas quatro cenas do comercial, em diferentes objetos cenográficos.

O que apareceu como resposta nas mobilizações estudantis, marcadas pela campanha online #adiaENEM, foi a provocação de quem, afinal, seriam esses "futuros profissionais", centralizando os marcadores de raça e classe. O absurdo do comercial – na discrepância entre suas cenas performadas e o cotidiano da maioria dos estudantes no país – fica explícito ao levarmos em conta a série de fatores que podem interferir nos estudos em casa durante o período pandêmico, incluindo dificuldades de conexão de internet e as possibilidades de ter um espaço de estudo adequado em casa.

Relendo Angela Davis (2016 [1981]) e sua célebre frase "quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela", Renata Carvalho (2018) afirma que quando travestis se movimentam toda estrutura da sociedade se movimenta com elas. Carvalho joga com a leitura de Davis sobre uma base de pirâmide social que, exatamente por ser o enredamento de uma série de desigualdades (nominalmente gênero, raça e classe), tem efeitos potentes – necessários, perigosos, ou ambos – ao se movimentar. Ao "erguer a voz", – para utilizar uma imagem mobilizada por bell hooks (2018 [1989]) – produzem reverberações potentes na sociedade como um todo, exatamente pelo fato de, ao saírem de um regime histórico de silenciamento e inferiorização, gerarem um estrondo poderoso nesse peso desigual que age a todo momento sobre seus corpos e suas histórias individuais e coletivas. Assim como Davis e hooks propõe em relação às mulheres negras, Carvalho nos convida a nos atentar em como pensar a partir e com travestis – e podemos aqui expandir essa reflexão para corpos trans*[8] como um todo – sob uma perspectiva que centralize as interconexões entre diferentes desigualdades e nos modos como tal perspectiva nos possibilita refletir e atuar sobre questões sociais e políticas mais amplas[9].

[8] O termo trans* (com asterisco) tem sido utilizado por teóricas/os trans* em diferentes partes do mundo. Exemplos incluem as produções de Talia Mae Bettcher (2014), nos Estados Unidos, Viviane Vergueiro (2015), no Brasil, e Blas Radi (2019), na Argentina. Essa categoria analítica visa englobar uma multiplicidade de diferentes corpos e identidades (travesti, mulher trans, homem trans, transmasculino, boyceta, não-binário, agênero, gênero fluído...), considerando que muitas pessoas trans* se afirmam e se entendem enquanto pessoas trans, e também com algum/ns desses termos. O asterisco atua como uma espécie de elemento multiplicador. Proponho o exercício de substituir o termo por alguma identidade de gênero específica, ao longo da dissertação.

[9] A "interseccionalidade" permeia toda a dissertação, partindo de discussões iniciais sobre filosofia da diferença e as raízes dessa perspectiva nos feminismos negros (no **Capítulo 1**) a debates sobre processos de racialização e Outrização (**Primeiro Interlúdio**, **Capítulo 2**), sobre os eixos/vetores de diferenciação e desigualdade que operamos a partir desse termo (**Segundo Interlúdio**, **Capítulo 3**) e sobre seu aspecto epistemológico (**Epílogo**).

Em resposta a provocação da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, de que "menino veste azul e menina veste rosa" – segundo a própria, uma "metáfora contra a ideologia de gênero"[10] – Maria Clara Araújo argumenta como corpos trans* estão no centro de sucessivos embates públicos, intensificados nos últimos anos. Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista os modos como "a transfobia é uma problemática brasileira" (ARAÚJO, 2018), e como a violência contra tais corpos é constitutiva de nosso próprio projeto de cidadania, em profundas raízes históricas. Falas como a de que "menino é menino e menina é menina" demonstram como as fronteiras de gênero estão no centro da arena política contemporânea, movimentando uma série de atores em disputa e gerando efeitos amplos na vida social.

Araújo argumenta que corpos trans* surgem nesses embates nos limites não apenas do gênero, mas do Estado, sendo a educação um ponto central na atual arena política. A provocação de Araújo nos convida a pensar "o que", "de quem", "para quem", "quando", "porquê" e "como" se vê e se diz, por exemplo, quem deve usar qual roupa (rosa ou azul), e quais os efeitos de sua aparente transgressão, ou seja, de algo que parece ultrapassar algum tipo de fronteira disputada a todo momento nesses emaranhados complexos entre redes estatais, estudantis e ativistas[11]. Assim como nos exemplos acima, há uma série de disputas e tensões nesses emaranhados, inclusive pelo sentido dos próprios termos, que aparecem, ao circularem por esses tempos e espaços distintos enredados, em uma série de re/torções e re/imaginações[12]. "Re/" no sentido em que operamos em re/produções e re/invenções, menos no sentido de uma construção já finalizada e mais no enfoque na instabilidade do presente e o aspecto contingente da história[13]. Dito de outro modo, a provocação de Araújo nos convida a pensar nas forças

[10] Fonte: ESTADÃO CONTEÚDO. Fiz uma metáfora contra a ideologia de gênero, diz Damares sobre vídeo. *Exame*, 3 de janeiro de 2019.

[11] Para efeito de re/corte dessa pesquisa, foram delimitados esses três eixos, embora, eventualmente, outros eixos (tais como mercado e mídia) surjam em alguns desses movimentos articulatórios. Destaco, ainda, conforme desenvolvemos mais a frente, que demarcar esses três eixos não implica que um não esteja contido no outro.

[12] Utilizo em diferentes momentos o "/" de modo a jogar com os sentidos desses termos – nesse caso, retorcer é torcer novamente, reimaginar é imaginar novamente, de um modo a promover aberturas possíveis. Isso está em consonância com debates trazidos ao longo da dissertação – pensando em re/produções, re/configurações, e assim em diante, e nos jogos entre diferença e repetição. O faço de modo semelhante à Vergueiro (2015) em sua dissertação – que, por sua vez, opta pelo sinal "+" em sua escrita.

[13] "Existe o que aqui e o agora, onde o 'fazer' acontece, mas ele não é 'explicado' pelo que veio antes – existem padrões e rotinas, mas sempre há possibilidade de surpresa" (MOL, 2018, p.3, tradução nossa). Embora haja uma densidade histórica importante quando pensamos em desigualdades sociais – gancho puxado por uma de suas orientandas, Amade M'Charek, ao versar sobre tempos e temporalidades – tomo a frase de Mol no cuidado com termos como "construção" e "produção", que podem estabilizar seus resultados e tomá-los como fins. Mol opta pelo termo "enactment", que, em um primeiro momento, aproxima do conceito de performatividade de Butler (MOL, 2002). Outras linhas são possíveis de serem traçadas, aqui, tais como as "interações" harawayianas (HARAWAY, 2000 [1991]). Versaremos mais longamente sobre esses movimentos mais a frente.

relacionais que constroem essas fronteiras dentro desses enredamentos, assim como nas pontes que possibilitam a criação de relações e fronteiras outras, hoje e em futuros possíveis.

O pajubá – que dá título a essa pesquisa – atua aqui como uma metáfora. Em sua monografia, Araújo (2020) versa sobre o que denomina de pedagogias das travestilidades. A autora aponta para um conjunto de saberes – envolvendo espaços e tempos de trocas, ensinos, vivências e sobrevivências – que historicamente pouco atravessaram instituições e suas linguagens, incluindo aqui as artes das galerias, o direito, à academia e a educação formal como um todo. Existe um elemento de ancestralidade no pajubá, conforme pontua Neon Cunha[14]. Cunha traz como o pajubá foi utilizado estrategicamente por travestis nas perseguições durante a Ditadura Militar. Parte de seus termos remetem a essa história violenta – "alibã", para polícia, "coió", para apanhar e bater, "bajé", para sangue.

Pouco se sabe sobre as especificidades das origens dos termos em pajubá[15], com origens difusas em línguas africanas e indígenas. Mas, enquanto linguagem e potencialidade, o pajubá parece ter sido re/tomado e re/descoberto nos últimos anos, surgindo em novos espaços, para além das pistas [zonas de prostituição] e das periferias em grandes cidades, o que inclusive atravessa circulações outras que pessoas trans* tem exercido socialmente. O pajubá é hoje a linguagem de contos literários – o conto "Neca", publicado por Amara Moira (MOIRA, 2019), por exemplo, ou o título de álbuns musicais – como "Pajubá", de Linn da Quebrada[16].

Em entrevista ao portal online Através[17], a própria Linn da Quebrada/Lina Pereira afirma que "o pajubá é um segredo". Embora apareça aqui como um símbolo da circulação de corpos trans* por diferentes espaços, inclusive na configuração de novos des/encontros e possibilidades de co/existência, essa inserção nunca é isenta de fricções. Assim, há algo no pajubá, enquanto metáfora, de certa pedagogia da sobrevivência (e além), de certa re/construção, mesmo que precária, de algum tipo de espaço seguro, que atravessa, mas não se limita a práticas de "ocupação" e "hackeamento"[18]. Ao mesmo tempo, frente às inquietações da presidência sobre sua presença no ENEM, notamos algo de potente nessa linguagem, em seus efeitos transformadores possíveis.

Estendendo ainda mais a metáfora, temos que, como toda linguagem, o pajubá se transforma em seus movimentos – ou, diria, em suas transições. Assim como as encruzilhadas

[14] Fonte: REIF, Laura. Muito além do lacre. *Revista Trip*, 11 de fevereiro de 2019.
[15] O pajubá vem sendo objeto de estudos em alguns trabalhos no campo das letras e da linguística. Exemplos incluem Alexander Cobbinah, na USP, e Amara Moira, doutora pela UNICAMP.
[16] Linn da Quebrada teve uma de suas citações, versando sobre discurso de ódio, presentes na 2ª Fase do Vestibular UNICAMP 2018, em uma de suas redações (Texto 2). Agradeço à Amara Moira pela observação.
[17] O vídeo pode ser acessado em: https://www.youtube.com/watch?v=SUWWNSo7uLk&.
[18] Esses termos serão melhor desenvolvidos no **Capítulo 3**.

descritas por Gloria Anzaldúa (2005 [1997]), esses corpos e histórias, nessas circulações, se posicionam em um entre-mundos – conforme, em sua leitura de Anzaldúa, denomina Maria Lugones (2003). Viajar por entre essas novas terras – as muitas vezes primeiras presenças trans* nas universidades e na academia – envolve aprender a falar em línguas (ANZALDÚA, 2000 [1981]). A manejar e transformar códigos vigentes, a disputar enquadramentos, a questionar possibilidades de habitar o mundo e criar alianças e coletividades frente a futuros possíveis. Gosto de pensar, com isso, que o pajubá nos convida a olhar para aquilo que é ainda pouco visto. De nos deslocarmos para enxergamos outras possibilidades – de linguagem, de escrita, de antropologia, de ciência, de conhecimento, de saber, e também de existência.

Se perguntar "se existe universidade em pajubá" envolve, portanto, um duplo movimento. O primeiro é o da inquietação "existe, afinal, o termo 'universidade' no léxico pajubá"? Se sim, como ele tem se constituído, e o que isso implica? Isso envolve se perguntar como a "universidade" incorpora o vocabulário cotidiano que surge enunciado por certos corpos. Envolve refletir se, até que ponto e de qual forma a "universidade" é mobilizada por (quais) corpos historicamente marginalizados desses e nesses espaços. A segunda pergunta inverte a direção da primeira, indo da "universidade" a esses corpos e histórias. Envolve se questionar se já se fala, ou, melhor dizendo, se é possível se falar pajubá na universidade, e quais os efeitos de uma "universidade" em pajubá. Envolve pensar em um campo de possibilidades, em processos políticos de abertura e de fechamento. Ambos os movimentos seguem, no limite, em caminhos entrecruzados, na mesma perspectiva irredutível e insurgente, para pensarmos, enfim, em vidas que não atravessem dores e sofrimentos evitáveis, e das possibilidades de outras produções possíveis de conhecimento, de vivência coletiva, incluindo a universidade, que operem a partir desses processos compartilhados de responsabilização e sensibilização frente a tais diferenças e desigualdades. E de almejar e alcançar outras formas de existência, para além da manutenção da violência e da dominação. Dito isso, falamos de acesso e permanência em um sentido amplo – nos atentando ao que atravessa e também excede as espacialidades, temporalidades e materialidades da universidade e do ensino superior público como um todo – percebendo as particularidades e as nuances da experiência de estudantes trans* sem perder de vista possibilidades de conexões teóricas e políticas inesperadas.

1.2. Transições de pesquisa: Espaços e tempos

Essa pesquisa se posiciona em uma série de transições[19]. Em ritos de passagem que distinguem esses espaços e tempos agora delimitados. São passagens institucionais, afetivas, políticas, que indicam caminhos mais extensos. Essa dissertação é uma dessas passagens – é, ela mesma, uma proposta de produção de conhecimento, e falar em conhecimento envolve, necessariamente, falar em cortes (STRATHERN, 2014 [1996]). No limite, temos um convite a quem lê a re/conhecê-los, questioná-los e também transitar por eles.

Já caminhando ao final da graduação, cursei uma disciplina de pesquisa antropológica com minha futura orientadora de iniciação científica, a Professora Isadora Lins França. Realizei uma etnografia online em grupos de pessoas trans não-binárias (ou seja, que não se identificam como homens ou mulheres), particularmente grupos anglófonos, em uma rede social online, em um momento onde ainda assinava com meu antigo nome. Ao longo de conversas e reuniões após a disciplina, terminamos por desenvolver um projeto de pesquisa no início de 2017, na iniciação científica intitulada "Gênero, política e conhecimento: Uma etnografia da atuação de pessoas trans e travestis no espaço universitário"[20]. Seu principal objetivo era observar como o espaço da universidade se construía, naquele momento, enquanto abertura ou não à experimentação em termos de gênero, pergunta que ainda aparece presente nessa dissertação, quatro anos mais tarde. Naquele momento, lançamos mão de uma etnografia realizada junto a pessoas que se autodenominavam trans*[21] e a grupos ligados à diversidade de gênero no ambiente universitário, particularmente na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), onde cursava a graduação em ciências sociais.

Por um sortudo acaso, ocorreu naquele mesmo período a primeira Semana da Visibilidade Trans da UNICAMP, tendo como efeito na pesquisa uma ênfase nas mobilizações políticas de estudantes e ativistas trans*, particularmente eventos e falas públicas. Além disso, buscamos re/traçar um percurso histórico de coletivos protagonizados por pessoas trans* nessa universidade e na região da cidade onde ela se localiza, Barão Geraldo. O que era originalmente um campo exploratório viria a se tornar um prolífico campo de debates e o estopim de um percurso de pesquisa que se estende até a escrita dessa dissertação. Conceitualmente, tendi a operar nos dois primeiros pontos desta tríade – gênero e política – a partir de leituras clássicas

[19] Para um debate mais aprofundado do conceito de transições, ver o **Segundo Interlúdio**, **Capítulo 3** e **Epílogo**.
[20] A pesquisa foi realizada entre agosto de 2017 e julho de 2018, sendo orientada pela Profª Drª Isadora Lins França e financiada pelo PIBIC/CNPq.
[21] Naquele momento optávamos pelo recorte "pessoas trans e travestis", posteriormente substituído por "pessoas trans*", com base em referenciais bibliográficos e nas mobilizações em campo. Aqui, em consonância com o presente projeto, adoto o segundo termo.

nos estudos de gênero, que se alinhavam à minha formação antropológica. Ao mesmo tempo, via, crescentemente, as possibilidades analíticas e contra-analíticas do conceito de "conhecimento", o que passei a desenvolver em um próximo momento.

Meu segundo projeto de iniciação científica, intitulado "De objetos a sujeitos: Narrativas sobre acesso e permanência de pessoas trans* na universidade"[22], agora com orientação da Professora Regina Facchini, iniciado logo em seguida do primeiro, procurou preencher algumas de suas lacunas (em termos de teorias e métodos) e caminhar a partir de seus desdobramentos. Ainda com base nas articulações entre diversidade de gênero, ação política e produção de conhecimento, procuramos enfatizar essa terceira dimensão, que se revelava central nas mobilizações de campo e ainda pouco explorada na bibliografia. Buscamos nos atentar, ainda, aos relatos de estudantes trans* por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas (cada uma com cerca de 2 a 3 horas), sendo central as questões de acesso e permanência – que vieram a ser o eixo principal dessa dissertação.

Havia efetivamente algo de novo acontecendo na UNICAMP caminhando ao final da década. Surgia já em 2014 um primeiro coletivo composto por estudantes trans*, o TransTornar – que viria a organizar a Primeira Semana da Visibilidade dois anos mais tarde, incluindo não mais apenas estudantes da universidade, articulando e compondo demandas e redes mais amplas a partir dos emaranhamentos de movimentos sociais e ativismos trans*. Dentro da universidade, essas mobilizações centralizavam a demanda pelo nome social, que havia sido implementado na universidade em meados de 2013, mesmo que ainda com uma série de inconsistências. Crescentemente – particularmente quando outro coletivo passa a protagonizar as mobilizações na UNICAMP, o Ateliê TransMoras (que viria a organizar as chamadas Semanas da Ressignificação, em 2017 e 2018) – centralizavam-se nos debates dentro da universidade tensionamentos de quem eram as pessoas trans* que ali estudavam e circulavam, particularmente em termos de raça e classe.

Temos também um contexto político institucional e estatal que movimenta e produz a todo momento essas mobilizações. De um lado, tínhamos as recém-implementadas cotas raciais e o Vestibular Indígena na graduação da UNICAMP, aprovadas em 2018, fruto de amplas mobilizações políticas. De outro, tínhamos os efeitos cotidianos das conturbadas passagens entre três presidências (governos Dilma, Temer e Bolsonaro) e de um legislativo crescentemente reacionário. Pensando especificamente nos recortes de uma população trans*, há entre 2017 e 2018 o espraiamento da adoção de ações afirmativas no ensino superior, sendo

[22] A pesquisa foi realizada entre agosto e dezembro de 2018, sendo orientada pela Profª Regina Facchini, co-orientada pela Profª Drª Isadora Lins França e financiada pelo PIBIC/CNPq.

a implementação na Universidade Federal do ABC (UFABC), na passagem de 2018 a 2019, um marco nas universidades paulistas, a primeira do estado a adotá-las[23]. Cada um desses momentos, em diferentes intensidades e escalas, surgirá pelos capítulos e interlúdios dessa dissertação.

Ao longo desse percurso, na UNICAMP, nota-se uma presença cada vez mais marcante de estudantes trans* em diferentes cursos e momentos da formação. Em 2016, a primeira pessoa trans ingressou na universidade utilizando o nome social no vestibular. Dois anos mais tarde, Amara Moira é a primeira a defender uma tese de doutorado nessa instituição usando o mesmo recurso. O fato é amplamente divulgado na mídia, inclusive nos canais de comunicação oficiais da UNICAMP, onde afirmava-se haver dez pessoas na instituição utilizando o nome social naquele momento[24]. Se incluirmos pessoas trans* que não utilizam nome social, há menos de uma dezena de estudantes trans* no início de TransTornar, e quase meia centena em meados de 2020[25].

No desenrolar da pesquisa, esses dois processos pareceram se chocar – de um lado, temos denúncias de transfobias institucionais e relatos de processos de adoecimento, de outro, temos uma universidade que permite que estudantes trans* assim se afirmem publicamente, após seu ingresso nessa instituição. Nas entrevistas, surgia, já em minha iniciação científica, uma universidade permeada por violências explícitas operadas em eixos de desigualdade (a depender das posicionalidades de cada estudante), mas também um ambiente comumente descrito como seguro e estável em relação ao ambiente familiar consanguíneo e a uma trajetória escolar[26].

Pouco-a-pouco, também, aguçei as sensibilidades sobre suas ausências e regimes de in/visibilidades – que pessoas trans* estão "dentro" da universidade e como compreendem aquele espaço? De que maneira elas se contrapõem e se conectam as pessoas trans* que estão "fora" dali (tanto fisicamente quanto institucionalmente)? Assim, a atenção ao que denomino de transições – referentes aqui a tais movimentos, percursos e circulações – passa a ser fundamental no desenrolar da pesquisa, sempre marcada por uma perspectiva teórica e política interseccional.

---

[23] Sobre tais percursos relativos ao nome social e a ações afirmativas, ver o **Capítulo 1**.

[24] Fonte: LAURETTI, Patrícia. UNICAMP tem primeira pessoa transgênero defendendo doutorado com nome social. *UNICAMP*, 8 de fevereiro de 2018.

[25] Tomo base aqui os grupos online de pessoas trans* da UNICAMP e as informações obtidas no trabalho de campo. Segundo reportagem de dezembro de 2019, haveria na UNICAMP 22 alunes solicitantes do nome social. Fonte: ILHÉU, Tais. Triplica os candidatos autodeclarados trans no vestibular da UNICAMP. *Guia do Estudante*, 2 de dezembro de 2019.

[26] Sobre tais ambivalências, ver o **Capítulo 3**.

Os processos de reconhecimento institucional, embora presentes, ainda são tímidos na UNICAMP, em relação a outras universidades públicas do país. Já ao final da segunda pesquisa passo a me interessar em contrapor essas cenas e relatos que ouvi durante um ano e meio na UNICAMP a outras universidades. Processos variados de reconhecimento institucional parecem implicar em cenários distintos e, com isso, a emergência de novas questões referentes ao acesso e permanência estudantil, em diferentes agenciamentos frente a essa constituição e implementação, menos ou mais precária, de direitos. Aqui, a UFABC surge, ao final da década, como uma nova possibilidade de inserção em campo.

Assim, nasce o presente projeto de pesquisa de mestrado, que busca articular as questões fundantes das iniciações científicas em seus desdobramentos. Seu objetivo principal é se atentar às questões de acesso e permanência de estudantes trans* no ensino superior público brasileiro, observando, sob uma perspectiva interseccional, dinâmicas políticas, epistemológicas e afetivas nas transições de tais corpos e histórias entre redes estatais, acadêmicas e ativistas. Para tanto, procura atentar-se a) ao mapeamento e historicidade desses percursos legais e seus meandros práticos, considerando suas nuances e dobras; b) às estratégias de agenciamentos individuais e coletivos, tanto na universidade em sua multiplicidade interna quanto em sua inserção em redes mais amplas, tendo em vista limites e desafios e c) às categorias e debates mobilizados nos relatos de estudantes trans* no cotidiano nesse (e além desse) espaço.

Como toda pesquisa etnográfica[27], fui levada por entre espaços que antes não havia esperado chegar inicialmente. Assim, não apenas me inseri na UFABC, mas passei a conversar com estudantes de diferentes universidades públicas paulistas, tanto estaduais quanto federais, nominalmente USP (Universidade de São Paulo), UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) e UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo). Aqui, a UNICAMP, embora seja um ponto central da pesquisa (inclusive devido a minha própria posição enquanto estudante desta instituição[28]), é contraposta a outros espaços e relatos. Delimitá-los – realizar esses cortes na produção de conhecimento – nunca é uma tarefa simples, e sempre deixa pontas soltas. Para efeito de re/corte, delimitamos o pólo principal da pesquisa a universidades públicas paulistas. A delimitação geográfica é feita, em grande medida, devido a uma restrição etnográfica, na busca de sempre que possível realizar entrevistas presencialmente e observar de

[27] Embora seja um termo de praxe na antropologia, o termo pode gerar estranhamentos para leituras de outras áreas do conhecimento ou de fora da academia. Entre uma infinidade de possíveis citações, indico as tensões apontadas por Cláudia Fonseca (1999) nas circulações da "etnografia" entre os campos da antropologia e da educação. Indico ainda o artigo de Mariza Peirano com o poderoso argumento de que etnografia não é método (2014).

[28] Sobre minha própria posicionalidade enquanto estudante trans na UNICAMP, transfeminista (e assim em diante), ver o **Segundo Interlúdio**.

perto essas pessoas em seus espaços de estudo, trabalho e moradia. Devido a minha própria inserção im/pessoal na pesquisa, "campo" surge de modo complexo nessa trajetória. Seja intencionalmente a partir de minha posição enquanto antropóloga em formação e pesquisadora, seja em minhas inserções em redes acadêmicas e ativistas transcentradas[29], há um escape dessa delimitação – por exemplo, em entrevistas e conversas informais realizadas com docentes e estudantes trans* de outros estados do país. Destaco ainda, em menor medida, minha aproximação ao segundo e terceiro setor, que permitiu certa conexão, mesmo que recente, ao mundo das universidades particulares. Mesmo assim, é necessário ter em vista os limites etnográficos e argumentativos que extrapolam esse contexto público paulista. Devido à baixa amostragem fora do eixo público paulista, pontuo que tais aproximações permanecem em grande medida acessíveis por meio de entrevistas e conversas remotas, referenciais bibliográficos e jornalísticos. Assim, elas, efetivamente, atuam mais como deslocamentos e provocações ao re/corte de pesquisa proposto do que uma expansão do mesmo.

Cada um desses espaços é, em si mesmo, complexo. A própria UNICAMP é uma universidade com uma série de diferentes institutos e faculdades, implicando, com isso, em também diferentes aberturas ou fechamentos institucionais e estratégias de permanência. Operamos, portanto, em escalas distintas: na UNICAMP podemos nos atentar a alguns meandros que não notamos na etnografia nas universidades paulistas como um todo, que por sua vez não notamos em sua contextualização nacional (em um trabalho de campo pouco presencial) e, por fim, internacional (acessível unicamente por referenciais bibliográficos e jornalísticos). Deslocar e expandir o campo também nos revela especificidades da própria UNICAMP – e, com isso, particularidades e limitações ao produzir tais ruídos e ressonâncias nas aproximações geradas no interior da teoria social e antropológica. Estamos, vale sempre lembrar, em uma passagem entre décadas marcada por idas e vindas políticas estatais intensas, particularmente no âmbito da educação. Assim, diferentes universidades sentem de maneiras distintas o impacto de cortes de verbas federais e a efetividade de seu histórico particular de advento de ações afirmativas[30].

Ao todo, foram conduzidas 20 entrevistas, que duraram de uma a quatro horas cada. Procurei abarcar um conjunto amplo de trajetórias e que atravessassem de algum modo distintas posicionalidade no que se refere a eixos de diferenciação e desigualdade. Conversei com amizades que tenho proximidade na minha vida pessoal, pessoas conhecidas e também desconhecidas até então. Entre essas 20 entrevistas estão estudantes de diferentes identificações

[29] O termo "transcentramento" será desenrolado no **Capítulo 3**.
[30] Destaco tais cortes no **Capítulo 2**.

e posicionalidades em termos de gênero, raça e classe, assim como estudantes com distintas trajetórias familiares, cursos e áreas do conhecimento, momentos da formação e instituições de ensino superior – sendo essas concentradas, conforme pontuei, no eixo de universidades paulistas. Também realizei entrevistas com três docentes – sendo duas delas docentes trans*: Dodi Leal, na UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia), e Ana Ligia Scott, na UFABC, que prontamente se disponibilizaram para fomentar o desenrolar da pesquisa.

Dada a baixa quantidade de estudantes trans* em universidades públicas do país, a tabela disponível no **Apêndice 2** inclui apenas o nome fictício das pessoas entrevistadas, o momento e o local dessas entrevistas e o dado se elas foram ou não gravadas. Vale, no entanto, algumas considerações gerais, em termos demográficos. Nas entrevistas, há uma equivalência numérica nas respostas entre o que podemos denominar de pessoas inseridas nas transmasculinidades e transfeminilidades[31], embora em diferentes identidades de gênero[32]. Grande parte das pessoas entrevistadas foram pessoas brancas – cinco dessas pessoas se identificavam como não-brancas (pretas, pardas e amarelas). Traçar um eixo de classe é uma tarefa difícil – conforme explícito ao longo da dissertação – dados seus entrecruzamentos com relações familiares, trajetória escolar anterior e os aspectos econômicos vividos por estudantes trans* no momento de nossa entrevista. Lendo de modo amplo esses eixos, considero que haja um conjunto diverso de trajetórias a partir dessas diferenciações de classe. Já em relação aos cursos, destaco que há certa prevalência de cursos de humanas – principalmente no interior das ciências sociais, dada minha própria inserção nesse espaço – seguido das artes e das exatas. Apenas uma das pessoas entrevistadas é de um curso da saúde, e não tive a oportunidade de entrevistar estudantes trans* das áreas de tecnológicas e biológicas, embora tenha conversado informalmente com algumas delas. Dada minha própria trajetória e inserção em campo como uma pessoa trans e ativista, as delimitações entre campo/não-campo, pessoal/impessoal, tendem a se borrar[33]. Assim, escapa desse tabelamento as inúmeras conversas que tive com outras pessoas trans* que de algum modo impactaram nos resultados dessa pesquisa.

[31] Tomo aqui "transfeminilidade" e "transmasculinidade" enquanto espectros identitários. A transfeminilidade inclui travestis, mulheres trans e algumas identidades não-binárias, enquanto a transmasculinidade inclui homens trans e algumas identidades não-binárias. Embora esse seja um debate em certa medida controverso no interior dos próprios movimentos e ativismos trans*, e algumas identidades trans* se proponham a escapar dessa distinção, tomo ela como estratégica em alguns argumentos que desenrolo ao longo da dissertação, e considero que, em grande medida, haja uma consonância com o que tem sido mobilizado tanto em campo quanto em uma produção (inclusive bibliográfica) brasileira protagonizada por pessoas trans*.

[32] Reforço, inclusive, o entrecruzamento e o elemento contextual dessas múltiplas identidades trans* (homem trans, transmasculino, mulher trans, travesti, pessoa não-binária, travesti não-binária, boyceta, e assim em diante).

[33] Sobre tais borramentos, ver o **Segundo Interlúdio**.

Outro momento importante de ser demarcado nesta introdução é a já citada pandemia de COVID-19. A pandemia impossibilitou uma inserção direta em alguns desses espaços, movimentando a pesquisa em entrevistas online e análise documental. Embora eu já houvesse realizado um trabalho de campo anterior (na graduação e na pós-graduação), a pandemia impactou particularmente minha inserção no Cursinho TransFormação, um cursinho popular voltado a estudantes trans* na capital paulista, onde, em comum acordo com a coordenação, pretendia atuar como colaboradora/pesquisadora durante o primeiro semestre de 2020. O Cursinho atuaria como um contraponto de pessoas trans* que almejam estar na universidade. No entanto, em virtude da pandemia, não foi possível acessar esse espaço, que envolveria a realização de oficinas e o acompanhamento de aulas.

Assim, esse re/corte da pesquisa terminou sendo especificamente sobre estudantes trans* em universidades públicas, particularmente em universidades públicas paulistas. Outro efeito da pandemia está em um término precoce do trabalho de campo – as entrevistas remotas foram mais difíceis de serem marcadas (em um contexto de passagem da "epidemia" a "pandemia", e de trajetórias muitas vezes marcadas por situações de vulnerabilidade) e pela impossibilidade do trabalho de campo presencial nesses espaços. Dito isso, talvez um dos possíveis efeitos da pandemia nessa dissertação foi um mais amplo desenrolar teórico junto a bibliografia a partir do trabalho de campo que havia realizado anteriormente – no sentido em que, embora sempre fincado no campo, tendi a me re/encontrar mais vezes com os livros nesse cenário pandêmico.

1.3. Des/encontros bibliográficos, transpologia e atuações sobre ausências

Uma história pouco contada quando versamos sobre nossas pesquisas está nos encontros e desencontros promovidos na investigação bibliográfica. Ainda em minha primeira pesquisa de iniciação científica, sendo vinculada ao Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, tive acesso aos ditos clássicos do campo de estudos de gênero. Lembro do interesse, ainda um pouco confuso, que tive ao ler Haraway e seu "Manifesto Ciborgue", pela primeira vez – ciborgues, não deusas, me lembro. Lembro da "Epistemologia do Armário" e dos modos como encontrei minha própria experiência, ainda "no armário", naquele texto. Já com a pesquisa mais bem estruturada, hoje re/vivo a força que senti ao ver minha trajetória e de outras pessoas trans* a minha volta ao ler pela primeira vez Patricia Hill Collins e a introdução de seu "Pensamento Feminista Negro".

Embora tenha encontrado (e ainda re/encontre) tais reverberações – em minhas próprias transições enquanto uma travesti, transfeminista, ativista... – sentia falta de referenciais trans* nessa bibliografia. Percebia uma ausência sistemática e sintomática na bibliografia em língua portuguesa que versava explicitamente sobre pessoas trans* – em seus "dados" e seu "trabalho de campo" – mas pareciam as ausentar de suas referências bibliográficas. Não apenas ausentes, percebia que temas caros às pessoas trans* ao meu redor, dos quais uma abordagem cuidadosa analítica seria também estratégica, politicamente – tal como as questões de acesso e permanência estudantil universitário – ainda não haviam sido explorados nessa produção, em suas dimensões éticas, políticas, e epistemológicas, assim como possíveis desdobramentos para a antropologia e outras áreas do conhecimento acadêmico (e além). Percebia, também, nessas idas e vindas, a observação às incompletudes e limites de parte dessa bibliografia.

Em um primeiro momento, encontrei uma vasta produção anglófona – nos chamados *transgender studies* – protagonizada por pessoas trans*. Foram nesses encontros que me aproximei dos transfeminismos e passei a me atentar de modo mais cuidadoso às interconexões entre diferenças e desigualdades sociais. Datando desde o final da década de 80, os *transgender studies* se estendem a uma gama de disciplinas, in/disciplinas e trans/disciplinas acadêmicas e epistemológicas, assim como variados temas de pesquisa. Esses reencontros e desencontros também promoveram voltas interessantes no que lia até então – sua "fundadora", Sandy Stone, era orientanda de Donna Haraway, e muitas das produções que tive acesso se entrelaçavam com as perspectivas feministas interseccionais e decoloniais que percebia mais "perto de casa". Mesmo assim – conforme também nos lembra Jota Mombaça (2015) – tais referências permanecem ainda hoje ausentes de grande parte da produção bibliográfica brasileira, e o número de traduções para o português é próximo de zero.

Ao mesmo tempo, falo sobre estar "perto de casa" no sentido em que, crescentemente, passei a expandir uma percepção antes restrita de intelectualidades[34] e dos modos como operava por entre distintas formas de produção e divulgação de conhecimento. Percebi, nessas transições, que tais conhecimentos e saberes estavam mais próximos de casa do que pensava inicialmente. Vi, cada vez mais, as inspirações que tinha a meu redor, em minha própria universidade – com os coletivos trans* que atuavam naquele espaço, com as falas que ouvia nos eventos, com as músicas, filmes, desenhos, pinturas, fotografias, performances e instalações protagonizadas e realizadas por pessoas trans* que fui, com o tempo, re/encontrando em minhas transições. Me encontrava ainda com as crescentes produções acadêmicas realizadas por

[34] Para um aprofundamento dessa discussão, ver o **Epílogo**.

pessoas trans* no Brasil e na América Latina, principalmente no âmbito da educação e no interior de uma produção transfeminista[35].

Gosto de pensar nos referenciais desta pesquisa nas relações entre feminismo/s e antropologia/s – parafraseando Marilyn Strathern (2009 [1987]) com o "/s" ao final de ambos os termos, reforçando as densidades e nuances dessa dualidade. Para além dos des/encontros com certa produção feminista, também tive aproximações e distanciamentos com minha própria disciplina de formação, a antropologia social. Embora formada em ciências sociais – e, portanto, com uma base interdisciplinar de estudos – desde o começo da graduação me aproximo com interesse da antropologia. Em minha trajetória, me deparo com as produções antropológicas feministas, que me fazem re/pensar e re/imaginar, em seus re/encontros, tais produções trans* que lia em língua estrangeira. Me aproximo das mais variadas "antropologias" – a antropologia da ciência[36], da educação[37], do Estado[38] – de modo que me re/conecto com diferentes in/disciplinas, epistemologias e frentes teóricas (respectivamente, os estudos sociais de ciência e tecnologia, a educação e a pedagogia, e os estudos sobre movimentos sociais e redes ativistas nas ciências sociais) também a partir dessas frentes, sem perder de vista as perspectivas políticas que me acompanham de uma base feminista a todo momento re/construída e re/configurada. Cada vez mais, percebia os entrecruzamentos e borramentos dessas fronteiras (por exemplo, ao ler uma transfeminista interseccional e decolonial, de um lado, e uma antropóloga da ciência versando sobre raça, de outro) – tendo em vista, ainda, os estranhamentos gerados em suas aproximações.

Talvez por tais conexões, minhas escolhas nessa dissertação sejam por vezes pragmáticas. Já no mestrado, escrevia minha dissertação seguindo inicialmente certo modelo clássico da antropologia – entraria em campo com meus mapas e linhas do tempo, e me posicionaria a partir dos relatos de meus encontros etnográficos. Nisso, aguçaram as ausências que percebia e sentia desde o começo de minha inserção na pesquisa. Não buscava simplesmente referências trans* pelo fato de o serem – mas buscava a atenção as ausências que percebia na bibliografia vigente. Não encontrei produções que traçassem um percurso histórico substantivo sobre o nome social no Brasil, assim como não encontrei mapeamentos sobre as ações afirmativas direcionadas à pessoas trans* no ensino superior público. Um "passo atrás"

[35] Sobre transfeminismos, ver o **Capítulo 2**. Para um debate mais aprofundado junto ao conceito de cisgeneridade e produções trans* no âmbito da educação, ver o **Capítulo 3** e o **Epílogo**.
[36] Sobre antropologia da ciência, ver o **Primeiro Interlúdio**.
[37] Sobre antropologia da educação, ver o **Capítulo 3**.
[38] Sobre antropologia do Estado, ver o **Primeiro Interlúdio**.

era necessário para adentrar de fato nos relatos de estudantes trans* que pensei enfatizar inicialmente em minha pesquisa.

Com isso, tive um desdobramento importante em seu desenrolar, já no mestrado, que me aproximou da produção de dados quantitativos. Embora fora de minha zona de conforto – e mesmo de meu projeto original de mestrado – realizei via portais de transparência um mapeamento junto a 60 universidades federais do país tendo em vista a possibilidade de tecer considerações mais amplas, a nível nacional, sobre o acesso e permanência de pessoas trans* no ensino superior público. Também obtive respostas de algumas universidades estaduais que contam com políticas afirmativas para pessoas trans*, embasando as informações que coletei a partir da bibliografia, do trabalho de campo e de portais de notícia. A lista de universidades está disponível no **Apêndice 1**, partindo das principais perguntas feitas nesse mapeamento – "a universidade possui políticas afirmativas voltadas à população trans?" "A universidade possui políticas de uso do nome social?" "Existem dados sobre esses pedidos de nome social, ou outras informações demográficas específicas sobre estudantes trans*?" "Foram disponibilizados documentos adicionais nas respostas institucionais – tais como decretos, editais e resoluções internas?"[39]. Operamos, com isso, em grande medida, no âmbito legal – tendo em vista a possibilidade ou não de uso do nome social e a existência ou não de políticas afirmativas nesses espaços. Ao mesmo tempo, não devemos perder de vista as considerações teóricas e políticas mais amplas promovidas pela pesquisa – falar em acesso e permanência trans* no ensino superior público é também tecer aproximações com as mais diversas esferas sociais, questionando e atuando sobre uma série de diferenças e desigualdades interconectadas, que atravessam e excedem o âmbito legal[40].

Ao longo da pesquisa, nos desdobramos no cuidado com a dimensão de "conhecimento". Conhecimento – e o eixo epistemológico como um todo – passou a atuar como um elemento incômodo que parecia movimentar outros termos, conceitos e frentes que buscava mobilizar em minha pesquisa: a produção de dados quantitativos, as entrevistas realizadas com estudantes trans* tendo em vista questões de acesso e permanência, e assim em diante. Entendi, tempo depois, que isso se dava devido ao que percebia como uma necessidade de certa virada epistêmica que os des/encontros com tal bibliografia me geravam[41]. Nos modos como corpos, histórias e intelectualidades trans* apareciam em alguns textos, nas ausências e invisibilidades que, em meus deslocamentos, passei a perceber – e nas miudezas em termos de teoria e método

[39] Sobre os resultados desse mapeamento, ver o **Capítulo 1**.
[40] Sobre tais densidades, ver o **Primeiro Interlúdio** e o **Capítulo 2**.
[41] Esse argumento será desenvolvido no **Epílogo**.

que poderíamos operar para traçar algumas linhas de fuga, experimentais, rumo a caminhos outros.

Dito isso, quando falamos de nossas histórias com as (e além das) "nossas" referências bibliográficas, versamos sobre encontros, re/encontros e des/encontros. Já no mestrado me aproximei cada vez mais dos estudos feministas de ciência, que aqui se conectavam com os referenciais antropológicos e feministas interseccionais que movimentavam cada vez minhas reflexões, mas pareciam pouco presentes nos referenciais transfeministas nacionais. Minhas aproximações com os estudos de gênero também geravam estranhamentos a partir de minha formação majoritariamente antropológica – ao mesmo tempo em que minha educação feminista (dentro e fora de sala de aula, ou imersa nos livros) me fazia extrapolar fronteiras disciplinares. Embora mais "perto de casa", me re/encontrei com Haraway, Collins, Sedgwick e tantas outras, assim como em produções nacionais, realizadas por pessoas trans* ou cis (não-trans), incluindo aqui algumas das principais referências dessa pesquisa, que desenvolviam e operavam suas produções em interlocuções cuidadosas e responsáveis junto a (outras) pessoas trans*.

Entre "pesquisadora" e "pesquisada", "antropóloga" e "feminista", aprendi com Renata Carvalho a me afirmar, antes de tudo, como transpóloga. Carvalho não compreende uma transpologia a partir de uma formação estritamente acadêmica. Operamos aqui em um conjunto denso de conhecimentos e saberes – de pedagogias, de feminismo/s e antropologia/s, de referências bibliográficas e boas leituras (mas não apenas), de encontros e des/encontros em nossos trânsitos e transições por esferas sociais diversas. Fincamos o que sabemos e conhecemos, com isso, a partir de nossas corpas trans*, refletindo com outras corpas, atuando com outras corpas, não de modo a isolar essas questões de um mundo externo, mas, pelo contrário – como vimos anteriormente na aproximação que a própria Carvalho tece com Davis (2016 [1981]) – buscamos explicitar, a partir dessas historicidades e de nossas vidas não restritas ao âmbito da violência e do sofrimento, os modos como, em uma fala em primeira pessoa, podemos compartilhar esses processos e coletivizar transições necessárias para a sociedade como um todo. Partimos, portanto, de um conhecimento localizado e responsável, que tem em vista as potências, e também os perigos, do lugar da experiência[42]. Também aprendi com Carvalho que "nosso corpo [trans*] sempre vem antes" – e, com isso, sei que, antes de antropóloga, sou transpóloga[43].

[42] Para uma leitura do conceito de "experiência" no interior dos feminismos negros, ver Perpich (2010).
[43] Essa discussão será retomada nos momentos finais da dissertação, no **Segundo Interlúdio** e no **Epílogo**.

1.4. Transições de pesquisa: Teorias e métodos

A inserção em campo se altera nesses percursos e movimentos, imbricados também em minha trajetória e minhas próprias transições – pensando aqui em uma produção de conhecimento localizada e responsável, para utilizarmos os termos de Donna Haraway (HARAWAY, 1995 [1988]; HARAWAY, 2016), fundada em epistemologias feministas.

Me entendo como Brume ("a" Brume) na passagem de 2017 e 2018, o que movimenta meus enredamentos (epistemológicos, afetivos, institucionais...) e suas interconexões. Passo a viver, na prática, o que é ser uma pessoa trans, mais especificamente um corpo transfeminino (uma "corpa"), na universidade. Minha própria passagem de sujeita a objeta – que não por acaso dá título a segunda pesquisa de iniciação científica – movimenta minhas relações com a produção de conhecimento antropológico e feminista, o processo de escrita e minhas inserções, éticas e políticas, em (e além do) campo. Crescentemente, passo a reconhecer cada vez mais a especificidade desse relato. Minha posição em termos de raça e classe, como uma pessoa trans branca, egressa de um colégio particular e de uma família de classe média, mas também os efeitos de meu histórico de relações familiares, do momento de minha formação e de minha trajetória dentro da universidade e da academia. Faço isso a partir do campo, no esforço e na atenção contínua a outras trajetórias, as posições e os afetos ali descritos e produzidos e seus respectivos efeitos.

Me deslocar para a cidade de São Paulo – entre idas e vindas, a partir de 2017, até minha mudança definitiva, em julho de 2019 – traz um primeiro contato com outras trajetórias trans*, distintas daquelas que via dentro da universidade naquele momento. São pessoas que muitas vezes se afirmaram trans muito jovens, ou, mesmo sem se afirmarem trans*, foram expulsas de casa por fugirem de certas expectativas de gênero impostas por suas famílias e/ou sofreram uma série de retaliações nas escolas onde cursaram o ensino básico. Outro ponto importante desse deslocamento foi estar, enquanto uma corpa trans, em um espaço distinto daquele onde estava inserida – de uma cidade universitária no interior paulista para um centro urbano marcado tanto por agitadas mobilizações políticas quanto por uma violência transfóbica que surgia de modo muito mais explícito ao transitar por suas ruas. Me encontrava, ao mesmo tempo, nas referências e portos seguros[44] desses espaços – na tecitura de redes transcentradas, e na troca de experiências entre prazeres e trocas de saberes, mas também de estranhamentos e des/encantamentos[45].

[44] Esses termos retornarão no **Capítulo 3** da dissertação.
[45] Esse relato será trazido mais longamente no **Segundo Interlúdio**.

Ao longo desses quase quatro anos de desenvolvimento de pesquisa, portanto, ocupei posições distintas no que se refere a minha inserção política e epistemológica. Mesmo quando ainda cursava a disciplina com minha futura orientadora, pesquisando grupos online de pessoas não-binárias, minha inserção em campo era de um duplo movimento: era de uma pesquisadora propondo uma etnografia online naquele grupo, e de uma pessoa se re/pensando e se re/encontrando em termos de identidade de gênero. Antropologia e etnografia se mesclavam a uma dimensão afetiva, íntima (porém não individualizada), de auto-reconhecimento e de auto-afirmação. Crescentemente – particularmente quando adentrei na pesquisa etnográfica na UNICAMP – as distinções entre pertencer ou não pareceram se acirrar, seja nas separações entre cis/trans mobilizadas em campo, seja nos meus percursos pelas referências bibliográficas escritas por pessoas trans*, meu pertencimento se acirrava intimamente. Até que na passagem do ano (entre 2017 e 2018), me afirmei publicamente como Brume, solicitando o nome social na universidade. Nessas (e outras) circulações, essa corpa e essa pesquisa foram sendo a todo momento re/feitas e re/inventadas, as fronteiras borradas e fixadas e a necessidade ou não de re/cortes, na escrita, se re/configurando.

Escrever a partir desse lugar im/pessoal – pessoal no sentido de intimidade, mas impessoal nos modos como tal trajetória nunca é restrita a si – definitivamente não é uma tarefa simples. Escrever me é um ato de cura[46]. Desde pequena, gosto de escrever, e escrevo muito. Escrevia histórias mirabolantes, algumas vezes, de mundos e seres fantásticos (hoje concentradas nas leituras de ficção científica). E escrevia – e ainda escrevo – também histórias sobre mim mesma e o que está à minha volta. Picos de ansiedade, de angústia, se resolvem na escrita até o cansaço das mãos e dos dedos. Não é diferente na minha escrita sobre minhas experiências cotidianas enquanto uma agora corpa travesti. Assim como Anzaldúa, gosto de pensar a escrita como sobrevivência: "A escrita é uma ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também nos protege, *nos dá um distanciamento, nos ajuda a sobreviver*. E aquelas que não sobrevivem? Os restos de nós mesmas" (ANZALDÚA, 2000, p.232, ênfases nossas).

Nesse entre-mundos (LUGONES, 2003), surge também a questão: como escrever sobre minha experiência? E aqui estão incluídos tanto relatos pessoais quanto aqueles que atravessam outras pessoas trans* que tenho próximas, em minha intimidade. Em que medida podemos negociar essas dimensões de anonimato e privacidade entre "pares" quando adentramos em campos etnográficos onde esses acordos não são dados *a priori*? Há um desdobramento mais

[46] O conceito de cura é central na produção de diferentes feministas negras e chicanas. Pensar em escrita como cura, aqui, se associa especificamente aos escritos de Carneiro (2019) e hooks (1991).

específico quando o assunto são as dimensões éticas dessa pesquisa. Não apenas falamos sobre pessoas trans* como um todo[47], mas de pessoas trans* que muitas vezes são as únicas de seus cursos, faculdades e institutos ou mesmo de suas instituições, sendo facilmente identificáveis. Assim, a expansão do campo atua também como uma forma de blindar as pessoas interlocutoras sem perder de vista as especificidades de cada localidade. Dito isso, por vezes cito nomes dessas pessoas e por vezes traço relatos mais genéricos – "um/uma/ume[48] estudante disse que". Isso implica em também formular uma tabela dessas entrevistas sem especificar, por exemplo, os cursos de formação, ou eixos demográficos, de cada uma dessas pessoas, conforme trouxe anteriormente. Tais características do campo também impõe um limite descritivo – em muitos momentos não posso descrever extensivamente certas pessoas e locais – me deslocando a explorar formas experimentais de escrita e de descrição etnográfica.

Em sua dissertação de mestrado, Santos (2020) pontua que o ato de nomear pessoas trans* em uma pesquisa não é um ato banal, re/nomeando pessoas que comumente tomaram para si a escolha de seu próprio nome. Foi após ler sua dissertação que passei a sempre perguntar para quem entrevistava se preferiam ou não escolher um nome fictício para si (e, se sim, qual seria esse nome), tendo em vista o peso da escolha e da reivindicação do próprio nome em muitas dessas trajetórias[49]. Além disso, todas as pessoas entrevistadas tiveram a oportunidade de revisar suas entrevistas, tomar notas e propor alterações[50]. Esse foi um fato inclusive interessante para perceber os modos como tais entrevistas são encontros etnográficos de determinado momento – e, nos modos como o "relatar" a si no passado diz menos sobre um retorno de algo dado e mais sobre uma re/imaginação de si e sua trajetória, sobre uma "transfiguração futura" (BUTLER, 2004, p.251). Lembro do retorno de algumas dessas pessoas ao relatarem como mudaram percepções e perspectivas desde o tempo de nossa entrevista, o que também se evidencia na continuidade de contato que tenho com grande parte das pessoas

[47] O conceito de "espacialidade interpessoal" de Talia Mae Bettcher (BETTCHER & GOUILIMARI, 2017), é uma saída importante para o aprofundamento desse debate. O termo se refere a interpelações violentas que certos corpos sofreram e sofrem historicamente. No caso da participação de pessoas trans* em pesquisas acadêmicas, se refere ao modo muitas vezes expositivo e invasivo como algumas produções trabalham, assim como o pouco caso sobre suas demandas políticas e epistemológicas, conforme será desenvolvido no **Epílogo**.

[48] Ao longo da escrita procuro utilizar, dentro das limitações da binaridade da língua portuguesa, a linguagem neutra. Movimentos protagonizados por pessoas trans*, principalmente pessoas trans não-binárias, tem defendido o uso do pronome "e" (e de termos como "pessoas") ao invés de letras e símbolos como "x" e "@".

[49] As únicas exceções, aqui, são Beatriz e Leona, considerando que, primeiro, nossas entrevistas não se aprofundaram em suas trajetórias (ou seja, o risco de possíveis retaliações e constrangimentos é minimizado) e, segundo, por se tratarem de figuras públicas.

[50] Vale pontuar que o projeto de mestrado (assim como os anteriores projetos de iniciação científica) foi devidamente aprovado pelo CEP (Comitê de Ética em Pesquisa).

que entrevistei. Busco evitar, portanto, um congelamento dessas trajetórias[51] – e acredito que, de um modo um tanto inesperado, os modos como inicialmente operei esses relatos, no que se refere a privacidade, me deslocaram também nesse âmbito.

Afirmo, ainda, que me incluo nesse processo – nessa transição contínua, sem começo e sem fim – no sentido em que muito do que escrevi talvez revele suas próprias limitações, até para mim mesma, ao longo dos anos. Talvez hoje (escrevendo essa Introdução, ao final do mestrado) sinto que poderia ter feito melhor certas escolhas, e explorado outros caminhos mais interessantes, pela minha trajetória de pesquisa. Mas isso não isenta o que fiz até então, nesses vários momentos e des/encontros, nas responsabilidades e sensibilidades que deles suscitam, e que aqui proponho enquanto re/corte e enquanto argumento a partir desse trabalho cuidadoso que desenvolvo nos últimos anos. Nas palavras de Isabelle Stengers – em outro contexto, mas que acredito que também se aplique aqui – "nós não temos que nos inventar como radicalmente diferentes do que somos, *pois já somos muito diferentes do que acreditamos ser*" (STENGERS, 2000, p.24, tradução nossa, ênfases nossas). Em termos de escolhas, passei por vários caminhos experimentais ao longo da escrita da dissertação – até compreender que não havia uma solução ou resposta única, mas aberturas possíveis, para o que entendia enquanto uma dimensão epistemológica a partir do trabalho de campo.

Ao longo da dissertação opero não apenas com um conjunto vasto de teorias, métodos e frentes epistemológicas, mas também com uma gama variada de "dados" – qualitativo e quantitativo, relatos de entrevistas, referências jornalísticas, eventos acompanhados em campo, minha própria trajetória im/pessoal, e assim em diante. Conforme explicito ao longo da dissertação, isso não implica em ignorar sua especificidade – mas operar nas particularidades das relações, e compreendê-las em sua complexidade, sem perder de vista possibilidades de conexão. Cada movimento da dissertação, portanto, tem em vista que determinadas perguntas exigem um aporte adequado para as perguntas que suscitam – e que as respostas, embora sejam fechamentos importantes, nos argumentos que fazem emergir, também nos trazem limites e geram deslocamentos, rumo a novas perguntas, e com elas, a necessidade de seguir por determinados caminhos, mesmo que outros sejam possíveis[52].

[51] Para um debate já clássico dos modos como a antropologia constrói seus "objetos" a partir do tempo, ver Fabian (2014 [1983]).
[52] Esse debate será desenvolvido no **Segundo Interlúdio** e no **Epílogo**.

1.5. Plano de dissertação

A dissertação se divide em 7 momentos, considerando a Introdução, três capítulos, dois interlúdios (entre os capítulos 1 e 2, e 2 e 3) e um Epílogo. Cada capítulo se divide em três grandes movimentos, diferentemente da Introdução, interlúdios e Epílogo, com um menor número de páginas e uma estrutura simplificada (com três a quatro sub-itens).

Nessa **Introdução**, abrem-se algumas deixas para os debates, argumentos e conceitos que serão mobilizados ao longo da dissertação, pontuadas nas notas em suas localizações específicas. Teremos um de seus desdobramentos no início do **Capítulo 1**, onde será discutido em mais detalhes uma ausência de dados quantitativos sobre a população trans* no Brasil produzidos pelo Estado e pela academia, principalmente no âmbito do ensino superior público. Será apresentado um breve percurso histórico da implementação de direitos para a população trans* no país, onde serão traçadas questões relativas ao acesso e permanência de estudantes trans* no ensino superior público a partir do espraiamento do nome social em IES (instituições de ensino superior), em um primeiro momento, e do advento de ações afirmativas para pessoas trans*, em um segundo, incluindo um breve estudo de caso na UFABC. O **Capítulo 1** inclui um percurso histórico relativo ao nome social, e um mapeamento geográfico de tais políticas pelo país, a partir de pesquisa quantitativa. Ao final do capítulo, é apresentada a discussão de qual, afinal, é essa "população trans*", onde iniciaremos o debate sobre uma perspectiva teórica-política interseccional, questionando quem são as pessoas trans* que estão hoje no ensino superior público do país e que tem acessado tais políticas. Também serão adensadas as discussões relativas à produção de dados e as perspectivas em termos de teorias e métodos que adotaremos para observar esses fenômenos e processos sociais.

Dito isso, no **Primeiro Interlúdio** a ênfase estará em um chão da implementação de direitos no espaço da universidade – destacando as relações entre seus âmbitos burocráticos e administrativos, de um lado, e estudantes trans*, de outro. A partir dos relatos de entrevistas, veremos os manejos cotidianos da reivindicação, implementação e leitura da legislação relativa ao nome social, em particular, além do uso de banheiros públicos nesses espaços. Discussões do primeiro capítulo serão aprofundadas com aproximações com certa antropologia do Estado e da ciência e, ao final do capítulo, será retomada uma perspectiva interseccional na atenção aos modos como desigualdades, principalmente de raça e classe, são re/produzidas nessas relações institucionais.

Tais reflexões seguem no **Capítulo 2**, onde são deslocadas perspectivas em termos de teoria e método mobilizadas anteriormente. Em um primeiro movimento, nos atentaremos a um contexto histórico contemporâneo marcado por cortes de verba no âmbito do ensino superior

público. Serão adensadas as interconexões entre raça, gênero e classe no contexto brasileiro e latino-americano ao trazer a tona a vida de Matheusa Passareli. Através de seus escritos – alinhados a debates no interior dos feminismos interseccionais (incluindo aqui transfeminismos e feminismos negros), assim como perspectivas pós/decoloniais – nos movimentaremos em discussões relativas aos limites estruturais de agenciamentos, os modos como operamos (e podemos operar) violência em etnografias e possíveis leituras de percursos históricos que se atentem ao que escapa um aporte analítico baseado em determinados reconhecimentos legais.

Um "nós" complexo é o ponto-chave do **Segundo Interlúdio** – onde, de "nós em nós", caminharemos a partir de um relato im/pessoal, enfatizando primeiro minha posicionalidade enquanto uma corpa travesti nesse e além do espaço da universidade, em transições materiais, espaciais e afetivas, segundo enquanto antropóloga e feminista (nas relações com o "campo" e seus aprendizados) e, terceiro, enquanto uma ativista pesquisadora, a partir de uma trajetória da reivindicação e implementação de políticas afirmativas para pessoas trans* no interior da UNICAMP.

Com isso, temos uma passagem às miudezas do cotidiano ao longo da dissertação e a ênfase nos agenciamentos – sem perder de vista as conexões entre diferentes escalas e seus limites e desafios. No **Capítulo 3**, serão enfatizados os relatos de estudantes trans* sobre sua presença na universidade pública. Nos atentaremos a falas relativas às "referências" e "portos seguros" encontrados dentro e fora desse espaço, assim como adensaremos um entendimento sobre tais "transições". O conceito de "transições" será o guia rumo às trajetórias escolares de estudantes trans* e suas relações familiares – de modo a complexificar uma perspectiva interseccional e nos modos como, nas práticas cotidianas da universidade, operam determinadas re/produções de desigualdades – nos atentando, ainda, a possíveis linhas de fuga. Um aspecto de multiplicidade não apenas dessas trajetórias, mas também da própria universidade, retornará em um momento final do capítulo, onde, rumo ao Epílogo, serão enfatizados outros espaços da universidade.

Por fim, no **Epílogo**, nos atentaremos aos modos como "conhecimento" operou como uma dimensão central da dissertação e, em um movimento final, serão enfatizadas a produção e a circulação de conhecimentos protagonizados por pessoas trans*, além da retomada de argumentos e conceitos explorados ao longo da dissertação. Os dilemas de como se posicionar nesses espaços, e os embates envolvendo a inserção em sala de aula e na pesquisa acadêmica surgirão de modo a fomentar discussões sobre processos compartilhados de responsabilização e sensibilização – e, com isso, de um alargamento do conceito de "transições" rumo a construção de possíveis alianças, coletividades e futuros possíveis.

A dissertação conta ainda com 3 apêndices. No **Apêndice 1** são apresentados os microdados da pesquisa qualitativa realizada junto à universidades federais via portais de transparência; no **Apêndice 2** um tabelamento das entrevistas com estudantes trans* e, por fim, no **Apêndice 3**, o compartilhamento do documento base apresentado à faculdades e institutos da UNICAMP na implementação de ações afirmativas para uma população trans* em programas de pós-graduação.

Todos os capítulos e interlúdios possuem "caixinhas" onde são enfatizados debates teóricos mais aprofundados, que, embora contribuam para o fomento da discussão e embasem de modo mais substantivo os argumentos apresentados nos capítulos e interlúdios, não necessariamente precisam ser lidos ordenadamente. Ou seja, as "caixinhas" não são leitura obrigatória no entendimento do fluxo da escrita e dos argumentos, mas explicitam as discussões propostas para pessoas leitoras que buscam nelas se aprofundar. Me inspiro aqui em autoras no campo dos estudos feministas de ciência e tecnologia – que procuram trazer, no corpo do texto, discussões teóricas a partir da própria descrição, onde conceitos aparecem no subtexto não como instrumentalização de dados pré-existentes coletados, mas enquanto constitutivos desse campo e sua descrição. Há um entendimento da etnografia para além da distinção teoria/método.

Além disso, enfatizo um elemento de escrita política, também, nessa escolha, tendo em vista que, ao menos enquanto intenção, o fluxo do texto segue sem a necessária leitura desses debates por vezes digressivos. Tenho em vista, aqui, diferentes leituras que essa dissertação possa ter – embora ela permaneça localizada em uma posicionalidade específica que deve ser reconhecida e refletida (por exemplo, no interior da antropologia social, e escrita por uma autora transfeminina branca). Também sob essa perspectiva, alinho aqui teoria e prática – tomando, nessa construção transpológica, aspectos propositivos que emergem a partir do trabalho de campo. Outra escolha intencional, nesse sentido, está na recorrente retomada de argumentos ao longo da escrita, de modo que é possível, por exemplo, ler um capítulo ou interlúdio sem necessariamente ter lido os outros. Dito isso, a todo momento, em nota, trago onde determinados conceitos e debates foram (ou serão) introduzidos e desenrolados na dissertação[53].

Dito isso, há um aspecto um tanto pragmático na mobilização desses conceitos, termos e debates. Os conceitos, e os referenciais que carregam, importam no que fazem emergir – importam nas conexões e aberturas que possibilitam, e em seu aspecto de nomeação

[53] Vale destacar ainda que o itálico é utilizado para ênfases em citações (bibliográficas ou de entrevistas), além de marcar termos estrangeiros.

(STENGERS, 2013). Não são, portanto, fins em si mesmos, embora devam sempre serem entendidos sob sua historicidade e seus limites em meio a suas circulações (COLLINS, 2019). Espero, com isso, colocar em prática essas reflexões nos modos como teço esses enlaçamentos. Embora alinhe esse trabalho de campo a uma amálgama de referências por vezes densa, reforço que sua base constitutiva está nessas relações estabelecidas ao longo desses quatro anos e os aprendizados que tive ao longo desse percurso. O que faço, no limite, é estabelecer conexões outras a partir desses encontros.

PRIMEIRO CAPÍTULO

Do nome social às políticas afirmativas

"Ter os nossos corpos dentro desses espaços não é um benefício para nós. É um benefício para a universidade, que terá a oportunidade e o privilégio de lidar com mentes que resistiram e construíram intelectualidade a despeito de toda a opressão"
– Erica Malunguinho, em sua fala de defesa pelo advento de ações afirmativas na graduação da UFABC

PRIMEIRO CAPÍTULO

2.1. Contra-movimentos

Conforme esboçado na Introdução, a formulação de parte importante das perguntas dessa dissertação passou pelo re/conhecimento e pela atuação sobre ausências observadas na produção bibliográfica brasileira – seja, primeiro, na busca pela atenção a temas caros à população trans*[54] ainda não explorados nessas obras, em suas dimensões éticas, políticas e epistemológicas, assim como em sua relevância conceitual para a antropologia e outras áreas do conhecimento acadêmico (e além), seja, segundo, na observação às incompletudes e limites, se não inconsistências e equívocos, da bibliografia vigente, ontem e hoje, no que se refere a temáticas trans*, principalmente nas considerações sobre o acesso e permanência em espaços educativos institucionalizados.

Em sua tese de doutorado "Conhecimento precário e conhecimento contra-público", Thiago Coacci (2018) versa sobre uma produção de conhecimento centrada em ONGs (organizações não-governamentais) e coletivos[55] protagonizados por pessoas trans* que tem como uma das principais intenções a busca pela resposta a ausências de dados por parte do Estado e da academia, principalmente no que se refere a dados quantitativos. Tal busca se alinha a outras que, de um lado, pontuam os equívocos de certa produção científica vigente – tida como "ciência ruim" – e, de outro, destacam uma invisibilização e uma inferiorização que coloca os conhecimentos produzidos por pessoas trans* enquanto ilegítimos ou menores, particularmente quando, primeiro, tais conhecimentos são originários de outros espaços de produção que não a universidade e, segundo, quando tais conhecimentos enfatizam uma dimensão de experiência – de uma fala em primeira pessoa – na tessitura dessa intelectualidade. Na tese de Coacci, esse "conhecimento contra-público" é tido como produzido por pessoas trans* em rede respondendo a um "conhecimento precário"[56], marcado por sua "falta de utilidade prática", assimetria "entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa", "falta de legitimidade do conhecimento produzido pela universidade e pelos movimentos perante o Estado" e pela "inexistência de dados oficiais sobre a vida de pessoas trans" (COACCI, 2018, p.28).

[54] Uma noção de "a" população trans* será complexificada ao longo do capítulo.
[55] Os "coletivos" são uma categoria importante em estudos contemporâneos sobre movimentos sociais e redes ativistas, particularmente no contexto universitário. Para um trabalho recente sobre coletivos e sua inserção em um cenário político mais amplo, ver Facchini, Carmo e Lima (2020).
[56] Em grande medida, Coacci parte de um referencial analítico distinto do meu em sua construção teórica, o que me faz não acompanhar esses termos na dissertação. Ao mesmo tempo, me aproximo do referencial mobilizado em sua tese a partir dos estudos sociais de ciência e tecnologia – embora tenda a seguir em outra frente, a partir dos estudos feministas de ciência e em certa antropologia da ciência.

Todos esses quatro eixos estão de algum modo presentes nesse e nos próximos movimentos desta dissertação. Conforme pontuei na Introdução, o que era inicialmente um ato aparentemente banal de entrada de campo, clássico na antropologia, se desvelou em suas ausências e incompletudes, inclusive esgarçando esses limites disciplinares e me fazendo adentrar por outras teorias e métodos. Tenho que essa "contra-produção", além de responsiva a inconsistências e ausências, é propositiva na medida em que se propõe a ser uma base importante nessa construção transpológica (para retomar o termo de Renata Carvalho, também apresentado na Introdução) – tanto em sua dimensão utilitária mais palpável (no aprimoramento de políticas públicas, por exemplo) quanto na constituição de uma espécie de marco inicial bibliográfico que, em sua crueza, possibilita construções teóricas outras. Assim, embora pouco-a-pouco eu procure tensionar e complexificar esse começo de história na entrada a, e a partir de, outras narrativas, e inclusive pontue as várias limitações dessa própria dissertação e da corpa travesti que a escreve, tenho que há uma proposta de abertura a outros caminhos possíveis, que de algum modo quebre processos cíclicos re/produtores de desigualdades.

Conversando com Leona, cientista social e uma das ativistas envolvidas no processo de implementação de políticas afirmativas para pessoas trans* na UFABC, notei o modo como a busca pela produção de determinados dados quebrava ciclos de invisibilização e precarização. A ausência de dados se associa historicamente à ausência de políticas públicas – ou mesmo, de sua possibilidade de formulação, dado que tal ausência pode ser acionada no indeferimento da reivindicação de direitos, comumente em estruturas verticalizadas de negociação. Conforme afirma Leona:

> Primeiro passou pela Comissão de Políticas Afirmativas, depois por outra comissão, até o Conselho Universitário [CONSU]. *E em toda etapa você vai revendo os estudos, vão pedindo mais dados*. Foi uma coisa muito cansativa, *para chegar no CONSU e falarem que não tinham dados*.

As redes de articulação em defesa do advento de ações afirmativas para pessoas trans* nessa universidade tiveram um trabalho exaustivo de compilação dos escassos dados existentes sobre pessoas trans* no país naquele momento. Em nossa entrevista, Leona reforça que esses dados tendiam a se concentrar na ausência dessa população em espaços educativos, mais do que na sua presença. Tais dados seguiam o perfil destacado por Coacci de centralidade dessa produção de conhecimento em ONGs e coletivos protagonizados por pessoas trans*, comumente extrapolando os limites do "oficial" (a partir do Estado e da academia) e revestindo-lhes de

certa fragilidade, por parte de movimentos sociais e redes ativistas[57], nessas reivindicações políticas frente a essas esferas. Além disso, havia poucos dados locais, que apresentariam informações sobre as especificidades do ABC Paulista, principalmente numa dimensão quantitativa.

Ao longo do desenvolvimento de minha pesquisa, desde a graduação, percebi a ausência de trabalhos sistematizados sobre um percurso histórico do advento de direitos da população trans* no ensino superior público, assim como a falta de um mapeamento consistente do espraiamento do nome social (com trabalhos ainda dispersos, nessa temática) e de políticas afirmativas, o que inclusive dificultava as reivindicações por políticas públicas e medidas legais na universidade onde estudava. Embora reconheça os limites de minha pesquisa e minha própria trajetória ao me aventurar por esses campos inesperados de estudo, esse capítulo atua como uma tentativa inicial de responder a essas ausências estruturando, mesmo que de modo inicial, esses dados – para que, então, a partir deles, possamos tecer outros movimentos e narrativas possíveis, adensando e complexificando essa espécie de contra-/análise.

Atuando inicialmente como uma apresentação e organização dos dados já existentes e na produção de dados ainda ausentes na bibliografia brasileira, o capítulo se desloca, no seu percurso final, entre complexidades e fricções desses processos históricos e contextos contemporâneos, onde esboço questões e conceitos analíticos que serão melhor desenrolados ao longo dos próximos capítulos e interlúdios da dissertação. Nos atentaremos ao alcance dessas ações afirmativas, introduzindo uma perspectiva teórica e política interseccional, central no desenrolar da dissertação. Também partiremos para um estudo de caso específico de implementação desses direitos, na UFABC, tecendo algumas aproximações com a UFSB.

O nome social me parece um bom gancho para começar a contar essa história. Tendo em vista a ausência de dados sobre a população trans* no Brasil, o espraiamento do nome social no ensino superior público permite algum tipo de tateamento, mesmo que limitado, da presença de estudantes trans* nesses espaços. A partir desses entrelaçados momentos históricos de implementação do direito ao uso do nome social passaremos por uma linearidade histórica que ganhará, ao longo desse e do próximo capítulo, curvas e dobras. Assim, gosto de pensar que esse "contra-movimento" inicial passará depois a outros (contra-[58])movimentos que se entrelaçarão a ele dando-lhe novas formas e promovendo-lhe aberturas outras.

[57] Ao longo da dissertação não faço distinções entre os termos "movimentos sociais" e "redes ativistas". Embora haja disputas sobre essas categorias em determinados campos de pesquisa, tomo-as em consonância tendo em vista seu uso em campo e as conexões bibliográficas possibilitadas nessa junção.

[58] Dada a proposta um tanto in/disciplinar (ou, diria, trans/disciplinar) dessa dissertação por definição antropológica, por vezes brinco, nas entrelinhas, com alguns termos caros à disciplina. "Contra" é um deles –

Primeiro movimento: Nome social

2.2. Constituição de princípios legais e espraiamento do nome social em universidades públicas

O nome social é uma demanda histórica de movimentos sociais e redes ativistas protagonizados por pessoas trans*. A reivindicação desse direito visa garantir que pessoas trans* tenham seu nome respeitado em instâncias administrativas e burocráticas – sendo, portanto, associado às passagens de pessoas trans* por espaços institucionais[59]. Sendo efetivamente implementado ao final dos anos 2000, o nome social é um direito específico a população trans*, que ganhou forma de modo muito particular no contexto brasileiro, enquanto uma política paliativa que surge a partir dos primeiros passos do movimento organizado de travestis no país, demanda presente pelo menos desde a década de 90 (ARAÚJO, 2020)[60].

Para essa pesquisa, foram consultadas 60 universidades públicas federais via portais de transparência, embasado na Lei de Acesso à Informação, apresentadas de modo detalhado no **Apêndice 1**. Vale ressaltar que a sugestão desse mapeamento partiu de meu exame de qualificação[61]. Portanto, considerando o prazo de defesa da dissertação, não tive o tempo necessário para realizar eventuais buscas mais aprofundadas em cada uma dessas universidades (dado que alguns direcionamentos posteriores foram sugeridos a órgãos internos). Além disso, algumas das instituições responderam que a pandemia do COVID-19 havia afetado o funcionamento de determinadas instâncias administrativas e burocráticas, o que também impactava na produção e divulgação de dados internos. De todo modo, podemos traçar algumas considerações gerais a partir dos números obtidos, em suas aproximações com outras pesquisas de base quantitativa recentemente publicadas.

Em todas as universidades foi declarado que o nome social era um direito já garantido nesses espaços, e que já haviam sido feitos pedidos, por parte de estudantes trans*, de seu uso prático no dia-a-dia universitário – em todas as instituições havia pelo menos um pedido de

remetendo à produção de Clastres (2017 [1977]) e, de modo mais abstrato e ampliada, a certa produção no interior da antropologia política que pensa sobre Estado e a própria in/definição do que é, afinal, política.

[59] O nome social é uma política específica do Brasil, não havendo precedentes legais em outras partes do mundo. Embora seja uma conquista histórica, o direito foi recebido com uma série de críticas por parte de redes ativistas e acadêmicas na expansão de sua implementação, almejando o reconhecimento a nível federal e tendo em vista os já existentes precedentes legais e jurídicos em outros países da América Latina (Argentina e Uruguai, em particular). Uma mudança substantiva foi realizada anos depois, embora muitas dessas críticas (a crítica a falta de políticas públicas federais voltadas à população trans*, por exemplo) ainda se sustentem.

[60] Para um aprofundamento da história dos movimentos e ativismos trans* no país, ver as quatro ondas delimitadas por Coacci (2018).

[61] Agradeço a Professora Flávia Rios pela sugestão e pela posterior ajuda na obtenção dos dados.

nome social vigente. Muitas universidades disponibilizaram decretos internos que abriram essa possibilidade institucional (e, eventualmente, que regulamentaram seu uso cotidiano), comumente a partir do meio dos anos 2010, principalmente entre os anos 2015 e 2017.

Sua implementação efetiva perpassa por uma série de densidades (tema do interlúdio que sucede esse capítulo), além de haver grande variabilidade no número de pedidos em cada instituição. Como um todo, no entanto, seu princípio legal é o mesmo – evitar constrangimentos e facilitar a circulação de pessoas trans* em meio à redes burocráticas e administrativas, promovendo, no âmbito da educação, seu acesso e permanência. Seja presencialmente ou remotamente, estudantes trans* podem, a partir desse aparato legal, solicitar o nome social sem apresentar qualquer tipo de documentação adicional ou possíveis "comprovantes" de sua identidade de gênero, seguindo um princípio de autodeterminação[62]. Isso torna esse processo, ao menos na letra de lei, simples e rápido.

A possibilidade de uso do nome social se atrela a outras demandas históricas dos movimentos e ativismos trans*, principalmente no que se refere a despatologização dessas identidades de gênero. Até 2018, a alteração no registro civil era permitida apenas pela via judicial, que comumente exigia a apresentação de laudos médicos que, por exemplo, atestassem a realização de determinadas cirurgias (BESEN, 2018). Conforme pontua Besen (2018), a alteração no registro civil de pessoas trans* por via judicial comumente exigia laudos psicológicos e psiquiátricos que atestassem a chamada "disforia de gênero" nas pessoas solicitantes. A "disforia de gênero" é uma categoria médica que busca descrever uma denominada "condição" de desconforto persistente com características sexuais ou marcas de gênero que remetam ao gênero atribuído ao nascer[63].

Ao mesmo tempo, o processo de retificação civil judicial era autorizado a pessoas cisgêneras a partir de justificativas como constrangimentos causados pelo nome registrado ao nascer e pelo reconhecimento social do nome a ser retificado – configurando uma assimetria legal entre pessoas cis/trans e uma inconsistência prática no manejo do juizado frente às solicitações de retificação civil dos documentos por parte de pessoas trans* – tal decisão,

[62] Termos distintos aparecem a depender do aparato legal – sendo comumente utilizado o termo "transexuais e travestis", dada a história do movimento trans* no Brasil (BARBOSA, 2010; COACCI, 2018; CARRIJO ET AL, 2019; ARAÚJO, 2020). Esses termos abrangem, legalmente, qualquer identificação que escape do sexo/gênero designado ao nascer (ou, dito de outro modo, pessoas não-cisgêneras).

[63] Em manuais médicos, o termo foi historicamente enquadrado como um distúrbio (no DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) ou um transtorno mental (no CID – Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde). Para um estudo aprofundado da categoria "transexualidade" no interior desses saberes, ver Leite Jr (2011).

portanto, tinha como base uma espécie de "caso-a-caso", variando em cada juizado responsável pelo caso em questão.

Passos importantes na re/configuração desse direito foram dados por ativistas e movimentos articulados de pessoas trans* ao longo dos anos. Em 2016, Neon Cunha pediu morte assistida pelo Estado caso não conseguisse alterar judicialmente seus documentos sem a necessidade da apresentação de laudos médicos, conquistando esse direito em outubro do mesmo ano. A decisão do juiz responsável pelo caso foi baseada no princípio de autodeterminação da identidade de gênero de cada pessoa, ou seja, sem mediações médicas que autorizem ou não o pedido com base na produção e apresentação de certos documentos e diagnósticos[64].

Uma crescente abertura internacional e a atuação de ativistas em sua extensa rede de articulação permitiu que em 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizasse a alteração de nome de pessoas trans* diretamente pela via administrativa – no mesmo ano em que a "transexualidade" deixou de ser classificada como um "transtorno mental" no CID, passando a integrar a categoria "condições relacionadas à saúde sexual", classificada como "incongruência de gênero"[65]. Ao mesmo tempo, conforme enfatizo nesse capítulo, isso não implica em um desuso do nome social, que permanece sendo um importante direito no dia-a-dia de estudantes trans*.

Despatologização e o manejo de dados entre redes ativistas, estatais e acadêmicas

Há um cenário internacional de formulação, implementação e circulação de direitos referentes à população trans* que a todo momento abre ou fecha campos de possibilidades. Bruno Barbosa (2010, 2015) enfatiza as disputas e tensões em meio a esse cenário, incluindo as fricções entre transexualidade e travestilidade. Mais do que um conflito identitário em si mesmo (no sentido restrito do termo), tais fricções constituem complexidades internas dessas redes e atravessam a formação de alianças estratégicas movidas e fundadas em interesses e perspectivas comuns – por exemplo, na aproximação de ativistas trans* com parte da academia. Tais relações

[64] Fonte: PEREIRA, Felipe. Independência ou morte. *Universa*, 8 de março de 2020. Fonte: FELITTI, Chico. Pela primeira vez, mulher trans pode mudar gênero sem avaliação médica. *Folha de São Paulo*, 31 de outubro de 2016.
[65] Sua saída não é definitiva por conta dos fundamentos jurídicos, em diferentes países do mundo, que atrelam o acesso de transexuais a serviços de saúde devido a presença dessas (agora) ditas "condições" de gênero em manuais médicos.

são postas em um contexto transnacional, tendo, de um lado, certo "culturalismo travesti" e, de outro, a "transglobalização" de termos como trans, transsexual e transgênero (BARBOSA, 2015).

Um marco histórico desses enredamentos internacionais é a convenção de Yogyakarta em 2006, que aplica a legislação internacional de direitos humanos em relação à identidade de gênero, associada a um "sentimento pessoal do corpo" que pode envolver determinadas modificações corporais "por livre escolha" (YOGYAKARTA, 2006). Diversos dos decretos e respostas judiciais citadas ao longo deste capítulo se fundamentam direta ou indiretamente nessa definição de autodeterminação da identidade de gênero.

Outros marcos históricos importantes se referem a um processo de atrelamento dos direitos LGBTI[66]+ aos direitos humanos no Brasil, que tem como precedente o advento do programa Brasil sem Homofobia, em 2004. Já após Yogyakarta, tem-se em 2009 os Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT e Programa Nacional de Direitos Humanos, que incluem demandas específicas referentes à população transexual e travesti (CARRARA, 2010; CARRARA, 2015). Destaque-se ainda as campanhas "Travesti e Respeito", em 2004 – com o mote "já está na hora dos dois serem vistos juntos''. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida" (CARVALHO, 2011; CARVALHO, 2015) – e "Educação sem preconceitos: a travesti na escola", em 2010, que trazem a tona a demanda pelo acesso e permanência de pessoas trans* no ambiente escolar. Ao mesmo tempo, as conexões entre "LGBTI+" e a população trans*, especificamente, exigem alguns cuidados. Historicamente foram tecidas uma série de disputas e tensões nos modos como a letra "T" se inseriu na sigla LGBTI+ como um todo – tanto em processos de invisibilização quanto em certa centralização em narrativas de morte e sofrimento[67]. Esse não é percurso novo, onde a inserção no dito "movimento LGBT" perpassa também a inserção via sistemas de saúde (Carrijo et al, 2019, p.10):

> Não foi o movimento LGBT que constitui esse movimento, muito pelo contrário; o movimento de travestis e transexuais entrou para o movimento LGBT, mas, ao mesmo tempo, se manteve com suas próprias ações, como é o caso do Entlaids e muitas outras. O que não aconteceu com outros grupos de ativismo dentro do próprio movimento, que raramente mantiveram atividades singulares permanentes em tantos espaços sociais, governamentais, políticos e acadêmicos distintos.

Outro ponto importante de distinção histórica, aqui – que acredito que deva ser estudado mais profundamente em outras produções bibliográficos no interior de movimentos e ativismos

[66] Ao longo da dissertação utilizo uma série de variações dessa sigla. Atualmente, no Brasil, "LGBTI+" tem sido a sigla mais usual quando pensamos em um contexto mais institucionalizado de movimentos sociais e redes ativistas, se referindo a "lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e pessoas intersexo". Por vezes, a sigla é expandida em determinados contextos e momentos no trabalho de campo, principalmente no uso de "LGBTQIA+" (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, pessoas queer, intersexo e assexuais/pessoas no espectro A) e suas variantes (incluindo parte dessas letras, e não outras).

[67] Esse é um fato amplamente observado na bibliografia brasileira, a exemplo de Facchini (2005), Carvalho e Carrara (2013), Coacci (2018) e Araújo (2020).

trans*, frente ao advento de sua "quarta onda" (COACCI, 2018) – me parece ser a popularização do termo "cis" e seus correlatos, que configuram distinções estratégias entre cis/trans[68], assim como de identidade de gênero e sexualidade, que é recorrentemente operada em campo, em diversos sentidos, e tem sido questão incontornável de uma produção contemporânea que trabalha junto a pessoas trans* e questões que são caras nessas vidas.

Ao mesmo tempo, quando falamos sobre desburocratização do processo de retificação civil dos documentos não podemos deixar de nos atentar a movimentos de despatologização de identidades trans* em meio a essas redes e percursos históricos. Muitas das bases desses direitos ainda se fincam na inserção de identidades trans* e interssexo em manuais médicos – tema caro a uma série de produções que versam sobre a construção de certa binaridade do sexo no interior desses saberes, baseada em uma dicotomia genital tida como natural e re/produzida em suas práticas (MACHADO, 2005; PRECIADO, 2016, entre uma série de outros exemplos).

Conforme veremos mais a frente, tal inserção passa pela definição de uma população-alvo dessas políticas baseadas nesses parâmetros – que, por exemplo, se finca em uma diferenciação entre um "transexualismo" verdadeiro, que implica no acesso a certos procedimentos médicos, e um "travestismo", que seria meramente o ato de se vestir com roupas do dito "sexo oposto" e, portanto, não passível de acessar tais procedimentos (LEITE JR, 2011). Tais definições foram crescentemente questionadas por articulações protagonizadas por pessoas trans* (BETTCHER, 2014), sendo lidas como patologizantes – tanto por sua base em critérios médicos pouco dialógicos com a vida cotidiana dessa população, quanto pelos modos como legalmente eram (e ainda são) feitas distinções desiguais nos modos como pessoas trans* poderiam acessar determinados direitos (como no caso da retificação civil dos documentos).

Tanto no exemplo citado de Barbosa (2010, 2015) quanto de Leite Jr (2011) temos um entrelaçamento entre "Estado, ciência e sociedade" em suas complexidades constitutivas. As distinções entre transexualidade/travestilidade, por exemplo, operam de modos distintos em meio a essas também distintas relações que a todo momento re/produzem e re/configuram essas categorias e suas in/distinções – de um lado, redes ativistas e movimentos sociais de travestis frente a ONGs internacionais, de outro, pessoas trans* em suas aproximações com os sistemas médicos e seus saberes, e assim em diante. Tais embates ocorrem comumente em redes verticalizadas no que se refere à produção de conhecimento, que nos desloca a observar as interações friccionadas dessa tríade muitas vezes desigual em seu poder decisório. Retornando a Coacci (2018), vemos que o autor pontua ainda as tensões, nessas relações, em meio a processos históricos mais amplos de racionalização e cientificização do Estado, imbricados na delimitação de uma população-alvo (COACCI, 2018, p.21):

[68] Retornarei a essa distinção no **Epílogo** dessa dissertação, com discussões presentes também no **Capítulo 3**.

> Por um lado, a saída da ciência para espaços mais locais implica numa cientificação cada vez maior da sociedade, da vida, dos processos políticos e dos conflitos. A decisão se o Estado deve ou não considerar uma pessoa como mulher, por exemplo, deve ser legitimada por um laudo que apresenta uma justificativa baseada em critérios diagnósticos padronizados pela ciência médica. Por outro lado, essa contextualização também implica um questionamento do valor de certeza da ciência e no reconhecimento de outras formas de conhecimento como legítimas para contestar o saber científico.

As universidades têm sido um pólo no espraiamento da implementação do nome social em diferentes concursos e instâncias públicas e privadas do país. Um dos primeiros precedentes de seu uso foi em uma universidade pública: em 2009, uma resolução da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) autorizou a inclusão do nome social em documentos internos da universidade, através da resolução nº 013/2009 do CONSU, assegurando "incluir o nome social de travestis e transexuais nos registros acadêmicos (diários acadêmicos, cadastros, históricos, certificados e demais documentos internos)" (CONSU/UNIFAP, 2009). A universidade é uma das cinco instituições – junto ao IFSC (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina), IFC (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense), UFABC (Universidade Federal do ABC) e UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso) – que asseguraram o direito de uso do nome social ainda ao final dos anos 2000, segundo os dados coletados e sistematizados por Dallapicula e Fonseca (2016). Os autores pontuam que um primeiro momento de expansão do uso do nome social em instituições de ensino superior (IES) públicas é dado a partir de novembro de 2011, com a portaria nº 1612, do MEC, além de enfatizarem a importância da portaria nº 333, de maio de 2010, no âmbito da administração pública federal. Seguem-se nos próximos anos uma série de outras medidas legais em diferentes escalas – incluindo conselhos municipais e estaduais de educação, e princípios internos às instituições de ensino básico e superior.

Precedentes de reconhecimento estatal a nível estadual e municipal no âmbito educacional são dados pouco tempo antes, em meados de 2008, quando prefeituras e secretarias pelo país passam a possibilitar o uso do nome social em unidades escolares da rede pública. Exemplos desse primeiro momento incluem a Portaria Estadual do Governo do Pará (LIMA, 2013) e a decisão do Conselho Municipal de Educação da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (DA SILVA JUNIOR, 2016).

Ao mesmo tempo, é apenas em janeiro de 2015 que são estabelecidos parâmetros nacionais para a implementação efetiva do nome social no âmbito educacional, tido como uma

"garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais" (BRASIL, 2015). A Resolução CNCD/LGBT nº 12, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação/LGBT, traz orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização (BRASIL, 2015).

Tal regulamentação é feita pouco tempo depois de sua implementação no ENEM, em 2014, instituída pelo INEP, que estabelece um importante marco na consolidação desse direito no âmbito da educação formal e, conforme veremos mais à frente, possibilita também um primeiro tateamento na produção de dados sobre a busca de pessoas trans* de acesso ao ensino superior público a nível nacional.

A possibilidade de uso do nome social no ENEM e a resolução do CNCD/LGBT vem, por sua vez, alguns meses antes do decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016, que finalmente garante o uso do nome social a nível federal (BRASIL, 2016). Tal decreto é precedido por decretos estaduais – iniciados na já citada resolução estadual no Pará – onde, ao longo dos anos 2010, estados da federação passam a garantir e regulamentar o uso do nome social, inclusive para além do âmbito da educação. No estado de São Paulo – onde o trabalho de campo desta pesquisa se concentra – o decreto nº 55588 foi promulgado em 17 de março de 2010 (SÃO PAULO, 2010).

Embora a educação se constitua como um campo central de disputas de direitos historicamente e contemporaneamente, é necessário reforçar, quando falamos sobre o espraiamento da possibilidade de uso do nome social, um primeiro momento de reconhecimento federal em agosto de 2009, quando há a possibilidade de uso do nome social no cartão do SUS (Sistema Único de Saúde) (SILVA et al, 2017), o que segue uma série de outros precedentes legais – no que se refere à formulação e implementação de direitos direcionados à população trans* – vindos da saúde pública.

Precedentes legais no âmbito da saúde pública brasileira

No Brasil, a formulação e implementação de direitos direcionados à população trans* – e, com isso, processos de reconhecimento por parte do Estado no âmbito legal – foi dada majoritariamente via serviços públicos de saúde. Um primeiro momento desse percurso tende a ser atribuído a inclusão de travestis em medidas estatais de prevenção de HIV/AIDS, nas décadas de 1970 e 80 (CARVALHO, 2011; CARVALHO, CARRARA, 2013). Temos ao final dos anos 2000 o surgimento do denominado "Processo Transexualizador" no SUS, sendo a possibilidade de

realização de cirurgias de transgenitalização feminina em 2008 um marco importante nesse percurso. Seu precedente recorre a 1997, quando o CFM (Conselho Federal de Medicina) deixou de considerar mutilações procedimentos médicos de mudanças corporais, particularmente cirurgias genitais, nos ditos "pacientes transexuais" (CARVALHO, CARRARA, 2013; ALMEIDA & MURTA, 2013). Um caso emblemático aqui é o de Roberto Farina, conhecido por realizar os primeiros procedimentos cirúrgicos em homens e mulheres transexuais no país, ainda na década de 70. Inicialmente acusado pelo CFM de lesão corporal grave, o caso foi eventualmente absolvido, em consonância com decisões internacionais, que já caminhavam na legalização desses procedimentos.

Ao mesmo tempo, o acesso integral à saúde por parte da população trans* no Brasil ainda permeia uma série de dificuldades e entraves. Entre os mais comumente relatados, está, em relação às transmasculinidades, a nomenclatura de "procedimento experimental" que cirurgias genitais ainda tem no sistema público (ALMEIDA & MURTA, 2013; OLIVEIRA, 2015; LEMOS, 2020). Em relação às transfeminilidades, a diferenciação entre "transsexual" e "travesti" baseada na demanda ou não por certos procedimentos cirúrgicos ainda opera em alguns ambulatórios e hospitais, conforme vimos anteriormente. A depender de cada um desses espaços institucionais, são adotados parâmetros distintos de atendimento, que compreendem de modos não unificados quem pode ou não acessar esses serviços e determinados procedimentos médicos – por exemplo, nas não-binaridades e suas possibilidades (ou não) de acesso a esses serviços e procedimentos a partir de compreensões distintas do que são categorias como "transexualidade", "disforia de gênero", e assim em diante.

Mais a frente, essa discussão será adensada sob uma perspectiva interseccional (do que, afinal, constituiría mais do que "a" população, "uma" população-alvo), e complexificaremos os marcos e momentos que adotamos aqui para re/traçar uma perspectiva histórica cronológica – compreendendo que essa história contada, a partir de marcos legais e institucionais, é uma história possível entre diversas outras, que nos deslocam a determinados debates e proposições em termos de teoria, método e política. Como uma aproximação precoce desse eixo a partir da própria bibliografia trans* no âmbito da saúde, destaco um aspecto eugenista que historicamente permeou políticas de saúde direcionadas a uma população trans* – o que ainda é explícito em determinados países do mundo (onde, por exemplo, é exigida a castração química de mulheres trans para ter seus direitos garantidos, tal como a alteração civil dos documentos), embora permaneça de algum modo comum mesmo em países onde não é exigida tais medidas extremas (RADI, 2020). Dito isso, embora não seja o tema dessa pesquisa, há dobras e curvas nessa história linear no âmbito da saúde – tanto quanto no âmbito da educação formal, que não podemos perder de vista em nossas análises e contra-análises.

Ao mesmo tempo, temos ao longo dos anos uma importante passagem da saúde à educação, que tem se constituído como um importante campo de reivindicação e de conquista de direitos pelas pessoas trans*, assim como um epicentro de disputas e controvérsias[69] entre redes ativistas, estatais e acadêmicas no contexto brasileiro contemporâneo.

Por fim, vale enfatizar que em fevereiro de 2018 o decreto federal nº 9278 padronizou as novas cédulas de identidade (RG), incluindo a possibilidade de uso do nome social mediante requerimento por escrito, ou seja, sem a exigência de documentações adicionais[70], o que representa mais uma importante expansão na implementação desse direito no país. No estado de São Paulo, seguindo os parâmetros do decreto federal, o novo RG incluindo a possibilidade de uso do nome social foi adotado efetivamente em setembro de 2019.

Ao longo desse percurso histórico, a nível federal, estadual e municipal, diferentes concursos, escolas e universidades públicas do país passaram a implementar o nome social em seus sistemas administrativos e burocráticos internos. Embora não seja possível re/traçar cada um desses processos em suas particularidades, temos nesse primeiro movimento uma síntese desse percurso histórico mais amplo, tendo em vista marcos importantes no espraiamento de possibilidade de uso do nome social no Brasil e, particularmente, no contexto paulista.

2.3. Dados produzidos a partir (e além) da implementação do nome social

Conforme pontuado, há uma notável ausência histórica de dados quantitativos relativos à população trans* produzidos pela academia e pelo Estado, que tende a re/produzir ciclos de invisibilização e precarização. O nome social é um direito que – para além de seus efeitos práticos no cotidiano de estudantes trans* – têm possibilitado a coleta e a sistematização de dados sobre o acesso de pessoas trans* em escolas e IES. Na fala de Leona anteriormente citada, vemos que tal ausência se insere num ciclo que re/produz a própria ausência de políticas públicas direcionadas a essa população. Em outro momento de nossa entrevista, Leona traz como os ainda escassos dados produzidos a partir da implementação do nome social em exames e universidades foram fundamentais no embasamento dessa demanda por políticas afirmativas direcionadas à população trans* na UFABC.

[69] Retornaremos a essa discussão no **Capítulo 2**.
[70] Antes do decreto federal, haviam algumas medidas estaduais de adoção da chamada "Carteira do Nome Social". Para um estudo de caso no Rio Grande do Sul, tendo em vista suas possibilidades e também possíveis armadilhas e limites, ver Aguinsky, Ferreira e Rodrigues (2013).

Conforme também afirmou Leona, grande parte dos dados que temos hoje versam sobre ausências – ou seja, sobre a não-presença de pessoas trans* em espaços educativos. Novamente, temos um protagonismo de organizações protagonizadas por pessoas trans* na produção desses dados, tais como a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e o IBTE (Instituto Brasileiro Trans de Educação). Segundo dados dessa primeira organização, apenas 0,02% das pessoas trans* no Brasil estariam hoje na universidade, 72% não possuem ensino médio e 56% não completaram o ensino fundamental (ANTRA, 2020). Conforme destacaremos mais a frente, no entanto, devemos trabalhar com cuidado com esse tipo de dado – que inclusive é por vezes contestado no interior dos próprios movimentos sociais e redes ativistas[71].

Os únicos dados produzidos pelo Estado que temos hoje disponíveis são extremamente recentes. Segundo a Pesquisa do Perfil dos Graduandos das Instituições Federais da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) realizada em 2018 (ANDIFES, 2019), apenas 0,1% de estudantes matriculados se identificavam como mulheres trans ou, no mesmo valor de 0,1%, homens trans, e 0,6% se identificam como pessoas não-binárias[72]. A pesquisa envolveu 78% da rede nacional, com uma amostragem de 420 mil estudantes.

Por sua vez, o GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinar em Ações Afirmativas) refinou esses dados e trouxe que o número absoluto de estudantes trans* nas universidades federais girava em torno de 0,3% (PORTELA & FERES JÚNIOR, 2021) – com 2924 estudantes trans*, ao todo. Outra pesquisa, realizada pelo INEP a partir de dados sobre o uso do nome social, traz um número ainda mais reduzido, com menos de 0,1% do total de 533 mil estudantes de instituições federais. A pesquisa do INEP considerou as respostas de 26 das 63 universidades federais do país, incluindo estudantes com matrículas ativas, egressos ou com matrículas canceladas[73].

Seguindo distintas escalas (municipal) e caminhos analíticos (a partir das próprias pessoas trans*, e não de instituições específicas) temos o relatório de pesquisa do Mapeamento das Pessoas Trans no Munícipio de São Paulo (CEDEC, 2021)[74], que indica que 51% da

[71] Um elemento importante, quando pensamos nos dados coletados pela ANTRA, é o fato da amostragem tender a ser de travestis e mulheres trans em contextos de extrema marginalização social (tais como aquelas iniciadas cedo na prostituição).

[72] Em contrapartida, 48,1% se identificaram na pesquisa como mulheres cisgêneras e 40,15% como homens cisgêneros.

[73] Fonte: GOMES, Bianca; FAHEINA, Caio & KER, João. No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans. Capitu/Estadão, 5 de junho de 2019.

[74] A pesquisa foi uma das primeiras realizadas em larga escala no país, com 1788 entrevistas ao todo. Vale ressaltar, no entanto, que o modelo "bola de neve" adotado, a partir de eventos LBGTI+ e centros de referência, tendeu a concentrar as respostas em mulheres trans e travestis. Além disso, grande parte dos homens trans e pessoas não-binárias entrevistadas eram pessoas brancas.

população entrevistada completou o ensino médio, 20% apenas o ensino fundamental II e 18% apenas o ensino fundamental I. Esse número se reduz no ensino superior, sendo de 12%, valor inferior a média no município (CEDEC, 2021) – porém superior ao dados a nível nacional trazidos anteriores, em universidades federais, que giram entre 0,1% e 0,3%.

Vale destacar que o nome social não é utilizado por todas as pessoas trans* nesses espaços (embora, vale lembrar, esse seja um direito especificamente direcionado à essa população) – seja por já terem retificado seus documentos em cartório, por desconhecerem ou não terem obtido acesso a esse direito, seja por simplesmente não optarem por utilizar o nome social em determinado contexto. Mesmo assim, o nome social tem possibilitado tatear algum tipo de dado sobre a tentativa de ingresso de pessoas trans* no ensino superior público, e em sua presença efetiva nesse espaço.

No trabalho quantitativo que realizei junto a universidades federais, via portais de transparência, houve pouquíssimos exemplos de instituições que indicavam numericamente a quantidade de estudantes trans* a partir de autodeclarações nos sistemas internos da instituição (via sistema SIGA[75], por exemplo), ou pesquisas internas de larga escala, embora algumas universidades tenham afirmado que mudanças estavam sendo realizadas nesse sentido.

Uma das instituições apresentou os microdados da pesquisa supracitada da Andifes – onde 0,27% de estudantes haviam se declarado homens trans, 0,64% mulheres trans e 0,47% pessoas não-binárias, em contrapartida a 39% de homens cisgêneros e 36% de mulheres cisgêneras. Uma informação importante, no entanto, está no elevado número de estudantes que responderam que preferem não se classificar (6,4%), não responder a pesquisa (8,91%) ou que escolheram a opção "outro" na pesquisa (0,61%). Esse fato também ocorre no que se refere às perguntas sobre sexualidade, e se repete, em escala maior, nos dados coletados pela Andifes como um todo[76].

Todo modo, vemos que, em um panorama geral, o percentual de pessoas trans* em IES ainda é extremamente reduzido quando levamos em consideração o percentual de pessoas trans* no Brasil, que tende a 2% (cerca de 3 milhões de pessoas), segundo pesquisas recentes,

[75] O Sistema Integrado de Gestão Acadêmica é um sistema unificado adotado por diversas IES do país.

[76] Assim como os dados coletados por ONGs e coletivos protagonizados por pessoas trans*, devemos manejar com atenção os dados produzidos pelo Estado. Um fator importante está no des/conhecimento sobre essas categorias (principalmente as relativas a identidade de gênero), algo que já havia me sido relatado na UFABC na realização de pesquisas internas, onde algumas pessoas cis desconheciam o termo ou mesmo erroneamente se declararam enquanto pessoas trans. Dito isso, o modo como essas categorias são apresentadas nessas pesquisas quantitativas influencia diretamente os dados obtidos.

distribuídos de modo semelhante entre transmasculinidades e transfeminilidades, pelas 5 regiões do país (SPIZZIRRI et al, 2021)[77].

Embora os dados específicos a essas instituições não tenham sido tateados a partir de formulários e pesquisas internas, diversas universidades responderam com dados a partir do número de pedidos de uso do nome social nessas instituições. Por vezes, esses dados foram obtidos pelo número de solicitações, via sistemas internos, tendo como assunto ou palavra no corpo do texto "nome social" – o que dificulta considerações mais bem embasadas[78] – ou, em outros casos, talvez de modo mais substantivo de um ponto de vista quantitativo, a partir do número de estudantes que solicitaram o nome social nessas instituições (via SIGA/SIGAA), sejam ativos ou inativos.

Cinco universidades (UFRN, UFSCar, UFPB, UNILAB e UFRB) trouxeram dados ao longo dos anos. Embora haja certa flutuação nos valores, nota-se, como um todo, um crescimento razoavelmente acentuado após um primeiro momento de implementação. Ao mesmo tempo, os números totais em cada instituição variaram imensamente – de menos de dez pedidos, até algumas dezenas, quase uma centena e mais de 100 solicitações. Como uma tendência geral, nota-se números proporcionais ao total de estudantes em cada uma dessas instituições[79]. Embora haja, novamente, certa flutuação a depender de cada instituição – de mais de 0,2% a menos de 0,05% – percebeu-se valores condizentes com as pesquisas supracitadas.

Grande parte das instituições forneceu apenas a informação de quantos estudantes que haviam solicitado o nome social estavam ativos ou inativos naquele momento, com uma notável prevalência de estudantes ativos. Apenas quatro universidades forneceram informações relativas à identidade de gênero, oito relativas à identidade étnico-racial e três relativas ao acesso ou não por políticas afirmativas (não direcionadas a uma população trans*). Em relação a identidade de gênero[80], em duas instituições havia uma equivalência numérica entre pessoas

[77] Por sua vez, a ANTRA estima que a população trans* no Brasil seja em torno de 1,9%, em relação à população total. Vale destacar que o estudo em questão (SPIZZIRI et al, 2021) não inclui menores de idade na amostragem, assim como não leva em consideração "raça" na análise (embora reconheça uma limitação de classe e escolaridade em sua amostragem).

[78] Em alguns desses dados notou-se uma flutuação numérica ao longo dos anos, que pode indicar que essas solicitações não necessariamente se tratam de novos pedidos de uso do nome social, podendo envolver, por exemplo, críticas e sugestões sobre seu uso nessas instituições, ou solicitações repetidas, além de pedidos que não são aceitos. Um fato curioso foi a resposta de algumas poucas instituições de que nem toda pessoa utilizando o nome social era uma pessoa trans* - o que é bastante contra-intuitivo, dado o fato de que o nome social é, por definição, um direito direcionado à pessoas trans*.

[79] Os dados foram analisados com auxílio de planilhas que continham o total de estudantes em cada universidade e o total de solicitações de nome social. O mesmo vale para a tendência geral das universidades ao longo dos anos, analisada junto a gráficos.

[80] As poucas respostas sobre distinções de gênero foram vagas em relação ao que foi tido como "sexo" (se parte ou não da auto-identificação de estudantes trans*).

do “sexo masculino” e “sexo feminino”. Em uma, 6 das 7 solicitações de nome social eram de pessoas do “sexo feminino”, enquanto, em outra – a única a responder com base na identidade de gênero das pessoas solicitantes – haviam 25 pessoas transmasculinas, 16 pessoas transfemininas e 9 pessoas que não declararam sexo/gênero.

Já em relação a identidade étnico-racial, notou-se certa variabilidade a depender da universidade, o que pode estar relacionado a região do país em que a instituição se localiza e a efetividade ou não de suas políticas de ação afirmativa. Como um todo, no entanto, das 8 universidades que responderam, em 5 havia uma maioria de estudantes negros (somando pretos e pardos[81]). Uma maioria de estudantes trans autodeclarados brancos foi observada na UNIFEI (2 de 2 solicitações), UNIPAMPA (3 de 5 solicitações) e UFSC (28 de 50 solicitações). Em relação ao ingresso por cotas, em 2 das 3 universidades a maioria de estudantes trans* não eram solicitantes de políticas afirmativas, ingressando na graduação via ampla concorrência.

Apenas uma universidade estadual paulista, a UNICAMP, respondeu às solicitações feitas na pesquisa. Nela, havia 51 pedidos com nome social registrado no cadastro, sendo 38 de estudantes regulares ativos. 22 eram do “sexo feminino” e 16 do “sexo masculino”, 21 eram pessoas brancas, 2 indígenas, 11 negras (8 pardas, 3 pretas) e 4 não declararam raça/etnia.

Algumas das universidades forneceram informações relativas aos cursos de solicitantes do nome social. Nas universidades menores havia certa equidade numérica – o número para cada curso tendeu a ser equivalente, com um a cinco pedidos ao todo. Por sua vez, 6 instituições com um número mais elevado de pedidos trouxeram algumas distinções entre áreas. Como um todo, notou-se uma elevada quantidade de cursos onde estudantes trans* estão presentes – havia pelo menos uma solicitação de nome social em um total de 27 cursos, em duas das instituições, e 18, em outra. Em duas dessas instituições – que responderam com uma listagem de cursos – o curso de letras concentrava o maior número de pedidos de nome social (5 e 7, respectivamente). Esse número reduz entre 3 e 5 solicitações nos cursos de artes visuais, ciências biológicas, serviço social, filosofia, artes cênicas e design, seguido de apenas 2 pedidos nos cursos de engenharia ambiental, medicina veterinária, geografia, história, fonoaudiologia, ciências biológicas, administração, psicologia, jornalismo e animação. Em todos os outros cursos há apenas um pedido de nome social, ou nenhum.

Já nas universidades que responderam com base nas áreas de formação, tem-se uma maioria de solicitações nas áreas das humanidades, seguido das artes. A única exceção está na UFABC, com políticas afirmativas na graduação, onde há 31 estudantes trans* no Bacharelado

[81] Vale destacar que em todas as instituições o número de estudantes autodeclarados pretos era menor do que o de estudantes autodeclarados pardos.

em Ciência e Tecnologia (BCT), 11 no Bacharelado em Ciências e Humanidades (BCH) e 3 no Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH).

A lista de cursos citados com a presença de estudantes trans* foi elevada, e incluem, tanto no bacharelado quanto na licenciatura, em cursos diurnos e noturnos: artes visuais, antropologia, ciências sociais, medicina veterinária, ciências agrárias, direito, história, psicologia, museologia, letras, geografia, serviço social, matemática, agronomia, engenharia florestal, ciência da computação, administração, educação física, pedagogia, química, enologia, produção cultural, literatura, biblioteconomia, ciências contábeis, design, engenharia metalúrgica, engenharia da computação, engenharia química, fisioterapia, música, políticas públicas, saúde coletiva, teatro, engenharia de energia, cinema e audiovisual, ciência política e sociologia, medicina, fonoaudiologia, ciências biológicas, engenharia de materiais, oceanografia, educação do campo, arquivologia, museologia, jornalismo, animação, artes cênicas, engenharia de materiais, engenharia da pesca, ciências exatas e tecnológicas, além de cursos interdisciplinares.

Embora cada um desses casos exiga uma atenção particular – pensando na regionalidade e historicidade de cada uma dessas instituições, incluindo a existência ou não de determinadas políticas afirmativas – temos, como um todo, uma variabilidade no que se refere a gênero e raça. As informações relativas aos cursos mostram uma presença de pessoas trans* nas mais variadas áreas de conhecimento, embora comumente sejam ainda as únicas pessoas em suas formações. Novamente, é necessário um cuidado com o manejo desses dados, considerando que em cada instituição o número total de cursos em cada área (exatas, humanas etc.) pode afetar os dados relativos ao número de pedidos de uso do nome social. Mas, todo modo, podemos perceber uma presença de estudantes trans*, mesmo que ainda reduzida, por todas as universidades federais do país, em diversas áreas do conhecimento.

Ao mesmo tempo, se analisarmos os cursos com o maior número de matrículas do país e procura via SiSU (Sistema de Seleção Unificada) e PROUNI (Programa Universidade para Todos), nota-se que a presença de pessoas trans* não acompanha esses valores. Cursos como medicina, odontologia, direito, arquitetura e urbanismo, ciências contábeis, engenharia civil, educação física, fisioterapia, engenharia de produção, biomedicina, nutrição e engenharia química contam com um número ainda limitado de estudantes trans* no ensino superior público, o que acompanha, em menor grau, cursos como o de administração, psicologia, pedagogia, enfermagem, serviço social, ciências biológicas, história e ciência da computação, dada a generalidade desses valores baixos.

Dito isso, tomando como parâmetro a Tabela de Áreas de Conhecimento – CAPES, nota-se um número mais elevado de gargalos nas áreas das engenharias, ciências da saúde e ciências sociais aplicadas, quando comparada às áreas de ciências exatas e da terra, ciências biológicas, ciências agrárias e, principalmente, ciências humanas e linguística, letras e artes, onde, em ambos os casos, a presença de pessoas trans* é percebida em praticamente todos os cursos listados, mesmo aqueles com menor número de matrículas e de procura nos vestibulares, o que também pode ser percebido em alguns dos microdados apresentados pelas universidades.

Os dados coletados pelo GEMAA (PORTELA & FERES JÚNIOR, 2021) também nos trazem um panorama mais amplo. Ali, é tido que a amostra de pessoas trans* universitárias se concentra nas áreas de ciências humanas (21%), ciências sociais aplicadas (17%) e ciências exatas e da terra (15%), seguido pelas áreas de linguística, letras e artes, ciências da saúde e engenharias, e, por fim, ciências agrárias e ciências biológicas[82]. Ao mesmo tempo, nota-se uma discrepância em termos de raça e gênero nesse acesso: enquanto homens brancos superam a taxa dos 15% nas engenharias, esse número não chega a 10% no caso das mulheres brancas e de pessoas pretas e pardas como um todo. Em outras áreas essas distinções são menos explícitas, mas é possível perceber a maior presença de mulheres (brancas e negras) em cursos nas ciências da saúde e ciências humanas, e de homens negros nas áreas de linguística, letras e artes e ciências biológicas. Por fim, nas áreas de ciências exatas e da terra a presença de estudantes trans* aparece semelhante em termos de raça e gênero (com exceção dos homens brancos, em menor número), assim como nas ciências sociais aplicadas e nas ciências agrárias (com exceção das mulheres brancas, em menor número, em ambos os casos).

Podemos contrapor os dados relativos aos cursos ao citado Mapeamento (CEDEC, 2021). Ali, 57% das pessoas entrevistadas não têm a formação necessária para ingresso no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que (CEDEC, 2021, p.31, ênfases nossas):

> A posse de cursos, diplomas universitários e outras certificações, apesar de ser um requisito importante, *não garante (...) o ingresso no mercado de trabalho e nem a obtenção de um emprego na área em que se especializaram* uma vez que permanecem as barreiras da invisibilidade e do preconceito do mercado de trabalho em relação a esse segmento social

No caso de mulheres trans e travestis, destaca-se o trabalho em áreas de serviço (23% e 27%, respectivamente), para aquelas com formação profissional, assim como as áreas de vendas e comércio. No caso dos homens trans, há um destaque para as áreas de ciências sociais e

[82] Novamente, é necessário destacar que a quantidade de cursos em cada uma dessas áreas é um elemento importante nesses dados. Outra questão importante é a distinção entre homens/mulheres feita na pesquisa, que não leva em consideração a existência de pessoas não-binárias.

humanas (19%) (segundo lugar no caso de mulheres trans e travestis, com 15%, e de pessoas não-binárias, com 14%), seguido de técnico de nível médio e áreas relacionadas às ciências físicas, químicas e engenharia. Por sua vez, pessoas não-binárias se concentram nas áreas de comunicação e artes (24%), no município (CEDEC, 2021). Há uma notável discrepância nos números relativos a profissionais do sexo – sendo a principal fonte de renda de 46% das travestis entrevistadas, 34% das mulheres trans, contra cerca de 3% das pessoas não-binárias e um número próximo de 0 de homens trans. Ao mesmo tempo, predominam trabalhos informais e autônomos – cerca de 58% do total, contra apenas 27% com emprego formal com carteira de trabalho assinada – e jornadas duplas (21% da população entrevistada exerce uma segunda atividade profissional).

Um ponto interessante desse Mapeamento está no plano da intencionalidade de inserção no mercado: enquanto entre mulheres trans e travestis concentra-se um objetivo de inserção em áreas como atividades de cabeleireira, chefe ou auxiliar de cozinha ou enfermagem, entre homens trans e pessoas não-binárias surge um leque maior de ocupações (CEDEC, 2021) – tais como áreas das artes, psicologia, docência, e assim em diante – e que, portanto, envolve distintas possibilidades de inserção no mercado, seja pela obtenção de diplomas universitários ou formações técnicas, o que também é movido por possibilidades anteriores de acesso à educação formal e a necessidade econômica vigente em cada uma dessas trajetórias.

Reforço, novamente, uma escassez desses dados a nível nacional, com exceção dos relatórios supracitados, mesmo que ainda recentes e revestidos de suas próprias fragilidades estatísticas. Uma das exceções parte justamente do nome social: um dado que tem sido importante na reivindicação de direitos e na escrita de políticas públicas têm sido os usos do nome social no ENEM. Conforme destaquei anteriormente, o nome social é possibilitado no ENEM em 2014, quando são feitos 95 pedidos ao todo. O número de solicitações quadruplicou em dois anos, chegando a 431 pedidos em 2016. Esse número volta a crescer entre 2018 e 2019, chegando a 394 solicitações, após quedas no ano de 2017 (305) e 2018 (251)[83]. Em 2020 esse número aumenta substancialmente em 450%, com 2184 solicitações ao todo[84].

[83] Fonte: MURÇA, Giovana. Uso do nome social cresce no ENEM, mas ainda faltam políticas de inclusão de pessoas trans no ensino superior. *Quero Bolsa*, 30 de julho de 2020.
[84] Fonte: FERREIRA, Lola. Uso de nome social no Enem salta 450% em relação a 2019. *Carta Capital*, 29 de janeiro de 2021.

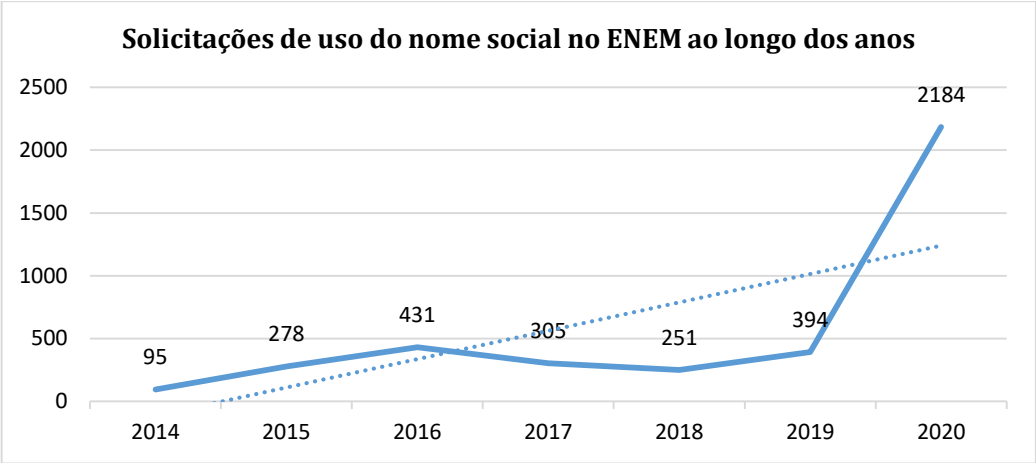


***Gráfico 1**: Solicitações de uso do nome social no ENEM ao longo dos anos.*

Um crescimento considerável de pedidos de uso do nome social também pode ser observado nas inscrições de vestibular para universidades públicas. Na UNICAMP, por exemplo, que passa a adotar o nome social no vestibular em 2016, o número de solicitações triplica em quatro anos, somando 33 pedidos acatados em 2020[85]. Outro crescimento acentuado também pode ser observado no ensino básico. No estado de Pernambuco, o número de alunos que solicitaram o uso do nome social duplicou em quatro anos[86], subindo de 78 em 2017 para 151 em 2019. Já no estado de São Paulo os pedidos aumentaram em quatro vezes no mesmo período, somando 755 alunos[87]. Em Pernambuco, 70% dos solicitantes do nome social são maiores de idade, embora o nome de solicitantes menores de idade tenha aumentado ao longo do período citado (de 18% em 2017 para 30% em 2019). Em São Paulo, 334 das pessoas solicitantes são do EJA[88], 320 do ensino médio e 101 do ensino fundamental – assim como em Pernambuco, concentram-se pedidos efetivados de maiores de 18 anos e, entre os menores de idade, se concentram estudantes entre 16 e 18 anos[89].

Ao mesmo tempo, embora tragam em números uma busca pelo acesso ao ensino superior por parte da população trans*, vale enfatizar que esse número ainda é extremamente reduzido quando comparado à população como um todo – mesmo em um aumento substancial,

[85] Fonte: ILHÉU, Tais. Triplica os candidatos autodeclarados trans no vestibular da UNICAMP. *Guia do Estudante*, 2 de dezembro de 2019.
[86] Fonte: TEIXEIRA, Marcionila. Aumenta número de estudantes trans e travestis usando nome social nas escolas estaduais. *Diário de Pernambuco*, 25 de janeiro de 2020.
[87] Fonte: LEÃO, Ana Letícia. Alunos com nome social quadruplicaram em cinco anos em São Paulo. *O Globo*, 30 de novembro de 2019.
[88] Ensino de Jovens e Adultos. O EJA é uma pauta central no interior de movimentos sociais e redes ativistas trans*, no retorno de pessoas trans* à educação formal. Para um trabalho recente que versa sobre suas especificidades, ver Santos (2020).
[89] A solicitação de uso do nome social para menores de idade perpassa por uma série de meandros legais, e a variabilidade de cada espaço educativo institucional. Comumente, é necessária a aprovação dos pais, mas também há instâncias onde estudantes recorrem a Defensoria Pública.

o número de solicitações no ENEM 2020 ainda se mostra ínfima quando comparada as suas quase 6 milhões de inscrições, enquanto as dezenas de inscrições no vestibular da UNICAMP se perdem em meio as quase 80 mil inscrições anuais.

Tais dados, portanto, embasam reivindicações que enfatizam tanto uma presença – no sentido de uma busca ativa de estudantes trans* de acessar esses espaços da educação formal – quanto explicitam uma ainda notável ausência quando confrontada com dados mais amplos. Os microdados de cada instituição revelam nuances internas, mas é perceptível, ainda, que seja necessário um trabalho intensivo de produção e manejo cuidadoso desses números que joguem com essas dinâmicas de presença/ausência e, portanto, com possibilidades de melhoria no que se refere ao advento de direitos e políticas públicas.

Além disso, vale pontuar que segundo dados do Mapeamento das Pessoas Trans no Munícipio de São Paulo (CEDEC, 2021), 36% das pessoas trans* entrevistadas retificaram seus documentos – 32% nome e gênero, e 4% apenas o nome. Ao mesmo tempo, o uso do nome social apareceu presente no cotidiano de 70% e 80% das pessoas entrevistadas. Além de reforçar a importância desse direito ainda hoje, esses dados nos trazem como, embora revestido de suas próprias fragilidades, o nome social permanece uma importante fonte de produção de dados sobre uma população trans* no país. Simultaneamente, mesmo quando recalculamos os dados das universidades e dos exames vestibulares a partir desse valor (o que em si poderia ser equivocado, dado que são valores regionais) temos ainda a percepção de uma aguda ausência quando contrapostas aos dados mais amplos.

No Interlúdio que sucede esse capítulo veremos alguns embates envolvendo o nome social nas relações de estudantes trans* com a burocracia e administração universitária. Por ora, no entanto, vale enfatizar que o nome social é ainda um direito fundamental no acesso e permanência trans* no ensino superior público. Mesmo após a possibilidade de retificação civil dos documentos em 2018 seu número de solicitações ainda é crescente ou estável pelo país (dado comum tanto em escala nacional quanto nos números internos às instituições). Devemos considerar ainda que, guardadas suas inconsistências práticas e pontos de melhoria, o nome social aparece já como um direito consolidado no ensino superior público brasileiro, em termos de seu espraiamento – vale lembrar aqui que todas as universidades federais pesquisadas já tinham esse direito assegurado institucionalmente a pelo menos 4 anos.

É necessário ter em vista ainda que a retificação civil dos documentos ainda passa pela via judicial para menores de 18 anos – com isso, menores de idade prestando exames para ingresso no ensino superior pelo país tem no nome social uma importante âncora legal. E isso não se aplica apenas nesse caso: além das dificuldades específicas, inclusive financeiras, desse

processo de retificação, o nome social atua, para além de evitar constrangimentos e facilitar circulações, como uma possibilidade de experimentação no espaço da universidade[90].

Re/produção, contra-/produção e produções de dados

Pontuei anteriormente, a partir de Coacci (2018), sobre aspectos de racionalização e cientificização do Estado em meio as fricções entre redes ativistas, estatais e acadêmicas (não excludentes entre si) – onde por ora tal racionalidade científica é tensionada e por outras reivindicada, ganhando relacionalmente e contextualmente centralidades e contornos distintos em meio a esses enredamentos. Acrescento ainda, a partir de Cavalcanti, Bicalho e Barbosa (2018) que tal "racionalidade" pode inclusive atravessar políticas de fazer morrer quando analisamos uma densidade histórica dos processos de re/conhecimento estatal sobre uma população trans* no país. Temos, com isso, políticas de vida e morte operadas em meio a essas relações.

Seguindo a premissa de Haraway (1997) que "histórias e fatos coabitam a mesma matéria" – no caso, tal "matéria" sendo os "números" e os "dados" – devemos sempre levar em consideração suas dinâmicas de re/produção e circulação. Roberto Efrem Filho (2017) enfatiza os modos como são contestados assassinatos contra pessoas trans* enquanto crimes transfóbicos ou não, por parte do Estado, de um lado, e movimentos sociais e redes ativistas protagonizadas por pessoas trans*, de outro. Podemos lembrar ainda de Viviane Namaste (2009) que destaca os modos, em um contexto global, os números relativos a esses assassinatos são contestados em seus enquadramentos enquanto transfobia, de um lado, e a violência contra trabalhadoras do sexo, de outro, que não necessariamente passa pela especificidade da violência sobre identidades e corporalidades trans*. Devemos considerar, com isso, que, para além de dados brutos da realidade, tais matérias atuam também como acionamentos estratégicos em meio a essas redes. Há uma dimensão, podemos dizer, supra/numérica, desses dados brutos e brutais – que atravessa uma série de questões e fricções políticas, afetivas e epistemológicas.

Em relação a uma dimensão afetiva, trago um breve relato im/pessoal. Sendo a "mãe"[91] de uma série de outras pessoas trans*, ouvi de várias jovens em processo de questionamento, principalmente meninas, a angústia de se "assumir" trans* e externalizar uma identidade de gênero frente a certa inevitabilidade da violência materializada nesse tipo de dado. Além do aspecto pouco cuidadoso, analiticamente, dessa observação – considerando que tais violências são explicitamente distribuídas em eixos de raça e classe – nota-se uma dimensão afetiva, na circulação desses dados, que surgem aqui, para além de lentes de observação da realidade "como

[90] Retornaremos a esse argumento no **Primeiro Interlúdio**.
[91] Retomaremos essa discussão no **Segundo Interlúdio**.

ela é", como efetivamente produtoras dessas mesmas realidades. Pensar desse modo é também abrir um campo de possibilidades que compreende essas próprias vidas para além de "meras 'minas de dados' a preencher seu papel subordinado na construção de abstrações teóricas, relatórios de pesquisa e desenho de políticas públicas" (VERGUEIRO, 2015, p.107)[92].

Retornando mais uma vez a Coacci (2018), temos, portanto, uma confluência de produções, no plural, mesmo quando falamos em uma unificada "produção de conhecimento". Temos, com isso, jogos e manejos de contra-produções responsivas, de um lado, re/produções cíclicas e repetitivas, de outro, que, cada uma a seu modo, se sucedem em novos questionamentos, proposições e tentativas de encontro de diferenças e quebras nesses ciclos. Dito de outro modo, operamos nas relações entre "fatos e histórias" – entre "realidade e ficção", nos atentando aos modos como tais pólos se incluem, mas não podem e não devem serem reduzidos um ao outro (HARAWAY, 1997; 2016 [1985]).

Segundo movimento: Ações afirmativas[93]

2.4. Reserva de vagas para pessoas trans* (e outras iniciativas)

Seguindo na trilha do espraiamento da possibilidade de uso do nome social em instituições de ensino superior públicas brasileiras, temos, ao final dos anos 2010, o advento de ações afirmativas para pessoas trans* – movimentação extremamente recente, e que ainda tem sido pouco explorada na bibliografia em suas dinâmicas históricas, políticas e epistemológicas.

Seus precedentes decorrem de duas universidades baianas. As primeiras ações afirmativas para pessoas trans* surgem em cursos de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na passagem de 2017 para 2018. Pouco tempo depois, também em 2018, a UFSB se torna a primeira do país a implementar ações afirmativas para pessoas trans* em cursos de graduação. Posteriormente, a UFABC se torna a primeira (e por ora única) do estado de São Paulo com uma iniciativa do tipo na graduação[94] sendo implementada na passagem de 2019 a 2020, tendo como principal inspiração, legal e politicamente, o modelo de reserva de vagas adotado na UFSB.

Se, em um primeiro movimento, começamos a contar uma história a partir do próprio direito do nome social ao final dos anos 2000, vale aqui certa regressão nessa linha do tempo.

[92] Retomaremos essa discussão no **Capítulo 2**.
[93] Embora compreenda que haja nuances nessa diferenciação, ao longo da dissertação adoto os termos "política" e "ação" afirmativa como sinônimos. Embora o termo "política afirmativa" tenha sido o mais usual em campo, "ação política" é mais comum na bibliografia vigente.
[94] Ao mesmo tempo, o estado de São Paulo já conta com iniciativas diversas no que se refere a pós-graduação, embora elas ainda tendam a serem concentradas em um número reduzido, numericamente, de cursos e programas.

Seria limitador pensar em ações afirmativas sem retomar alguns percursos de expansão do ensino superior público nas últimas décadas, e nos entrelaçamentos históricos dessa expansão com o espraiamento dessas iniciativas. Essa também é uma deixa para pensarmos, logo menos, em uma perspectiva teórica-política interseccional.

Primeiro, vale enfatizar a ampliação do ENEM a partir de 2010, que passa a atuar como o principal (e por vezes o único) meio de ingresso em certas IES, substituindo vestibulares específicos de cada instituição. O exame passa por um crescente processo de reestruturação e unificação pelo país, sendo particularmente marcante, quando pensamos no ensino superior público, a criação do SiSU, em 2010, plataforma digital que permite que egressos do ensino médio se matriculem a partir das notas obtidas no ENEM em cursos de diferentes instituições que adotaram o Sistema.

Embora inicialmente unificada a partir do ENEM, observa-se certa tendência de multiplicação de formas de ingresso nos últimos anos – o que pode incluir tanto reserva de vagas pelo ENEM (via SiSU ou não) quanto vestibulares específicos da IES em questão, que podem ser direcionados para a ampla concorrência e/ou para grupos sociais específicos, em particular populações indígenas, assim como a adoção de reserva de vagas para candidaturas vindas de estudantes medalhistas de Olimpíadas de Conhecimento no ensino básico público.

Outro marco histórico, nesse percurso mais amplo, está na criação do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e sua centralidade no processo de "interiorização" das universidades do país (ZAGO, 2008; ZAGO, PAIXÃO, PEREIRA, 2018). Antes concentradas nas capitais estaduais (e, em grande medida, centros urbanos), o programa, instituído em 2007, está associado à promoção de um espalhamento de universidades e institutos federais em diferentes regiões do país, particularmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Comumente, tais universidades adotam modelos pedagógicos menos tradicionais (em relação às primeiras universidades fundadas no país), de base interdisciplinar. Além disso, elas tendem a possuir uma forte presença de ações afirmativas desde sua criação. Tais políticas incluem, ao menos, pessoas de baixa renda vindas do ensino básico público, negras, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (PCDs), embora já haja exemplos de universidades pelo país que tem expandido tais iniciativas para outras populações, incluindo aqui uma população trans*.

Segundo uma professora da própria UFSB que tive oportunidade de entrevistar, o fato de ser uma universidade nova atua de modo ambíguo – de um lado, temos docentes comumente mais jovens e uma universidade que ainda está ganhando estrutura e forma, o que facilita a promoção de mudanças e a criação de projetos distintos daqueles vigentes até então, enquanto,

de outro, a universidade tem ainda um acúmulo reduzido de capital (econômico e simbólico), sendo revestida de maior fragilidade em termos de sua sustentação e manutenção.

Aproximações com os movimentos e ativismos negros e indígenas

A implementação de políticas afirmativas para pessoas trans* envolve a atuação direta de redes ativistas e movimentos sociais na pressão por mudanças. Além de contemporaneamente interligadas em diversos momentos – na composição de alianças frente a objetivos comuns – há um precedente histórico fundamental, quando pensamos no desenrolar das ações afirmativas no país em sua consolidação e refinamento, no encabeçamento histórico dessas transformações sociais a partir de movimentos e ativismos negros e indígenas, nas mais diferentes regiões do país. Em termos bibliográficos, essa já é uma produção consolidada no Brasil, tanto em termos quantitativos (a exemplo dos trabalhos realizados pelo GEMAA) quanto qualitativos (incluindo áreas como educação e antropologia), versando sobre processos de formulação e implementação dessas iniciativas em diferentes IES, a partir dos mais diversos re/cortes de pesquisa (em termos de uma população-alvo dessas políticas), aportes teóricos e disciplinas acadêmicas.

Quando falamos em ativismos e movimentos sociais protagonizados por pessoas negras, devemos ter em vista um processo de reconhecimento do impacto histórico e contemporâneo do racismo por parte do governo federal brasileiro em meados dos anos 2000, rompendo um discurso oficial de "democracia racial" que permeou governos anteriores (DAFLON, FERES JÚNIOR & CAMPOS, 2013). Além disso, a educação atuou (e ainda atua) como um importante campo de ação na história do movimento negro brasileiro (GOMES, 2012). Por sua vez, as reivindicações no âmbito da educação ganham formas particulares no caso da população indígena e seus precedentes no debate sobre educação indígena (ATHAYDE, 2014).

Inicialmente concentradas em iniciativas a nível estadual, em um âmbito legal, embasamentos federais vão sendo criados a partir dos anos 2000 e 2010, tais como o advento da Lei de Cotas e suas posteriores re/leituras (BRASIL, 2012ª; DAFLON, FERES JÚNIOR & CAMPOS, 2013; KAWAKAMI & JODAS, 2013) e os processos já citados de centralização do ingresso no ensino superior via ENEM e a criação de novas universidades federais via REUNI, associadas a um processo de expansão e interiorização do ensino superior público no país. É nesse cenário que temos o surgimento de ações afirmativas voltadas à uma população trans*, embora permeados por uma série de disputas e tensões, incluindo substantivos contingenciamentos de verbas por parte do governo federal e a presença de notáveis controvérsias públicas ao longo dos anos 2010.

Ganhando novos contornos nesses percursos, um debate recorrente na produção contemporânea sobre ações afirmativas no ensino superior público tem sido a ênfase em uma

dimensão epistemológica de transformação nestes espaços de produção de conhecimento (a exemplo de SANTOS, 2010, MOYA, 2014 e JODAS, 2016), o que adensa e desloca discussões anteriores[95], tendo em vista uma já presença desses outros corpos e histórias na universidade, trazendo limites e desafios.

Um primeiro elemento importante (teórica e politicamente) tem sido a necessidade de transformações também no perfil da docência nas universidades, onde ainda percebe-se uma notável ausência de docentes negros e indígenas (para um estudo de caso na UNICAMP, ver INADA, 2016; na USP, ver SILVA, 2015), o que se entrecruza com a reivindicação política de criação de ações afirmativas também em concursos públicos. Já um segundo elemento recorrente nessa bibliografia tem sido a necessidade de transformações nos currículos dos cursos – por exemplo, nas demandas, por parte de estudantes, de que temáticas envolvendo eixos de diferenciação e desigualdade (tais como gênero, sexualidade, raça, classe e etnia) configurem o quadro comum das disciplinas. O debate sobre currículos tem ainda um precedente importante em estudos na educação básica, inclusive em propostas de sua "descolonização/decolonização" (GOMES, 2012), o que desloca uma discussão mais estrita sobre políticas públicas, no sentido de um manejo de dados estatísticos e a atenção a dinâmicas macrossociais, para questões emergentes no campo da educação e da pedagogia – e, diria, também da antropologia.

Comumente, é adotado um modelo de reserva de vagas adicionais direcionadas à uma população trans*, de acordo com o número total de estudantes de cada curso ou programa. Esse tem sido o modelo mais usual desse tipo de política afirmativa no país, destinando, em cursos de graduação e pós-graduação, vagas adicionais (numérica ou, raramente, percentualmente) ou remanescentes para estudantes trans*. No caso de cursos de graduação, essas vagas tendem a ser parcial (como no caso da UFABC) ou integralmente (como no caso da UFSB) direcionadas à pessoas trans de baixa renda e/ou egressas do ensino básico público, o que também se observa em exemplos muito pontuais na pós-graduação. Assim, embora o termo "cotas trans" seja recorrentemente acionado em campo (por exemplo nas mobilizações de reivindicação desse tipo de iniciativa em IES), em termos mais técnicos seria difícil enquadrar esse tipo de política enquanto uma "cota", o que me desloca a optar, ao longo desse capítulo, pelo termo "reserva de vagas".

[95] Uma discussão anterior, é também fundamental, envolve os entrelaçamentos entre o advento dessas ações afirmativas e a possibilidade (ou não) de "ascensão social" dessas populações. Aqui, novamente, lembro dos trabalhos produzidos pelo GEMAA, a exemplo de GEMAA (2018).

Conforme pontuei anteriormente, um dos objetivos dessa pesquisa se tornou produzir um primeiro mapeamento dessas políticas, dadas as ausências e limitações que notei na bibliografia vigente. Inicialmente, parti em busca de tabelamentos já existentes, e encontrei duas principais referências. A primeira delas está no IBTE, que tem produzido relatórios que esboçam levantamentos dessas políticas (IBTE, 2019; IBTE, 2020). Além disso, há um levantamento também preliminar realizado pelo GEMAA – particularmente em artigo publicado pela cientista política Anna Carolina Venturini (2019), onde é afirmado que 10,4% dos editais de programas de pós-graduação com ações afirmativas no país, analisados na pesquisa, tinham ações afirmativas para pessoas trans* (cerca de 75 iniciativas, naquele momento). Uma terceira fonte de informações foram notícias e reportagens, encontradas online, que esboçam algum tipo de mapeamento dessas iniciativas no país – em particular o levantamento produzido pelo jornal Folha de São Paulo em maio de 2019[96]. Complementei essas referências a partir do trabalho quantitativo junto a 60 universidades via portais de transparência, além de consultar manualmente cerca de 150 editais de cursos e programas de pós-graduação pelo país (tanto individualmente quanto junto a ONGs, que colaboraram no desenvolvimento desse projeto[97]).

Um ponto interessante nos desdobramentos dessas solicitações de informação foi na amplitude que o termo "políticas afirmativas" ganhou nas respostas, abrangendo uma ampla gama de ações citadas como respostas. Inicialmente, a pergunta foi especificamente dirigida para questionar sobre reserva de vagas direcionadas à população trans* na graduação e pós-graduação. As respostas foram majoritariamente negativas no caso da graduação, e muitas vezes não havia iniciativas de mapeamento dessas políticas na pós-graduação. Ao mesmo tempo, diversas instituições retornaram com relatos de iniciativas e ações direcionadas a políticas de "diversidade e inclusão" na universidade.

Por vezes, foram enfatizadas nas respostas as já existentes políticas afirmativas de reserva de vagas para outros grupos sociais nessas universidades (pessoas negras, indígenas, quilombolas...), incluindo a criação de comissões de acompanhamento e da realização de eventos de visibilidade no interior desses espaços. Nesses casos, não foram citadas iniciativas

[96] Fonte: MAIA, Dhiego. Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans. *Folha de São Paulo*, 20 de maio de 2019.

[97] Nominalmente, cito o trabalho que tenho realizado junto a TODXS. Com essa ONG, fui uma das organizadores do "Manual de Implementação de Ações Afirmativas para Pessoas Trans na Pós-Graduação" (TODXS, 2021), onde trouxemos um mapeamento dessas iniciativas pelo país, a partir da pesquisa que desenvolvia até então. Agradeço em particular a equipe organizada (Anielle Monteiro, Pedro Barbabela e Gabriela Melo) pela colaboração na produção desse mapeamento. Tais dados foram complementados no contato direto com as universidades federais via portais de transparência. Também agradeço ao IBTE, no qual hoje sou integrante, pela colaboração nesse processo.

direcionadas à população trans*, especificamente. Em outras respostas, no entanto, a criação de comissões e secretarias direcionadas à população LGBTI+ – ou de "diversidade"[98] – foram ressaltadas, além de iniciativas de promoção do melhor convívio entre estudantes a partir de eixos de diferenciação e desigualdade de gênero e sexualidade. Por sua vez, uma das universidades afirmou que conta com iniciativas de apoio financeiro emergencial para estudantes expulsos de casa por suas famílias – o que diretamente pode beneficiar estudantes trans*, embora a política não seja direcionada a essa população em específico. Notou-se, com isso, uma multiplicidade de formas de ação de combate a LGBTIfobia, que inclusive extrapolaram uma percepção inicial que tinha do termo "políticas afirmativas".

Uma das pautas levantadas foi a capacitação de funcionários da universidade, considerando tanto funcionários públicos contratados pela própria instituição (tais como burocratas) quanto funcionários terceirizados, que comumente atuam em serviços gerais de segurança e limpeza[99]. Tal capacitação por vezes incluía também docentes e discentes. Outra pauta levantada nas respostas foi a realização de disciplinas focadas em temáticas de gênero e sexualidade, principalmente na graduação. Além disso, em algumas das respostas foram citados eventos e cursos realizados no interior da universidade tais como semanas de visibilidade e mesas de debate em datas estratégicas (por exemplo, no dia internacional da visibilidade trans).

Algo que me pareceu curioso, no entanto, foi a ausência da citação da existência de placas nas portas dos banheiros públicos – que, junto ao nome social, constitui uma das principais pautas de pessoas trans* em sua permanência na universidade (IBTE, 2019). As informalmente chamadas "plaquinhas" ganham força a partir de 2015, surgindo em institutos e faculdades de diferentes universidades públicas pelo país, atendendo a demanda de estudantes trans*. Por vezes, isso inclui a criação de banheiros sem distinção de gênero, tendo, nesse caso, seu primeiro registro na UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) em 2016. Muitas das placas afixadas nas portas são eventualmente rasgadas ou pixadas, o que é respondido por parte do corpo discente com a fixação de outros cartazes ou a realização de novas pixações. Além das "plaquinhas", algumas instituições têm regulamentado o direito ao acesso aos banheiros públicos baseado na identidade de gênero a partir de resoluções internas.

Embora não seja possível listar todos os casos citados nas respostas e exemplos em profundidade, reforço que algumas dessas instituições pontuaram que a reserva de vagas para pessoas trans* estava sendo atualmente debatida na graduação e pós-graduação, o que nos

[98] Retornaremos ao termo "diversidade" no **Primeiro Interlúdio**.
[99] A terceirização e a precarização desse tipo de serviço em universidades pelo mundo é tema de diversas pesquisas acadêmicas. Um panorama geral recente é trazido por Connell (2019) ao enfatizar o "trabalho" nesses espaços.

retorna a vivacidade dessas mobilizações. Além disso, em certos momentos foi pontuado que o envio da solicitação dessas informações para a pesquisa promoveu certas movimentações internas de aprimoramento na produção de dados oficiais e da criação de outras iniciativas direcionadas à população trans* no âmbito da universidade.

Além dos ainda escassos exemplos de ações afirmativas para pessoas trans* na graduação, temos algumas universidades que possuem iniciativas de maneira ampliada na pós-graduação (ou seja, não restritas a determinados cursos e programas, via decisões internas). Na pesquisa realizada via portais de transparência, algumas das universidades com tais políticas afirmativas afirmaram que não houve procura de estudantes trans* no ingresso à pós-graduação, principalmente após um primeiro ano de implementação (quando tais iniciativas tendem a terem mais notoriedade). Conforme podemos observar a partir dos dados apresentados anteriormente – que mostram que há estudantes trans* na graduação em todas as universidades federais do país, nas mais diversas áreas de formação – vemos que são necessárias medidas de visibilidade dessas políticas.

Além disso, em minha leitura, algumas das IES com ações afirmativas amplas na pós-graduação o fazem de modo restritivo, reservando um pequeno percentual das vagas remanescentes, onde, além de reduzido numericamente, "pessoas trans" são aglomeradas junto a diversos outros grupos sociais (ou seja, tais vagas são direcionadas não apenas à pessoas trans*, mas também pessoas indígenas, quilombolas, e assim em diante), perdendo a necessária especificidade dessas políticas. Destaco ainda a existência de políticas que operam a partir das demandas das inscrições, onde uma pessoa pode solicitar o acesso a políticas afirmativas ampliadas de acordo com sua trajetória (ou seja, os grupos das políticas afirmativas não são dados anteriormente). Embora haja uma possível abertura a debates e eventuais composições de políticas afirmativas específicas a partir de tais demandas, temos novamente o risco de perder as nuances históricas e institucionais dessas iniciativas. Outro caso curioso – observado em uma das universidades – é a existência de políticas afirmativas para "pessoas LGBTI+" como um todo, o que novamente nos desloca na perda da especificidade das violências e processos de exclusão e invisibilização contra uma população trans* na história brasileira[100].

Além disso, devemos considerar que as políticas afirmativas não se encerram em si mesmas. Assim, é necessário repensar os modelos adotados por diferentes instituições e seu concreto impacto social nas populações que almeja alcançar. Políticas afirmativas inefetivas

[100] Essa foi também uma pauta levantada nas mobilizações por políticas afirmativas para pessoas trans* na UFABC. Em nossa entrevista, Leona afirma que as próprias redes ativistas e movimentos sociais LGBTI+ contestavam essa proposta encabaçada por parte do corpo docente.

podem serem usadas como uma espécie de justificativa de que elas "já existem" – logo, abafando possíveis demandas sociais e políticas que visam uma necessária transformação social promovida por tais ações afirmativas[101].

Destaco ainda a criação de resoluções internas que regulamentam o acesso a tais políticas institucionais. Uma dessas universidades, a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), que conta com crescentes políticas afirmativas para pessoas trans* em programas de pós-graduação, afirmou em resposta à solicitação que atualmente estão sendo debatidos processos de regulamentação. Tal regulamentação pode incluir questões como o alocamento de vagas e bolsas nesses programas a partir de eixos de diferenciação e desigualdade, além da possível criação de medidas centralizadas de averiguação de candidaturas a reserva de vagas direcionadas à pessoas trans*.

Ao mesmo tempo, o número de solicitantes do nome social na pós-graduação se mostrou extremamente reduzido em todas as instituições que concederam esses dados, independente de seu tamanho – incluindo tanto suas solicitações quanto seus egressos. Quando não reduzido a números como 2 e 3, por vezes não haviam estudantes trans* assim autodeclarados ou solicitantes do uso do nome social nessas instituições. Isso foi constatado inclusive em instituições com políticas afirmativas para pessoas trans* em cursos e programas de pós-graduação[102]. Exemplos de candidaturas e aprovações nesses processos incluem áreas como desenvolvimento territorial sustentável, educação, filosofia, ciências humanas e sociais, economia política mundial, energia, ensino, ciência da computação, direito, psicologia e plantas medicinais, aromáticas e condimentares.

Ao mesmo tempo, enfatizo que a partir dos dados relativos ao nome social vemos que o número de matrículas ativas na graduação é muito mais elevado que o número de matrículas inativas (referente a pessoas já formadas ou que evadiram da universidade) – temos, com isso, que há um contingente de pessoas trans* em cursos de graduação, e que poderão, nos próximos anos, ingressar em cursos de pós-graduação, mesmo que isso ainda se dê, hoje, de modo introdutório.

Em relação a sua dinâmica temporal, enfatizo que sua implementação atravessa um rápido crescimento dessas ações ao final dos anos 2010, passando a incluir iniciativas em praticamente todas as universidades mais antigas do país, inclusive no estado de São Paulo.

[101] Retornaremos a algumas dessas nuances no **Segundo Interlúdio**.
[102] Um fator importante aqui está no fato de tais políticas serem ainda recentes. Ao mesmo tempo, é necessário olharmos com atenção aos dados relativos a solicitações e egressos de estudantes trans* em cursos e programas de pós-graduação ao longo dos anos.

Embora iniciativas na graduação sejam ainda pontuais, nota-se uma expansão dessas ações na pós-graduação que exige um olhar mais cuidadoso a suas nuances. Temos, ainda, pistas de questões futuras, cada vez mais pulsantes, tais como a centralização desses processos através de medidas de regulamentação e na atenção a ações que excedem a criação de políticas afirmativas de reserva de vagas (incluindo a criação e o acompanhamento de comissões, realização de eventos no espaço universitário, disputas envolvendo o uso de banheiros públicos, e assim em diante).

Ao mesmo tempo, é necessário termos em vista que a presença de estudantes trans* na graduação parece ainda não acompanhar seu ingresso na pós-graduação (inclusive, embora presente, numa adesão reduzida ao acesso a tais políticas), o que, embora atravesse o fato desse processo ser ainda recente historicamente – datando dos 5 últimos anos – nos desloca a pensar o alcance efetivo dessas políticas, primeiro, e, segundo, nos modos como não apenas o acesso, mas a permanência nesses espaços educativos tem se constituído.

2.5. Mapeamento das ações afirmativas para pessoas trans*

Além de uma "análise sincrônica" desse tipo de política afirmativa, é necessário nos atentarmos também a uma "análise diacrônica", que atende às configurações espaciais desses direitos no país. Antes, no entanto, destaco alguns percalços na construção desse mapeamento. Inevitavelmente, ele tem uma limitação temporal, dado que o advento de ações afirmativas para a população trans* ocorre concomitantemente em todo o país e a todo vapor, com o surgimento e re/formulação de novos editais e desdobramentos dos processos já existentes. A tabela aqui apresentada tem como prazo o dia 1 de março de 2021, dado o prazo limite de solicitações via portais de transparência. Considerando essa constante transformação, junto a uma das ONGs que colaboraram com a pesquisa (TODXS), desenvolvemos um mapa interativo que será constantemente atualizado com novos dados, de modo colaborativo, a ser lançado em agosto de 2021. Além disso, é necessário também levar em conta minha própria inserção em campo em redes paulistas, que tende a restringir meu acesso a outras regiões, quando comparado à proximidade que tenho de universidades como UNICAMP, USP, UNESP, UFABC e UNIFESP, inclusive no diálogo direto, e fisicamente presente (pré-pandemia), com docentes e estudantes.

Outro ponto de atenção está na implementação efetiva dessas políticas. Encontrei informações em reportagens e notícias que se chocavam com os dados apresentados pelas próprias universidades, quando entrei em contato diretamente com essas instituições. Encontrei, inclusive, editais com ações afirmativas que não eram apresentados nas respostas institucionais

via portais de transparência que, conforme pontuei anteriormente, raramente tinham esses dados sistematizados e centralizados. Considero na tabela informações obtidas a partir do mapeamento realizado junto às instituições federais aliado a busca por editais. No primeiro caso, não é possível afirmar se o modelo adotado será de vagas específicas ou compartilhadas, como os editais em questão ainda não foram divulgados publicamente ("Em andamento").

Além disso, mesmo que esse direito seja assegurado por políticas internas, nem sempre ele é efetivamente implementado – em algumas universidades, observou-se que embora houvesse medidas institucionais de larga escala (por exemplo, prevendo a reserva de vagas em todos os cursos de pós-graduação), nem todos os editais contavam com essa política na prática e por vezes não havia mesmo um teto de implementação efetiva dessas medidas (ou seja, elas permaneciam ainda restritas aos papéis de resoluções institucionais). Dito isso, universidades com iniciativas em "todos os cursos de pós-graduação" raramente as tem de modo efetivo: o direito existe através de decretos internos, mas que poucas vezes foram efetivamente implementados. Assim, optei por listar em nota o nome desses programas e cursos, tendo em vista a possível reivindicação desse direito nesses espaços. A única exceção aqui é a UFSB, que tem todas as iniciativas na pós-graduação listadas na tabela abaixo – de modo a ilustrar as diversas formas de implementação efetiva desses direitos. Por fim, destaco que analisamos sempre o último edital disponível publicamente. No caso dos editais de 2018 ou 2019, é possível levar em consideração que os processos seletivos em questão foram descontinuados nos anos seguintes. Mesmo assim, considerando que tais editas são recentes, optamos por incluí-los no mapeamento[103].

Frente a tais considerações e tal amálgama de fontes dessas informações, podemos traçar um mapeamento dessas iniciativas a nível nacional:

Universidade	Momento da formação	Curso de Pós-Graduação	Vagas específicas	Vagas compartilhadas
UFMT *Universidade Federal do Mato Grosso*	Mestrado e Doutorado	Estudos de Linguagem	*Em andamento*	*Em andamento*
	Mestrado e Doutorado	Estudos de Cultura Contemporânea		4 **[IND] [QUIL] [PCD] [TRANS]**
	Mestrado e Doutorado	Antropologia Social	1	
UFRPE	Pós-Graduação	Todos os cursos[104]		20%

[103] Cabe ainda uma breve observação em relação ao curso de "Ensino em História". Foi encontrado, durante a pesquisa, um portal online que centralizava editais de cursos em Ensino em História de modo centralizado pelo país, o que facilitou a busca por políticas afirmativas para pessoas trans*.

[104] Mestrado e Doutorado: Administração e Desenvolvimento Rural, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Agronomia, Biociência animal, Biometria e Estatística Aplicada, Biotecnologia, Botânica, Ciência Animal Tropical, Ciência do Solo, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências Florestais, Consumo, Cotidiano e

Universidade Federal Rural de Pernambuco				**[NEG] [IND] [PCD] [TRANS]**
UFRJ *Universidade Federal do Rio de Janeiro*	Mestrado e Doutorado	Artes da Cena		25% **[NEG] [IND] [PCD] [TRANS]**
	Mestrado e Doutorado	Comunicação e Cultura		1 **[IND] [PCD] [TRANS]**
	Mestrado	Dança		30% **[EP] [PCD] [RED] [NEG] [IND] [TRANS]**
	Mestrado e Doutorado	Educação		30% **[NEG] [IND] [QUIL] [PCD] [TRANS]**
	Mestrado e Doutorado	Filosofia	*Em andamento*	*Em andamento*
	Mestrado (lato sensu)	Políticas Públicas em Direitos Humanos	1	
	Mestrado e Doutorado	Psicologia		5 **[NEG] [IND] [PCD] [TRANS]**
	Mestrado e Doutorado	Letras Neolatinas		30% **[NEG] [IND] [PCD] [TRANS]**
UFES *Universidade Federal do Espírito Santo*	Mestrado	Comunicação e Territorialidades	5%	
	Mestrado e Doutorado	Ciências Sociais	10%	
UFAL *Universidade Federal de Alagoas*	Mestrado e Doutorado	Linguística e Literatura	2	
UFPA *Universidade Federal do Pará*	Mestrado e Doutorado	Artes		20% **[NEG] [PCD] [IND] [TRANS]**
UFPR *Universidade Federal do Paraná*	Mestrado	Desenvolvimento Territorial Sustentável		7 [**PCD] [IND] [NEG] [RED] [QUIL] [REF] [TRANS]**
	Mestrado e Doutorado	Educação		1 por linha de pesquisa **[IND] [QUIL] [PCD] [REF] [TRANS]**
	Mestrado e Doutorado	Filosofia		1 entre 3 (por docente) **[NEG] [IND] [QUIL] [PCD] [TRANS]**
	Mestrado e Mestrado Profissional	Saúde Coletiva	5%	
UFRGS *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*	Mestrado e Doutorado	História	1 *Apenas para estudantes egressos da rede pública*	
	Mestrado e Doutorado	Educação		17 (Mest.), 19 (Dout.) **[NEG] [IND] [QUIL] [PCD] [TRANS]**
	Mestrado e Doutorado	Antropologia Social	1	
	Mestrado	Saúde Coletiva	1	
	Mestrado e Doutorado	Artes Visuais	1	

Desenvolvimento Social, Controladoria, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Medicamentos, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Medicamentos, Ecologia, Educação, Cultura e Identidades, Engenharia Agrícola, Engenharia Ambiental, Ensino das Ciências, Entomologia, Estudos da Linguagem, Etnobiologia e Conservação da Natureza, Física Aplicada, Fitopatologia, História, Informática Aplicada, Medicina Veterinária, Química, Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Tecnologia e Gestão em Educação a Distância, Zootecnia, Ciência Animal e Pastagens, Ciências Ambientais, Produção Agrícola, Sanidade e Reprodução de Animais de Produção, Biodiversidade e Conservação, Produção Vegetal, Engenharia Física. Mestrado Profissional: Profissional em Administração Pública, Ensino de Física, Matemática em Rede Nacional, Saúde Única, Química em Rede Nacional, Letras.

	Mestrado e Doutorado	Ciência Política	1	
	Mestrado e Doutorado	Comunicação	4	4 **[NEG] [TRANS]**
	Mestrado e Doutorado	Sociologia	1	
	Mestrado e Doutorado	Artes Cênicas		2 (Mest.), 1 (Dout.) **[NEG] [IND] [QUIL] [PCD] [TRANS]**
	Mestrado Profissional	Ensino de História	1	
	Mestrado e Doutorado	Psicologia Social e Institucional	2	
UFABC *Universidade Federal do ABC*	Graduação		1,5% *Metade para estudantes trans de baixa renda*	
UFF *Universidade Federal Fluminense*	Mestrado e Doutorado	Ciências Jurídicas e Sociais / Sociologia e Direito	2	
	Mestrado e Doutorado	Cinema e Audiovisual		6 (Mest.), 3 (Dout.) **[NEG] [IND] [PCD] [TRANS]**
	Mestrado e Doutorado	Comunicação	1	
	Mestrado	Cultura e Territorialidades	2	
	Mestrado	Estudos Contemporâneos das Artes	*Edital não encontrado*[105]	*Edital não encontrado*
	Mestrado e Doutorado	Geografia	*Edital não encontrado*	*Edital não encontrado*
	Mestrado	Justiça e Segurança	1	
	Mestrado e Doutorado	Política Social	1	
	Mestrado e Doutorado	Psicologia	5%	
	Especialização	Saúde da Família	*Edital não encontrado*	*Edital não encontrado*
	Mestrado e Doutorado	Sociologia	1	
UNB *Universidade de Brasília*	Mestrado e Doutorado	Artes Cênicas		2 **[NEG] [IND] [QUIL] [PCD] [TRANS]**
	Mestrado e Doutorado	Comunicação	1	
	Mestrado e Doutorado	Psicologia Clínica e Cultura	1	
UFBA *Universidade Federal da Bahia*	Graduação		1 *Metade para estudantes trans de baixa renda*	
	Pós-Graduação	*Todos os cursos*[106]	1	

[105] "Edital não encontrado": A universidade afirmou, em resposta, que o programa conta com políticas afirmativas para pessoas trans*, mas os editais disponíveis no site estão fora do ar.

[106] Mestrado e Doutorado: Administração, Antropologia, Ciência da Informação, Ciências Sociais, Comunicação e Cultura Contemporâneas, Cultura e Sociedade, Direito, Economia, Educação, Ensino, Filosofia e História das Ciências, Estudos Étnicos e Africanos, Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Filosofia, História, Psicologia, Alimentos, Nutrição e Saúde, Assistência Farmacêutica, Ciência Animal nos Trópicos, Ciência de Alimentos, Ciências da Saúde, Ecologia: Teoria, Aplicação e Valores, Enfermagem, Farmácia, Imunologia, Medicina e Saúde, Multicêntrico em Ciências Fisiológicas, Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular, Odontologia e Saúde, Patologia Humana, Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas, Saúde Coletiva, Zootecnia, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Industrial, Física, Geofísica, Geografia, Geologia, Mecatrônica, Química, Artes Cênicas, Artes Visuais, Dança, Música, Língua e

UFSC *Universidade Federal de Santa Catarina*	Mestrado e Doutorado	Psicologia	1	
	Mestrado e Doutorado	Sociologia e Ciência Política	*Políticas afirmativas trans não constam no último edital*[107]	*Políticas afirmativas trans não constam no último edital*
	Mestrado e Doutorado	Saúde Coletiva	1	
	Mestrado e Doutorado	Educação	1	
	Mestrado e Doutorado	Serviço Social	2	
	Doutorado	Interdisciplinar em Ciências Humanas	1	
	Mestrado e Doutorado Profissionais	Gestão do Cuidado em Enfermagem		1 **[NEG] [IND] [QUIL] [TRANS]**
	Mestrado e Doutorado	Jornalismo	1 (6%)	
UNILA *Universidade Federal da Integração Latino-Americana*	Mestrado	Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos		3 **[IND] [NEG] [TRANS] [PCD]**
UFPE *Universidade Federal de Pernambuco*	Mestrado e Doutorado	Educação	*Edital não encontrado*	*Edital não encontrado*
UFSB *Universidade Federal do Sul da Bahia*	Graduação		1 por colégio universitário *Apenas para estudantes de baixa renda*	
	Mestrado e Doutorado	Biossistemas		25% **[PCD] [IND] [QUIL] [NEG] [TRANS]** *Apenas egressos do ensino médio público*
	Mestrado	Ciências e Tecnologias Ambientais		4 **[IND] [QUIL] [NEG] [TRANS]** *Apenas egressos de ensino fundamental e médio públicos*
	Mestrado Profissional	Ensino e Relações Étnico-Raciais	1 por campus	
	Mestrado e Doutorado	Estrado e Sociedade	5% *Apenas para egressos do ensino médio público*	
	Mestrado Profissional	Saúde da Família		20% **[IND] [QUIL] [TRANS] [PCD]**

Cultura, Literatura e Cultura. Mestrado Profissional: Administração, Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas, Desenvolvimento e Gestão Social, Psicologia da Saúde, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Ecologia, Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos, Engenharia Industrial, Matemática em Rede Nacional (Profmat), Artes (Profartes), Dança, Música, Letras (Profletras). Mestrado: Contabilidade, Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Museologia, Relações Internacionais, Serviço Social, Biociências, Biodiversidade e Evolução, Biotecnologia, Genética e Biodiversidade, Saúde Coletiva, Saúde, Ambiente e Trabalho. Engenharia Química, Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente, Matemática, Meio Ambiente, Águas e Saneamento. Doutorado: Difusão do Conhecimento, Biotecnologia (Renorbio), Energia e Ambiente, Engenharia Química- UFBA/UNIFACS, Matemática - UFBA/UFAL

[107] "Políticas afirmativas trans não constam no edital": A universidade afirmou, em resposta, que o programa conta com políticas afirmativas para pessoas trans*, mas os editais disponíveis no site não apresentam tais políticas (possivelmente estão "Em andamento").

	Especialização	Dramaturgias Expandidas do Corpo e dos Saberes Populares	10%	
	Especialização	Engenharia Ambiental e Urbana		6 **[IND] [CIG] [NEG] [TRANS]**
	Especialização	Pedagogia das Artes	10% por campus	
	Especialização	Saúde Coletiva	1 por campus	
	Especialização	Agroecologia e Educação do Campo	*Políticas afirmativas trans não constam no último edital*	*Políticas afirmativas trans não constam no último edital*
UNILAB *Universidade Federal do Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira*	Mestrado	Interdisciplinar em Humanidades	1	
UNIFAP *Universidade Federal do Amapá*	Mestrado Profissional	Ensino de História	1	
UFPE *Universidade Federal de Pernambuco*	Mestrado Profissional	Ensino de História		20% **[NEG] [IND] [TRAD] [TRANS]**
UNIFESP *Universidade Federal de São Paulo*	Mestrado Profissional	Ensino de História		40% **[IND] [NEG] [PCD] [TRANS]**
UFJF *Universidade Federal de Juiz de Fora*	Mestrado e Doutorado	História	1	
	Mestrado e Doutorado	Serviço Social	14%	
UNIVASF *Universidade Federal do Vale do São Francisco*	Mestrado	Arqueologia		4 **[NEG] [IND] [QUIL] [PCD] [TRANS] [MAE]**
USP *Universidade de São Paulo*	Mestrado e Doutorado	Filologia e Língua Portuguesa		34 **[NEG] [IND] [PCD] [TRANS]**
	Mestrado e Doutorado	Humanidades, direitos e outras legitimidades		80% **[PCD] [IND] [REF] [TRANS]**
UDESC *Universidade do Estado de Santa Catarina*	Mestrado e Doutorado	História		30% **[NEG] [IND] [QUIL] [PCD] [TRANS]** *Todos apenas em vulnerabilidade econômica*
UNICAMP *Universidade Estadual de Campinas*	Mestrado e Doutorado	Antropologia Social	1	
	Mestrado e Doutorado	Educação	2	
	Mestrado e Doutorado	Multimeios	1	
UERN *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte*	Mestrado Profissional	Ensino de História	1	
UFT *Universidade Federal de Tocantins*	Mestrado Profissional	Ensino de História		2 **[NEG] [IND] [TRAD] [PCD] [TRANS]**

UEA *Universidade do Estado do Amazonas*	Especialização	Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos	2	
UEMS *Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul*	Pós-Graduação	Todos os cursos[108]	5% das sobrevagas	
UNEB *Universidade do Estado da Bahia*	Graduação	Todos os cursos	5% das sobrevagas. *Apenas egressos de escola pública e de baixa renda*.	
	Pós-graduação	Todos os cursos[109]	5% das sobrevagas. *Apenas egressos de escola pública e de baixa renda.*	
UFRB *Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*	Pós-Graduação	Todos os cursos[110]		15% **[QUIL] [IND] [TRANS]**

[108] Mestrado e Doutorado: Agronomia (Produção Vegetal), Recursos Naturais. Mestrado: Agronomia, Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos, Educação, Letras, Zootecnia. Mestrado Profissional: Educação, Educação Científica e Matemática, Ensino de Saúde, História, Letras, Matemática. Especialização: Coordenação Pedagógica, Direito e Vulnerabilidade, Direitos Difusos e Coletivos, Direitos Humanos, Economia de Saúde e Gestão em Saúde, Educação Especial - Deficiência Intelectual, Gestão Pública, Planejamento e Gestão Pública e Privada do Turismo, Políticas Públicas, Cultura e Sociedade, Residência Multiprofissional em Saúde da Família, Segurança Pública e Fronteiras e Vivências Pedagógicas Ativas no Ensino Superior.

[109] Mestrado: Agronomia (Horticultura Irrigada), Biodiversidade Vegetal, Ciências Farmacêuticas, Crítica Cultural, Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Educação, Cultura e Territórios Semiáridos, Educação de Jovens e Adultos, Educação e Contemporaneidade, Educação e Diversidade, Ensino de Física, Ensino de História, Estudo de Linguagens, Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras, Ensino, Linguagem e Sociedade, Estudos Territoriais, Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação, História, História Regional e Local, Intervenção Educativa e Social (MPIES), Química Aplicada, Saúde Coletiva, Modelagem e Simulação de Biossistemas. Mestrado Profissional: Profissional em Letras. Doutorado: Crítica Cultural, Multi-Institucional Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Educação e Contemporaneidade, Agroecologia e Desenvolvimento Territoria, Estudo de Linguagens. Especialização: Política do Planejamento Pedagógico, Educação Matemática, História Social da Cultura, História, Educação e Sociedade, Educação e Meio Ambiente, Ensino de Língua Portuguesa e Literaturas, Gestão Estratégica de Negócios, Gestão Estratégica das Organizações, Literatura Brasileira: Formação do Cânone e Contrapontos Críticos, Estudos Literários e Linguística Aplicada ao Ensino, Educação Ambiental, Biodiversidade e Cultura Regional, Educação Processos Tecnológicos, Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades na Formação de Educadores, Matemática Aplicada, Biociências e Biodiversidade: Ecologia e Conservação Ambiental, História, Cultura e Sociedade, Educação do Campo, Gestão e Políticas Públicas para a Educação Básica, Educação a Distância, Estudos Sociais e Humanidades, Formação de Professores em Letras/Libras, Gestão em Saúde, Gestão Pública, Gestão Pública Municipal.

[110] Mestrado: Arqueologia e Patrimônio Cultura, Ciência Animal, Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Comunicação, Engenharia Agrícola, Microbiologia Agrícola, Política Social e Territórios, Recursos Genéticos Vegetais, Solos e Qualidade de Ecossistemas. Mestrado Profissional: Defesa Agropecuária, Educação Científica, Inclusão e Diversidade, Educação do Campo, Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Matemática PROFMAT, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, Saúde da Família, Saúde da População Negra e Indígena. Doutorado: Ciências Agrárias, Engenharia Agrícola, Especialização de Gestão em Saúde. Especialização: Educação e Interdisciplinaridade, Educação, Cultura e Diversidade, Ensino de Ciências - Anos Finais do Ensino Fundamental "Ciência é Dez!", Ensino de Ciências e Matemática, Inclusão e Diversidade na Educação, Políticas e Gestão Cultural, Psicologia, Avaliação e Atenção à Saúde, Tecnologias e Educação Aberta e Digital, Ambiente, Tecnologia e Sustentabilidade. Residência: Enfermagem com Ênfase em Cardiologia, Medicina Médica de Família e da Comunidade, Nutrição Clínica com Ênfase em Pediatria e em Terapia Intensiva.

IFBA *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia*	Mestrado Profissional	Educação profissional e tecnológica[111]	6	
UEFS *Universidade Estadual de Feira de Santana*	Graduação		1 sobrevaga (em cada curso de graduação) *Apenas egressos de escola pública*	
UEAP *Universidade do Estado do Amapá*	Graduação		5%	

Legendas:
[CIG]: Populações ciganas | **[EP]**: Egressos da rede pública | **[IND]**: Populações indígenas | **[MAE]**: Mães lactantes com crianças de até dois anos | **[NEG]**: Pessoas negras | **[PCD]**: Pessoas com deficiência | **[QUIL]**: Populações quilombolas | **[RED]**: Docentes da rede pública (comumente do ensino básico) | **[REF]**: Refugiados, portadores de visto humanitário ou migrantes humanitários | **[TRAD]**: Povos tradicionais

***Tabela 1**: Mapeamento de ações afirmativas para pessoas trans* no Brasil.*

Observando os dados da tabela, temos ao todo 34 instituições públicas do país que contam com ações afirmativas para pessoas trans*, sendo a maioria exclusivamente em cursos de pós-graduação – apenas 6 contam com políticas afirmativas na graduação. Das 33 universidades, apenas 8 (23,5%) são estaduais, sendo a grande maioria federais. Ao mesmo tempo, 3 das 6 iniciativas na graduação estão em universidades estaduais.

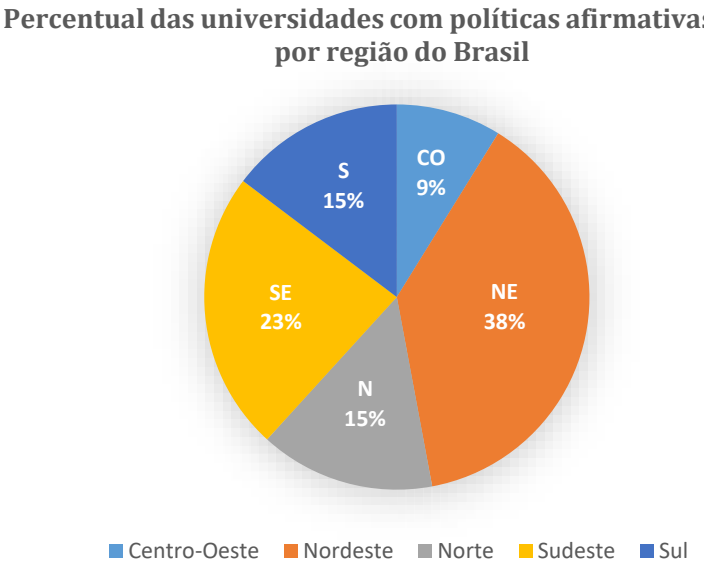


***Gráfico 2**: Percentual das universidades com políticas afirmativas trans* por região do Brasil.*

Entre as 34 instituições, 3 se localizam no Centro-Oeste, 13 no Nordeste, 5 no Norte, 8 no Sudeste e 5 no Sul. Ao mesmo tempo, há distinções internas em cada região. O estado com

[111] Foi encontrado durante a pesquisa um documento que cria abertura para que 40 instituições no interior do ProfEPT (Mestrado Profissional em Educação) tenham reserva de vagas direcionadas às pessoas trans, mas apenas o IFBA adotou a política efetivamente até agora.

o número mais elevado de instituições com ações afirmativas para pessoas trans* é a Bahia, com 6 iniciativas. Além disso, as duas universidades com campi multiestaduais tem um campus localizado no estado – e 4 das 6 universidades com políticas afirmativas na graduação estão na Bahia. Como um todo, as iniciativas incluem os estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, além do Distrito Federal. Se incluirmos ainda as universidades multiestaduais, temos ainda a entrada de Ceará e Piauí. Dito isso, apenas 5 dos 26 estados da federação brasileira – Acre, Paraíba, Rondônia, Roraima e Sergipe – não contam com políticas afirmativas para pessoas trans* no mapeamento aqui realizado, o que indica a expansão espacial dessas iniciativas pelo país.

Em relação aos cursos, retomo brevemente o supracitado relatório do GEMAA referente até 2018 (VENTURINI, 2019), que pontua que grande parte das ações afirmativas, como um todo (não apenas direcionadas à pessoas trans*), se concentram em áreas das humanidades ou de campos multidisciplinares que adotam-as com base em decisões internas do programa (de 15% a 40%), o que se afunila quando adentramos campos como os das ciências biológicas (6,5%), ciências agrárias (6,4%), ciências da saúde (4,4%) e engenharias (sem nenhuma decisão do programa), onde essas políticas são adotadas via leis estaduais ou resoluções mais amplas da universidade. Seguindo a mesma distinção entre áreas (via Tabela de Áreas de Conhecimento – CAPES) temos o dado de que, com exceção das universidades com ações afirmativas para todos os programas de pós-graduação, há uma prevalência de iniciativas nas áreas das ciências humanas e no campo de linguística, letras e artes, além de cursos específicos nas áreas das ciências da saúde (com destaque para a saúde coletiva) e ciências sociais aplicadas (com destaque para comunicação e serviço social). Não há exemplos de iniciativas do tipo nas áreas de ciências exatas e da terra e das engenharias, além de exemplos pontuais nas áreas de ciências biológicas e ciências agrárias.

Dito isso, vemos que, em certa medida, tais políticas acompanham a presença de estudantes trans* nesses cursos – quando pensamos em sua presença mais marcada (em termos de quantidade de estudantes e amplitude dos cursos acessados) nas áreas de ciências humanas e no campo de linguística, letras e artes, de um lado, e em sua ainda tímida presença nos cursos de engenharias, de outro. No caso das ciências sociais aplicadas e das ciências da saúde nota-se uma lógica semelhante, a depender do curso. Ciências exatas e da terra parecem ter uma posição mais ambígua aqui, dado que é possível notar uma presença de estudantes trans* em

cursos como física/matemática e ciência da computação, mas iniciativas de ações afirmativas nesses espaços institucionais parecem ainda escassas.

Aqui, me atento a um ponto importante de observação na análise dos editais[112]: os critérios adotados para averiguação ou não de uma população trans* alvo dessas políticas. A grandíssima maioria dos editais analisados se baseavam única e exclusivamente em critérios de autodeterminação e auto-afirmação da identidade de gênero. As únicas exceções encontradas nos editais anteriores a 2021 foram em dois programas específicos e nas políticas afirmativas da UNEB (2018), na graduação e pós-graduação. Neles, era exigida a apresentação de documentação a partir da assinatura de Conselhos Estaduais LGBTIs que comprovasse a autodeclaração da pessoa candidata. Alguns editais mais recentes – no ano de 2021 – já contam com Comissões de Averiguação, como é o caso da pós-graduação em Jornalismo da UFSC.

Ao mesmo tempo, conversando com docentes, discentes e ativistas locais, discussões sobre possibilidades de fraude foram uma questão pulsante – de modo que, embora espinhoso e ainda nascente, parecia haver certa inevitabilidade no desenrolar dessas discussões, e seus efeitos concretos nas instituições, a longo prazo. Além de pouquíssimos precedentes legais, tais discussões, em suas esferas política e epistemológica, nos retornam, sob uma distinta forma e frente a antigos e novos desafios, aos debates postos historicamente sobre a despatologização e a autodeterminação de identidades trans*[113].

Surgimentos de fraudes e a criação de medidas de averiguação

Discussões sobre a criação de medidas de averiguação no acesso à ações afirmativas no ensino superior público tem sido catalisadas nos últimos anos nos emaranhados entre instituições de ensino, de um lado, e movimentos sociais e redes ativistas, de outro, entre aproximações e distanciamentos. Inicialmente pouco presentes nas universidades que adotaram ações afirmativas para autodeclarados pretos e pardos (DAFLON, FERES JÚNIOR, CAMPOS, 2013), as chamadas comissões de heteroidentificação (por vezes chamadas de comissão de averiguação) ganham força na passagem para o final dos anos 2010, comumente após relatos de casos de fraude publicizados por estudantes. Por sua vez, movimentações (e seus efeitos práticos na institucionalidade) no que se refere a estudantes indígenas seguem num caminho distinto, sendo

[112] Retornaremos a uma análise desses editais no **Segundo Interlúdio**.
[113] Tais discussões nos deslocam, também, a atenção as violências contra uma população trans* no Brasil, em uma perspectiva interseccional, que se atrelam às demandas por tais políticas no ensino superior público sob um ponto de vista de reparação histórica, tanto numa dimensão coletiva e macrosocial quanto a partir de casos particulares em suas trajetórias educacionais.

hoje recorrente o requerimento de apresentação de determinados documentos para uso das ações afirmativas, não sendo levado em conta características fenotípicas. Algo semelhante pode ser observado no caso de pessoas com deficiência – no caso, com a apresentação de laudos e exames médicos.

Quando falamos em uma população trans*, o meio de "averiguar" uma autodeclaração está ainda em debate. Não apenas palpavelmente prática e "utilitária" – criar mecanismos que evitem fraudes e possibilitem um bom uso dessas políticas – há dimensões epistemológicas profundas nessas discussões, tais como os re/cortes que fronteiras legais e institucionais geram na definição de uma população-alvo (em uma multiplicação de papéis e documentos) e mesmo os limites de uma autoidentificação de gênero em meio a práticas e experiências sociais violentas que configuram possibilidades desiguais de acesso ao ensino superior pública, que inclusive podem escapar uma autoidentificação como uma pessoa trans*. Conforme pontuou uma das docentes entrevistadas para essa pesquisa, em uma universidade que conta com tal iniciativa, essa é uma situação permanente quando falamos em ações afirmativas, que envolve processos contínuos de refinamento e minimização de possíveis distorções, atravessando essa série de espinhosas e emergentes questões.

Quando pensamos na especificidade de uma população trans*, vemos que, novamente, a demanda pela criação de comissões e ações de averiguação foi catalisada a partir de casos de fraude – particularmente o caso envolvendo uma pessoa estudante na UFSB ao final de 2020. Então estudante do curso de medicina, essa pessoa teve sua matrícula cancelada após denúncias de fraude e medidas averiguatórias por parte da instituição, eventualmente tendo sua matrícula suspensa. O caso ganhou visibilidade nacional – incluindo uma série de reportagens e notícias em grandes veículos midiáticos – e foi respondido de modo distinto a partir de movimentos sociais e redes ativistas trans*. Enquanto controvérsia, o caso acionou e movimentou uma série de redes por entre esses espaços – incluindo medidas judiciais, resoluções internas da instituição, uma série de respostas em escrito por parte de organizações e coletivos e a circulação de uma série de informações nas redes sociais. Em resposta ao caso, a UFSB citou uma nota publicada pela ANTRA ao final de 2020 (ANTRA, 2020), amplamente divulgada em redes sociais naquele momento turbulento, que enfatiza que:

> A criação de comissões de validação de autodeclaração, com a participação de pares dos sujeitos avaliados, tem se mostrado medida urgente e necessária para o alcance pleno das políticas públicas de inclusão da população trans nas universidades públicas brasileiras, pois as cotas, isoladamente, garantem apenas as vagas, não garantindo que os verdadeiros destinatários dessa ação afirmativa usufruirão destas

Dito isso, a nota em questão enfatiza dinâmicas sociais que embasariam a sustentação dessas políticas públicas e delimitariam uma "população-alvo" de modo a não se restringir unicamente ao princípio de autoafirmação, buscando:

> (...) compreender todos os fenômenos sociais, culturais e políticos que dificultam o acesso à universidade e as próprias cotas, a fim de assegurarmos que as pessoas trans vulneráveis (sujeitos do direito) sejam as beneficiárias efetivas e possam gozar do acesso que vem sendo conquistado

Ou seja, o princípio aqui seria que, embora direcionada a pessoas trans* como um todo, nem toda pessoa trans* teria direito a esse acesso, como a política, em princípio e em objetivo, não se destinaria a elas. Ao longo da nota são enfatizados eixos como classe e contexto social, gênero e raça, e o tempo de um início de transição de gênero como centrais na análise das autodeclarações.

A UFSB citou ainda a existência do seu Comitê de Acompanhamento da Política de Cotas (CAPC), que recebeu a denúncia em questão. Similarmente, na UFABC, o advento de ações afirmativas acompanhou a criação da Comissão Especial para Pessoas Transgêneras (CEPT) – comissão essa que não é direcionada especificamente a medidas de heteroidentificação/averiguação, mas que se propõe a acompanhar eventuais denúncias de fraude. Destaco ainda o fato de que há número considerável de pessoas que optaram pelas políticas afirmativas na UFABC, via SiSU, mas que não realizaram a matrícula na instituição (que, vale pontuar, em seu primeiro ano de implementação, teve um número extremamente reduzido de solicitações recusadas de uso dessas políticas).

Além do denso debate de quem, afinal, seriam "os verdadeiros destinatários dessa ação afirmativa", possíveis ações de averiguação também têm sido objeto de debate. Enfatizo aqui um modelo distinto dos citados até então, que tem seu precedente na UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) que, em sua proposta de políticas afirmativas, adotou um modelo de "história de vida" – onde pessoas trans* candidatas podiam versar no processo seletivo sobre suas trajetórias. Esse parece ser um primeiro movimento experimental de explorar formas de evitar fraudes, e que, nesse caso, escapam de um modelo documental (como no caso de pessoas indígenas) ou um modelo fenotípico (como no caso de pessoas negras).

Essa discussão, evidentemente, não se encerra nesse excerto de dissertação. Embora o modelo de história de vida tenda a compreender uma variabilidade de experiências trans* em suas particularidades (em um modelo que não é baseado em critérios médicos anteriores e unificados, por exemplo), delimitar um "dentro" e um "fora" é ainda tarefa difícil. Esse modelo seria eliminatório, ou seria apenas produtor de uma documentação no caso de eventuais denúncias de fraude? E, aproveitando o questionamento, em que medida o manejo dessas denúncias deve ser feito pela própria instituição e seu conjunto de "especialistas", ou pelo próprio corpo discente? Além disso, vale destacar que todo re/corte e toda tentativa de unificação de

processos institucionais burocráticos implica em parâmetros de delimitação que podem tender a re/produzir narrativas de dor e sofrimento na reivindicação do acesso a direitos (um risco do modelo de história de vida), hierarquizar diferenças e desigualdades e catalisar processos de fragmentação política e identitária.

Re/conhecidas tais armadilhas, *cisladas*[114], e mesmo tais limites, o debate sobre fraudes permanece fundamental no advento de ações afirmativas para pessoas trans* no país, e tende a se ampliar nos próximos anos (a exemplo da já citada regulamentação sendo proposta na UFRGS). Tal debate, enfatizo – e seus efeitos práticos nas instituições – deve ser feito de modo cuidadoso e bem embasado entre tais fatos e histórias. Destaco, em particular, as conexões entre transfeminilidades, transmasculinidades e não-binaridades sob uma perspectiva interseccional, e a necessidade de produção e análise cuidadosa de dados relativos à presença de pessoas trans* no ensino superior público.

Dadas tais considerações, permanece a pergunta – quem são as pessoas trans* que tem efetivamente acessado essas políticas? Quem são as pessoas trans* que estão, como um todo, hoje no ensino superior público brasileiro? Quais as medidas possíveis de ampliação desse acesso?

Terceiro movimento: Sobre alcances e possibilidades

2.6. Alcance de direitos e políticas e a dimensão interseccional de uma população trans*

Ao longo do percurso desse capítulo, procurei, pouco-a-pouco, complexificar esses movimentos históricos em suas dimensões espaciais e temporais. Pensar em termos de constituição e implementação de direitos e políticas públicas implica necessariamente em postular fronteiras de uma "população-alvo", o que envolve disputas e tensões em meio a tais redes ativistas, acadêmicas e estatais, sendo tal "população" re/produzida e re/imaginada nessas movimentações contextuais.

"População" surge, aqui, enquanto um conjunto de pessoas trans* assim reconhecidas e enquadradas pelo Estado – tomando de empréstimo os termos de Judith Butler (2016 [2009]; 2015 [2003]) e Michel Foucault (2014 [1976])[115] – que, inevitavelmente, postula um "dentro" e um "fora", que delimita e re/corta um conjunto complexo de corpos, histórias e identidades. Dito isso, uma perspectiva social e necessariamente relacional de gênero se encontra com

[114] Conheci o termo – que une "ciladas" e "cis[generidade]" – com Magô Tonhon.
[115] Retornaremos a essa discussão no **Primeiro Interlúdio** e no **Capítulo 2**.

"gênero" enquanto um princípio legal individualizado – questão essa que inclusive permeia, política e epistemologicamente, o debate sobre a criação ou não de medidas de averiguação no acesso de pessoas trans* à ações afirmativas de reserva de vagas, e mesmo o princípio de autodeterminação da identidade de gênero, dada essa densidade social.

Lucas Freire (2016) traz como a produção de uma série de papéis no âmbito administrativo produz uma realidade específica e materializa sujeitos nesses processos, delimitando quem pode acessar determinados direitos – quem é, afinal, "verdadeiramente transexual" – enfatizando a autoridade de determinados "especialistas" (no caso, profissionais [cisgêneros]) na produção dessa documentação. Trouxe brevemente, em outro momento, como movimentos de despatologização surgem no intuito de desvincular identidades trans* de um diagnóstico médico comumente pouco dialógico com tais pessoas e sua vida cotidiana concreta, enfatizando o princípio de autodeterminação, baseado no direito a autodefinição da própria identidade de gênero. Temos, com isso, disputas, tensões, e também convergências, no que, afinal, constitui tais populações-alvo em seus processos de enquadramento e reconhecimento frente às friccionadas negociações com o Estado (em sua própria complexidade interna). Dada a escassa presença de pessoas trans* em espaços decisórios, incluindo aqui a universidade em suas esferas burocráticas e administrativas, tal delimitação tende a perpassar necessariamente a mediação de "especialistas" comumente cisgêneros e distantes das realidades sociais de pessoas trans*.

Ao mesmo tempo, devemos levar em conta que não há uma unidade impositiva nesses processos – processos de reconhecimento e enquadramento produzidos pelo Estado se re/encontram e des/encontram com aquelas produzidos pelos próprios movimentos sociais e redes ativistas em sua reivindicação de direitos e mesmo pela busca de demandas comuns (AGUIÃO, 2014; FACCHINI, 2009, entre outras). Mesmo assim, um cuidado com tais assimetrias é necessário – atentando-se aos modos como a própria noção de "verdade" é definida e delimitada, por quem e para quê.

Se pensarmos nas ações afirmativas voltadas a (uma) população trans* no país, vemos que uma delimitação estritamente identitária e categórica parece não dar conta de seus limites. Diversos termos são utilizados na definição desse re/corte: certos editais optam pelos termos "transexual e travesti" (seguindo a maior parte da legislação vigente no país[116]), enquanto, em outros, surge o termo "transgênero"[117] (unicamente, ou junto a outras identidades –

[116] "Transexual e travesti" também é a definição mais usual quando falamos da letra "T" da sigla "LGBT", e siglas semelhantes (LGBTI, LGBTQIA+, e assim em diante).
[117] "Transgênero" [transgender], por sua vez, é um termo mais comum em língua inglesa.

"transexuais, transgêneros e travestis"). Em editais mais recentes, "pessoas trans" e "pessoas trans*" (sem e com asterisco) atuam como um termo guarda-chuva dessas múltiplas identidades de gênero, inclusive para além dessa tríade. Por vezes, "pessoas não-binárias" aparecem de modo explícito nos editais, seja numa listagem de identidades nas quais a política contempla, seja dentro de um guarda-chuva "trans"/"trans*"[118].

Além dos aportes teóricos até então mobilizados, é necessário, para pensarmos no alcance dessas políticas em sua complexidade, nos atentarmos ao que denomino aqui de uma perspectiva interseccional. O termo "interseccionalidade" surge em debates no campo de teorias no direito, onde Kimberlé Crenshaw (1990) observa o modo como mulheres negras eram invisibilizadas e excluídas de determinadas políticas institucionais, não contempladas nem por ações afirmativas no âmbito do gênero – dirigidas a mulheres branca – nem no âmbito racial – dirigidas a homens negros. Tal invisibilidade atravessa um conjunto mais amplo de violências e desigualdades, incluindo aquelas institucionais, que historicamente acometeram mulheres negras, as posicionando em níveis baixos de hierarquias sociais e mitigando seu acesso, incluindo de suas famílias, a direitos fundamentais. Sua constituição histórica no feminismo negro estadunidense deve ser sempre levada em consideração, entre potências e limites, sem perder de vista seu norte de construção de alianças teóricas e políticas comuns. Tal perspectiva tem se multiplicado em um campo frutífero de estudos interdisciplinares, não isenta de uma série de disputas e tensões em meio a suas circulações internacionais (NASH, 2018; COLLINS & BILGE, 2016; CHO, CRENSHAW & MCCALL, 2013).

Compreendo "interseccionalidade" enquanto uma filosofia (em seu sentido amplo do termo, tanto teórico e político) da diferença e, nesse sentido, alinho, ao longo da escrita, os debates fundados por feministas negras no contexto estadunidense (mas não apenas) a outros no interior dos estudos de gênero e dos estudos sociais que se atentam ao que denomino comumente de "diferenças e desigualdades" interconectadas (utilizando aqui o termo de NASH, 2018). Conforme afirma Avtar Brah (2006), em sua definição do conceito de "diferença" e sua operacionalização teórica:

> O conceito de diferença (...) se refere à variedade de maneiras como *discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e resignificados*. Algumas construções da diferença, como o racismo, *postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes*. Outras construções

[118] Embora raro, algumas das políticas contemplam ainda uma população intersexo, comumente de modo distinto de uma população trans* (ou seja, políticas direcionadas à pessoas trans* e interssexo). Considero que essa aproximação seja um tanto delicada quando pensamos, por exemplo, em comissões de averiguação e mesmo nos princípios de reparação histórica que fundamentam parte dessas políticas públicas – embora, evidentemente, haja uma série de questões comuns a essas populações.

> podem apresentar a diferença como *relacional, contingente e variável*. *Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão*. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em *desigualdade, exploração e opressão* ou um *igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política* (BRAH, 2006, p.46, ênfases nossas)
>
> A questão-chave, então, não diz respeito a 'diferença' em si, *mas a quem define a diferença,* como diferentes categorias (...) são *representadas dentro dos discursos da 'diferença' e se a 'diferença' diferencia lateral ou hierarquicamente* (BRAH, 2006, p.30, ênfases nossas)

Assim, considero que adotar uma perspectiva interseccional envolva, analiticamente, questionar processos de re/produção de "diferentes diferenças" enquanto desigualdades, sempre tendo em vista sua contextualidade contingente e a natureza relacional desses processos de diferenciação – e, em sua dimensão inerentemente histórica e política (COLLINS, 2013), entrecruzando perspectivas feministas, envolve também atuar sobre esses processos frente ao combate dessas violências e desigualdades, na formação de alianças frente a objetivos comuns e futuros possíveis de serem vividos coletivamente. Meu entendimento do que é "interseccionalidade" parte em grande medida da obra de Patricia Hill Collins. Compreendo que a centralidade, aqui, esteja mais na atenção (teórica e política) às interconexões entre diferenças e desigualdades no que no termo em si. Podemos inclusive traçar um paralelo de minha leitura do termo a leitura que Collins faz do termo "feminismo" (COLLINS, 2019, ênfases nossas):

> Se a palavra atrapalha ao ponto de você não conseguir chegar nas questões que ela deveria invocar (...) *é hora de usar outra palavra que descreva aquilo sobre o que você quer conversar*. (...) Eu quero poder falar sobre o empoderamento das mulheres, seus direitos reprodutivos, os direitos sobre seus corpos. Que os homens também podem ter direitos sobre seus corpos sem ter que dominar as mulheres. (...). Há muitas discussões que acontecem a partir da palavra feminismo, *mas colocar tudo ao redor dela e ficar discutindo essa coisa de "bom, eu não sou feminista, você é feminista?" é inútil*. (...) *O que realmente precisa ser discutido é o que está no âmago do feminismo, se essa palavra facilita essa discussão e os possíveis benefícios de as mulheres largarem o termo*. O que funciona em seu melhor interesse?

Assim como Collins lê o termo "feminismo" não enquanto uma espécie de essência, mas um modo estratégico de combate à desigualdades interconectadas – mais sobre efeitos e possibilidades em sua densidade histórica, portanto, do que respostas definitivas ou mesmo identidades anteriores – compreendo que o termo "interseccionalidade" seja poderoso em seu uso estratégico na formação de redes intelectuais e políticas. Dito isso, embora o uso do termo não seja consensual, o mobilizo de modo a me atentar às questões que ele faz emergir, inclusive em suas críticas, também tendo em vista seu uso extensivo ao longo do trabalho de campo. Ao mesmo tempo, compreendo que devemos sempre levar em consideração sua historicidade e sua

base na produção feminista negra, assim como sua sustentação epistemológica e política numa indissociabilidade entre teoria e prática. Compreendo, ainda, que a leitura de Collins sobre o termo me possibilita estabelecer conexões outras, justamente a partir dessa maleabilidade – algo que já têm sido tecido pela autora em sua própria produção (a exemplo das aproximações entre "interseccionalidade" e "relacionalidade" em COLLINS & BILGE, 2016).

"Interseccionalidade" entre circulações, potências e limites

Embora o termo "interseccionalidade" seja atribuído à Crenshaw, há uma série de produções no interior dos feminismos negros que se atentam às interconexões entre diferenças e desigualdades/eixos de dominação, particularmente (e ao menos) gênero, raça e classe, inclusive datando de períodos históricos anteriores. Exemplos incluem aqui, no contexto estadunidense, o manifesto do coletivo Combahee River Collective (1983), em 1977, e os escritos de Audre Lorde (2019 [1984]) e Angela Davis (2016 [1981]), ambos nos anos 80. No Brasil, os escritos de Lélia Gonzalez (1982, 1988) também já traziam perspectivas potentes na atenção a essas interconexões.

Por sua vez, Jennifer Nash (2018) destaca as intensas circulações que o termo "interseccionalidade" tem tido internacionalmente tanto em redes ativistas e movimentos sociais quanto em espaços acadêmicos, de um lado, e esferas estatais e legais, de outro. Ainda sobre tais circulações, certas autoras (a exemplo de SALEM, 2018) afirmam que o termo perdeu sua potência transformadora, em proposições anti-racistas, anti-capitalistas, e assim em diante, ao longo dos anos – enquanto outras (a exemplo de DAVIS, 2008, do qual tendo a me alinhar) afirmam o contrário, afirmando que é justamente a maleabilidade e a popularidade do termo em suas circulações que o fortaleceram em sua proposição política.

A partir de Nash (2018) podemos ainda enfatizar o fato de que o termo pode esconder a densidade da produção dessas e outras autoras feministas negras – inclusive apagando-as da história social do termo. "Interseccionalidade" não deve ser entendida apartada das complexas discussões sobre a categoria de experiência no interior dos feminismos negros (a exemplo de Perpich, 2010) e da própria concepção racializada de humanidade, na atenção a processos de Outrização de um corpo negro racializado (Carneiro, 2005; Kilomba, 2019 [2008], entre outras) – o que nos desloca em questões que envolvam processos de reconhecimento (subjetivo, e também estatal), adensando uma possível redução legalista do termo.

Por sua vez, nomes como abigail Campos Leal (LEAL, 2020) optam por não utilizar o termo – preferindo o termo "encruzilhadas" – afirmando que sua tradução para o português [do original, *intersectionality*] teria uma perda de seu sentido de interconexão. O termo "encruzilhadas", por

sua vez, produz ressonâncias em autoras como Gloria Anzaldúa, que tem sido retomada nessa produção. Por fim, determinadas leituras no interior dos feminismos anti-coloniais/decoloniais, a exemplo de Ochy Curiel, tendem a serem críticas do termo "interseccionalidade" devido a sua base no âmbito do direito, afirmando ainda que o uso do termo reforçaria uma centralidade de produções francófonas e anglófonas no interior da produção feminista latino-americana e caribenha.

Outro ponto de atenção está no cuidado com certa listagem de diferenças e desigualdades/eixos de dominação – seriam tais termos eixos, categorias, recortes, vetores, pilares...? Embora essa seja uma discussão que adensarei ao final da dissertação, é necessário pontuar desde então que ela perpassa os modos como tais diferenças e desigualdades são interpretadas como menos ou mais maleáveis e menos ou mais centrais na constituição de hierarquias em determinados contextos (é possível falar de "interseccionalidade" sem falar em raça, por exemplo?). No contexto brasileiro, podemos lembrar de Sueli Carneiro, ao versar sobre a centralidade da raça (2019) em nossa constituição histórica[119], no chamado de que "enquanto houver racismo, não haverá democracia" (chamado da Coalizão Negra por Direitos) e em nomes como Erica Malunguinho, que reforça em suas falas que termos como "gênero" e "raça" não seriam simplesmente recortes, mas fundamentos. Dito isso, sigo com o termo – em sua perspectiva teórica e política – frente a tais potências e limites.

Considerando tais observações, podemos retomar os dados sobre a presença de pessoas trans* na graduação que, conforme vimos anteriormente, são ainda escassos e muito recentes. Ao mesmo tempo, embora revestidos de certas fragilidades, tais dados nos trazem considerações importantes sobre interconexões entre diferenças e desigualdades no que se refere ao acesso ao ensino superior público brasileiro, particularmente em cursos de graduação em universidades paulistas (dado o escopo dessa pesquisa), embora cenários semelhantes possam ser observados em outras regiões do país.

Fundado em 2017 a partir da antiga Rede Trans Educ Brasil, o IBTE – criado e gerenciado por profissionais trans* da educação – promoveu ao final de 2018 uma pesquisa online sobre o tema, com uma amostragem de 250 estudantes (IBTE, 2019). As respostas se concentraram em estados da região Sudeste, particularmente São Paulo. Em termos de perfil demográfico, grande parte das respostas foram de pessoas entre 19 e 29 anos, transmasculinas,

[119] Agradeço a Professora Deise Queiroz da Silva por esse comentário durante as Jornadas de Antropologia John Monteiro 2020.

brancas e estudantes de instituições públicas de graduação (IBTE, 2019), o que se assemelha aos perfis de estudantes trans* na UFABC e na UNICAMP.

Na UFABC, tem-se que no primeiro processo seletivo com reserva de vagas para pessoas trans* nem todas elas foram preenchidas (sendo passadas para a ampla concorrência), o que pode ser atribuído a sua recente implementação e seu anúncio oficial já depois das provas do ENEM, principal meio de ingresso nessa instituição. Mesmo assim, os dados referentes a ingressantes trans* nos revelam um eixo de gênero. Das 15 vagas preenchidas, entre 32, em seu primeiro ano, apenas uma era de uma mulher trans/travesti – que, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo[120], afirmou que esse acesso parte de ser "a exceção da exceção", tal como o fato de ter tido apoio familiar durante seu processo de transição de gênero.

Os dados da UFABC se assemelham ao perfil de estudantes trans* em cursos de graduação da UNICAMP. Embora ainda haja uma defasagem de dados oficiais, procurei, através de meu trabalho de campo, traçar um perfil demográfico de estudantes trans* nessa instituição. Nesse mapeamento, notou-se uma concentração de estudantes transmasculinos, principalmente nas não-binaridades – seguidos de homens trans e, em menor número, mulheres trans e travestis. Em meados de 2020, a partir de nossas redes sociais online e offline, somava-se ao todo cerca de 50 estudantes trans*, mas o número de pessoas transfemininas, inclusive nas não-binaridades, não chegava a 20% desse total.

Ao mesmo tempo, não havia, quando eu realizei meu trabalho de campo na UNICAMP, estudantes transmasculinos ou homens trans negros em cursos de graduação, ou pós-graduação. Um eixo racial também se observa entre as transfeminilidades, dado que, entre um total de cerca de 50 estudantes trans*, menos de uma dezena eram pessoas negras (pretas e pardas) ao todo. O número de pessoas indígenas aparece tão reduzido quanto, havendo a presença de apenas um estudante trans* autodeclarado indígena. Esse fato foi, e ainda é, objeto de mobilizações políticas no interior da universidade. Uma das principais pautas do Coletivo TransTornar[121] – coletivo localizado em Campinas e criado por estudantes trans* da UNICAMP em meados de 2014 – em suas mobilizações era a ausência de estudantes trans* negros/es/as.

Além disso, com base nas entrevistas que realizei e na convivência em espaços de sociabilidade trans*, percebi que grande parte desses estudantes cursaram durante sua trajetória na educação formal escolas particulares, e não dependiam unicamente de bolsas de permanência – uma tríade de gênero, raça e classe, portanto, que adensaremos nos próximos interlúdios e

[120] Fonte: MAIA, Dhiego. Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans. *Folha de São Paulo*, 20 de maio de 2019.
[121] A trajetória do TransTornar será retornada brevemente no **Segundo Interlúdio**.

capítulos desta dissertação, ao pensarmos sobre os entrecruzamentos dessas "transições", incluindo trajetórias no (e além do) espaço escolar e familiar[122].

Ao mesmo tempo, é necessário ter cautela frente a esses dados. Perfis semelhantes foram observados em outras universidades do país, tais como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), mas apenas no eixo de gênero, dado que o perfil demográfico racial baiano é distinto do paulista (embora ele ainda não acompanhe o percentual geral da população no estado), e históricos divergentes de políticas afirmativas constituem cenários também divergentes em termos de classe. Podemos brevemente retomar os dados obtidos via portais de transparência, onde a concentração de informações demográficas disponibilizadas foi posta em universidades com um número mais reduzido de estudantes – comumente localizadas no interior de seus estados, criadas via REUNI (seguindo as características supracitadas do Programa, tais como a força de ações afirmativas) – onde, salvas algumas pontuais exceções, notou-se certa equidade em termos numéricos em eixos de gênero e raça[123].

O estudo supracitado do GEMAA a partir dos dados da Andifes traz ainda os microdados dessa população trans* em universidades federais. 58% desse contingente é negro (contra 51% da população total), 76% tem renda de até um salário mínimo e meio (contra 69% do total) e 33% depende de políticas de permanência (contra 28% do total). Há, no entanto, discrepâncias internas nesses dados ao entrecruzarmos gênero, raça e classe – 85% das mulheres trans e travestis negras estudantes universitárias recebem até um salário mínimo e meio (PORTELA & FERES JÚNIOR, 2021). Dados semelhantes surgem no relatório do Mapeamento das Pessoas Trans no Munícipio de São Paulo (CEDEC, 2021), onde homens trans e pessoas não-binárias possuem maior índice de conclusão do ensino médio – 64% e 68%, respectivamente – em contrapartida a mulheres trans (48%) e travestis (39%). Ao mesmo tempo, o relatório do GEMAA (PORTELA & FERES JÚNIOR, 2021) mostra uma distribuição equiparada entre homens e mulheres nas universidades federais como um todo.

Dada a baixa amostragem fora do estado de São Paulo e as poucas estatísticas oficiais existentes, não é possível arriscar o desenvolvimento de um panorama mais amplo. De todo modo, acredito que a apresentação desses dados seja relevante para estabelecermos conexões entre diferentes regiões, assim como entre universidades estaduais e federais. Devemos, com isso, levar em consideração as particularidades das universidades paulistas – principalmente nas universidades estaduais – em termos de disparidades de raça e classe, em particular. Um outro ponto importante de distinção no contexto paulista está em uma dimensão de

[122] Essa discussão será feita no **Capítulo 3**.
[123] Não foram disponibilizados dados sobre renda nas respostas dadas pelas instituições.

regionalidade nesses eixos de diferença e desigualdade, dada a alta quantidade de pessoas trans* migrantes de outras regiões do país para o estado de São Paulo, principalmente para sua capital e sua região metropolitana[124].

Outro fato importante está nas distinções entre graduação, pós-graduação e docência. Conforme destaquei anteriormente, percebe-se ainda uma ausência de estudantes trans* em cursos de pós-graduação. Ao mesmo tempo, vemos que já há docentes trans* em universidades públicas pelo país, mas que, nesse caso, parece haver uma concentração de mulheres trans e travestis[125]. Tais pesquisadoras também tendem a serem as mais citadas ao pensarmos em referências acadêmicas trans* no Brasil – de modo que devemos levar em consideração os regimes específicos de invisibilização das transmasculinidades (e não-binaridades)[126]. Ao mesmo tempo, quando falamos em pós-graduação – ao menos no contexto das universidades paulistas – certas distinções de gênero parecem se re/configurar e, curiosamente, quando pensamos nas "primeiras defesas de dissertação/tese" com o uso do nome social, por exemplo, tendemos a pensar em figuras transfemininas. Dito isso, devemos observar que determinadas desigualdades de acesso não necessariamente implicam no mesmo regime de diferenciação e constituição de desigualdades no que se refere a continuidade na carreira acadêmica.

Compreendo, ao mesmo tempo, que trazer tais informações seja necessário, primeiro, em um esboço analítico dessas considerações (que podem ser adensadas e revistas, em trabalhos futuros), e que parte, mas não se limita, a minha localização geográfica e institucional. Em um sentido político o faço não numa hierarquização de opressões – conforme Audre Lorde nos alerta ainda na década de 80 (LORDE, 2019 [1983]) – mas, pelo contrário, na possibilidade de firmar alianças sob uma perspectiva interseccional, compreendendo tais aproximações e distanciamentos no que se refere aos modos como a violência transfóbica, e a cisnormatividade (VERGUEIRO, 2016) como um todo, opera sobre corpos e histórias distintas – e, como, coletivamente, respondemos a tais dinâmicas, principalmente em um âmbito institucional (que, como vimos, a todo momento re/corta e re/delimita essas fronteiras).

Digo isso, inclusive, pelas leituras um tanto equivocadas que observo – no interior de redes ativistas e movimentos sociais, e também em certa produção bibliográfica – que tendem a sobrepor as violências sofridas por pessoas transfemininas sobre as violências sofridas por

[124] Essa informação foi citada por Leona, a partir de dados obtidos pelo programa Transcidadania, na capital paulista. Um dado semelhante surge no Mapeamento das Pessoas Trans no Município de São Paulo (CEDEC, 2021), com uma alta quantidade de mulheres trans e travestis migrantes das regiões Norte e Nordeste.
[125] Agradeço a Ian Habib por essa observação.
[126] Destaco, no campo das artes, a existência do CATS (Coletivo de Artistas Transmasculines), criado em 2020 por Leo Moreira Sá e Daniel Veiga tendo como pautas a "visibilidade" e a "representatividade" transmasculina no meio artístico. Dentro da academia destaco a "Revista Estudos Transviades".

pessoas transmasculinas, quando, de fato, vemos que os modos como compreendemos tal violência (enfatizando, por exemplo, os dados sobre assassinato, mas não sobre suicídio, e a violência física, mas não verbal e psicológica) enquanto tal influencia diretamente na postulação dessas aproximações, o que, em minha análise, nos desloca a caminhos perigosos, e pouco produtivos, em nossas construções teórico-políticas.

Um eixo de classe também deve ser tido com atenção. O relatório do IBTE também nos traz outros dados importantes sobre o perfil de estudantes trans* no ensino superior público. Tem-se que metade dos estudantes trans* interromperam, em algum momento, os estudos, e que pouco mais da metade estuda e trabalha (IBTE, 2019). A interrupção nos estudos condiz com os dados coletados em São Paulo e em Pernambuco da concentração de solicitantes do nome social no Ensino de Jovens e Adultos, assim como do Mapeamento das Pessoas Trans no Município de São Paulo (CEDEC, 2021). Aliado aos dados de que esses estudantes, em grande medida, estudam e trabalham, temos um eixo de classe importante, com a falta ou a limitação de apoio financeiro por parte da família consanguínea.

2.7. Reivindicando e consolidando direitos: Um estudo de caso da UFABC

Tive a oportunidade de acompanhar mais de perto o advento de ações afirmativas na UFABC, que surge nesse momento final como um breve estudo de caso na reivindicação e consolidação desses direitos, principalmente em seus precedentes. Conversei com Leona, cientista social, ativista do Coletivo Prisma – Dandara dos Santos e uma das principais articuladoras dessa demanda nessa instituição. Nessa universidade, as políticas afirmativas para pessoas trans* seguiram na esteira de outras iniciativas próximas (nominalmente UFSB e UNEB), sendo criadas via resolução do CONSU nº 190, em 21 de novembro de 2018 (CONSU/UFABC, 2018). Na mesma resolução se cria a já citada Comissão Especial para Pessoas Transgêneras (CEPT), também na esteira de outras comissões já existentes (como a Comissão de Políticas Afirmativas – CPAf e da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Ações Afirmativas [PROAP]). A CEPT tem como responsabilidades (CONSU/UFABC, 2018):

> I - acompanhar as(os) candidatas(os) admitidas(os) como pessoa autodeclarada Transgênera, com o objetivo de facilitar sua permanência na universidade através da elaboração de projetos de políticas de ações afirmativas visando apoio pedagógico e psicológico;
>
> II - acompanhar denúncias de fraude.

A universidade segue diversas das características já citadas das instituições criadas via REUNI – antecedendo a criação do Programa, a UFABC foi em grande medida um modelo para a criação dessas universidades federais, adotando um modelo pedagógico interdisciplinar

e tendo a presença de políticas afirmativas desde sua criação. Tais políticas afirmativas foram sendo aprimoradas ao longo do tempo – em consonância com transformações a nível nacional na Lei de Cotas, e outras legislações – incluindo como modalidades pessoas com deficiência, negras e indígenas, além de egressos de escolas públicas. Um ano antes da aprovação das políticas afirmativas para pessoas trans* na UFABC, a universidade aprovou políticas afirmativas direcionadas para refugiados e solicitantes de refúgio. Vale destacar que esse não é um fato exclusivo da UFABC. Em muitas universidades públicas, particularmente nos últimos anos, ações afirmativas têm sido adotadas de modo sucessivo ou simultâneo[127]. Outro ponto importante – que também esboçamos anteriormente, ao versarmos sobre um elemento interseccional no advento desses direitos – é a articulação entre diferentes movimentos sociais e redes ativistas, que tanto borram fronteiras quanto as demarcam estrategicamente. É o caso da concomitância da implementação de ações afirmativas para pessoas transgêneras unicamente pelo princípio de autoafirmação da identidade de gênero, de um lado, e da adoção de comissões de heteroidentificação para autodeclarados pretos e pardos na mesma instituição, de outro – processos esses que ocorrem no mesmo ano (e que, segundo Leona, implicou em alianças estratégias produtivas entre os movimentos e ativismos negro e trans* a partir dessas diferenças).

A defesa por essas políticas se compôs de um mosaico numérico a partir de diferentes fontes. Reconhecidas suas limitações, os dados específicos da região onde a universidade se localiza foram obtidos a partir de uma ONG local, que atende cerca de 100 mulheres trans e travestis profissionais do sexo no ABC Paulista. Os dados regionais e nacionais foram compilados a partir das estatísticas produzidas pelas já citadas ANTRA – uma das mais importantes organizações protagonizadas por pessoas trans*, sendo criada em 2000 – e pelo programa Transcidadania – programado atrelado a Prefeitura de São Paulo voltado a travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social – particularmente no que se refere a violência extrema e a exclusão do espaço escolar. Alguns dados precisaram ser, naquele momento, "importados" do exterior: o número da quantidade de vagas percentual (baseado no percentual de pessoas trans* na população do país) teve como origem pesquisas nacionais no contexto estadunidense. Esses dados têm sido constantemente atualizados a partir da atenção às demandas específicas que surgirem nesse contexto e o escopo de alcance local[128].

[127] Um exemplo no contexto da UNICAMP será trazido no **Segundo Interlúdio**.

[128] Vale destacar que a pesquisa citada anteriormente sobre o percentual de 2% de pessoas trans* na América Latina (SPIZZIRRI et al, 2021) foi publicada posteriormente a demanda e ao advento de ações afirmativas para essa população na UFABC.

A UFABC teve como principal precedente institucional a UFSB, mais especificamente a resolução do CONSU nº 07/2017 (CONSU/UFSB, 2017). Não apenas uma conexão legal, no sentido de construir jurisprudências, o precedente na UFSB também atuou na composição de cenários institucionais mais favoráveis e de repertórios políticos comuns, inclusive no que se refere a possibilidades e estratégias de mobilizações. Aqui, vale destacar a importância dos movimentos sociais e redes ativistas locais na demanda por esses direitos. Na UFABC, a adoção das ações afirmativas é dada em grande medida pela atuação do coletivo PRISMA – Dandara dos Santos em colaboração com uma série de redes ativistas e acadêmicas. O PRISMA é um coletivo já consolidado nesse espaço, e que – segundo um dos entrevistados, Ren, que chegou a compô-lo em determinado momento de sua trajetória – tem um histórico cuidadoso em relação a organização financeira das contas internas e nas passagens entre gerações dentro da organização, o que, afirma o estudante, nem sempre é comum em coletivos universitários e organizações estudantis, que tendem a ter um caráter mais efêmero e estratégico. Outra característica interessante é o fato do PRISMA ter uma forte relação com o movimento sindical/operário da região, dada sua própria historicidade e força na região do ABC Paulista.

O mesmo pode ser dito em relação à UFSB. Assim como na UFABC, a conversa que tive com uma docente na instituição teve o nome de coletivos e organizações estudantis citadas em diversos momentos de nossa entrevista – um fato que achei curioso, quando comparado aos espaços institucionais por onde havia transitado até então, nas universidades estaduais paulistas, onde parecia haver um maior distanciamento entre os movimentos estudantis organizados e a docência. A docente em questão citou a existência do chamado Sarará Trans, voltado especificamente a negritudes trans*, idealizado por Khalil Piloto, aluno de pós-graduação pela universidade. Vale destacar aqui o fato de que – segundo dados analisados pelo GEMAA a partir da Andifes, em universidades federais (PORTELA & FERES JÚNIOR, 2021) – estudantes trans* tendem a serem mais engajados politicamente: 45% afirmaram fazer parte de movimentos, contra 28% de estudantes cis – com destaque aos movimentos LGBTI+ (29%), estudantis (10%) e feministas (9%). Uma das possíveis explicações está no fato de que estudantes trans* o fazem para garantir sua permanência nesse espaço (por exemplo, reivindicando o direito ao uso do nome social), e, sendo os "primeiros" ou os "únicos" ali, buscam abri-lo a outras pessoas trans* (por exemplo, na demanda pela criação de ações afirmativas)[129].

[129] Retornaremos a essa discussão no **Capítulo 3**.

Outro ponto de aproximação curiosa, aqui, está no fato de que UFABC e UFSB estão em pontas linearmente opostas em termos históricos, quando pensamos em sua relação com o REUNI. A UFABC foi fundada em 2005, dois anos antes da institucionalização do REUNI, enquanto a UFSB foi criada quase uma década mais tarde, em 2013. Em ambos os casos, para além das características já citadas, temos universidades localizadas fora das capitais dos estados. E, também em ambos os casos, temos a presença de docentes trans* nessas instituições. Ao mesmo tempo, conforme veremos no próximo capítulo, tal distinção histórica também perpassa os desafios que universidades federais mais recentes têm enfrentado no país, frente a uma série de contingenciamentos e cortes de verba.

Além de precedentes nacionais, a UFABC já contava com precedentes internos no que se refere a direitos de uma população trans*. A universidade foi uma das primeiras do país a possibilitar o uso do nome social em seus sistemas internos. A universidade adere ao "Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos" junto ao MEC, divulgado em novembro de 2017, onde, em seu plano de trabalho, já eram previstas a criação de políticas afirmativas – em sua 14ª ação, "Criar reserva de vagas no ingresso dos Bacharelados Interdisciplinares e dos Cursos de Pós-Graduação para pessoas transgêneras, travestis, mulheres transexuais e homens trans em extrema vulnerabilidade socioeconômica" (UFABC, 2017). Isso é efetivamente posto em prática, inicialmente, na Escola Preparatória (EP) da UFABC, projeto permanente de extensão da universidade criado em 2010, que atua como um curso pré-vestibular voltado para o ENEM e gratuito para alunos da rede pública da região, que passa a incluir uma reserva de vagas para estudantes trans*, a partir de decisão interna.

Outro marco institucional interno ocorreu em 2016, quando uma empresa terceirizada, responsável pelos serviços de limpeza na instituição, proibiu uma de suas funcionárias (uma pessoa transfeminina) de usar o banheiro feminino, sendo eventualmente demitida. O evento gerou uma série de mobilizações políticas no interior e nos arredores da UFABC. Foi acionada a resolução 12/2015 do CNCD/LGBT (BRASIL, 2015) que prevê a utilização de espaços segregados por gênero como um meio de pressionar, em resposta ao ocorrido, a Reitoria da instituição a adotar placas de reconhecimento da identidade de gênero nas portas dos banheiros. A assinatura e a regulamentação do uso dos banheiros foi realizada em 2017.

O passo-a-passo de implementação na graduação, no entanto, foi mais extenso, perpassando uma série de fases decisórias e burocráticas, além de disputas e tensões – das quais retornaremos no próximo capítulo. Por ora, vale ressaltar que a "ausência de dados" (ou de disputa sobre os dados apresentados) foi uma das principais fontes de tensão no processo de

implementação, assim como a possibilidade de estabelecer mecanismos de inibição de fraudes. Outro ponto de tensão enfatizado por Leona em nossa entrevista foi o momento político particularmente conturbado onde ocorreram muitas dessas negociações. Por sua vez, um estudante de graduação da UFABC relata em nossa entrevista algumas idas e vindas da repercussão midiática sobre o advento de tais políticas afirmativas. O recém-ingresso afirma que, embora inicialmente relutante, pouco-a-pouco a resposta por parte de jornais e reportagens tendeu a se tornar positiva, e uma aliança estratégica ali se firmou. Vale reforçar, ainda, que, em seu momento final, a votação no CONSU foi em grande medida positiva.

Conforme vimos na seção anterior, há uma disparidade de gênero observada após a implementação das políticas afirmativas na graduação em seu primeiro ano. Mesmo a única jovem trans* que ingressou nesse momento afirma que seu ingresso é fruto de uma série de "privilégios" – e é evidente que sua trajetória é distinta daquelas, por exemplo, das travestis e mulheres trans atendidas via ONG Atravessa, em Santo André. Esse é um ponto observado pela própria Leona, em nossa entrevista: "[as] cotas não chegaram primeiramente nessa população mais marginalizada, *o caminho é gradual (...) chegar nessa população é muito mais difícil*". Além disso, Leona ressalta – em consonância aos dados que obtive posteriormente a partir Mapeamento das Pessoas Trans no Munícipio de São Paulo (CEDEC, 2021) – que muitas dessas mulheres trans e travestis tem como principal demanda – comumente movida a uma urgência financeira (vale lembrar o número elevado de mulheres trans e travestis em situação de rua, por exemplo) – a realização de cursos técnicos, de ingresso mais rápido ao mercado de trabalho.

Dito isso, é necessário ter em vista que tal disparidade não enfraquece a existência dessas ações afirmativas, mas fortalece outras medidas substantivas dentro e fora da universidade, em resposta a tais diferenças e desigualdades. Leona cita a possibilidade de criação de um projeto de Educação de Jovens e Adultos atrelado a instituição como uma dessas possibilidades, além de enfatizar a já existência de reserva de vagas na EP. Lembro ainda do relato de Isabella dos Santos Silva, primeira mulher trans pós-graduada na UFSB[130], que ia pessoalmente em pontos de prostituição no interior da Bahia para conversar sobre o acesso ao ensino superior público e a existência de políticas afirmativas nessa instituição. Isabella tem também um papel central na criação de cursinhos populares voltados à pessoas trans* nessa região, conforme a própria versa, em artigo (SILVA & GUIMARÃES, 2019).

[130] Fonte: COELHO, Lilian. Uma defesa TRANScendente. *UFSB*, 5 de junho de 2019.

Outras várias ações são necessárias – muitas já citadas anteriormente, como uma transformação nas próprias teorias e métodos utilizados nas pesquisas, e a existência de ações afirmativas também na docência. Além disso, o fato de existirem ações afirmativas não exime problemas relativos à permanência, tais como inconsistências no uso do nome social – que, conforme veremos no interlúdio que sucede esse capítulo, afeta particularmente estudantes de baixa renda, atuando em uma re/produção dessas desigualdades interconectadas. Trago esse breve estudo de caso da UFABC nesse momento final também como um deixa para nosso próximo contra-/movimento, onde enfatizaremos pontos de tensão na implementação do nome social (e além), trazendo relatos de estudantes trans* em seus manejos cotidianos frente a instâncias administrativas e burocráticas. Operaremos numa escala interna a essas instituições, portanto, que revelará suas próprias multiplicidades. Com isso, adensaremos discussões no campo da antropologia do Estado e de estudos interseccionais (recuperando conceitos aqui esboçados), que ganharão ainda mais formas e contornos nos capítulos e interlúdios que se sucedem.

PRIMEIRO INTERLÚDIO

Disputas e tensões no cotidiano universitário

"Gostaria de chamar os perigos de 'obstáculos', mas isto seria uma mentira. Não podemos transcender os perigos, não podemos ultrapassá-los. Nós devemos atravessá-los e não esperar a repetição da performance"

– Gloria Anzáldua (ANZALDUA, 2000, p.229)

PRIMEIRO INTERLÚDIO

3.1. Pontos de tensão na implementação do nome social no cotidiano universitário

Partindo das reflexões do primeiro capítulo, podemos adensar a discussão a partir de alguns relatos etnográficos centrados nas universidades públicas paulistas onde realizei trabalho de campo. Com isso, abrimos espaços para agenciamentos e manejos cotidianos desses direitos – em seus processos de reivindicação, implementação e possíveis leituras frente a casos particulares – por estudantes trans* em suas relações com as esferas administrativas e burocráticas da universidade. Perceberemos as redes acionadas nesses relatos, assim como uma dimensão interseccional que os atravessa e constitui, nos levando a questionar, também, os modos como diferenças e desigualdades interconectadas emergem nessas trajetórias e encontros, enfatizando distribuições desiguais de ação e, com isso, limites estruturais e desafios.

Em 2012, Beatriz, então estudante de graduação, solicitava em sua universidade a implementação do uso do nome social, com base no Decreto Estadual nº 55.588, de 17 de março de 2010, que assegura "às pessoas transexuais e travestis (...) o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de São Paulo" (SÃO PAULO, 2010). Conversei com Beatriz em seu local de estudo, onde naquele momento finalizava sua pesquisa de mestrado. Conforme relatou, a implementação do nome social foi recebida com entraves burocráticos, agravados pelo fato de não haver uma resolução nacional que, ainda em 2012, regulamentasse seu uso:

> Naquele momento foi bastante difícil. Tinha aquela coisa na lei... *a lei estipulava mas não sabia exatamente como implementava* (...) O decreto só conseguiu valer na prática porque tinha uma cláusula de que *poderia processar a [universidade]*... por ser passível de processo, por linkar com essa outra lei, a [universidade] viu 'olha só' (...) Se não tivesse isso eles iam continuar com essa negligência, talvez.

Em um relato divulgado pela própria Beatriz no blog Transfeminismo, a estudante traz detalhes do processo administrativo em seus embates. Seu pedido, enviado à ouvidoria de sua universidade em setembro de 2012, foi protocolado em março de 2013. Em sua carta enviada à ouvidoria, lê-se (BAGAGLI, 2013, ênfases nossas):

> Ao reiterar que a Universidade não é um espaço inclusivo e seguro para essas pessoas a [instituição] *assume uma política institucionalmente transfóbica*. (...) A falta da inserção do nome social *gera consequências práticas*: expõe os alunos transgêneros a possível humilhação e extrema ansiedade na hora de se engajarem em procedimentos burocráticos aparentemente banais e naturalizados para pessoas cisgêneras (aquelas que não são transgêneras) tais como lista de presença, chamadas, provas, trabalhos, etc.

Mesmo após a promulgação do pedido e seu início efetivo no cotidiano universitário, a implementação do nome social na instituição foi atravessada por disparidades em relação a demandas de estudantes trans* e frente às ambiguidades do próprio decreto estadual, conforme relata Beatriz, naquele momento, para um jornal estudantil (BAGAGLI, 2013, ênfases nossas):

> O uso do nome social na [universidade] foi implementado (...). Parte do problema na [universidade] foi solucionada no que se referem aos documentos internos, tais como listas de chamada. Nesses documentos, consta-se apenas o nome do qual as pessoas se identificam, no caso das pessoas trans*, o nome social sem qualquer menção ao registro civil. *O mesmo não se pode dizer dos "documentos externos", os quais se entendem que o registro civil deve ser explicitamente mencionado ao lado do nome "social".* (...) As instituições do Estado se veem "obrigadas" a incluírem o nome social das pessoas transgêneras, porém, pouco se importam com a forma que o fazem. (...) Em meus dados cadastrais, consta o seguinte nome para documentação externa: Meu registro civil ao lado do meu nome "social". Vamos supor um nome: a pessoa trans* se chama Priscila, porém seu registro civil é Dimas. *Seu nome na documentação externa ficaria "Dimas Priscila"*. Isto, além de ser ridículo, é inaceitável. Venho expressar meu repúdio contra a própria lei estadual que foi utilizada para endossar o uso do nome social na [universidade] e a forma como a instituição se fez "obrigada" a aceitá-la e *implementá-la dessa forma acrítica*, fazendo nenhum esforço para executá-la de forma diferente da proposta no decreto. O nome civil não representa estas pessoas, logo, a insistência em mencioná-lo é uma forma de agressão simbólica.

Burocracias, antropologia do Estado e re/produção de desigualdades

Os movimentos iniciais dessa dissertação são diretamente influenciados por produções no interior da antropologia do Estado. Essa inspiração parte em grande medida de minha própria localização acadêmica, junto ao Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, onde tive contato com um prolífico campo de estudos sobre "direitos LGBT", a partir de autoras como Regina Facchini (2005) e Silvia Aguião (2014). Entrecruzados aqui estão estudos que versam sobre cidadania e processos de cidadanização, principalmente na antropologia, onde embates pelo "reconhecimento social e legal dos direitos" de determinados grupos, assim como seus "clamores por justiça", são lidos em "zonas cinzentas imbuídas em complexas relações de poder (LAZAR, 2016, p.4, tradução nossa). No contexto latino-americano[131] (LAZAR, 2016, p.8, tradução nossa):

> o conceito de cidadania tem sido utilizado em campanhas de movimentos sociais ativistas indígenas, feministas, urbanos e LGBTQ+, que demandam seu reconhecimento enquanto sujeitos sociais ativos com o direito a ter direitos e – crucialmente – o direito de definir quais são esses direitos

[131] Para uma leitura sobre "cidadania" e "democracia" a partir do movimento brasileiro de travestis, ver Araújo (2020).

Tais estudos buscam se atentar não apenas às leis e decretos em si mesmos, mas também em suas disputas constitutivas e o enredado campo que a todo momento as re/inscreve. Dito de outro modo, podemos compreender que versam sobre circulações a partir de distintos locais na arena política, nos embates de enquadramentos e no bojo de controvérsias, sempre abrindo espaço para os agenciamentos de sujeitos que manejam no cotidiano esses direitos, permitindo, incluindo, seu deslocamento e sua transformação[132]. Destaco ainda a produção de Sérgio Carrara (2010), autor que atua nos entrelaçamentos entre uma antropologia do Estado e no campo dos "direitos LGBT" com certa antropologia da ciência que ganha contornos particulares no contexto brasileiro (FONSECA; ROHDEN; MACHADO; PAIM, 2016; CARRARA, 2012).

Temos, nessa leitura, uma ênfase analítica em processos de Estado, sem entendê-lo simplesmente como um agente de poder externo e ostensivo, mas internamente complexo, re/produzido em uma série de práticas cotidianas. Assim, há processos de constituição e formação mútua, mesmo que imbricada em desigualdades, entre "sujeitos de direito" e o Estado. Embora não opere nessa diferenciação em minha própria escrita[133], tomo para minha produção os cuidados de Aguião (2014) de jogar, de um lado, com um "estado" com letra minúscula, enfatizando um conjunto de práticas e embates constitutivas, e, de outro, um "Estado" com letra maiúscula.

Já tecendo algumas aproximações com o campo da antropologia da ciência como um todo, temos, com isso, que embora internamente complexo e múltiplo, essas práticas, de modo trabalhoso, a todo momento almejam e efetivamente geram convergências – há uma inquietação analítica, portanto, nos modos como o "Estado" (ou a "Ciência") se sustenta, se mantém, enquanto unidade[134], ou seja, no modo como não há uma fragmentação completa nessa multiplicidade constitutiva.

Também me inspiro em produções estrangeiras no interior da antropologia do Estado, principalmente ao versar sobre burocracia. Embora não adentre nos meandros do debate proposto por Nayanika Mathur (2015; 2017), me inspiro na autora ao me atentar a uma complexidade interna dessas instituições e do Estado, e na compreensão de como a burocracia é entendida, nessa leitura, como um modo de conhecimento. Mathur (2017) afirma que há dois braços nesses estudos: o primeiro, atento a materialidades e os afetos [*affects*] e o segundo, da qual tendo a me aproximar, nos eventos cotidianos e/ou extraordinários nesses espaços.

---

[132] Mobilizo aqui vários termos e conceitos que retornarão ao longo da dissertação. O debate sobre direitos e enquadramentos foi recido já no **Capítulo 1**, enquanto as controvérsias retornarão no **Capítulo 2**. A ênfase na re/produção de desigualdades na universidade retornará no **Capítulo 3**.

[133] Nessa dissertação, opto por utilizar outros termos – tais como Estado/s e instâncias/esferas estatais – para enfatizar sua multiplicidade constitutiva.

[134] Tradução do termo "what holds on" (presente no trabalho de autorias como Mol, Law e Tsing). Há um debate semelhante na antropologia da ciência, referente a compreensão das "ciências" enquanto multiplicidade e seus processos de convergência (MOL, 2002; LAW, 2004; TSING, 2015; entre outros vários exemplos), conforme retornaremos nos momentos finais da dissertação (**Capítulo 3** e **Epílogo**).

Outros estudos sobre o ensino superior também são influenciados por essa bibliografia. Enfatizando dinâmicas globais, tais estudos (a exemplo de coletânea organizada por Wright e Shore (2017)) destacam aspectos neoliberais na constituição das universidades públicas pelo mundo nos últimos anos, atentos como – e esse é um ponto importante no desenrolar desta pesquisa – nas práticas cotidianas desigualdades são re/produzidas (no caso, desigualdades globais da economia de conhecimento, a partir de ranqueamentos e métricas de "excelência" e "inovação").

Em uma escala mais reduzida e sob uma perspectiva antropológica e interseccional, tomo essas produções como inspirações na atenção aos modos como, no interior dessas instituições públicas, desigualdades entre estudantes trans* são re/produzidas em meio a práticas cotidianas, inclusive na observação dos impactos subjetivos gerados nesses des/encontros.

Assim como observei em outras universidades públicas, o primeiro pedido de nome social tende a não solucionar os problemas cotidianos enfrentados por estudantes trans* no seu dia-a-dia nesse espaço. Esses primeiros pedidos são comumente realizados por pessoas trans* que assim já se afirmam e que circulam por redes ativistas que as tornam afiadas no conhecimento de meandros legais e, portanto, das possibilidades de cobrarem a implementação de direitos frente a instâncias administrativas e burocráticas de suas instituições.

Beatriz é uma delas que, circulando por redes transfeministas online, teve um acesso anterior a esses direitos e construiu um arcabouço de conhecimentos legais que a possibilitou confrontar o centro burocrático em questão, e inclusive questionar o próprio decreto estadual em suas ambiguidades. Conforme relata a própria, inconsistências práticas já eram uma realidade nessa instituição em meados de 2013, e foi apenas sete anos mais tarde que houve a criação de uma resolução interna que regulamentasse o uso do nome social. Um caso emblemático, resultou em janeiro de 2020, via Diário Oficial do Estado e também atrelado ao decreto paulista de 2010, na resolução que assegura "o direito de alunos, professores e funcionários travestis e transexuais de utilizarem seus nomes sociais em registros, documentos e ações da vida funcional e acadêmica" (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, p.47, 2020).

O caso em questão envolve a publicação da monografia de uma estudante, que chamaremos aqui de Jezebela, solicitante do nome social após seu ingresso na pós-graduação. Em entrevista, a ex-estudante afirma ter tido poucos problemas práticos ao longo de sua formação, mas que isso mudou já no período de defesa da monografia. O argumento do centro burocrático em questão era que a monografia era de domínio público, portanto um "documento

externo" à universidade. Sendo externo, seu nome civil deveria estar presente nesse documento – o que, nessa leitura, envolvia uma mistura do nome social e do nome de registro, conforme relatado por Beatriz ainda em 2013. No caso de uma pessoa com o nome social "Maria" e o nome de registro "João", por exemplo, a monografia seria publicada sob o nome de "Maria João".

A estudante e sua orientadora articularam uma extensa rede em defesa de outra leitura possível dos decretos vigentes naquele momento – estadual (nº 55.588/2010) e federal (nº 8.727/2016) – e sua leitura frente ao caso. Embora os decretos exigissem que o nome civil fosse acompanhado do nome social em registros externos à administração, defendeu-se um uso mais discreto do nome civil, que preferencialmente ficasse restrito aos sistemas internos da universidade. Além disso, argumentou-se que, por ser um documento público, haveria constrangimentos na publicação do nome civil, o que iria de encontro com o que estava previsto nos decretos.

Um agravante nesse processo foi o fato da universidade em questão ainda não ter adaptado naquele momento seus sistemas para uso do nome social nas inscrições para cursos de pós-graduação, o que era uma oposição legal direta aos decretos e passível de ações judiciais. Além disso, uma leitura do decreto que misturava desse modo nome social e nome de registro já havia sido superada em outros usos práticos nessa mesma universidade – por exemplo, nas carteirinhas estudantis e em documentos internos (tais como históricos escolares), embora ainda fosse presente na emissão de documentos externos (como no caso de diplomas).

Outro fato importante, e particularmente curioso, é o fato dessa mesma instituição já ter emitido em 2018 sua primeira impressão de diploma e publicação de monografia com o nome social, com sua então primeira pessoa trans* que defendia um doutorado na instituição utilizando esse direito. Assim, embora haja ambiguidades na letra de lei – que prevê o acompanhamento do nome de registro com o nome social, mas não como (o que Beatriz já relata em 2013) – foi argumentado, na rede acionada por Jezebela, que já havia marcos importantes de jurisprudência interna a própria universidade que possibilitariam leituras mais próximas das demandas de estudantes trans*.

O conflito foi resolvido após um longo embate entre as partes, não chegando às vias jurídicas. O caso resultou na regulamentação do uso do nome social em monografias e na matrícula em cursos de pós-graduação, conforme a resolução supracitada, de janeiro de 2020. No entanto, em entrevista, Jezebela ressaltou sua exaustão ao longo do processo. Afirmou ter sido prejudicada pela morosidade da resolução, que haveria gerado um entrave na continuidade de sua carreira acadêmica. Ela afirmou que, por ora, inserida no mercado de trabalho, não

pretende voltar à universidade, embora reconheça o apoio da rede de estudantes e funcionários docentes e não-docentes que possibilitou o fim do conflito.

Um ponto importante de ser destacado são os distintos agenciamentos de Beatriz e Jezebela frente a conflitos cotidianos envolvendo o nome social. Enquanto no relato de Beatriz temos um manejo de direitos frente a uma circulação anterior em redes ativistas, temos no relato de Jezebela uma universidade que se revela internamente complexa. Se, por um lado, temos tal universidade institucionalmente representada por um centro burocrático pouco aberto a demandas de estudantes trans*, temos de outro uma orientadora e uma rede ampla de contatos internos à universidade que de algum modo possibilita a permanência e abre espaços para mudanças substantivas. No entanto, embora o caso em questão tenha eventualmente se solucionado e possibilitado a criação de uma resolução interna, ele gerou impactos subjetivos de modo a desgastar a estudante envolvida. Aqui, entraves em torno do direito ao (próprio) nome geraram situações que dificultaram a continuidade na trajetória acadêmica e a fizeram optar por, ao menos por ora, interrompê-la.

Outras aproximações com a antropologia da ciência

Esbocei anteriormente uma aproximação entre uma antropologia do Estado e uma antropologia da ciência. Um fato curioso, quando pensamos na existência de certa antropologia da ciência no Brasil (mesmo que não sob esse termo, em um primeiro momento) está nos entrelaçamentos com o Estado, que atravessa a própria constituição da produção acadêmica e científica no país, no interior de universidades públicas – onde redes "acadêmicas" e "estatais" tendem a se convergir. Além da já citada produção de Sérgio Carrara, tem-se em Cláudia Fonseca outro pólo de seu pioneirismo no país (FONSECA; ROHDEN; MACHADO; PAIM, 2016).

Não por acaso, produções contemporâneas que se atentam a tais dinâmicas tendem a versar sobre uma co/produção ou co/existência de conhecimentos, entre disputas, tensões e convergências. Lembro aqui das já citadas produções de Barbosa (2010, 2015) e Coacci (2018), que trazem um terceiro elemento nessa tríade – os movimentos sociais e ativismos – compreendidos aqui também como um campo de produção de saber.

Com isso, nos alinhamos a uma produção no interior da antropologia da ciência que enfatiza dinâmicas "fora do laboratório" (CANDEA, 2016) – em meio a friccionadas redes estatais, burocráticas, acadêmicas, ativistas, mercadológicas, e assim em diante. Um ponto importante, no entanto, quando adicionamos a esse experimento perspectivas feministas e campos com relações explicitamente verticalizadas e hierarquizadas – tais como o relativo aos "direitos LGBT" – é o fato de termos dinâmicas de saber/poder que operam em tal co/produção ou co/existência de

conhecimentos. E que aqui, inspirada também por outra bibliografia (mais próxima a vertentes pós-coloniais e decoloniais desses estudos), tomo ênfase nos entrelaçamentos entre epistemologia e política[135].

Dito isso, lembro aqui do escrito clássico de Carrara sobre sífilis (1996), versando sobre os modos como certa "expertise" era disputada, e por vezes compartilhada, entre uma produção científica/acadêmica, de um lado, e pacientes em seus enredamentos afetivos e ativistas, de outro. Um argumento importante que podemos tomar dessa produção está no fato de que esses pólos e regiões de ação – Estado, academia, ativismo... – se borram e se fixam em diferentes momentos dessas relações. Diria, com isso, que eles efetivamente emergem no interior dessas relações, ou seja, que não são tidos *a priori* de suas práticas constitutivas.

Os percalços na continuidade da carreira acadêmica foram também lembrados na entrevista com Beatriz. Em nossa conversa, ela rememora as dificuldades de uso do nome social no Currículo Lattes. A possibilidade de uso no nome social na plataforma, por parte do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), foi apenas dada em 2018, dois anos após a promulgação do decreto federal supracitado, sendo a articulação da professora Jaqueline Gomes de Jesus com o Conselho Nacional central nessa implementação, também atravessada por um histórico de entraves burocráticos e institucionais:

> Foi algo que me marcou bastante. O CNPq reconhecia o nome social no lattes, mas naquela época o nome social não estava no próprio sistema. Os dados vinham da receita federal, eram automáticos e não podiam ser alterados. Quando ligava lá, mandava e-mail, *diziam que não era possível*. Mas aí a gente falava 'vocês se comprometeram com isso, como não é possível?', ficava um *choque de burocracias*. Tinha que falar com o ouvidor do CNPq, que sabia que existia o nome social. Ia falar com o ouvidor mas ele não estava, aí falava com a secretaria e a secretaria não sabia. *Esses desencontros, sabe*.

Embora aponte inconsistências e des/encontros (o que inclusive pode prejudicar a trajetória acadêmica de pessoas trans* inseridas na pesquisa), o relato de Beatriz traz também seu agenciamento frente a um direito estabelecido e o manejo prático frente a meandros administrativos, burocráticos e institucionais. Podemos notar, com isso, uma circulação de saberes por parte de pessoas trans* – trocando experiências e relatos da maneira correta de mobilizar as leis e na atenção às redes internas dessa própria burocracia. Lembro ainda do relato de ume estudante trans*, em entrevista, que afirmou que, quando ia ao centro burocrático de

[135] Retornaremos a esses argumentos no **Epílogo**.

sua universidade, preferia falar com determinados funcionários que eram mais abertos a suas demandas.

Um apontamento recorrente nos relatos de estudantes trans* em relação ao uso do nome social é a descentralização de sistemas burocráticos na universidade. Assim, embora um primeiro pedido de nome social gere, mesmo que de modo limitado, algum tipo de mudança efetiva (por exemplo, nas listas de chamada), outros sistemas da universidade – tais como sistemas internos de cada instituto e faculdade, sistemas online, sistemas de bibliotecas, de assistência social, de serviços de saúde... – tendem a permanecer sem alteração.

Em uma das universidades que acompanhei em campo, não havia no ingresso na pós-graduação uma categoria específica para o nome social nos formulários de inscrição, o que demandava que futuros estudantes trans* solicitassem uma alteração nos sistemas internos dessa instituição. A depender da morosidade da resolução frente ao prazo de inscrição, estudantes trans* acabavam por se matricular com os nomes de registro e, após o ingresso, demandavam o nome social. Marcelo, que no momento de nossa entrevista buscava ingressar na pós-graduação, tendo utilizado o nome social durante grande parte de sua graduação, trouxe o modo como lidou com uma dessas situações onde o nome social não constava nos formulários de inscrição e como enxerga a presença, ou ausência, do nome social em diferentes sistemas burocráticos ligados a sua universidade:

> Nome social... Quando eu penso no tanto de lugar que eu enfiei meu nome, sabe? (risos*) Tive que alterar tudo, mudar o nome em todos os lugares*. O nome social ainda não funciona, mas deu uma melhorada. Formulários nunca tem nome social, pelo menos todos que eu preenchi. (...) Preenchi com o nome social uma observação no final, *você tem que enfiar o nome social ali de algum jeito* (...) Mas me inscrevi pro mestrado com o nome antigo. Aí é absurdo não ter (...) Informática, biblioteca, foi de boa, não tive problema. (...) O problema foi no ingresso na pós-graduação... não sei, sempre precisa fazer inscrição e nunca tem o nome social, pelo menos aqui [na universidade].

Outra estudante da mesma universidade, que chamaremos aqui de Rosa, relata o modo como contornou a morosidade do centro burocrático ao solicitar a alteração do nome nos sistemas *online* da instituição (tais como sistemas de aulas EAD[136]):

> Nas listas foi tudo certo...biblioteca consegui só esse mês. Dei sorte *porque uma professora de computação me ajudou*. (...) Ela conhece um pessoal do centro de comunicação*, então não preciso do intermédio do*

[136] Pelo que observei na pesquisa, parece haver uma intensificação desses embates frente à pandemia do COVID-19 e o deslocamento das aulas de modo remoto. Há, nesse caso, um número maior de mediações nas relações onde estudantes trans* se imbricam, incluindo diversos sistemas online descentralizados. Além disso, a passagem para o modelo remoto desloca possibilidades de agenciamento (impossibilitando, por exemplo, falar pessoalmente com docentes ao final da aula, ou indo pessoalmente em centros burocráticos da instituição).

[centro burocrático]. Ela mudou no [sistema online], lista de transmissão etc. É muito simples de mudar... *mas é tudo uma questão que o sistema é descentralizado*.

Temos nos relatos de Marcelo e Rosa, assim como vimos anteriormente com Jezebela, uma universidade composta de modo múltiplo. O auxílio dado pela professora e pelo centro de comunicação surgem no relato de Rosa como um contraponto ao centro burocrático. A própria noção de "centro" parece aqui se complexificar – o centro burocrático parece ser, na prática, descentralizado, e a mudança em um sistema não implica na mudança em outro. Mesmo assim, há um efeito de convergência, e aquele espaço – onde as solicitações de nome social são enviadas – parece sempre se constituir como um frustrante ponto de passagem obrigatório, onde, conforme afirma Marcelo, é preciso "enfiar o nome social ali de algum jeito". Rosa se utiliza da descentralização para conseguir contornar, nesse momento, esse ponto, e ter seu nome respeitado nos sistemas online da universidade.

Há ainda um choque de temporalidades nesse relato – de um lado, temos um tempo das demandas cotidianas e dos impactos subjetivos que a implementação efetiva do direito ao uso do nome social gera na vida de estudantes. De outro, temos uma burocracia que funciona, para esses estudantes, de modo insuficiente e demasiadamente moroso. Ao contornar o centro burocrático, Rosa consegue, em sua estratégia de permanência, mesmo que por um curto momento, conciliar essas temporalidades, assim como Marcelo ao escrever seu bilhete para os funcionários da biblioteca. Tais espaços, portanto, são a todo momento forçosamente construídos (por vezes ao ponto do desgaste pessoal) em meio a complexidade dessas redes acionadas e emergentes em embates cotidianos.

As temporalidades e as velocidades dessas relações são enfatizadas por Amade M'charek na comparação entre uma produção de conhecimento de fatos "alternativos" [*alternative facts*] – tais como *fake news* – e os modos como tal produção é dada institucionalmente. No primeiro caso, temos uma "circulação a alta velocidade que alcança tração e se torna real", que "se alimenta da velocidade", o que a autora contrasta às instituições (M'CHAREK, 2017, tradução nossa, ênfases nossas):

> Instituições, em contraste, *são configurações burocráticas que estão ali para tornar mais lentos nossos fazeres* [*our doings*], incluindo nosso pensamento. Elas desaceleram nossos movimentos, porque elas estão na intenção de *produzir similaridade* [*sameness*]. Aqui, não há necessidade de romantizá-las, porque instituições podem por vezes interromper em definitivo nossa possibilidade de pensar. E esse não é o lugar de nos engajarmos em problemas com racismo, sexismo e classismo institucional, para nomear alguns.

Embora tenhamos algumas ênfases analíticas distintas, tomo essa citação de M'charek na atenção as ambivalências das instituições – nos modos como não há um juízo de valor dado

a priori em suas "configurações burocráticas", enfatizando, pelo contrário, os modos como estudantes trans* por vezes almejam e, em outras, se afastam, na medida do possível, dessas dinâmicas e temporalidades internas institucionais em seus agenciamentos cotidianos nas práticas relacionais com tais esferas. Também tomo de M'charek a atenção aos modos como instituições buscam produzir tais convergências – tal "similaridade", ou seja, tal padronização processual, principalmente a partir da produção de documentos.

Exames vestibulares também apresentam uma série de entraves para estudantes trans*. Não são incomuns relatos de inconsistências no trato do nome social ao longo do processo seletivo, também movidos pela descentralização dos sistemas burocráticos – o nome social aparece presente nas chamadas durante o vestibular mas não em e-mails institucionais, por exemplo.

O ENEM também não é isento desses entraves de acesso. Em sua primeira edição, a solicitação do nome social no ENEM era feita por telefone. Posteriormente, passou a ser adotada com o preenchimento de um formulário específico durante o prazo de inscrições. Em 2015 seu uso foi novamente alterado, passando a ocorrer após o período estabelecido no edital – participantes trans* devem, portanto, realizar a inscrição com seu nome de registro e depois, em um segundo momento, atentos a um novo prazo, requerer o nome social. No momento da inscrição, quem solicita o nome social deve ainda responder qual "ambiente sanitário" irá utilizar e se o ensalamento deve se basear ou não no nome social (as salas do ENEM são separadas por nome, em ordem alfabética). Se deve preencher ainda o chamado Formulário de Solicitação de Tratamento por Nome Social, apresentando foto, cópia do documento de identidade e um formulário específico assinado e digitalizado de solicitação do nome social.

Em 2019, circulou em redes sociais uma imagem com orientações a aplicadores do ENEM (que incluem servidores públicos e estudantes), que dizia: "O participante travesti ou transexual que não fez a solicitação de atendimento pelo nome social, ou teve a solicitação indeferida, deve ser encaminhado à coordenação e ser chamado pelo seu nome civil". Em postagem em uma rede social[137], o blog Transfeminismo afirmou que o modo como as orientações foram dadas abriam brechas para tratamentos equivocados contra pessoas trans*. Na postagem, é citado o relato de uma estudante trans* que teve seu pedido de nome social indeferido por não enviar a frente e o verso de seu documento de identidade em sua solicitação online, sendo tratada com o nome de registro civil durante todos os dias da prova, afetando seu rendimento. Nesse caso, uma regulamentação no que se refere a orientação a aplicadores parece

[137] A postagem está disponível em: https://www.facebook.com/Transfem/photos/a.112373675574926/1924027244409551/.

impossibilitar outras formas de comunicação – por exemplo, que mesmo que uma pessoa trans* não tenha solicitado o nome social a tempo ela ainda possa ter seu nome respeitado durante o Exame[138]. Outro ponto de tensão envolvendo o ENEM é o curto prazo de solicitação do nome social (em 2020, o prazo era de menos de uma semana), possibilidade distribuída desigualmente tendo em vista dificuldades de acesso a internet.

Esse embate é curioso ao pensarmos que, de um lado, temos demandas pela convergência administrativa dentro das universidades (por exemplo, a criação de normativas ou a centralização de sistemas burocráticos) e, por outro, no caso do ENEM, temos como certa "racionalização" das relações pode trazer empecilhos no cotidiano de estudantes trans*. Por uma terceira via, temos como, nos relatos de Marcelo e Rosa, há um uso estratégico dessa descentralização, em termos de permanência, e de um manejo de suas temporalidades (conforme vimos também na citação de M'charek). Com Marcos e Jezebela, vimos como esses embates, mesmo que efetivamente "solucionados", têm efeitos na permanência estudantil e acadêmica, afetando sua saúde mental e produzindo desgastes e cansaços que podem impactar a continuidade dessas trajetórias educacionais.

3.2. "Libera meu xixi!"[139]

Além do nome social, outro polo de embates envolvendo a presença de estudantes trans* em escolas e universidades está nos banheiros de uso coletivo (IBTE, 2019) – tema que inclusive tem sido objeto de debate na bibliografia brasileira (ALVES & MOREIRA, 2015, por exemplo), e que citei brevemente no capítulo anterior, trazendo exemplos da adoção das informalmente chamadas "plaquinhas" nas portas dos banheiros públicos dessas instituições. Segundo dados do Mapeamento das Pessoas Trans no Munícipio de São Paulo (CEDEC, 2021), junto ao espaço familiar e escolar[140], os banheiros públicos são o espaço que pessoas trans* mais deixaram de frequentar em definitivo, ou que evitam frequentar.

No estado de São Paulo, um caso público emblemático ocorreu na Universidade de São Paulo (USP), mais especificamente na FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), onde uma estudante trans foi agredida e expulsa do banheiro feminino em 2016 – o que dois anos mais tarde resultou na fixação de uma placa de fundo roxo na porta dos banheiros

[138] Em 2020 foram relatados novos problemas na inscrição de estudantes trans* que utilizam nome social, na inscrição no ENEM, inclusive constrangimentos ao tirar dúvidas aos órgãos de comunicação vinculados ao INEP.
[139] O "Libera meu xixi!" foi uma campanha de conscientização realizada pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) em 2015 tendo como foco o livre acesso de pessoas trans* a banheiros públicos a partir de sua auto-identificação (PANSANI, 2018).
[140] Enfatizaremos esses outros espaços no **Capítulo 3**.

da unidade com os dizeres, em letras brancas e amarelas: "Aqui você é livre para usar o banheiro correspondente ao gênero com que se identifica. Transfobia não!"[141]. Desde então se sucedem embates envolvendo a presença dessas placas – tais como sua depredação e remoção, de um lado, e sua re/colocação e re/fixação, de outro.

Essa é uma das medidas possíveis de resposta institucional a esse tipo de caso, que é comum tanto em escolas quanto em universidades. Alguns quilômetros dali, na UNICAMP, o uso de banheiros públicos por pessoas trans* – principalmente mulheres trans e travestis – rendeu suas próprias controvérsias e embates. Um coletivo de estudantes trans*, chamado TransTornar[142], foi criado nessa universidade, em meados de 2014, após pichações transfóbicas nos banheiros femininos (CARRARA & CARVALHO, 2015). Tais pichações foram respondidos com ações diretas promovidas por estudantes trans* dentro da universidade que, em certa medida, se sucedem até os dias de hoje, sendo o "pixo" um espaço de disputa (CARÃO, FACCHINI, 2019) na presença de pessoas trans* nesses espaços.

***Figura 2**: "Ser mulher AINDA não é calçar nossos sapatos".*
Fotografia retirada pela autora em um banheiro feminino do IFCH/UNICAMP. "Ser mulher não é calçar nossos sapatos" foi uma das pichações realizadas nos banheiros públicos da UNICAMP em meados de 2014. Mesmo 5 anos mais tarde, seus fantasmas ainda habitam suas paredes, e os conflitos são re/vividos – vale notar a resposta ao pixo, com os dizeres: "sou + [mais] que meros sapatos". Outubro de 2019

[141] Fonte: VIANA, Eliete. FFLCH toma iniciativa contra a transfobia. *FFLCH*, 15 de setembro de 2017.
[142] Um breve histórico do TransTornar será trazido no **Segundo Interlúdio** da dissertação.

Alguns anos mais tarde, em 2017, placas foram afixadas nas portas dos banheiros do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da universidade pela então diretoria da unidade, sendo atrelada legalmente a já citada resolução federal nº 12, de janeiro de 2015 que "estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino" (BRASIL, 2015). A placa traz os dizeres "Aqui você é livre para usar o banheiro correspondendo ao gênero com o qual se identifica" em letras pretas, sobre o fundo com as cores da bandeira trans (azul, branco e rosa) e logo acima do símbolo trans (⚧), também em preto[143].

A dificuldade de uso nos banheiros é recorrente nas falas de estudantes trans*. Uma delas é Rosa, uma estudante de graduação, que destaca em nossa entrevista a importância da fixação das placas nos banheiros: "*Faz as pessoas pensarem sobre isso*... que tem pessoas trans aqui [dentro]". Ela afirma que sempre que precisava ir ao banheiro ia para casa (longe da universidade) ou procurava banheiros individuais em outras unidades de sua universidade: "É *sempre uma preocupação*... vou segurar até chegar em casa, é evitar completamente [o problema]".

Não por acaso, articulada a outres estudantes trans*, Rosa buscou articular com instâncias acadêmicas representativas a fixação das placas nas portas dos banheiros na unidade onde estuda. A estudante conta que havia em sua faculdade um banheiro para pessoas com mobilidade reduzida que era utilizado por estudantes trans* que não se sentiam confortáveis nos banheiros segregados por gênero, até que eventualmente o banheiro foi permanentemente fechado. A estudante relata em nossa entrevista a negação da solicitação do pedido de uso do banheiro pela direção de seu unidade, o que não impediu que estudantes trans* agenciassem o uso desse banheiro de outra forma no cotidiano, embora almejem, ainda, o reconhecimento institucional em sua importância política:

> O [banheiro] de cadeirantes estava aberto, qualquer pessoa usava... depois começaram a fechar (...) [Falei para a representante discente]: 'você pode tentar explicar a situação', *é um negócio muito hostil* (...) 'será que não pode deixar aberto, dar uma autorização para o pessoal da limpeza?'. Ela levou para a congregação e disseram 'pode ficar tranquila, qualquer chave redonda abre [o banheiro]', esse foi o debate. *Todas as pessoas trans [daqui] sabem e é isso*, foi esse o debate sobre banheiros. A gente tá pensando em levar esse debate de novo (...) *Ter uma posição oficial sobre os banheiros é importante*. [As plaquinhas afixadas nas portas] já fazem toda diferença (...) Se você não tem uma política... se você não

[143] Novamente, não isentos de enquadramentos de uma "população" que o acessa: as placas afixadas nos banheiros do IFCH/UNICAMP ainda se baseiam em uma binaridade de gênero.

> mostra que o instituto tem uma política de que pessoas trans têm a liberdade de ir no banheiro com o gênero que se identificam...

Os agenciamentos cotidianos – a ida até em casa, ou em outras unidades da mesma universidade – aparecem na entrevista como insuficientes, desgastantes e frustrantes. Ao mesmo tempo, os canais de comunicação institucional parecem atravessados por barreiras, quando a solicitação do pedido de Rosa é negada. Ao mesmo tempo, uma pista para outro tipo de agenciamento é dada, mesmo que de modo precário, ainda sem um reconhecimento oficial.

Outro elemento importante no relato de Rosa está em sua possibilidade de deslocamento até em casa – esse trajeto, nesse caso, poderia ser feito a pé, embora implicasse em um cansaço físico e mental. Em um segundo momento de nossa conversa, a estudante relata um ocorrido quando voltava para casa, próxima a sua universidade:

> Um dia eu tava passando, depois de uma reunião a noite, *e um cara me jogou na parede, pegou meu pescoço e disse 'você não passa mais aqui se não você não sabe o que vai acontecer'* (...) Enfim, eu saí correndo, no dia seguinte fui na delegacia, fiz o BO [boletim de ocorrência]. Aí até onde eu sei nada aconteceu

Em sua dissertação de mestrado "Sobrevivi para contar", Dayanna Louise dos Santos (2020) versa sobre os modos como o trajeto de estudantes trans* até a escola está diretamente ligado a sua permanência nesses espaços, dado que esse percurso comumente atravessa violências – tendendo a afetar de modo mais intenso estudantes que moram mais afastados dessas instituições, assim como corporalidades específicas. Segundo dados do supracitado Mapeamento das Pessoas Trans no Munícipio de São Paulo (CEDEC, 2021) os transportes públicos e o espaço da rua são alguns dos pólos da violência contra pessoas trans*[144].

Temos, nesses relatos, uma série de enredamentos que atravessam e excedem o espaço universitário. Assim como não podemos compreender o "nome social" em si mesmo (em um sentido estritamente legal), os casos envolvendo o uso de banheiros públicos em espaços educativos enredam um complexo conjunto de esferas sociais que são em si mesmas complexas e múltiplas. Isso implica em abrir espaço a agenciamentos, sem perder de vista, no entanto, os modos como tais manejos são desigualmente operados, enfatizando, com isso, limites e também desafios.

---

[144] Ao mesmo tempo, vale destacar que os dados elevados relativos ao espaço da rua são concentrados em violência contra mulheres trans e travestis profissionais do sexo (ANTRA, 2020).

Multiplicidade e complexidade

Podemos ampliar o campo de estudos citado anteriormente – em certa antropologia da ciência – para os estudos sociais de ciência e tecnologia[145] de modo amplo, que a todo momento influencia e é influenciado por produções no interior da antropologia. O termo "multiplicidade" parte dessa produção, particularmente nos escritos de Annemarie Mol, que recorrentemente escreve junto ao sociólogo John Law (MOL, 2002; MOL, 2016; LAW & MOL, 1996; MOL & LAW, 2004).

Tomando de empréstimo uma distinção deleuziana entre pluralidade e multiplicidade[146], vemos que a multiplicidade se constitui como uma unidade complexa. Ao versar sobre as práticas cotidianas em um hospital, Mol não apenas dilui uma categoria médica (tal como uma doença) em infinitas pequenas categorias entrecruzadas, mas se atenta também a seus modos de convergência – no que denomina de coordenação (MOL, 2002). Vimos anteriormente algo semelhante que ocorre no interior de certa produção na antropologia do Estado, entre disputas e tensões, mas também convergências de um "Estado" que, no limite, não se dilui em "estados". Conforme afirma Mol, em relação a definição de "mulher" na/s ciência/s (MOL, 2015, p.66, tradução nossa):

> Abster-se de conhecer o que uma mulher "é" nos permite perceber como diferentes ramos da ciência afirmam saber isso, por vezes emprestando de e construindo sobre um ao outro, por vezes se contradizendo e lutando, e por vezes sem se impressionar ou mesmo perceber um ao outro

Assim, há um jogo que considero potente na observação dessas práticas cotidianas – ao falarmos sobre Estado/s, ciência/s, universidade/s, e assim em diante. Desse modo, nos atentamos a dinâmicas cíclicas e suas possibilidades de diferença[147], re/produtoras no sentido em que elas produzem e reproduzem, ou seja, nos modos como nessas práticas são constituídas aberturas e fissuras à possibilidades outras. Há, com isso, um sentido explicitamente político[148] que adoto no uso desse conceito (ou, diria, dessa filosofia)[149] e em minhas aproximações com os estudos feministas de ciência[150].

---

[145] Adoto o termo traduzido diretamente do inglês – Science and Technology Studies (STS). Por vezes o termo é traduzido para "estudos de ciência, tecnologia e sociedade" (CTS).

[146] O exemplo já clássico de diferenciação desses termos está, de um lado, na figura de árvores, fincadas cada uma a seu modo, isoladamente, no solo, e, de um outro, na figura do rizoma (entre outras imagens possíveis – as rifas de cogumelos, o mangue...), sem começo e sem fim.

[147] Se, no capítulo anterior, me arrisquei a brincar com o conceito de "contra", me arrisco aqui em certo jogo de diferença e repetição (DELEUZE, 2018 [1968]). Esses termos aparecerão novamente em um momento final da dissertação, de uma fonte distinta.

[148] Para um aprofundamento da compreensão de "política" em Mol, ver Mol (1999).

[149] Mol tende a enfatizar dinâmicas espaciais nessa multiplicidade. Por sua vez, uma de suas orientandas, Amade M'charek, tende a destacar em sua produção uma dimensão temporal. M'charek também me parece ser mais próxima à produção harawayiana no interior dos estudos sociais de ciência, onde "relação" assume uma carga eminentemente política (STRATHERN, 2018).

[150] O termo é também traduzido diretamente do inglês, Feminist Science Studies – abreviação de Feminist Science and Technology Studies (FSTS). Retornaremos a esses estudos no **Epílogo** da dissertação.

Um ponto curioso do uso desse termo por tais autoras/es está na inspiração na própria multiplicidade constitutiva da/s ciência/s – ou seja, numa aproximação entre escrita e pensamento, teoria e método. Law (2000) parte para a geometria não-euclidiana e a topologia para então retornar a conceitos e métodos caros à teoria social – questionando os modos como a matéria se transforma em suas viagens pelo espaço, e como esse próprio espaço pode, potencialmente, ser transformado nesses percursos. Temos, com isso, uma atenção às próprias metáforas utilizadas na produção científica, em seus efeitos poderosos (HARAWAY, 2016 [1985]). Ou, nas palavras da própria (HARAWAY, 2016, p.60, tradução nossa)[151]:

> O eu é o Um que não é dominado, que sabe isso por meio do trabalho do outro; o outro é o um que carrega o futuro, que sabe isso por meio da experiência da dominação, a qual desmente a autonomia do eu. Ser o Um é ser autônomo, ser poderoso, ser Deus; mas ser o Um é ser uma ilusão e, assim, estar envolvido numa dialética de apocalipse com o outro. Por outro lado, ser o outro é ser múltiplo, sem fronteira clara, borrado, insubstancial. Um é muito pouco, mas dois [o outro] é demasiado

Não por acaso, o termo "complexidade" também surge nessa produção, se referindo aos possíveis métodos de investigação desse mundo "bagunçado" [*messy*], marcado pela multiplicidade. Como, em termos práticos, não cair em um ordenamento que lhe é redutor, sem perder de vista a possibilidade de algum tipo de ordenamento, no interior da teoria social? (LAW, 2004). Law propõe o que denomina de "métodos de assemblagem" [*method assemblages*] no trato teórico, que escapam de uma noção anterior de coerência e enfatizam o caráter contextual e relacional desses métodos. Conforme afirma Mol, em outro momento de sua produção (MOL, 2018, p. 5, tradução nossa):

> O objetivo de fazer teoria não é, afinal, fixar e consolidar algum aparato verbal erudito, mas encontrar formas de dar palavras a preocupações crescentes ou a antigas preocupações que continuam a nos pressionar, mas em uma nova forma

Assim como "multiplicidade" assume por vezes contornos explicitamente políticos – de modo a reivindicar uma vida para além da vitimização e da resistência reificada[152], "complexidade" também ganha tais contornos ao pensarmos não apenas nas possibilidades em termos de método nesse mundo "bagunçado", mas nas possibilidades de alianças e construção de coletividades (LUGONES, 2006, sobre comunicação complexa) e no re/fazimento de um "nós" complexo (DE LA CADENA, 2019).

[151] Podemos nos inspirar em reflexões semelhantes a partir da produção stratheriana. Strathern tem diálogos e serve de inspiração para vários dos nomes aqui citados, sendo uma figura fundamental nos estudos feministas de ciência e na antropologia da ciência. Um conceito particularmente potente de seu trabalho tem sido o de "conexões/relações parciais" – que Strathern toma de empréstimo de Haraway, que cunha o termo originalmente, em seu Manifesto Ciborgue (HARAWAY, 2000 [1985]) – que aparecerá, de modo implícito ou explícito, ao longo dessa dissertação, e onde também opera a lógica da multiplicidade de "mais que um, menos que dois".

[152] Esses termos serão melhor desenvolvidos no **Capítulo 2**.

Acredito que os argumentos de Law e Mol abram espaço para tais re/leituras, tendo em vista que citam, por exemplo, os modos como na produção científica "rastros" tendem a serem apagados – de forma a constituir certa ficcionalidade de singularidade em algo que, nas práticas cotidianos, se é múltiplo, ou seja, que configuram regimes de in/visibilidade (LAW, 2004; MOL, 2015). Dito isso, a criação de "metáforas e imagens para o que é impossível ou remotamente possível, impensável ou quase impensável" (LAW, 2004, p.75) se torna um deslocamento que nos permite abrir esses campos de in/visibilidade e atuar sobre formas outras de produção de conhecimento – que, não apenas criativas (ou mesmo mais honestas), nos deslocam a re/imaginar o peso da/s história/s em sua contingencialidade.

3.3. O corpo e desigualdades em meio aos embates envolvendo usos do nome social

Em algumas universidades, as solicitações de uso do nome social são feitas por meio de formulários online, inclusive seu requerimento inicial. Os embates enfatizados até então foram, em grande medida, postos em espaços online – tanto em um âmbito institucional direto (ouvidorias, formulários online, e-mails...) quanto em seus atravessamentos (postagens em redes sociais e blogs, por exemplo). Conforme relata o estudante de graduação Dan, o fato do requerimento ser online blinda alguns possíveis constrangimentos:

> Eu tinha essa questão... de ir [no centro burocrático] e aquele cara pouco simpático me atender, olhar pra mim cara *cispassing*[153]. Vou fazer o que? Vou sair da faculdade? *Ser na internet facilita*: não pergunta seu gênero, só pede nome social e prenome no diploma. *Não tive que atestar nada pra ninguém*...não faço terapia, não tenho laudo, tenho nada

Em outras universidades, no entanto, a solicitação de uso do nome social é realizada presencialmente, o que envolve o fato de que, nos relatos de estudantes trans* nesses espaços, o corpo da pessoa solicitante é tido como central nessas relações por vezes conflitivas com instâncias administrativas e burocráticas institucionais.

Um desses relatos parte de Marcos, também estudante de graduação. Em entrevista, ele relata as dificuldades no requerimento do nome social em sua universidade, sendo a todo momento transferido de pólo em pólo burocrático e sendo exigido de enviar documentos que

[153] Nesse caso, o termo *cispassing* se refere a uma pessoa trans que "passa" no gênero que lhe foi designado ao nascer (ou seja, uma pessoa designada mulher ao nascer, que não se identifica dessa forma, mas que é lida socialmente assim). Comumente, o termo se refere a uma leitura social conforme o gênero que a pessoa se identifica ("passabilidade cisgênera").

"comprovassem" a mudança de nome, o que não possui precedente legal[154]. Em nossa entrevista, Marcos enfatiza ainda um "olhar de desconfiança" por parte dos funcionários administrativos. Tendo ouvido relatos semelhantes em outras instituições, o questionei se esse era o primeiro pedido de nome social em sua universidade. Embora tenha sido um dos primeiros (o primeiro em seu curso, especificamente), Marcos afirmou que já havia outras solicitações naquele *campus*, e o processo burocrático nesses casos havia sido muito menos moroso.

O estudante associou as dificuldades de sua solicitação às leituras de gênero atribuídas a ele – sua "passabilidade", ou seja, o modo como socialmente é lido. O fato de não ser "passável" enquanto um homem cisgênero o diferenciava de outros solicitantes que tinha tido contato até então, descritos por ele como "passáveis". Diferentemente deles, ele ainda almejava iniciar o processo de hormonização com testosterona. Seu corpo destoante de uma leitura masculina cisgênera naquele contexto seria então um entrave no reconhecimento da demanda de ter seu nome (masculino) reconhecido pela universidade, representada aqui em sua burocracia. Eventualmente, Marcos optou pela retificação civil dos documentos, também enfatizando, como Jezebela, o desconforto, o cansaço e o desgaste emocional gerado pelo embate.

Embora seja um fim possível, a alteração civil do nome também apresentou dificuldades em alguns dos relatos, como é o caso de Beatriz:

> Eu já estava retificada e entrei no mestrado. Os dados da bolsa, da CAPES... a Secretaria de Pós-Graduação mandou o e-mail mostrando o nome antigo (...) *Os dados não mudam a não ser que você peça*. Nem sempre mudam automaticamente.

Mesmo com os nomes alterados em cartório, em muitas universidades os nomes de registro de estudantes trans* ainda aparecem presentes em parte dos serviços burocráticos de suas universidades. No entanto, nesses relatos, tais estudantes afirmaram que tais erros costumam ser mais facilmente solucionados devido a possibilidade de pressão judicial e seu aspecto de "caso ganho na justiça". Ao mesmo tempo, embora tal pressão seja um modo de agenciar direitos frente a instâncias burocráticas e administrativas a partir de um aparato legal, raramente tal pressão chega às vias de fato devido a suas dificuldades econômicas e emocionais. Outro ponto importante é o fato de que a alteração no registro civil exige muitas vezes um

[154] A entrevista foi realizada antes da possibilidade de utilizar o nome social no RG, no estado de São Paulo. De todo modo, a solicitação do centro burocrático em questão fere o princípio de autodeterminação da identidade de gênero previsto nos decretos estadual e federal, já vigentes no momento da solicitação do estudante.

investimento econômico, principalmente para estudantes migrantes de outros estados[155]. Embora haja situações de desconforto mesmo após a retificação, essas inconsistências são consideravelmente menores e mais facilmente solucionáveis do que para estudantes que utilizam o nome social em instituições e concursos públicos. Dito isso, estudantes de baixa renda tendem a serem mais prejudicados nessas circunstâncias, dadas as possibilidades desiguais de retificação dos documentos em cartório[156].

No entanto, mesmo em universidades onde a solicitação é feita online há interpelações no que se refere a certas leituras e expectativas de gênero. Aqui não está em jogo portar ou não uma barba ou agir de determinada maneira tida como masculina ou feminina, mas a binaridade dos nomes. Após uma série de ocorrências onde estudantes trans* tiveram os pedidos, realizados remotamente (online), negados, constituíram-se, em uma das universidades que acompanhei, redes discentes para investigar seus motivos e pressionar mudanças. Grande parte dos casos aconteceram no pedido de nomes sociais considerados "neutros" (nem comumente atribuídos como masculinos ou femininos) e parecidos com os nomes de registro de estudantes. Assim, pedidos do tipo alteração de "Bruna" para "Bruno" (ou seja, de um nome tipicamente feminino para um nome tipicamente masculino), ou vice-versa, tinham seus requerimentos aceitos, enquanto alterações para nomes como "Bru" eram comumente rejeitados.

O argumento da instituição em questão foi que haviam sido realizadas solicitações equivocadas de uso do nome social – solicitações do tipo "Formiga" ou "He-man", o que parecia atravessar uma confusão entre nome social e apelido, por alguns estudantes cisgêneros[157]. No entanto, a decisão da instituição de aprovar ou não os pedidos impactava diretamente estudantes trans*, principalmente de estudantes não-binários. Se processos de reconhecimento envolvem socialmente uma binaridade de gênero e certo escopo de inteligibilidade (nesse caso, do que afinal é um nome), como nomes que destoam dessa norma podem ser reconhecidos institucionalmente?[158]

Por sua vez, o relato de Mael nos revela outro desdobramento nas inconsistências práticas no uso do nome social em universidades: o modo como estudantes de baixa renda

[155] Isso se dá pelo fato de que, no processo de retificação civil, parte da documentação vem do cartório onde a pessoa nasceu. Caso ela resida em outra cidade ou estado, isso exige contatar um cartório local que obtêm a papelada necessária, o que tende a ser custoso (por vezes é mais em conta viajar até a cidade natal).

[156] É possível solicitar isenção das taxas do cartório, mas esse processo tende a ser moroso e burocrático. Além disso, isso não isenta taxas extras que devem ser pagas após a retificação (por exemplo, na emissão de um novo RG). Não por acaso, várias campanhas de retificação tem sido feitas pelo país, protagonizadas por ONGs e coletivos, de modo a garantir o acesso de pessoas trans* de baixa renda a esse direito.

[157] Esse é o mesmo argumento utilizado pelo INEP para realizar as solicitações do nome social no ENEM de modo separado da inscrição geral.

[158] Embora não seja uma citação direta, a grande inspiração aqui é Butler (2011 [1990]), que nos orienta ao falarmos sobre gênero – em seus enquadramentos e re/conhecimentos – nesse momento do capítulo.

podem ser mais afetados por esses embates e des/encontros. O estudante de graduação relatou que, em sua trajetória na universidade, não houve problemas na emissão de documentos, tais como atestados de matrícula e histórico escolar – mas que as inconsistências na implementação do nome social surgiram, ali, no acesso aos refeitórios. Em entrevista, Mael afirmou:

> *É uma transfobia velada da burocracia, sabe*. 'Os documentos não batem'. Mas eu tenho um documento na universidade que é meu RA, é meu RG dentro da universidade. É uma burocracia que tá ali disfarçando a transfobia (...) Eu tive problema pra comer no [restaurante universitário] por causa do meu nome que não consta no documento. Mas com o documento da faculdade me falam 'mas como a gente vai provar que você é você? Os nomes não batem'. *Falaram 'você não vai comer aqui'.* É o direito de comer, sabe, é tirar o direito mínimo de subsistência de uma pessoa, que é a alimentação.

Como a maioria dos refeitórios universitários, o valor da refeição para alunos bolsistas é, em sua universidade, diferente do valor da refeição para alunos não-bolsistas ou pessoas não vinculadas institucionalmente (os chamados visitantes). Nesse caso, o empecilho no acesso aos refeitórios poderia impossibilitar que estudantes de baixa renda se alimentem devidamente. Assim como Beatriz, Mael acionou e produziu uma rede para assegurar seu direito a acessar aquele espaço, atrelada aos movimentos sociais e redes ativistas onde estava inserido. Eventualmente, o caso foi também solucionado em sua universidade – também não isento de seus efeitos em sua saúde mental e de outres estudantes trans*.

Mesmo bolsas de estudo podem ser interpeladas por esse tipo de inconsistência. Em sua dissertação de mestrado, Viviane Vergueiro (2015) relata como descompassos entre seus dados em diferentes sistemas burocráticos (a nível federal – sem o nome retificado civilmente – e internos à instituição – com o nome social) quase a fizeram perder sua bolsa de pesquisa de mestrado. Aqui, as temporalidades conflitantes surgem dentro da própria administração: de um lado, a necessidade de rápido aceite da bolsa, de outro, a morosidade na mudança efetiva do nome, na tentativa de dialogar esses sistemas entre si.

Já em outra instituição, inconsistências na implementação do nome social geraram empecilhos não apenas no acesso de estudantes trans* aos refeitórios universitários, mas também no acesso a sistemas internos de transporte – tais como os que ligam a moradia estudantil e o campus universitário. Novamente, temos aqui um exemplo dos modos como estudantes de baixa renda tendem a serem mais afetados por essas inconsistências, e nos modos como, nas práticas cotidianas na universidade, em sua multiplicidade constitutiva, se re/produzem desigualdades.

Além de um vetor de classe, é necessário nos atentarmos a vetores de gênero e raça na re/produção dessas desigualdades (ou, dito de outro modo, da configuração de processos de

diferenciação enquanto desigualdades). Destaquei anteriormente o corpo de solicitantes frente a embates com a burocracia universitária, a partir do relato de Marcos e sua fala sobre uma "passabilidade" masculina cisgênera, aqui associada a certa segurança (podemos pensar ainda no uso de banheiros segregados por gênero, citado anteriormente). Lembro ainda do relato de Carlos, que tive a oportunidade de conversar em dois momentos – no final de sua graduação e no começo de sua pós-graduação. Ao final da graduação, Carlos havia parado de se hormonizar com o uso de testosterona, por questões de saúde. Alguns meses mais tarde, ele afirmou que seus trânsitos sociais no espaço público haviam sido dificultados até então, sendo intensificadas situações sociais desconfortáveis – fazendo-o optar por retornar ao uso da testosterona, que, também aqui, aparece associada a certa segurança.

Um primeiro ponto de atenção importante ao falarmos sobre "passabilidade" é o modo como ela é desigualmente acessada corporalmente. Classe é um vetor central aqui – que envolve a possibilidade de realizar determinadas cirurgias, procedimentos estéticos e iniciar cedo o processo de hormonização – nos modos como não apenas há acessos distintos a tais procedimentos mas há sentidos estéticos e leituras sociais divergentes antes e após tais intervenções. Falamos aqui de um trânsito social em espaços públicos onde "passabilidade" não é sinônimo de uma passabilidade cisgênera – lembro da provocação que ouvi certo dia de Amara Moira de pensarmos, por exemplo, numa passabilidade travesti – o que, em um contexto de acesso e permanência estudantil, implica em uma série de empecilhos e entraves, dados os estereótipos e sentidos carregados sobre essa leitura. Ainda na esfera das transfeminilidades, devemos trazer a tona, também, que embora ainda haja certa fantasia[159] social sobre "a" cirurgia (referente a cirurgia de transgenitalização) há um processo histórico que re/imagina a centralidade de tais procedimentos, e nos modos como uma noção de feminilidade trans, e a própria concepção de gênero, tem sido re/configuradas entre esses saberes médicos e percepções estéticas (PLEMONS, 2017).

Um segundo ponto fundamental é não ignorarmos os modos como tais leituras sociais (e com isso, a concepção de uma "passabilidade" cisgênera) necessariamente passam pelos entrecruzamentos entre gênero, classe e também de raça. Em seu artigo junto ao site Blogueiros Negros, Leonardo Peçanha (2018) versa sobre masculinidades trans* negras e nos modos como "passabilidade", aqui, não implica em uma segurança social, tendo em vista a associação da masculinidade negra a noções como perigo e criminalidade, e nos modos como políticas de

[159] Para um escrito acerca de uma fantasia (cisgênera) sobre um "antes e depois" de uma dita "transição", ver IAZZETTI (2020). Nesse sentido, embora uma fantasia sobre "a" cirurgia esteja perdendo forças, a fantasia de um antes e depois parece se re/atualizar nos deslocamentos desses procedimentos.

fazer morrer, assim como de hipersexualização, são direcionados a tais corpos negros masculinos. Assim, a "passabilidade" não implica aqui em um livre e seguro trânsito social.

Algo semelhante pode ser dito sobre uma passabilidade "feminina" cisgênera, que, a seu próprio modo, se associa a um ideal de feminilidade ligado a noções como cuidado e delicadeza, em uma historicidade colonial que, inclusive, fundou noções sobre certa "transexualidade" verdadeira (STONE, 2013 [1987]) atrelado a branquitude. Nas palavras de Vidal-Ortiz (2014), na tradução de Vergueiro (2015, p.59, ênfases nossas):

> Construções de branquitude são geopolíticas, localizadas hierarquicamente, e *estruturadas em torno de classe e status sociais*. Inserir o estudo da branquitude nos estudos trans significa desenvolver uma lente crítica sobre elementos aparentemente díspares, como beleza, acesso, visibilidade, e aceitação dentro, por exemplo, da história de pessoas trans buscando acesso a serviços e conquistando acesso a eles (em meados do século vinte) e atuando como líderes e ativistas (no tempo presente). Ademais, pensar sobre isso em escala global *demanda um reconhecimento de que atributos generificados de masculinidade e feminilidade são atravessados pela branquitude*. Em muitas instâncias, as construções de gênero se referem ao ser uma pessoa branca, ao ser percebida como uma pessoa branca, ou por vezes elas *estão profundamente arraigadas em percepções de beleza como branquitude*. Podemos ver isso em intervenções cosméticas para mulheres trans, por exemplo.

Passabilidade e interconexões entre gênero e raça

Embora seja um tema (direta ou indiretamente) recorrente na produção acadêmica sobre pessoas trans* no país – por exemplo, em Duque (2013), e no já citado artigo de Freire (2016) – as aproximações entre gênero e raça nesse campo ainda exigem um melhor desenvolvimento analítico. Conforme retornaremos em mais detalhes no próximo capítulo, Maria Clara Araújo (2018), em sua proposição afrotransfeminista, reforça os modos como genocídio da população negra e transfeminícidio são indissociáveis no Brasil. Temos que os dados de violência extrema contra pessoas trans* – tanto no Brasil quanto no exterior – se concentram em figuras racializadas e feminilizadas, o que constitui aqui não apenas um problema político, mas epistemológico.

A atenção à concentração de certa violência extrema (que comumente envolve assassinatos com requintes de crueldade, entre espancamentos, torturas, estupros e destruição de cadáver [ANTRA, 2020]) contra corpos trans* feminilizados e racializados é também objeto de estudos de Snorton (2017) no contexto estadunidense, que se atenta a concomitância de corporificações da negritude [*blackness*] e do que denomina de *transness* (termo de difícil tradução ao português) – ou seja, nos entrecruzamentos da generificação do corpo e processos de racialização.

O próprio termo "passabilidade" é um gancho interessante nas aproximações entre gênero e raça. Seu equivalente em língua inglesa – "passing" – historicamente se referiu a leituras raciais, por exemplo, nos modos como pessoas escravizadas de pele clara no Sul dos Estados Unidos "passavam" enquanto pessoas brancas em sua migração para estados do Norte (HOBBS, 2014).

Hoje muito associado, ao menos no contexto brasileiro, à população trans* e a leituras de gênero, a "passabilidade" também tem sido utilizado por outras redes ativistas e movimentos sociais – por exemplo, entre o movimento de pessoas com deficiência, para se referir a deficiências visíveis ou não (ou seja, pessoas que "passam" ou não, socialmente, enquanto pessoas com deficiência).

Assim como nas autorias supracitadas, reforço que as aproximações entre gênero e raça demandam cuidado. No contexto estadunidense, não apenas mulheres trans negras são as principais vítimas de violência extrema, mas também mulheres trans latinas, o que nos provoca a questionar a densidade de processos de racialização e de constituição do racismo em cada contexto nacional. O próprio termo "travesti" também nos desloca nessas aproximações, dada sua associação a criminalidade e a prostituição no contexto brasileiro e latino-americano, e nos eixos de diferenciação a partir de classe e raça nos corpos marcados enquanto "travestis" (NAMASTE, 2009; CARVALHO, 2018). Mesmo assim, considero que, embora ainda um esboço, seja necessário nos aproximarmos dessas e outras produções para melhor compreendemos essas interconexões entre diferenças e desigualdades – dando um passo atrás na atenção a seus processos concomitantes de re/produção (BETTCHER, 2014; BETTCHER & GOULIMARI, 2017) – e seus vastos efeitos na vida social, inclusive no âmbito da educação.

Por fim, vale destacar – o que se tornará explícito no próximo capítulo – que certa blindagem de violências verbais e físicas no **interior** da universidade não exime da violência contra certos corpos trans* **fora** daquele espaço.

Versando a partir do contexto norte-americano, Talia Mae Bettcher (2007) adensa a leitura sobre a violência contra corpos transfemininos ao versar sobre o que podemos chamar, a partir do contexto brasileiro, de "passabilidade". Bettcher inicia seu artigo com o assassinato de Gwen Araujo, uma adolescente latina morta em 2002 após uma tentativa de estupro. Trazendo a defesa dos agressores e outros casos semelhantes, a autora versa como esses crimes se assemelham. É após uma "descoberta" impositiva da transgeneridade desse outro corpo (no caso, a presença de um pênis) que há uma tentativa ou uma efetividade da violência que o elimina. No entanto, essas violências nem sempre tem uma base genital: elas incluem também pessoas que realizaram determinadas cirurgias, como de transgenitalização, que tem em

determinado momento seu passado e sua transgeneridade expostas. Bettcher atribui uma base epistemológica da violência sofrida sobre corpos trans* (que acomete principalmente corpos transfemininos, mas não apenas) na associação social desses corpos a uma "armadilha" – uma espécie de "verdade oculta" exposta a força, um véu que, quando des/velado, revela uma "essência" sexual naturalizada e inescapável que motiva retaliações, constrangimentos ou mesmo a morte.

Não por acaso, em debate sobre o nome social na página do IBTE realizado em maio de 2020, o nome social foi descrito como a "ponta do iceberg" do acesso e permanência de pessoas trans* na universidade (IBTE, 2020). Isso envolve pensar que a universidade não está apartada de outros espaços sociais, o que nos desloca a pensar em suas próprias delimitações – nos enredamentos da universidade com espaços escolares, familiares, e também em sua multiplicidade interna – e nas formas como estudantes trans* tem possibilidades desiguais de ação no manejo cotidiano naqueles espaços.

Não por acaso, essa última seção do interlúdio teve uma mudança de tom e mesmo de vocabulário. Feitas tais considerações iniciais, no segundo capítulo adensaremos essa discussão, inclusive deslocando enquadramentos analíticos propostos no primeiro capítulo, e nos provocando a adentrar outras perguntas e caminhos (contra-)analíticos.

SEGUNDO CAPÍTULO

Desigualdades, limites e a vida além da violência

"Que trukes dar no cistema, para que ele seja um espaço efetivamente transformador das realidades que nos circundam? Como sobreviver nele, sabendo dos boicotes, panelas e cordialidades convenientes? Como fazer as epistemologias cisnormativas des+aprenderem suas miradas, epistemologias, metodologias?"
– Viviane Vergueiro (VERGUEIRO, 2015, p.98)

SEGUNDO CAPÍTULO

4.1. “Ali matam travesti toda semana”

No capítulo anterior, esbocei um percurso cronológico da implementação de direitos para uma população trans* no ensino superior público a partir de marcos legais e institucionais (o espraiamento do nome social e o advento de ações afirmativas), assim como sua configuração geográfica e histórica, de modo a introduzir as questões de acesso e permanência de estudantes trans*. Caminhando ao longo do capítulo, passamos a complexificar essa leitura histórica linear, a distribuição espacial e temporal dessas políticas e, principalmente, nos atentamos a uma análise mais cuidadosa dos segmentos de uma população trans* que efetivamente tem acessado essas iniciativas. Esboçamos, com isso, uma análise interseccional que, nesse contexto, surge na atenção às interconexões entre diferenças e desigualdades no acesso ao ensino superior público.

No interlúdio entre este e o capítulo anterior, vimos nas práticas cotidianas de estudantes trans*, em suas relações com a burocracia e administração universitária, uma operacionalização desses direitos, abrindo espaço para os agenciamentos na permanência estudantil e nos manejos legais nela entrelaçadas. O esboço de uma análise interseccional dessas trajetórias surge, já ao final do Interlúdio, na atenção aos limites desses agenciamentos nos entrecruzamentos entre gênero, raça e classe, compondo campos de possibilidade de ação desigualmente constituídos.

Tais interconexões serão o eixo central desse segundo capítulo, onde refinaremos uma compreensão de interseccionalidade frente a tais trajetórias e o contexto mais amplo que as constitui e as atravessa, e vice-versa. Em um primeiro momento, destacarei um percurso histórico de expansão e de sucateamento do ensino superior público brasileiro, enfatizando desigualdades regionais que tendem a impactar instituições pioneiras na implementação de direitos direcionados a uma população trans*. Para além das políticas estatais que impactam diretamente essas instituições, destaco controvérsias que permeiam a implementação de ações afirmativas no ensino superior público. Assim, o que podemos ler, em uma análise histórica, como um percurso linear de conquista e avanço de direitos, se complexifica. Esse é também um ponto importante de observação dada a centralidade do trabalho de campo realizado nessa pesquisa em universidades paulistas, o que nos guiará com mais atenção nos próximos capítulos e interlúdios da dissertação.

São Paulo permanece como um centro da violência extrema contra pessoas trans* no país, quando pensamos nos números absolutos de assassinatos, segundo relatório da ANTRA (2020). Há um aumento de 50% dos casos entre 2018 e 2019, o que também se observa, em

menor escala, em outros estados do país. Embora haja um risco de subnotificação dos casos, os dados trazem um fato importante quando pensamos na complexificação de uma análise histórica – embora hajam processos recentes de conquista de direitos, os números de violência extrema permanecem estagnados ou crescentes pelo país. No município de São Paulo, cerca de 80% das pessoas trans* afirmam sofrer violência verbal constante (CEDEC, 2021), número que aparece distribuído entre transfeminilidades, transmasculinidades e não-binaridades. Conforme observaremos ao longo desse capítulo, quando analisamos esses dados a partir de uma perspectiva interseccional, entrecruzando-os com outros dados relativos a violência de gênero, etnia e raça, particularmente no contexto brasileiro e latino-americano, vemos que essa estagnação, e mais comumente esse aumento, não se dá de modo isolado.

Os debates suscitados desse primeiro momento do capítulo nos provocarão a colocar em xeque nossas próprias perguntas e nos deslocar a outras teorias e métodos. Lembro da conversa com uma entrevistada de uma das primeiras universidades a implementar ações afirmativas para pessoas trans* no país, a UFSB. Ao questionar sobre a fragilidade dessas políticas frente a um contexto político federal explicitamente avesso a sua existência, a entrevistada afirmou que a principal questão naquele momento não eram as políticas em si, mas a própria existência da universidade, que, frente a cortes federais recentes, tinha um risco concreto de ser fechada.

Tal observação me fez questionar o próprio contexto institucional onde me inseria. Embora não estivesse numa universidade com risco de fechar as portas em definitivo, me localizava numa universidade onde cursos tinham (e ainda têm) risco de serem permanentemente encerrados, devido a cortes de verbas do governo, que impossibilitam a contratação de novos docentes, gerando sobrecargas de trabalho e, no limite, a impossibilidade de continuidade do fluxo necessário entre contratação e aposentaria de docentes para manter esses cursos a longo prazo.

De modo aproximado, a discussão sobre a abertura do campo de possibilidades a partir dessas políticas se chocará com outras historicidades que revelam limites e desafios estruturais. Um fato foi particularmente marcante nesse deslocamento teórico (ainda no começo do desenvolvimento dessa pesquisa, na graduação), pessoal (quando começava a me afirmar publicamente como uma pessoa trans) e político – o assassinato da estudante Matheusa Passareli no início de 2018, no Rio de Janeiro e a retomada de seus escritos e de sua trajetória intelectual. Aliado a essa produção estão escritos de teóricas transfeministas que propõe novos olhares sobre a história – ou, um olhar sobre histórias outras – e que nos provocam a questionar nossas perspectivas teórico-políticas sobre conceitos como Estado e reconhecimento.

Inicio esse capítulo com um relato de campo[160]. Realizada em outubro de 2018 na UNICAMP, a 2ª Semana da Ressignificação foi um evento de grande porte realizado nessa instituição e nos seus arredores, na esteira de eventos anteriores. Junto a outras ativistas trans*, participei de sua mesa de abertura, debatendo o acesso a espaços de produção intelectual, incluindo a universidade. O evento ocorreu em meio das eleições presidenciais de 2018, especificamente às vésperas do segundo turno. O período foi marcado por relatos de violência contra grupos historicamente marginalizados, tais como pessoas negras, LGBTs, mulheres, imigrantes e indígenas – além do surgimento de relatos de pessoas agredidas nas ruas por, por exemplo, usar roupas vermelhas. Além da angústia de transitar no espaço público, sentia que havia um medo generalizado de se engajar em discussões políticas, inclusive dentro do ambiente doméstico familiar.

Tendo me assumido publicamente como uma pessoa transfeminina recentemente, e ainda pouco acostumada aos olhares que esse corpo suscitava no espaço público, meu medo também ali se intensificava. Ainda numericamente reduzidas em minha universidade, as redes sociais atuavam naquele momento como um encontro de outras referências trans e do enlaçamento em redes de apoio. Naquele contexto, ainda vivendo no interior do estado, passei a visitar com mais frequência a cidade de São Paulo. As transições por esse espaço, no entanto, pareceram limitadas com o domínio crescente de histórias de violências físicas e verbais contra LGBTs que observava ao meu redor. Fui assombrada pelo então recém assassinato de uma travesti – Priscila – no centro de São Paulo, em outubro de 2018, aos gritos de "Ele sim!" e "Bolsonaro!". Ao mesmo tempo, pouco-a-pouco, emergiam contra-narrativas tendo como norte a criação de possíveis coletividades e resistências, tomadas pelo mote "ninguém solta a mão de ninguém".

Planejava, naquele contexto, uma visita na casa desses estudantes, entre os dois turnos da eleição presidencial. Lembro da ressalva feita por uma professora de graduação naquele momento, destacando o perigo que seria aquela viagem naquele momento. Ela me relatou um ocorrido com uma de suas orientandas, que havia sido recentemente agredida no centro da cidade ao andar de mãos dadas com sua companheira. Preocupada, ligo para um dos amigos que havia feito em São Paulo alguns meses antes.

Conversei com ele por telefone sobre minha angústia. Primeiro, ele me confortou, dizendo que, caso não me sentisse confortável, não deveria fazer a visita. Trouxe o relato de minha professora e comentei, apreensiva, sobre o recente assassinato de Priscila no centro da

[160] Esses relatos são melhor detalhados no artigo "Direitos humanos em pajubá?: Controvérsias, enquadramentos e agenciamentos no acesso e permanência de pessoas trans* no ensino superior público" (IAZZETTI, 2021).

cidade. Ele parecia inquieto, então perguntei como ele lia toda aquela situação. Afirmou que, sob seu ponto de vista, haveria mais uma percepção e divulgação de violências contra pessoas trans* do que propriamente um aumento delas naquele contexto. Relatou, por fim, que viveu alguns anos na região onde ocorreu aquele assassinato, completando: "Amiga... ali matam travesti toda semana".

Seu relato ressoa no debate que tivemos na mesa de abertura da 2ª Semana da Ressignificação. Uma das participantes, que enfatizou em sua fala sua experiência enquanto uma travesti negra expulsa de casa na infância e iniciada cedo na prostituição, colocou em disputa a leitura sobre o aumento de relatos de violência no período eleitoral. Para ela, o que estaria ocorrendo era que outros grupos sociais, particularmente uma população branca e de classe média-alta, estava sendo atingida por violências que historicamente foram concentradas contra a população negra de estratos populares, assim como na população travesti. Em sua fala, reforçou um histórico de dados, compilados e organizados por ONGs e coletivos, de violência contra pessoas trans*, particularmente mulheres trans e travestis negras na prostituição.

A ativista citou o último relatório da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) (ANTRA, 2020), que afirma que, dos 124 assassinatos contra pessoas trans* ocorridas no país em 2019, 97% das vítimas eram pessoas do gênero feminino, 82% pessoas negras (pretas ou pardas), 67% profissionais do sexo e 59,2% jovens entre 15 e 29 anos. Assim como em outros eventos, a fala de que o país é o "mais violento contra pessoas trans no mundo" foi recorrente enunciada – dado que parte da organização internacional Transgender Europe (TGEU) que, anualmente, compila números de diversos países sobre assassinatos contra a população trans* (dos 2982 casos computados entre 2008 e 2018, cerca de 40% [1238] ocorreram no Brasil). A debatedora também trouxe a tona dados referentes a uma intensificação dos processos de genocídio da população negra, encarceramento em massa, extermínio da população indígena, aumento da violência policial e feminícidio nos anos anteriores ao período eleitoral – buscando provocar, com isso, a reflexão do que havia de fato de "ruptura" ali, e nos modos como em diferentes e desiguais corpos e histórias atravessava aquele cenário turbulento.

Dados relativos a violências extremas de gênero, raça, etnia e classe

Podemos sucintamente trazer os dados referentes a essas cinco facetas para explicitar os entrecruzamentos de eixos de violências extremas de gênero, raça, etnia e classe no contexto brasileiro contemporâneo, e suas profundas raízes históricas. Três se concentram contra a população jovem negra, masculina e de baixa renda. A partir dos últimos dados do Atlas da

Violência (IPEA, 2019), temos o dado de que concentram-se no país homicídios contra homens (91,8%), onde 55% deles são jovens (entre 15 e 29 anos), negros (75,5%) e de baixa escolaridade (74,6% tem até sete anos de estudo). Quando analisamos tais dados sob uma perspectiva histórica linear, temos um aumento da discrepância entre os homicídios sofridos pela população negra e não-negra, assim como um aumento geral da taxa de homicídios no país. Por sua vez, entre pessoas presas, 65% são pretas e pardas, cerca de 75% não possuem ensino fundamental completo e mais da metade das prisões é motivada por roubos ou tráfico de drogas (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2018). Outro pilar do genocídio contra a população negra é a letalidade policial. A polícia brasileira é a mais letal no mundo, tendo o número de assassinatos crescido em 18% entre 2018 e 2019, somando mais de 6000 mortes.

Há aqui um entrecruzamento direto com os primórdios do viria a ser os movimentos e ativismos trans* no Brasil, tanto nas mobilizações políticas de travestis durante a Ditadura Militar quanto no surgimento da ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados) na década de 90, no Rio de Janeiro, temos a informação de que uma de suas principais reivindicações era o fim da violência policial contra essa população (CARVALHO & CARRARA, 2013; CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018; ARAÚJO, 2020). Ao mesmo tempo, dados ainda são escassos, considerando que os dados "oficias" tendiam (e ainda tendem) a se basear em um "sexo" onde perdemos de vista as especificidades da violência contra uma população transfeminina.

Em relação ao extermínio da população indígena, segundo relatório do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) (2019), vale destacar que os casos de homicídios cresceram mais de 20% entre 2017 e 2018, concentrados nas regiões Norte e Centro-Oeste, embora os mesmos não deem conta do impacto na destituição e invasão de territórios indígenas, intensificada nos últimos anos, particularmente após as eleições de 2018.

Como um todo, o feminicídio tem crescido no país[161]. Segundo dados do Atlas supracitado (IPEA, 2019), os casos de feminicídio contra mulheres negras aumentaram em 22% no país entre os anos de 2006 e 2015. O aumento também é observado entre mulheres indígenas (ROMIO, 2017). Embora também haja um aumento de casos no mesmo período, o transfeminicídio guarda algumas particularidades: 83% dos assassinatos ocorrem com requintes de crueldade e 80% dos assassinos não tem relações diretas com as vítimas – em 2019, 64% dos assassinatos ocorreram em ruas (ANTRA, 2020).

Assim como pontuado no primeiro capítulo, não devemos tomar esses dados enquanto brutos da realidade, pensando em suas produções, re/produções e contra/produções, assim como em seu elemento discursivo quando operado nas mobilizações políticas – operamos aqui, portanto, entre "fatos e histórias". O faço aqui também em uma torção epistemológica importante

[161] Os dados não são exclusivos do Brasil, sendo crescentes na América latina e caribenha como um todo. Uma das grandes teóricas sobre o tema na região é Segato (2006).

que acompanha o cuidado na leitura frente a tais números. Se atentar a tais números têm deslocado uma série de produções a re/imaginar certa narrativa de progresso e transformação a partir da centralidade do Estado em sua esfera legal, que revela aqui limites quando nos deparamos com uma crescente de violências e no encontro com grandes barreiras estruturais (por exemplo, o fato do acesso a educação não ter acompanhado transformações no âmbito econômico). Isso tem se dado, particularmente, em leituras anti-coloniais e anti-capitalistas desses processos.

Outro efeito epistemológico na atenção a tais "dados brutos e brutais" está na reflexão e na atuação sobre nossas próprias localizações enquanto produtores de conhecimento no espaço acadêmico e, mais do que isso, em nossas posicionalidades sociais em termos de diferenças e desigualdades – que nos movem por entre experiências, responsabilidades e sensibilidades distintas. Adotar uma abordagem interseccional necessariamente envolve um olhar cuidadoso sobre essas (outras) produções – inclusive para além da academia (VERGUEIRO, 2015, p.32):

> Não somente levamos em consideração as limitações analíticas do foco exclusivo em gênero, mas também interrogamos sobre a consequências do apagamento de diversas experiências interseccionalmente marginalizadas, inclusive enquanto produtoras de conhecimento – e não somente enquanto 'base de dados' a ser coletada em campo de pesquisa.

Além do aspecto de olhar crítico e atuação política sobre tais violências e sua inserção em estruturas de opressão e dominação[162], a mesa de abertura no qual participei foi também atravessada por discussões sobre possibilidades de resistência. Ao longo do debate, foi questionado como seria possível traçar redes afetivas e políticas que se constituíssem no reconhecimento dessas desigualdades e suas interconexões a partir de objetivos comuns, com atenção, também, aos entrelaçamentos de violências que atravessavam naquele período diferentes corpos, mesmo que em localizações históricas e intensidades distintas. Assim, houve re/configurações nos modos como se pensa o acesso a espaços de produção intelectual, o tema daquela mesa de abertura – quem historicamente "segurou quais mãos", em quais momentos, em que medida e até quando? Como outras configurações coletivas, inclusive no âmbito da produção de conhecimento na universidade, poderiam emergir a partir dessas aproximações e fricções nesse contexto, e como seu elemento de ruptura (ou não) era desigualmente vivido pelos sujeitos em suas sensibilidades e afetividades, afinal?

[162] Há um elemento êmico, também, nessa afirmação, dado como movimentos sociais e redes ativistas contemporâneas tem se deslocado na atenção a tais inserções em "grandes estruturas" e seus efeitos sociais e subjetivos (conforme desenvolvido em trabalhos como FACCHINI, LIMA & CARMO, 2020, e no **Capítulo 3**).

Primeiro movimento: re/configurações da universidade pública brasileira

4.2. Desigualdades e sucateamentos de universidades públicas na última década

Fiz minha primeira visita à UFABC ao final de 2019. Naquele momento já residia em São Paulo, fazendo o trajeto ao campus de Santo André entre viagens de metrô, trem e ônibus. Seu prédio é imponente e, acostumada ao campus da UNICAMP, demorei algum tempo para me adaptar à sua estrutura verticalizada. O campus estava praticamente vazio devido às férias do período letivo, mas fui recebida por funcionários e notei, aqui e ali, a presença de alguns estudantes que ainda circulavam naquele espaço. Havia marcado uma entrevista naquele dia e, ainda um pouco desorientada, tomei o elevador e me deparei com a seguinte placa:

***Figura 3**: "Contribua com a economia de energia na UFABC. Passos simples que ajudarão nossa universidade". Fotografia retirada pela autora em visita a universidade, no elevador de uma das unidades. Setembro de 2019.*

Assim como outras universidades públicas – principalmente federais – a UFABC já sofria naquele momento com os cortes no repasse de verbas do governo federal. Em agosto de 2019, houve um repasse de apenas 5% da verba em investimentos, forçando a suspensão da construção de novos prédios[163]. Pouco tempo antes, em maio, a reitoria da universidade já havia anunciado que o corte de 30% no orçamento da instituição, previsto para o segundo semestre

[163] Fonte: REINO, Guilbert; CARDOSO, Lucas; MANCUSO, Fillipo. UFABC recebe 5% de verba para investimentos e suspende construção de prédio. G1, 26 de agosto de 2019.

de 2019[164], atingiria contas de água e de luz, e que a situação havia se agravado nos últimos anos, tendo sua verba reduzida em 60,3% entre 2013 e 2018.

Um dos marcos históricos nesses processos de contingenciamento e sucateamento de investimentos na educação, incluindo o ensino superior público, está em 2016, com a aprovação da PEC 241/55, conhecida como "PEC do Teto" ou "PEC da Morte", que prevê um congelamento de gastos públicos, incluindo na educação. Objeto de uma série de enfrentamentos populares naquele momento, a PEC delimita uma queda de investimentos, por parte do governo federal, na educação. A área de pesquisa e desenvolvimento (P&D) foi uma das áreas mais afetadas: após quatro anos de crescimentos regulares, 2016 (e os anos seguintes) foram marcados pela queda de financiamento e o descolamento dos investimentos em outras áreas (MARQUES, 2019).

Mesmo assim, a UFABC, localizada no estado de São Paulo, ainda tem certa blindagem frente aos cortes impostos pelo governo federal quando comparada a outras regiões do país. Universidades do Norte, Centro-Oeste e Nordeste foram, e ainda são, as mais afetadas por bloqueios de repasse de verba por parte do governo federal. Comumente, esses cortes se revestem do remanejamento de investimentos por critérios de "excelência" – tais como as notas CAPES dos programas de pós-graduação – que tendem a afetar universidades recentemente criadas, tais como aquelas vinculadas ao REUNI e localizadas no interior do país. Considerando as relações pontuadas no primeiro capítulo dessa dissertação – quando observamos que as ações afirmativas para a população trans* surgiram nessas universidades – temos nesse um dos elementos centrais de fragilidade dessas iniciativas.

A UFSB, a primeira universidade do país a adotar reserva de vagas para pessoas trans* na graduação, ficou conhecida como a mais afetada pelos cortes federais nesse período. Em maio de 2019, a reitoria da universidade, em nota[165], anunciou que havia sido bloqueado 38% do orçamento de custeio e capital, afetando recursos básicos da universidade (como água e luz), além de bolsas de pesquisa e o pagamento de funcionários. Assim como na UFABC, o bloqueio de investimentos implicou no congelamento de planos de expansão. Segundo o relatório supracitado da Andifes (2019), os cortes em investimentos da UFSB foram de 84,84%, havendo um risco sério de seu fechamento definitivo frente aos cortes federais.

Outro efeito desses cortes de verbas está no modo como estudantes de grupos historicamente marginalizados tendem a serem os mais afetados por esses sucateamentos. Isso

[164] Fonte: MACÁRIO, Daniel. Bloqueio de verba vai atingir contas de água e luz, diz reitor da UFABC. *Diário do Grande ABC*, 7 de maio de 2019.
[165] Fonte: UFSB. Nota oficial sobre cortes no orçamento da UFSB. *UFSB*, 3 de maio de 2019.

inclui estudantes de baixa renda – que, por exemplo, têm menos chance de obter bolsas de estudo que possibilitem sua permanência – mas também outros grupos sociais. Comumente, os primeiros órgãos e comissões que sofrem cortes nesses espaços são esferas institucionais ligadas à "diversidade" e focadas em eixos de diferença e desigualdade, fenômeno que não é exclusivo do contexto universitário brasileiro.

Dito isso, é necessário se atentar a um histórico anterior constitutivo da própria universidade em si – a nível global (CONNELL, 2019) – e do contexto brasileiro em específico, que postula demarcações explícitas em seu corpo docente e discente a partir de gênero, raça e classe. Conforme lembra Raewyn Connell, as universidades tiveram (e ainda tem) um papel central na re/produção de determinados privilégios sociais e econômicos a partir da emissão de suas certificações e, com elas, o acesso a profissões prestigiadas e bem remuneradas (CONNELL, p.8, 2019). Dito isso, "é vital reconhecer que as universidades e escolas, elas mesmas, são amplamente ativas em produzir desigualdades" (CONNELL, p.101, 2019, tradução nossa).

Connell também afirma que um histórico de dificuldade material permeia as universidades no que chama de Sul Global, incluindo o Brasil. Isso se intensifica em processos globais contemporâneos onde um modelo de financiamento estatal das universidades e um princípio de produção de conhecimento como central em sua constituição tem sido desestabilizado em um contexto de economia de mercado neoliberal – onde "governos começam a tratar as universidades não como partes cooperantes de um sistema de educação pública, mas como empresas separadas, competindo em um mercado e realizando contratos com o Estado como prestadoras de serviços" (CONNELL, p.119, 2019, tradução nossa). A autora afirma que esse cenário move uma aceleração e intensificação do trabalho aliado ao acirramento de dinâmicas de competitividade – tendo em vista, por exemplo, ranqueamentos baseados na produtividade (individual e institucional) – além de afetos como medo e vergonha na vida de docentes e discentes. Em um sentido econômico, isso implica aos países do Sul uma dependência crescente a financiamentos internacionais, de modo que "internacionalização" se torna uma espécie de sinônimo de sucesso (CONNELL, 2019).

Dito isso, devemos levar sempre em consideração os modos como modelos universitários brasileiros (e em certa medida, latino-americanos) se diferenciam de outros contextos nacionais, sem perder de vista tais relações de escala global. Aqui, a ampla existência de ações afirmativas, o livre acesso a produção de conhecimento acadêmico, a ênfase em problemas e questões locais e um histórico de retroalimentação entre movimentos sociais e

redes ativistas e a universidade são quatro eixos importantes de serem observados quando estabelecemos tais aproximações, em suas próprias ambiguidades.

Ao mesmo tempo, temos o próprio ENEM – que, concomitantemente, é um exemplo global na unificação do ingresso ao ensino superior – como um exemplo marcante de desigualdades explícitas no que se refere ao acesso ao ensino superior público brasileiro. Cássio José de Oliveira Silva (2019) analisa as notas do ENEM entre 1998 a 2014 a partir de diferentes eixos de desigualdade. Entre as notas mais altas no Exame (de 800 a 1000), 76% foram de estudantes autodeclarados brancos contra 16,7% autodeclarados pretos e pardos. Estudantes nas faixas de notas mais altas tiveram, em 78% dos casos, um nível de escolaridade dos pais de pelo menos ensino superior completo. Nessa faixa, 79% dos estudantes eram de rede privada – por outro lado, entre as notas mais baixas (de 0 a 499) 91% dos estudantes eram oriundos de escolas públicas. Isso se repete nos anos seguintes: no ENEM 2018, por exemplo, apenas 0,5% dos melhores alunos (5% melhores notas no Exame) eram de baixa renda.

Há algumas minúcias importantes, no entanto. Segundo relatório de 2018 da Andifes (2019), a maior parcela de estudantes de universidades federais do Brasil não estão na parcela mais rica da população (70,2%) e se autodeclaram pretos ou pardos (51,2%). Há uma mudança gradual nesse perfil ao longo da última década, decorrente dos anos após a implementação da Lei de Cotas (BRASIL, 2012a) e suas posteriores reformulações[166]. Dada que essa implementação efetiva não foi homogênea ao longo desse período, há desigualdades que podem ser observadas entre diferentes IES, principalmente quando centralizamos analiticamente as universidades estaduais paulistas[167].

Outro ponto importante, além das distinções entre universidades federais e estaduais (principalmente em São Paulo), é a diferença entre cursos. Segundo dados da Pró-Reitoria de Graduação da USP, dos 34,6% ingressantes de escolas públicas na USP, em 2016 (antes da adoção efetiva de políticas de cotas), nota-se uma desigualdade marcante entre diferentes faculdades e institutos. No período, apenas 3 locais tinham esse valor acima de 50% – FE (Faculdade de Educação), EERP (Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo) e a EACH (Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo). Os números são gradativamente menores até chegar a menos de 20% em locais como FEARP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto), IQSC

[166] Embora cite aqui a Lei federal de Cotas (hoje vigente nas universidades pelo país) há precedentes estaduais e federais e uma série de meandros legais nesse percurso, que podem ser aprofundados em Daflon, Feres Júnior e Campos (2014). Destaco ainda a decisão do STF de 2012 de que as cotas raciais são constitucionais.
[167] Retomaremos essa observação no **Segundo Interlúdio** da dissertação.

(Instituto de Química de São Carlos), FORP (Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto) e EESC (Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo).

Mesmo em termos de gênero – o perfil de estudantes nas universidades do país é majoritariamente feminino – nota-se distinções entre cursos (que, a seu modo, implicam em diferentes hierarquias econômicas e simbólicas). Partindo dos dados compilados por Barreto (2014) a nível nacional, alguns cursos são marcados por uma diferença aguda de gênero: seja pela presença maior de homens (agronomia, cursos de engenharias[168], filosofia, música, física, matemática, computação, ciências econômicas...), seja pela presença maior de mulheres (enfermagem, fonoaudiologia, terapia ocupacional, pedagogia, letras, biologia, secretariado executivo...). Vale destacar ainda a maior presença de mulheres em cursos de licenciatura.

Outro ponto importante é que mesmo mulheres com maior formação acadêmica ganham menos que suas contrapartidas masculinas. Se adicionarmos um eixo de desigualdade racial nessas distinção, nota-se uma hierarquia salarial entre homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, segundo relatório do GEMAA (LEÃO et al, 2017). O mesmo se observa na especificidade de uma população trans* no município de São Paulo (CEDEC, 2021): enquanto grande parte do contingente entrevistado tem sua renda de um e meio a um salário mínimo (33%) ou de um a dois salários mínimos (34%), pessoas autodeclaradas pretas estão concentradas nas faixas de até um salário mínimo, seguidas de autodeclaradas indígenas e pardas.

Por fim, vale destacar a força do ensino privado. Enquanto em 2017 havia 296 IES públicas no país, o número total de instituições privadas era maior que 2000, incluindo mais de 75% do total de estudantes (cerca de 6 milhões, contra 2 milhões do ensino público). Por sua vez, 95% da pesquisa realizada no país é realizada em universidades públicas, sendo 60% concentradas em 15 universidades, número que se mantém ao longo dos últimos anos, segundo Censos da Educação Superior produzidos pelo INEP[169]. Conforme afirma Connell (2019), as universidades (e instituições de ensino superior como um todo) nunca estiveram tão presentes e fortes ao redor do mundo – o que está em jogo, no entanto, é qual universidade é essa, e qual universidade desejamos e reivindicamos para o presente e para o futuro.

---

[168] Embora a presença maior de homens seja comum em todos os cursos, há diferenças internas. Em cursos como engenharia mecânica e aeronáutica, mulheres não chegam a 10% do total de estudantes, em média, enquanto em cursos como engenharia agrícola e florestal o número é próximo de 50%.

[169] Disponíveis em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior.

"Diversidade", universidades e processos de racialização

Conforme pontuei no primeiro capítulo, adoto inicialmente os termos "reconhecimento" e "enquadramento" a partir dos escritos de Foucault e, principalmente, de Butler – autorias que inspiram muitas das produções citadas até então. Processos de reconhecimento e enquadramento estatal, como vimos, escondem algumas armadilhas em sua iminente delimitação e re/corte de uma população, associadas, também, a possíveis dinâmicas de dominação e controle. Acrescento, no entanto, uma dimensão adicional ao conceito de "enquadramento", nos modos como o termo nos convida também a pensar em possibilidades outras de nossas próprias análises (e contra/análises) sociais, teorias e métodos, e mesmo em termos de construção política e da criação de alianças e coletividades possíveis (BUTLER, 2016, p.12. tradução nossa):

> A produção de novos enquadramentos (...) é claramente importante, mas nós perderíamos uma dimensão crítica desse projeto se nos restringirmos a essa visão. O que acontece quando um enquadramento se quebra é que uma realidade dada como certa é posta em questão, expondo os desenhos orquestrados pela autoridade que visou controlar esse enquadramento. (...) Quando enquadramentos se quebram de si mesmos a fim de se instalar, outras possibilidades de apreensão emergem.

Dito isso, podemos adensar os modos como compreendemos esses processos a partir de um cuidado analítico sobre conceitos como o de "racialização" e "Outro"/"Outrificação" – que nos permitem olhar com mais cuidado a determinadas dinâmicas no interior de espaços universitários referentes a sua "diversificação" institucionalizada e, talvez mais do que isso, deslocar nossas próprias teorias e métodos, como nos convida Butler, e atuar politicamente tendo em vista mudanças substantivas nesse e além desse espaço. O "projeto de racializar a vida", vale lembrar, foi, e ainda é, performado "no interior das práticas das ciências sociais", de modo a "dividir a vida em categorias mais ou menos dignas de viver, reproduzir e ser humano – re/inscrevendo raça como um problema da 'população' articulado ao incentivo da economia" (MURPHY, p.6, 2017).

Versando sobre o contexto universitário estadunidense, Bonnie Urciuoli (2016), pontua como as chamadas "comissões de diversidade" tendem a criarem um "Outro" racializado responsável pela mudança e transformação naquele espaço – comumente estudantes pobres e imigrantes. Tais estudantes racializados são encarregados de assumir posições de "liderança" e a atuarem como "agentes na mudança" [*change-makers*] desses espaços, em um regime de intensa competitividade no interior dessas comissões, acionando-lhes irritações, medos e incertezas que não são enfrentadas por seus colegas brancos vindos de famílias de alta renda. A autora se atenta, para ilustrar o argumento de seu artigo, ao termo "inclusão", muito mobilizado nessas comissões, que parece implicar que há um espaço anterior já construído, pré-determinado, que traz a "diversidade" encarnada nesses corpos e histórias como algo de "fora" para "dentro". Tal "diversidade" adentra nesse espaço engessado a duras penas, fruto de um esforço individualizado que ignora as desigualdades sociais que posicionam tais corpos e histórias de modo inferiorizado.

Por sua vez, em seu livro "On Being Included", Sara Ahmed (2012) parte de seu trabalho junto a "comissões de diversidade" na universidade onde lecionou. A autora se baseia na circulação dos documentos associados a essas comissões e traz relatos de como as instituições criam uma série de barreiras na efetivação dessas políticas. Relatos de frustração e cansaço de integrantes das comissões surgem frente a uma "parede de tijolos" [*brick wall*], ou seja, frente às barreiras geradas pela própria estrutura institucional, limitando a "diversidade" a um aspecto restrito a aparência e negociável dentro de uma economia de conhecimento (ou seja, a uma espécie de marketing institucional). Vale destacar aqui os modos como certos eventos – a criação de políticas de inclusão, por exemplo, ou a alteração de certos dados estatísticos no que tange a diversidade – tendem a serem publicizados e mercantilizados em algumas universidades. Tais publicizações, no entanto, ocultam os casos muitas vezes violentos que resultaram nessas mudanças institucionais, assim como as reivindicações políticas de movimentos sociais e redes ativistas que a catalisaram – gerando situações onde estudantes ativistas são perseguidos e punidos pelas próprias instituições que, tempo depois, publicizam e lucram (econômica e simbolicamente) sobre tal "diversidade e inclusão".

A "diversidade" é em si mesma um tema importante no debate feminista (AHMED, 2012; SUBRAMANIAN, 2014). Embora haja operacionalizações possíveis do termo, teorias recentes tendem a evitá-lo devido a sua associação a certa neoliberalização de ditas políticas identitárias e do multiculturalismo. No entanto, conforme Ahmed (2012) afirma, é necessário pensar não apenas nos perigos em seu uso (reivindicando, em seu lugar, termos como "equidade" e "justiça social"), mas também nos modos de operacionalização e nas potencialidades de sua re/produção cotidiana – ou seja, nos usos e limites da linguagem da "diversidade". Por sua vez, Subramaniam (2014) pontua como o termo "diversidade" viaja entre sua compreensão como inerente e irredutível a natureza (a diversidade enquanto um fundamento da própria natureza), de um lado, e o congelamento e naturalização de diferenças específicas re/produzidas a partir de determinadas práticas e suas linguagens.

Não por acaso, tais autoras pensam em termos de racialização[170]. Nesse sentido, processos de racialização tem como efeito congelar e naturalizar determinadas diferenças agora essencializadas e corporificadas em sujeitos aqui singularizados em sua existência, constituindo um "Outro", conforme afirma M'Charek (2010, p.311, tradução nossa):

> [Uma] política de representação geralmente requer que o "Outro" entre em uma versão. Para isso, o "Outro" está ali para representar, para falar em nome de e, de fato, de corporificar um grupo objetificado. O Outro deve ficar quieto [*sit still*] e falar em uma língua! Em um sentido, essa política é um tipo de "política

[170] Complexifico, com isso, o que trouxe anteriormente como uma compreensão da "interseccionalidade" como uma filosofia (teórica e prática) da diferença. Esse é um debate já clássico no interior da filosofia da diferença, quando pensamos em epistemologias feministas.

> vampiresca" [*vampire politics*], onde o sangue virginal do outro é a fonte vital. O Outro é belo, virginal e "com" sangue, mas não "de" carne e sangue

Por sua vez, Subramanian (2014) nos convida a pensar não apenas nas diferenças em si mesmas, mas no modo como elas são constantemente re/produzidas, inclusive no interior das linguagens da "diversidade" nas instituições de ensino superior, para alinharmos suas proposições àquelas de Ahmed (2012) e Urciuoli (2016).

4.3. Embates envolvendo a implementação de ações afirmativas

Conforme pontuei ao final do capítulo anterior, realizei trabalho de campo na UFABC em um momento inicial do ingresso de estudantes trans* solicitantes das políticas afirmativas na graduação dessa instituição. Conversando com uma das ativistas envolvida em sua implementação, Leona, retomamos um período inicial de reivindicação estudantil e ativista dessas iniciativas naquela universidade, em meados de 2018. Após trazer os precedentes de implementação das políticas afirmativas na UFABC a partir da entrada da universidade no Pacto Nacional pela Promoção dos Direitos Humanos, em 2017, junto ao MEC, Leona afirma, já no desenrolar desse processo, um efeito prático da conjuntura política naquele momento:

> Não basta colocar no Plano de Trabalho imenso, você vai fazer o que consegue. Mas através do Plano conseguimos, a princípio, no começo de 2018, garantir a implementação na Escola Preparatória (EP) e entrar com um estudo para a aprovação das cotas trans na UFABC. (...) Aí passou pela Comissão de Políticas Afirmativas, depois para outra comissão… (...) Eles travaram a primeira votação, não deixaram votar. Ficamos 5 horas direto debatendo e argumentando, eles contra-argumentando. A reunião não acaba e eles jogam para outra reunião. *Queriam jogar para o começo desse ano [2019].* (...) Em outubro não aprovam nada, jogam para novembro, para depois pegar e jogar para esse ano. *Essas votações foram na véspera de cada turno das eleições presidenciais, então eles contavam com jogar todo o peso do bolsonarismo para tentar barrar essa votação*.

Tais reuniões ocorreram, portanto, frente a um contexto político estatal desfavorável, ou abertamente contrário, à implementação e expansão das ações afirmativas, senão da própria existência da universidade pública brasileira do modo como é hoje existente. Isso é particularmente marcante quando entrecruzamos essas disputas com aquelas referentes ao advento de direitos para uma população LGBTQIA+ e a discussões sobre gênero e sexualidade como um todo, que se acirravam naquele período e tem ganhado, desde então, ainda mais centralidade na arena política.

Educação e existências trans* em meio a controvérsias públicas

Versei, no interlúdio anterior, sobre algumas aproximações entre uma antropologia do Estado e uma antropologia da ciência, principalmente no que se refere a uma linha de estudos sobre "direitos LGBT". Outra linha de estudos aqui interpelada – que ganha força nos últimos anos, no país – tem se atentado a "conservadorismos, fascismos e fundamentalismos"[171] e a um conceito caro nessas diferentes frentes in/disciplinares – o conceito de "controvérsia". Uma possível genealogia do termo (MOL, 2002) parte de vertentes nos estudos sociais de ciência que enfatizam dinâmicas de contradição, conflito e disputa. Surgem, com isso, debates sobre as origens e possíveis fins de tais controvérsias, assim como as inevitáveis imbricações das pessoas que produzem esse tipo de conhecimento nesses enredamentos mais amplos. Para Mol (2002), falar em controvérsias nesse campo de estudos envolve, portanto, questionar as relações entre ciência e política (o que, mais do que o conceito de controvérsia em si, mobilizo nessa dissertação).

Ao pensarmos sobre os estudos de "direitos LGBT", as controvérsias tem atuado como uma chave analítica de entrada nas imbricadas redes de disputa e tensão na constituição e implementação de tais direitos – a exemplo de Gonçalves (2020) versando sobre a dita "cura gay", onde os saberes psi tem um papel central nesse campo, de modo entrecruzado a segmentos religiosos, por exemplo, em controvérsias que, com isso, deslocam tais corpos, conhecimentos e afetos nos limites do secular/religioso, científico/político, e assim em diante, inclusive extrapolando as fronteiras do que comumente compreendemos enquanto "ciência". Um desses enredamentos surge no campo da educação – a exemplo das discussões envolvendo o projeto "Escola sem partido"[172] (LEITE, 2019), que, novamente, operam nos limites do político. Pensar em educação, surge, aqui, como um lócus de reflexão e ação sobre essas redes e suas circulações.

Outro elemento importante quando falamos sobre "controvérsias" é uma operação conceitual em diferentes escalas. Escalas essas que operam a nível trans/nacional – operam nos emaranhados do advento de direitos (tais como as ações afirmativas no ensino superior público), dos processos de reconhecimento do Estado e das instituições públicas frente a tais populações (promotores ou não de certa "diversidade"), da circulação de uma série de fatos e histórias entre online e offline, e na densidade interna tanto dos movimentos sociais e redes ativistas protagonizadas por feministas e pessoas LGBTQIA+, quanto por grupos reacionários (religiosos ou não, alinhadas ou não ao governo federal...) que se opõe ao que entendem enquanto processos

[171] Mobilizo aqui a tríade de categorias utilizada em Almeida e Toniol (org.) (2018), um compilado recente desses estudos. Vale destacar que diversas outras coletâneas sobre temáticas próximas têm surgido pelo país desde 2018.
[172] O Escola sem Partido surge em 2004 como um movimento contrário à "doutrinação ideológica" em escolas no país. Muitas das pautas do grupo são associadas a debates de gênero (tais como a própria "ideologia de gênero"). Esses e outros termos dessas redes sócio-políticos têm sido estudados por uma série de acadêmicas/os, tais como Macedo (2017) e Rosado-Nunes (2015).

destrutivos de concepções como "família" e suas próprias in/definições, e papéis a elas atreladas, de "homens" e "mulheres".

Ao mesmo tempo, conforme pontua Maria Clara Araújo em resposta a provocação da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, de que "menino veste azul e menina veste rosa" (citado anteriormente na Introdução), pessoas trans* estão no centro de controvérsias públicas no país. Se pensarmos no contexto brasileiro, especificamente, temos em 2011, com o veto do governo federal do projeto "Escola sem Homofobia", um importante marco de tensionamento entre movimentos sociais e redes ativistas protagonizados por pessoas trans*, de um lado, e o governo federal, de outro (ARAÚJO, 2020) – e, uma década mais tarde, o que viria ser chamado de "Kit Gay" permanece sendo re/vivido em mobilizações contrárias ao advento de direitos de uma população trans*. Assim, para além da centralidade que gênero e sexualidade como um todo tem nessas controvérsias, a exemplos da popularização de termos como "ideologia de gênero" (CORREA, 2018; PRADO & CORREA, 2018) – centralizar histórias e corpos trans* nessas narrativas nos movimenta no pólo desses embates.

A existência de pessoas trans* é tida em si mesma como um tipo de ideologia encarnada destrutiva que parece motivar, em determinadas pessoas (cisgêneras), espécies de crises existenciais – no sentido de deslocar sentidos de gênero enraizados em uma formação subjetiva/identitária, gerando reações muitas vezes violentas – e, numa dimensão coletiva, pânicos morais sobre temas que vão da presença de pessoas trans* em competições esportivas a banheiros públicos. Segundo Chu e Drager (2019), o corpo trans têm sido constituído como um campo de batalho político e teórico – inclusive de modo a ignorar o fato de que tais corpos são corpos pensantes (BETTCHER 2018)[173]. Certa "metafísica cética" (AHMED, 2019) – "pessoas trans realmente existem?" – atravessa a in/existência de tais corpos, assim como processos de reconhecimento social e legal, deslocando-os no bojo de controvérsias públicas.

Lembro, aqui, da fala de Linn da Quebrada/Lina Pereira de que "meu corpo é político e o seu também" – no sentido que tais corpos não são políticos em si mesmos, mas se tornam "politizados" ao serem inscritos de tal modo. A partir dessa fala, podemos deslocar a centralização forçada do político sobre tais corpos (e, com isso, a redução a esse plano existencial e o peso, sobre eles, de uma série de processos de responsabilização), afirmando que, mais do que político em si mesmo, a existência e a presença desse corpo trans* em determinados espaços expõe e movimenta os fundamentos, as raízes e os não-ditos de quais corpos podem habitar esses espaços, e para quais espaços tais corpos foram construídos. Dito isso, tal "politização" impositiva – tendo como uma das facetas, ainda nas palavras de Linn da Quebrada/Lina Pereira, "representar a representatividade"[174] – fala mais, de fato, sobre a própria cisgeneridade (VERGUEIRO, 2015).

[173] Retornaremos a esse argumento no **Segundo Interlúdio** e, posteriormente, no **Epílogo**.
[174] Retornaremos a essa fala no **Capítulo 3**.

Ainda versando sobre os pontos de disputa e tensão, referentes ao governo federal, na implementação de políticas afirmativas para uma população trans*, citamos, em nossa conversa, um caso ocorrido alguns meses antes na UNILAB – outra universidade que advém dos processos históricos citados no primeiro capítulo, marcada por projetos pedagógicos interdisciplinares e pela existência de ações afirmativas desde seus primórdios. Em julho de 2019, a UNILAB atrelou um programa de ação afirmativa para pessoas trans* nas vagas remanescentes de seu processo seletivo, com 120 vagas sendo oferecidas em diferentes cursos de graduação. O processo seletivo incluía um vestibular voltado para "candidatas/os transgêneras/os e intersexuais"[175], onde as pessoas candidatas poderiam versar sobre sua história de vida. O edital incluía, nominalmente, "estudantes transexuais, travestis, pessoas não binárias e intersexuais" (UNILAB, 2019).

O Ministério da Educação interviu no edital, afirmando que ele iria de encontro à Lei de Cotas, que, nessa leitura, não preveria a reserva de vagas para pessoas trans*, vetando o vestibular. Inicialmente, a UNILAB declarou que as vagas seriam ociosas do SiSU e que, por isso, não seriam, na prática, políticas de cotas. O caso incluiu o pronunciamento, via rede social, do presidente da república, Jair Bolsonaro, de que o MEC havia sido acionado e o vestibular seria suspenso imediatamente[176]. No dia 17 de julho, a UNILAB anulou oficialmente o edital. Críticos da decisão judicial apontam que a interferência do MEC fere o princípio de autonomia universitária, e temem que a decisão possa criar cenários de jurisprudência na anulação de outros editais semelhantes.

No ano anterior, em abril, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um edital com reserva de vagas para "pessoas travestis ou transexuais" no curso de Mestrado do Programa em Políticas Públicas em Direitos Humanos foi suspenso após uma ação popular movida por um pastor que afirmava que as cotas seriam um "privilégio". O juiz federal responsável pelo caso afirmou que, somadas a outras ações afirmativas do edital, haveria um "comprometimento do caráter público da seleção". Eventualmente, as vagas foram suspensas[177]. Tempo depois, no mesmo ano, o mesmo pastor moveu mais uma ação – dessa vez contra a UFF (Universidade

[175] O edital original e seus aditivos estão disponíveis em: unilab.edu.br/trans-intersexos/.
[176] Fonte: VILELA, Pedro Rafael. Bolsonaro diz que vestibular específico para transgêneros será anulado. *Agência Brasil*, 16 de julho de 2019.
[177] A ação está disponível em: https://sarawagneryork.medium.com/despacho-decis%C3%A3o-contra-cotas-para-trans-c83ddb6bb286

Federal Fluminense) em seu programa de mestrado e doutorado em Comunicação – mas perdeu na Justiça[178].

Embora esse seja um caso explícito de oposição (se não perseguição) ao advento desse tipo de iniciativa nas universidades públicas, vale lembrar o caso citado por Leona no capítulo 1 de que parte da oposição às políticas afirmativas para pessoas trans* na UFABC trazia, de fundo, uma opinião contrária à existência de qualquer tipo de política afirmativa (ou, em partes, ao modelo hoje adotado). Algumas dessas perspectivas opositoras podem ir ainda além, questionando a existência da universidade pública como é hoje estruturada no país. Algo semelhante pode ser observado, historicamente, nas oposições à existência de ações afirmativas para uma população negra, especificamente (mas não de baixa renda), em contrapartida a oposição à existência de qualquer tipo de política afirmativa. Embora não seja o caso aqui de adentrar nas miudezas dessas diferenciações (pelas próprias limitações da pesquisa), elas não podem ser perdidas de vista – na prática teórico-política – na atenção a densidade de tais controvérsias e, com isso, nas complexidades entre "favoráveis" e "opositores" e entre o que, em primeira instância, parecem configurar lados opostos e esferas inegociáveis. Dito isso, mais do que as controvérsias em si, em sua densidade, trago esses casos ocorridos no país para adensar uma história linear desses direitos e, especificamente, dessas ações afirmativas. Tais casos, como o ocorrido na UNILAB, foram re/vividos em determinados momentos do trabalho de campo, trazendo como há diversas histórias nessa "história" repleta de percalços, dobras e fissuras.

Ao mesmo tempo, embora haja exemplos de embates e mesmo de anulamentos, como um todo a grande maioria das universidades e programas de pós-graduação tem conseguido avançar no advento de ações afirmativas para uma população trans* – embora, como vimos, esse processo seja revestido de suas próprias fragilidades. Após conversarmos sobre os pontos de tensão na implementação dessas iniciativas na UFABC e das recentes controvérsias envolvendo sua expansão pelo país, Leona afirma:

> No final, a votação das cotas [trans] foi quase majoritária no CONSU. Quem se opôs e se absteve no final foi quem desde o começo (...) começou a tentar contra-argumentar de toda forma possível. *E eu consigo contar nos dedos quantos professores foram* (...). E aqueles que votaram a favor não falaram nem que sim nem que não. Na hora que você estava naquelas 10 horas de reunião*, a sensação que você tinha era de uma unanimidade te massacrando* (...) *Havia um certo receio, uma certa timidez, pela própria instabilidade política do período eleitoral, temendo retaliações futuras*, que vieram para as universidades no geral, de

[178] Fonte: MPF (Assessoria de Comunicação). MPF defende autonomia da UFF em fixar cota para transgêneros e afins. *Ministério Público Federal*, 3 de outubro de 2018.

> uma forma ou de outra (...) *O bolsonarismo acabou criando um terreno de disputa* (...) [se] abre um eixo de disputa política onde os conflitos passam a ser nesse campo. No campo racial, no campo de gênero... *Você abre eixos de discussão que permitem a aprovação de coisas que nem eram discutidas antes*. É pensar nesse momento *menos como um momento onde não podemos fazer nada e mais como um momento de conflito,* onde cria-se lacunas, porque a questão é jogada no debate público.

Assim, nos atentarmos a complexidade dessa "história" repleta de histórias nos desloca, também, na observação estratégica de suas fissuras e possibilidades de atuação rumo a transformações sociais. A atenção a um campo de ação, no entanto, não pode abandonar a observação cuidadosa a suas possibilidades de movimento, assim como suas fronteiras e seus limites – e nos modos como podemos tomá-los como desafios e, com isso, superarmos-os coletivamente, sem perder de vista nossas posicionalidades.

Segundo movimento: Limites, estranhezas e re/leituras sobre a conquista de direitos

4.4. Entre corpos estranhos e estruturas

Ao final da graduação, em 2018, viajo para Brasília para um congresso acadêmico. Cheguei um dia antes dos meus colegas de turma, e decidi caminhar pela UnB (Universidade de Brasília) para conhecer o extenso campus da universidade. Em certo momento, me deparo com um container azul, pichado com os dizeres: "Matheusa vive!". A última letra "a", grifada, parece reforçar seu gênero feminino:

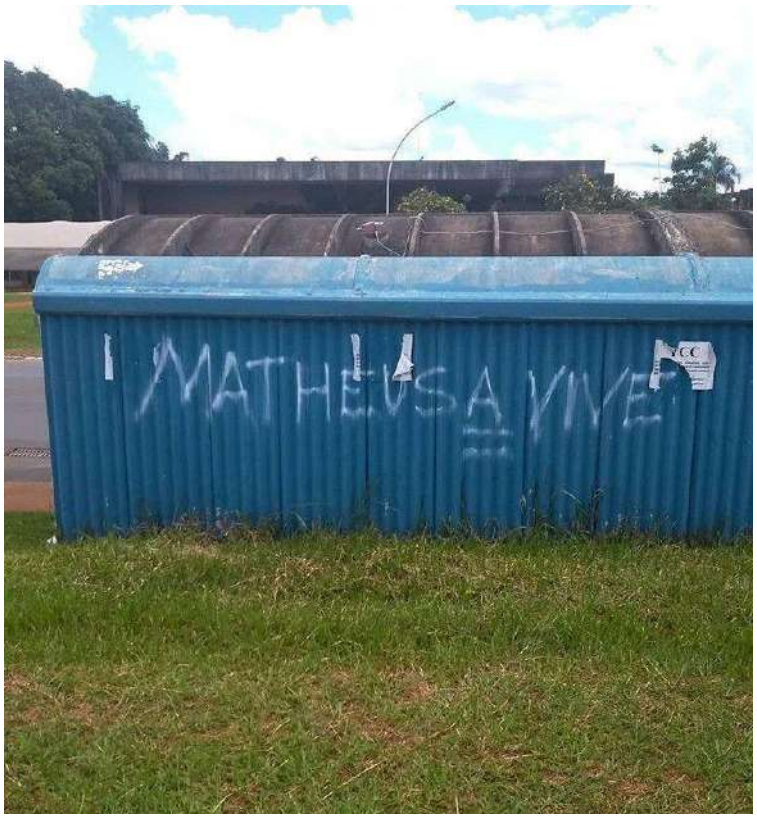


***Figura 4**: "Matheusa vive".*
Fotografia retirada pela autora no campus da UnB. Dezembro de 2018.

Matheusa é lembrada em uma das entrevistas que faço, ainda na graduação. Conversei com Ametista em sua casa, em uma república estudantil. A estudante havia conhecido Matheusa pouco tempo antes de seu assassinato, que ocorreu poucos meses após ela ter se afirmado publicamente como uma pessoa trans:

> *A morte da Matheusa veio estourando dentro de mim* (...) Eu tinha conhecido ela uma semana antes dela morrer, tinha ido na performance dela falando sobre o corpo estranho. Eu dei rolê com ela depois, sabe... então, foi aí que eu falei '*minha arma é essa, minha arma é viver*'. Era outra pessoa não-binária de dentro da academia que estudava artes, então aquilo mexeu demais comigo, muito, muito. (...) 'Essa é minha arma'. A Matheusa já tava falando sobre isso a muito tempo, já tava legitimando isso pras pessoas. O trabalho artístico dela era disseminar esse discurso. (...) *Não só de resistir – resistir já estamos, é existência, existir nos espaços, vivê-los*

Estudante de artes visuais pela UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Matheusa Passareli, então com 21 anos, foi assassinada na mesma cidade onde vivia. Sua morte foi amplamente divulgada em meios de comunicação, muitas vezes em um processo de "dupla morte" (ANTRA, 2020), dada a exposição de seu nome de registro e o trato com pronomes masculinos nessas notícias e reportagens. Em postagem em uma rede social poucos dias antes, a estudante afirmou que seu sonho, desde criança, era cursar uma universidade pública "por

meio de muito estudo". Passava, naquele momento, por dificuldades financeiras. O auxílio de 500 reais que recebia da universidade não era o suficiente para mantê-la estudando. Realizava estágios remunerados em museus e vinha trabalhando com arte e moda[179]. Pouco após sua morte, foi homenageada em ato ecumênico na UERJ, intitulado "Viva Theusinha"[180], seu apelido.

Como eu e muitas outras pessoas trans* que conversei ao longo da pesquisa, incluindo Ametista, Matheusa se entendeu e se afirmou publicamente como tal na universidade. Foi ali, também, que construiu e compôs coletivos artísticos – que incluíam as poucas pessoas trans* que estavam em sua universidade, naquele momento – e já acumulava diferentes produções como poeta, modelo, artista visual e tatuadora. Um dos eixos centrais em sua produção é o conceito de "corpo estranho". Em um zine onde versa sobre suas experiências na universidade, e as intersecções que atravessavam e compunham seu próprio "corpo estranho" e seu deslocamento para e naquele espaço, Matheusa afirma (PASSARELI, 2017, ênfases nossas)[181]:

> Como se manter no sistema sem enlouquecer? *Encontros e contatos entre corpos, criação de redes de afeto e proteção, rede de resistência*. Resistências afetivas (...) Após todo esforço de adentrar a universidade *preciso me esforçar para me manter dentro dela* (...) *Preciso de mais suportes!!!!!!!!!!!!!!* (...) *Rastros de um grande processo de exclusão de corpos negros* na sociedade/universidade/cidade. *Decidi ocupar o máximo de espaços possíveis*, me colocar na cidade para que eu possa me prender nela, agarrar o máximo possível nas estruturas. Como vírus, me espalhar pela cidade para me alimentar (...) *Se manter fixo na estrutura que me oprime*. Corpo estranho.

Trechos de sua produção são lidas por sua irmã, Sabine Passareli, também artista visual, no Ato supracitado (PASSARELI, 2017, ênfases nossas):

> *Ser corpo estranho é ser cidadão (...) é ter tomado consciência da importância de existir* (...) eu habito o meu corpo para buscar habitar corpos e espaços nunca conhecidos. *Ser só se tornou possível através do contato com corpos estranhos*, corpos que habitam suas próprias subjetividades e vivem também na cidade. Corpos estranhos em contato *provocam descobrimentos e proporcionam o entendimento de outras realidades* (...) *O estranhamento precisa ser entendido como o contato com o outro*. O diferente. Diferente em corpo que se fez em trajetórias individuais.

Assim como para Ametista, esse ocorrido me foi impactante, inclusive no modo em que operava teorias e métodos até então, em minha escrita – passando a enfatizar afetos, vidas, existências, possibilidades e potências de "corpos estranhos" em movimento, mas também compreendendo como nossas trajetórias, embora conectadas em algum âmbito, divergiam a

[179] Fonte: TARGINO, Ricardo. Matheusa Passareli vai aparecer em seus sonhos. *Mídia Ninja*, 8 de maio de 2018.
[180] O ato pode ser assistido pelo YouTube, em: https//www.youtube.com/watch?v=gU6aB-1X_9M.
[181] No mesmo zine, Passareli (2017) relata a importância do apoio de sua mãe, que a acompanhava em seu trajeto para a universidade. Falaremos mais profundamente sobre família no **Capítulo 3** da dissertação.

partir de eixos estruturais de desigualdade, e os modos como essa estranheza, e a violência que ela implicava socialmente, era desigualmente distribuída.

Quando falamos em agenciamentos, pensamos em campos de possibilidades abertos nos emaranhamentos sociais que envolvem e atravessam subjetividades e sensibilidades. Em artigo supracitado, seu autor, Freire (2016), agradece ao professor Guilherme Almeida pelo seu comentário de que os laudos de "disforia de gênero" atuariam como "passaportes", associados à liberdade de trânsito por entre espaços. Pensando nessas dinâmicas como centrais nesta pesquisa – entre transições, movimentos, trajetórias... – é necessário, sob uma perspectiva interseccional, refletir e atuar sobre distintas possibilidades de trânsito social, para quem e por quais espaços[182]. Um processo de transformação mais amplo, por exemplo, no surgimento de novos direitos e políticas direcionadas à uma população-alvo, sempre é perpassado por diferentes sentidos e possibilidades de ação em meio a essas diferenças e desigualdades, e nos modos como elas emergem relacionalmente em determinados contextos. No extremo, políticas de vida e morte emergem nessas relações e, nesse sentido, delimitam limites a esses agenciamentos. Lembro ainda de Butler, ao versar sobre tais desigualdades (BUTLER, 2018, p.24, ênfases nossas)[183]:

> Em nossa vulnerabilidade individual a uma *precariedade que é socialmente induzida*, cada "eu" vê potencialmente como o seu sentido particular de ansiedade e fracasso tem estado implicado todo o tempo em um mundo social mais amplo. *Isso inicia a possibilidade de desconstruir essa forma de responsabilidade individualizadora e enlouquecedora em favor de um ethos de solidariedade que afirmaria a dependência mútua*, a dependência de infraestruturas e de redes sociais viáveis, abrindo caminho para uma forma de improvisação no processo de elaborar *formas coletivas e institucionais de abordar a condição precária induzida*.

A vida de Matheusa é aqui marcante: temos, por um lado, uma estudante inserida em um campo de possibilidades aberto historicamente, de expansão do ensino superior público e a implementação de ações afirmativas, de aumento da visibilidade de pessoas trans*, da constituição de redes transcentradas[184] de apoio afetivo e econômico e da conquista de direitos por parte de movimentos sociais e redes ativistas em diálogo com instâncias estatais. Sua trajetória acadêmica havia sido iniciada na UERJ, uma das primeiras universidades do país a implementar políticas de ação afirmativa para uma população negra e de baixa renda. Por outro, temos uma estudante marcada em termos de raça, gênero e classe que a posiciona

[182] Iniciamos essa discussão ao final do **Primeiro Interlúdio**.
[183] Para um aprofundamento do conceito de precariedade na antropologia, ver Kasmir (2018). Embora não o adote ao longo da dissertação, ele, em seu uso por Butler, parece ressoar em outros termos e conceitos que mobilizo nesse capítulo e, principalmente, ressoar nos escritos supracitados de Matheusa sobre "suportes" e "estruturas".
[184] O termo "transcentramento" será melhor desenvolvido no **Capítulo 3**.

interseccionalmente numa desigualdade violenta que historicamente excluiu, se não exterminou, corpos como o seu, talhando a continuidade de sua trajetória até então "contrária às estatísticas". Sua trajetória e a frase "o Rio de Janeiro continua lindo e opressor" – título de seu zine – nos provoca a pensar que algumas permanências no ensino superior excedem o espaço e a institucionalidade da universidade e seus meandros. Embora possam, de algum modo, blindar certos corpos de violências extremas ali dentro, esses corpos são alvos de uma dimensão estrutural de desigualdades que rasgam suas fronteiras e impõe limites teóricos e políticos – assim como desafios na composição de alianças que as superem coletivamente.

Dizer isso implica atravessar uma dimensão histórica, na atenção e na atuação sobre histórias outras, e os fantasmas que habitam o presente – conforme afirma a própria Matheusa, esses são "rastros de um grande processo de exclusão de corpos negros na sociedade/universidade/cidade". Implica em compreender tais histórias – seus efeitos, suas re/produções e seus ciclos – em entrecruzamento a partir de tais diferenças e desigualdades e tais posicionalidades no que se refere não apenas a tais eixos e fundamentos, a partir de distintas experiências e trajetórias, mas também responsabilidades e sensibilidades que emergem nessas relações, incluindo nossas relações de codependência, sem perder de vista os modos como tal dependência é desigualmente operada ("preciso de mais suportes!"). Nas palavras de Rita Segato, dizer isso implica em um processo de compartilhamento de uma história (SEGATO, p.111, 2012, ênfases nossas)[185]:

> Soltamos assim as amarras que sustentam a identidade, sem dispensá-la, mas referindo-a a noção de povo, enquanto vetor histórico, *enquanto agente coletivo de um projeto histórico, que se percebe como proveniente de um passo comum e construindo um futuro também comum*, através de uma trama interna que não dispensa o conflito de interesse e o antagonismo das sensibilidades éticas e posturas políticas, *mas que compartilha uma história*

Re/imaginando história/s

Conforme citado no começo desse capítulo a partir da fala de uma ativista trans* durante a 2ª Semana da Ressignificação, baseada em dados produzidos por ONGs e coletivos, grande parte dos assassinatos cometidos contra pessoas trans* no Brasil segue em eixos explícitos de gênero (mulheres trans e travestis), raça (negras) e classe/trabalho (em contextos de prostituição). Segundo dados mais recentes publicados também pela ANTRA em seus

[185] Novamente, há algumas distinções analíticas aqui, mas acredito que, novamente, o trecho ressoe em outros desse capítulo, além de atravessar outros conceitos e termos que mobilizarei em um momento final da dissertação – tais como a noção de responsabilidade, sensibilidade e de futuros comuns. Além disso, o trecho atua como um gancho – ao enfatizar a "história" como eixo central – para o último movimento desse capítulo.

boletins[186], mesmo no período de isolamento social frente à pandemia do COVID-19, em outubro de 2020 já estavam somados 151 assassinatos contra pessoas trans* no país, contra 124 de todo o ano anterior.

Além disso, conforme vimos nos capítulos e interlúdios anteriores, ao analisarmos esses dados deve-se levar em conta uma ausência histórica de estatísticas oficiais sobre uma população trans* no país produzidas pela academia e pelo Estado, principalmente no que se refere a dados quantitativos. Ao mesmo tempo, embora, de modo geral, haja uma ausência de dados oficiais sobre pessoas trans*, havendo o risco de sub-notificação, essa ausência é ainda mais marcante nos dados sobre transmasculinidades.

Uma das principais pautas historicamente levantadas por movimentos sociais e redes ativistas protagonizadas por homens trans e transmasculinos é a do suicídio – no que é comumente chamado, nesses enredamentos, de corpos "suicidados", de modo a deslocar os sentidos individualizados dessas mortes. Segundo relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (2016), 85,7% dos homens trans já pensaram em suicídio ou tentaram cometê-lo. Pelo mesmo relatório, temos o dado de que grande parte desses atos é motivada pela exclusão social, dificuldade de acesso a serviços de saúde e pela privação econômica, que atinge com mais força pessoas trans* negras e de baixa renda.

Segundo dados do Mapeamento das Pessoas Trans no Munícipio de São Paulo (CEDEC, 2021), 25% das pessoas trans* entrevistadas afirmaram ter se mutilado pelo menos uma vez – algo que aparece distribuído entre diferentes identidades trans*. 30% das pessoas entrevistadas passam por algum tipo de atendimento psicológico ou psiquiátrico – número mais elevado entre homens trans (46%) e pessoas não-binárias (41%). Já segundo os microdados analisados pelo GEMAA a partir de pesquisa da Andifes sobre uma população trans* em universidades federais (PORTELA & FERES JÚNIOR, 2021), numericamente estudantes trans* buscam o dobro de assistência psicológica, quando comparados a estudantes cis.

O suicídio entre jovens têm surgido como pauta urgente também em movimentos sociais e redes ativistas protagonizadas por pessoas negras e indígenas. Assim como em outros países do mundo, a concentração de suicídios no Brasil é majoritariamente masculina. No entanto, enquanto a taxa entre adolescentes brancos se manteve entre 2018 e 2019, houve um aumento de 12% entre adolescentes negros, que, no total, é 45% maior que a de adolescentes brancos[187].

[186] Disponíveis em: https://antrabrasil.org/assassinatos/.
[187] Fonte: FIGUEIREDO, Patrícia. Índice de suicídio entre jovens e adolescentes negros cresce e é 45% maior do que entre brancos. *Geledés*, 25 de maio de 2019.

Entre indígenas, a taxa é três vezes superior à média do país tanto para homens (onde estão concentrados os casos) quanto para mulheres[188].

Lembro ainda do suicídio de um ex-estudante trans* em uma das universidades públicas onde fiz trabalho de campo, que, assim como a morte de Matheusa, me deslocou a re/imaginar meus entendimentos sobre minha vida e minha escrita. Ao mesmo tempo, assim como a própria Matheusa nos convida a enfatizar uma dimensão de vida e existência para além da re/existência e sobre/vivência – e que Ametista reforça em sua leitura do trabalho de Passareli de que a maior arma das pessoas trans* é viver – rememoro as conversas com colegas trans* que me lembram de pensar na potência política e intelectual nas/das transmasculinidades[189], para além da pauta dos corpos suicidados. Re/lembrar essas vidas apenas nesse âmbito também é um instrumento redutor de suas possibilidades de existência.

No início desse capítulo ressaltei os modos como o aumento da violência transfeminicida – e, aqui, podemos acrescentar também os dados sobre suicídio de homens trans e transmasculinos, em grande medida – entrecruza dados mais amplos referentes ao genocídio da população negra, encarceramento em massa, extermínio da população indígena, aumento da violência policial e feminícidio. Com base nesses dados temos – retornando a uma perspectiva interseccional que embasa essa dissertação – que gênero, raça e classe não podem ser separados nessa atuação teórica e política.

Em sua proposição afrotransfeminista, Maria Clara Araújo (2018) reforça os modos como genocídio da população negra e transfeminicídio estão imbricados na história e contemporaneiradade brasileira. Em seu estudo sobre o movimento de travestis e transexuais no país, Araújo (2020) reforça a criação do FONATRANS (Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros) em 2014 como um marco na centralidade do debate racial tanto no interior de movimentos sociais e ativismos protagonizados por pessoas trans* quanto na produção transfeminista brasileira. Lembro ainda da fala de Anyky Lima sobre as perseguições contra travestis no período de Ditadura Militar brasileiro – ao reforçar os modos como travestis negras eram as mais agredidas, torturadas e mortas pela polícia naquele momento.

Por sua vez, falando do contexto estadunidense – onde a violência letal contra uma população trans* também se concentra contra pessoas transfemininas racializadas em contextos de prostituição – C. Riley Snorton, junto a Jin Haritaworn (SNORTON & HARITAWORN, 2013), propõe o termo transnecropolítica – termo inspirado pela produção de Mbembe (2018)

[188].Fonte: CAMPELO, Lilian. Taxa de suicídios entre indígenas é três vezes superior à média do País. *Brasil de Fato*, 24 de setembro de 2018.
[189] Agradeço novamente a Ian Habib pela observação.

que, de maneira mais ampla, faz referência a políticas do fazer morrer ao configurarem populações a um estatuto de "mortas-vivas". Versando sobre o contexto brasileiro, Yordanna Lara Pereira Rego propõe o termo afronecrotransfobia (REGO, 2019) para versar sobre tais interconexões entre raça, gênero e classe. Assim como Snorton e Haritaworn, Rego busca explicitar os mecanismos de extermínio dessas populações e da produção e efetivação de políticas do fazer morrer. Rego se alinha a outras produções transfeministas nacionais que têm re/imaginado processos do que denominei anteriormente de enquadramento e reconhecimento estatal, assim como certa historicização baseada em marcos legais frente a uma linearidade progressiva. Dito isso, a partir de tal produção, podemos, a nosso próprio modo, deslocar e re/imaginar a/s história/s que traçamos até então em suas curvas e dobras – em seus entrecruzados movimentos e contra-movimentos.

Transfeminismos no Brasil e (outras) linhagens

Se, de um lado, temos na antropologia do Estado e na antropologia da ciência importantes fontes de inspiração desta pesquisa (conforme pontuei no Interlúdio anterior), temos, de outro, na produção transfeminista brasileira e latino-americana e nos estudos sobre interseccionalidade outros de seus pilares – que, aqui, atravessam e excedem uma delimitação disciplinar, no interior dos pensamentos e práticas feministas. O transfeminismo brasileiro parte inicialmente de circulações de saberes e conhecimentos a partir de redes sociais online, onde textos de língua estrangeira (principalmente de língua inglesa) eram traduzidos para o português, conforme já têm sido mapeado em certa produção bibliográfica, sendo central a existência, nesse primeiro momento, de uma "blogosfera trans" (COACCI, 2014; ARAÚJO, 2020).

Por sua vez, o transfeminismo anglófono tem uma de suas principais bases acadêmicas nos chamados *transgender studies*, campo de estudos nascente na década de 80, que tem como marco inicial o chamado "Manifesto Pós-Transsexual" escrito por Sandy Stone (2013 [1987]). Esse campo de estudos ganha novos contornos ao longo dos anos, alcançando as mais diversas áreas do conhecimento, assim como aportes teóricos e perspectivas políticas (para compilados dessa produção, ver STRYKER & WHITTLE (ed.), 2006 e STRYKER & AIZURA (ed.), 2013). O transfeminismo também tem como marco inicial, no contexto acadêmico estadunidense, um manifesto – o chamado "Manifesto Transfeminista", escrito por Emi Koyama (KOYAMA, 2003 [2001]). Tal produção, a seu próprio modo, também ganha novas formas ao longo dos anos (para compilados dessa produção transfeminista, ver ENKE, 2012 (ed.) e a seção sobre transfeminismos em STRYKER & AIZURA (ed.), 2013).

Ao mesmo tempo, se compararmos tais "marcos iniciais" nesses distintos contextos temos, em "Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais", escrito por Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves (JESUS & ALVES, 2010), uma percepção inicial de algumas diferenciações importantes. Uma delas está na abertura a presença de homens trans e transmasculinos em espaços transfeministas – que, no Brasil, tem uma centralidade de homens trans e transmasculinos negros, a exemplos de nomes como Leonardo Peçanha e Luke Palhano[190]. Essa é uma deixa importante no desenrolar de minha própria pesquisa, procurando dialogar com tais autorias e promover, mesmo que de modo preliminar, aproximações entre transfeminilidades, transmasculinidades e não-binaridades. Jesus e Alves pontuam que não apenas o movimento é restrito à pessoas trans*, mas "reforça o caráter indispensável de solidariedade com e entre todas as pessoas" (JESUS & ALVES, 2010, p.16). Lembro ainda de um importante texto de Leila Dumaresq, ao versar sobre cisgeneridade (DUMARESQ, 2014):

> Reconhecer a cisgeneridade significa, sim, o reconhecimento das assimetrias, dos lugares de fala desiguais, das diferenças. E significa também ouvir as pessoas trans. Saber que estamos passando por dificuldades que as pessoas cisgêneras não passam. Que sofremos de exclusão, ignorância, ódio e violência. Contudo, para além destas denúncias que precisamos fazer para viver, também oferecemos nosso olhar sobre vocês e nossa vivência do corpo nesta sociedade tão restritiva. (...) Quando digo que uma pessoa é cisgênera, estou dizendo que ela tem liberdade para autodeterminar-se. Eu reconheço esta autodeterminação como um direito humano, um que está tolhido. A liberação e emancipação trans não começa e termina nas pessoas trans. Ela busca uma sociedade que promova a vida em todas as suas manifestações.

Pouco-a-pouco, tal produção transfeminista tende a se aproximar mais, teórica e politicamente, de referenciais latino-americanos e de produções distintas na bibliografia anglófona, tais como os feminismos negros estadunidenses – tendo como principais expoentes, entre uma geração mais jovem de acadêmicas e ativistas transfeministas, nomes como Viviane Vergueiro, nas aproximações entre estudos *queer*, pensamento pós-colonial/decolonial e transfeminismos, e Maria Clara Araújo, nas aproximações com o pensamento feminista negro, teorias no âmbito da educação e da pedagogia, e também pelo pensamento decolonial – ambas de atuação substantiva em enredamentos políticos no contexto brasileiro e latino-americano. Araújo também enfatiza aproximações do pensamento transfeminista brasileiro com a "práxis político-pedagógica" do movimento de travestis e transexuais no país, de modo a tecer alianças (por exemplo, frente a pautas de despatologização) que atravessam gerações (ARAÚJO, 2020).

Tal produção, em suas diferentes facetas, também têm sido objeto de compilação e sistematização, a exemplo da iniciativa de Jaqueline Gomes de Jesus de organizar um livro sobre teorias e práticas transfeministas (JESUS (org.), 2014). Outra questão importante nessa produção

[190] Agradeço a Maria Clara Araújo pela observação.

transfeminista está em seu aspecto regional. Quando falamos em "decolonialidade" no contexto brasileiro, devemos levar em conta não apenas as colonialidades transnacionais, mas também internas ao próprio país em sua dimensão continental, e nos modos como a colonialidade opera nas relações entre diferentes regiões (LUSTOSA, 2016; LUSTOSA, 2018).

De tal forma, compreendo que, hoje, o transfeminismo brasileiro tem na interseccionalidade e na decolonialidade dois de seus principais pilares. Em minha própria escrita, gosto de alinhar essa produção a essa historicidade "gringa" anterior, não apenas a partir do transfeminismo anglófono (com autoras como Talia Mae Bettcher – que, a seu modo, se aproxima do pensamento decolonial a partir da obra lugoniana), mas dos *transgender studies* como um todo, que acredito que nos desloquem nas movimentações a diferentes in/disciplinas, debates e perspectivas teórico-políticas – inclusive re/conhecendo as críticas e caminhos por vezes tortos que esse campo de estudos tem, ou pode ter, tomado nesse contexto (para um panorama geral de possíveis leituras dos *transgender studies* nas últimas décadas, ver SALAH, 2007 e CHU & DRAGER, 2019).

Nesse sentido, gosto de lembrar, para além dos transfeminismos em si, em intelectualidades trans* como um todo. Lembro de iniciativas em países como a Argentina, com a Cátedra Libre de Estudios Trans*[191], liderada por Blas Radi na Universidad de Buenos Aires, além dos próprios *transgender studies* no contexto anglófono No Brasil, iniciativas do tipo tem surgido na academia – em iniciativas como a já citada compilação de produções transfeministas realizada por Jaqueline Gomes de Jesus e na *blogosfera trans*. Cito ainda a revista "Estudos Transviades", publicada de maneira independente desde 2020, focada em publicações de homens trans e transmasculinos.

Transitei por certas circularidades interessantes em minhas re/leituras para a pesquisa – por exemplo, re/encontrando Haraway a partir de Stone (sua orientadora no momento da escrita de seu próprio Manifesto) e re/encontrando o pensamento feminista negro a partir da produção transfeminista brasileira. E passei a adicionar, nesse caldeirão de referências, os estudos feministas de ciência, de um lado, e, de maneira mais ampla, o debate antropológico e feminista no que se refere a epistemologia (e ontologia) enquanto cerne dessas discussões. O faço, inclusive, na tentativa de atuar sobre tais relações incômodas (STRATHERN, 2009 [1987]) em suas friccionadas potencialidades in/disciplinares (ou trans/disciplinares) – que, a seu modo, também me deslocam em estranhamentos e incômodos produzidos entre tais produções (os estranhamentos que o pensamento transfeminista me gera na antropologia, e vice-versa – e porque não uma autoria transfeminista antropológica?[192]). O faço, portanto, não como um apego

[191] A Cátedra conta com um canal do YouTube com uma coleção de vídeos de intelectuais trans*, chamado "Corriendo la voz", disponível em: https://www.youtube.com/c/EstudiosTransUBA/videos.
[192] Retomaremos essa discussão no **Segundo Interlúdio**.

disciplinar, ou mesmo como afinidade teórica (e muito menos uma inserção em linhagens acadêmicas restritas), mas como um jogo a partir de suas fronteiras e limites, que não exime a força dessa formação e dessa educação "científica-social" e antropológica dentro de mim, que implica, a todo momento – conforme nos lembra Vergueiro (2015) – em aprendizados e des/aprendizados.

Nesse sentido, gosto de jogar com essas referências tendo em vista "a questão de como viver nas ruínas que ainda estavam habitadas, com fantasmas e os vivos também" (HARAWAY, 2016, p.138), ou seja, de compreendermos as linhagens que habitamos e que podemos habitar, no que foi e é herdado, e principalmente, no que se requer e no que se pode gerar a partir de tais linhagens (STENGERS, 2011, p.17). Isso envolve, para utilizar mais um termo de Stengers, a afirmação de um "até agora" [*so far*], não como rompimento absoluto com o passado, mas pela "ressurgência de várias artes de tomada de decisões que souberam como convocar essas vozes (...) como [virtude] coletivamente cultivada" (STENGERS, 2019, p.18).

Re/imaginar essa/s história/s tem implicado – na produção transfeminista brasileira – em recuperações e re/leituras desses processos sociais em sua dinâmica temporal complexa, tanto dentro quanto fora da academia. Isso se dá, vale destacar, pelas próprias configurações históricas de uma produção acadêmica no contexto nacional – conforme desenrolamos anteriormente, nos emaranhados e fronteiras difusas de redes ativistas, estatais e acadêmicas, ciência e política – de modo que (CONNELL, p.13, 2012, ênfases nossas):

> Como as condições do trabalho intelectual e a história social das *intelligentsias* são diferentes no mundo colonizado daquelas existentes na metrópole, o caráter da teorização provavelmente também sera distinto. *Instituições acadêmicas são menos poderosas e movimentos sociais importam mais.*

Dito isso, podemos partir brevemente a algumas dessas re/imaginações e seus possíveis efeitos na teorização social e prática política. Uma mobilização central, nesse sentido, tem sido as recuperações históricas da trajetória de Xica Manicongo (a exemplo de JESUS, 2019), figura escravizada assassinada a mando da colônia portuguesa por se vestir com roupas atribuídas ao "sexo oposto"[193]. Sua morte tem sido rememorada e re/vivida enquanto um início simbólico da violência contra corpos que desviariam de certo padrão de gênero – aqui localizado como

[193] A possibilidade de leitura (ou não) de tais figuras enquanto símbolos trans* é um objeto recorrente de debate, e ressoa nos anacronismos (intencionais ou não) de tais re/leituras em outras categorias/identidades tais como "homossexual" ou mesmo "homem" e "mulher". Para panoramas distintos sobre tais re/interpretações, ver Fausto-Sterling (2002) sobre a categoria "homossexual", e Snorton (2017) sobre negritude [*blackness*] e "transness".

europeu e colonial – e sua vida enquanto um símbolo de resistência *transvestigênere*[194]. Conforme aprendi em falas de Amara Moira, o então crime era equivalente a lesa à majestade contra a Coroa Portuguesa, sendo, com isso, um dos mais graves crimes que poderiam ser cometidos pelos colonos. Em uma leitura possível desse fato histórico, temos o que seria uma evidência da centralidade do gênero e da sexualidade nos projetos coloniais, e nas distinções ocidental(izadas) impositivas entre "homens" e "mulheres"[195]. É influenciada por essas e outras fontes que Vergueiro (2015) cunha os três eixos centrais da cisgeneridade – pré-discursividade, binareidade e permanência – compreendida aqui enquanto um projeto colonial, *cistêmico*, ou seja, que atravessa e também excede um entendimento da cisgeneridade enquanto conectada a identidade de gênero (de modo a pensarmos, por exemplo, na constituição do próprio Estado colonial).

Outras re/imaginações e recuperações tem enfatizado processos históricos mais recentes – nos emaranhados de reivindicações entre movimentos sociais e redes ativistas, de um lado, e o Estado em sua complexidade, de outro. Temos aqui, para além da colonialidade, os efeitos e impactos sócio-históricos dos sucessivos regimes autoritários e ditatoriais na história brasileira (e, como um todo, latino-americana). Assim, falar em uma história "LGBT(QIA+)", ou especificamente trans*, eminentemente perpassa por essas complexas relações de abertura e fechamento[196]. Céu Cavalcanti – em um artigo junto a Roberta Barbosa e Pedro Bicalho (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018) – re/lembra um momento histórico mais recente para versar sobre as relações de uma população trans*, principalmente de travestis em contextos de prostituição, e o Estado brasileiro. A autora recupera a chamada "Operação Tarântula", vigente no Regime Militar nos anos 80 na cidade de São Paulo, ação civil e policial de perseguição aberta a travestis, tidas como centro de expansão da infecção de HIV/AIDS naquele período – no que a autora descreve como uma "política da inimizade e da abjeção", dada a colocação pública da Operação Tarântula enquanto uma "caça". A Operação Tarântula é também re/presentada (no sentido de se tornar presente) na peça "Manifesto Transpófágico", monólogo de Renata Carvalho, onde, a partir do encontro com esses estudos em sua re/leitura teatral e transpológica, a atriz traz como as travestis eram tidas como as "mães" que haveriam

[194] Transvestigênere é um termo cunhado por Indianare Siqueira para se referir a uma multiplicidade de identidades trans*, e tem sido crescentemente adotada em movimentos sociais e redes ativistas.

[195] Essa é uma abordagem recorrente nos estudos pós-coloniais, anti-coloniais e decoloniais – particularmente sob uma perspectiva feminista – nos modos como gênero e sexualidade operam como um instrumento de controle e subordinação nas relações entre metrópole e colônia. Exemplos aqui são diversos – entre os já clássicos, podemos citar o "Couro Imperial", de Anne McClintock (2010 [1995]). Para um exemplo notável no interior dos estudos decoloniais, ver Lugones (2008).

[196] Para panoramas recentes da história do movimento LGBTI+ no Brasil, ver Facchini (2009) e Green, Caetano, Fernandes e Quinalha (ed.) (2018).

parido essa então epidemia. Nos muros da cidade de São Paulo, haviam os dizeres, em uma pichação: "Limpe a cidade, mate um [*sic*] travesti por dia". Conforme retoma Araújo (2020), perseguições semelhante surgiram no país tanto no período de Ditadura Militar quanto no posterior processo de Redemocratização – de modo em que a "redemocratização da sociedade brasileira e a consolidação dos direitos civis que foi presumida como decorrência *não se estendeu às travestis*" (ARAÚJO, 2020, p.46, ênfases nossas).

Decolonialidade, limites e fronteiras

Minha aproximação com o pensamento e prática decolonial passa por certos estranhamentos e encontros de possibilidades. Partindo do debate latino-americano comumente citado pela bibliografia antropológica, temos uma ausência notável de contra-/análises cuidadosas sobre gênero. Lugones (2008) é um nome fundamental na crítica e na proposição do olhar sobre as colonialidades, inclusive uma "colonialidade de gênero" entrecruzada com a própria constituição da modernidade, e na compreensão dos modos como não apenas raça (como é tido pelos já cânones do pensamento decolonial, tais como Aníbal Quijano), mas gênero opera como um pilar na constituição histórica dessas relações e na configuração de hierarquias naturalizadas, incluindo aqui a criação da imagem corporificada de um "Outro" selvagem.

Em oposição a um período histórico bem delimitado, tais colonialidades são compreendidas, nessa produção (seguindo a leitura de VERGUEIRO, 2015), como uma continuidade de processos de dominação e opressão com efeitos notáveis na contemporaneidade. Dito isso, o pensamento decolonial é um importante chamado as armas da produção latino-americana, incentivando o encontro com nossas (outras) histórias e com nossas (outras) formulações teórico-políticas, com um olhar crítico sobre certa produção "gringa" universalizante. Isso, vale destacar, não é necessariamente novo, guardadas suas diferenças, e têm ressonâncias em outras vertentes in/disciplinares, tais como os estudos subalternos latino-americanos (GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, 2009 [1995]), propostas de teorizações que partem do Sul Global (CONNELL, 2007; SANTOS, 2009) e os próprios estudos pós-coloniais – embora questões teóricas e políticas fundamentais emergam nesse campo particular de estudos.

Novamente, são necessários alguns resguardos e ressalvas na aproximação com tal pensamento. Talvez influência de minha formação antropológica, tendo a estranhar como por vezes há certo saudosismo sobre um período pré-colonial, que não se sustenta na prática, quando olhamos no interior de produções indígenas e anti-coloniais. Feminista Aymara, Julieta Paredes (2020) denomina de "entroncamento patriarcal" as relações de dominação anteriores ao período colonial, que não simplesmente "criou" estruturas de opressão, mas re/manejou de modo

impositivo relações por vezes verticalizadas já ali existentes. Tal leitura segue em consonância a produções no interior do pensamento pós-colonial que se atentam às complexidades da constituição dessas relações desiguais (BHABHA, 2018 [1994]; HALL, 2013, entre outros). Vale destacar, ainda, que tanto Paredes quanto outras intelectuais indígenas (mas não apenas, incluindo também intelectuais negras e quilombolas), não se reconhecem no que vem sido chamado de "decolonial".

Guardadas tais ressalvas, tenho o pensamento decolonial como um fonte importante de inspiração nessa dissertação, dados os atravessamentos com várias referências aqui mobilizadas. Procurei, com isso, alinhar uma leitura decolonial e propriamente antropológica em meio a esses encontros, re/encontros e des/encontros. Nesse sentido, Marisol de la Cadena é um nome importante em meio a minhas movimentações reflexivas. Assim como outras autorias no interior da antropologia, em diálogo com os pensamentos decoloniais, de la Cadena tende a enfatizar limites conceituais em sua produção – em minha leitura, compreendendo os modos como a colonialidade configura não apenas regimes de dominação a partir da guerra e da força bruta, mas regimes de inteligibilidade. Em "Natureza incomum", a autora reforça os modos como reivindicações indígenas no contexto de disputas territoriais não são inteligíveis a partir de um aparato estatal legal. Não por acaso, a autora tende a enfatizar o que escapa – o ahistórico, o apolítico, e assim em diante, re/imaginando e re/configurando tais conceitos em sua historicidade colonial e supracolonial[197]. Há um jogo contra-/analítico, aqui, entre o que excede, o que escapa, e o que é possível de ser ampliado e re/imaginado em seus próprios termos – que, de fundo, parte de um referencial que não entende simplesmente uma multiplicidade de interpretações e representações, mas as coisas como são e o que elas poderiam ser[198]. Nas palavras da própria autora (DE LA CADENA, p.479, 2019, tradução nossa):

[197] Há ressonâncias aqui com estudos feministas que questionam os modos como "gênero" (entre outras categorias tidas como analíticas) podem ou não operar em determinados contextos, a exemplo de Namaste (2009), numa vertente transfeminista, além de inúmeros trabalhos nos entrecruzamentos de antropologias e feminismos. Esse questionamento tem sido feito hoje em diferentes campos – a exemplo de produções no interior dos estudos sociais de ciência: "é um tanto estranho que as mesmas categorias – de gênero, classe e raça/etnicidade – continuam aparecendo de novo e de novo nos textos das ciências sociais. Elas são obviamente categorias relevantes, mas elas não são relevantes sempre e em relação a tudo. A arte é sempre se atentar ao que importa, ao que 'exatamente' importa, nessa ou naquela prática específica" (MOL, p.9, 2018, tradução nossa).

[198] Faço uma referência indireta aqui a leitura de Holbraad e Pedersen sobre a "virada ontológica" na antropologia (HOLBRAAD & PEDERSEN, 2017, p.50). Esse é um tema denso de debate – objeto de vários trabalhos finais de disciplina em minha formação – mas, a título de nota, reforço os modos como teorias feministas tendem a se posicionar de modo fronteiriço nessa "virada", a exemplo de nomes como Haraway, Strathern e a própria de la Cadena (que cunha um termo próprio– "abertura ontológica"). Lembro novamente de Todd (2016) ao versar sobre os apagamentos de intelectualidades tradicionais nas referências bibliográficas de parte dessa produção – o que me desloca, mais uma vez, a alinhar "epistemologia" e "ontologia". O que, diga-se de passagem, nem sempre é bem visto em produções que enfatizam analiticamente esse segundo termo (o que é inclusive um ponto de diferenciação que tenho em relação a produção de Mol, por exemplo, embora sua própria inserção em certa "virada ontológica" seja fruto de debates). Para um panorama geral sobre esses embates, ver os próprios Holbraad e Pedersen (2017) e o debate sobre "ontologia é apenas outra palavra para cultura?" (CARRITHERS et al, 2010).

> Evitar a colonialidade fundacional de classificações escolásticas requer a percepção [*awareness*] e a corajosa curiosidade de abrir [*open up*] classificações (e as categorias em que elas se debruçam) de modo a não cancelar as possibilidades do que as excede, pelo que elas (categorias e classificações) não podem conter.

Tais produções – a exemplo de Vergueiro e da própria de la Cadena, duas referências aqui importantes – se inspiram também em certos aparatos "gringos" e "canônicos" nesses estudos (a partir de autorias como Foucault e Butler) mas adensam e complexificam tais discussões a partir de fontes outras, inclusive para além da produção acadêmica. Isso lhes promove uma criatividade particular, deslocando perguntas e caminhos possíveis a partir de outros referenciais, do qual tomo como inspiração teórico-política. Lembro ainda da provocação de Erica Malunguinho de quais seriam os efeitos possíveis de pensarmos o tempo a partir de Iroko, e não mais Cronos. Deslocar nossos referenciais, nossa linguagem, é também deslocar as possibilidades que nossas perguntas (e possíveis respostas) podem tomar.

Esse fio condutor dos limites (inclusive os limites do que podemos ler enquanto "decolonial") me leva, inclusive, para produções trans* que, embora assim comumente enquadradas, não necessariamente se reivindicam desse modo. Castiel Vitorino Brasileiro, em sua produção intelectual a partir da macumbaria, tende a enfatizar o indizível, o inimaginável – novamente, temos uma ênfase no que escapa, e que pode escapar. Assim, sua produção não versa sobre gênero e raça, por exemplo – há um passo atrás importante que reconhece e re/imagina como esses próprios limites e inteligibilidades foram constituídos e, nesse passo, abrem-se outras possibilidades de existência. Algo semelhante pode ser observado, a partir de outras fontes e frentes, nos escritos de Jota Mombaça em sua "submetodologia indisciplina" (MOMBAÇA, 2016) e nos emaranhados das possibilidades de falar e ouvir (MOMBAÇA, 2015). Dito de outra forma, a inspiração que tomo aqui é de habitar as fronteiras – não enquanto uma ode a hibridez, mas enquanto um passo atrás na constituição das próprias diferenças, em seus efeitos.

Assim, se antes enfatizamos uma história linear cronológica a partir de marcos legais e processos de reconhecimento institucional e estatal, temos aqui histórias múltiplas que se entrecruzam em suas ambivalências, e mesmo de suas contradições – entre rupturas que também são continuidades, e vice-versa – sem escaparmos da possibilidade de pensar e atuar sobre uma história comum e futuros possíveis em coletividade. Temos, nos escritos, falas e obras supracitadas, um deslocamento de um começo de história – de uma história – que nos convida a também deslocar e re/imaginar formas de enquadramento e re/conhecimento por parte dessas esferas "oficiais" (inclusive para além desses termos) do que seriam, em seus limites

(anacrônicos ou não), pessoas trans*, que aqui não aparecem numa história a partir da constituição de sujeitos de direito, mas mesmo como não-sujeitos, passíveis de punição e, no limite, de uma aberta perseguição a partir de políticas do fazer morrer. Meu passo atrás de tender a adotar o termo "corpos e histórias" parte dessa percepção – dos modos como a própria constituição de uma subjetividade enquanto tal atravessa processos de reconhecimento de uma humanidade e processos de racialização e produção de um Outro selvagem. Falamos, por vezes, não de sujeitos – mas objetos (STONE, 2013 [1987]), "imagens e narrativas dominantes produzidas desde um ponto-de-vista colonial" (MOMBAÇA, 2015) ou simplesmente corpos (LUSTOSA, 2016).

Em um sentido epistemológico, portanto, tomo esses escritos (e, como um todo, essas intelectualidades) nas reviravoltas de nossos pontos de partida e saída analíticos e contra-analíticos, operando a partir desses limites e fronteiras na abertura a outras possibilidades na produção de conhecimento – que, aqui, aparece necessariamente atrelada ao fazer político. Dizer isso não é abandonar a atenção às legalidades e as institucionalidades – mas, pelo contrário, potencializar e fomentar essas discussões compreendendo seus limites teórico-políticos e também seus desafios. Partir de uma história comum, porém densa, portanto, envolve uma melhor percepção – e atuação sobre – o caminhar a futuros comuns. Essa também é uma deixa importante em nossos movimentos finais nessa dissertação – quando nos atentaremos a "agenciamentos" em meio a "normas" e "resistências", compreendidas nas palavras de Lugones (LUGONES, 2014, p.940, ênfases nossas):

> *A resistência é atenção entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa*, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão ⇔ resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno.

Conforme as citações supracitadas de Passareli nos trazem, nos encontramos aqui com limites estruturais, fundados em longos e perversos percursos históricos, assim como suas re/produções na contemporaneidade. A educação, e especificamente a universidade pública, se posiciona em um emaranhado de desigualdades e violências que extrapolam suas espacialidades e temporalidades específicas, configurando limites, e também desafios. O questionamento de como permanecer fixo (como traz Passareli) em meio a essas estruturas se alinha com a reflexão e a atuação insurgente sobre o fim de tais desigualdades e violências de modo efetivo, sob uma perspectiva teórico-política interseccional. Passareli também nos convida a questionar que, em meio às estruturas, podemos abrir brechas e fissuras para pensarmos e atuarmos sobre estranhezas em suas potências, e seus efeitos em possibilidades outras.

Terceiro movimento: "Outros fins que não a morte"[199]

4.5. "Matheusa vive!": Existências, sobre/vivências e re/existências

Conversando com Mael, um recém-ingresso estudante de graduação, acabamos, no re/traçar e na rememoração de sua trajetória pela escola, mercado de trabalho e família, em pontos delicados de sua história até o ingresso no ensino superior[200]. Adentrando tais meandros de sua história, houve uma situação de certo desconforto em nossa conversa. Em determinado momento, ele interrompe seu relato, e afirma:

> Tem umas coisas que é muito doloroso pra você falar, né... porque já aconteceu várias coisas horríveis comigo. (...). *Que a gente... não tem porque falar*. *Você sabe, nós sabemos*, como esse mundo é horrível

O respondo dizendo que uma das intenções da pesquisa era escapar de um possível ciclo de relatos de dor e sofrimento. Embora falar sobre situações violentas seja quase inevitável em alguns momentos – em sua constituição de nossas subjetividades e sensibilidades e nas complexas possibilidades de agenciamento, ou mesmo em seu uso estratégico politicamente – afirmei que compreendia, também como uma pessoa trans, o cansaço e a angústia gerada pela repetição dessas narrativas sem o devido cuidado – algo que, a meu próprio modo, já cheguei a viver em minha participação em eventos e pesquisas dentro e fora da academia, de perguntas invasivas a respostas paternalistas. Meu foco na pesquisa era em como continuamos (no plural) nas universidades frente a esses perigos, como agenciamos nossa permanência nesse espaço, a partir de quais redes, e como forçamos, e podemos forçar, sua abertura a outras pessoas trans*, principalmente aquelas em situações ainda mais impositivamente precarizadas que as nossas. Mael completou minha resposta:

> *Parece que a gente sempre precisa ser corpos violentados, precisa ficar nessa coisa*. Aconteceu várias coisas ruins na minha vida, mesmo odiando a [minha universidade] em muitos pontos, quase mais odiando que gostando, *ela me abriu a oportunidade de estar aqui, sabe*. (...) *Como a gente tá como esses corpos que só sofrem violência, a gente não pode se dar o direito de ter nada, de ser feliz, de ter alguma coisa*. Parece que a gente sempre tem que ser uns miseráveis que não tem nada. E não, sabe (...) [A universidade] me deu esse espaço de ter uma socialização, de ter oportunidades de vida (...) [A universidade] me deu essa oportunidade de conhecer pessoas, de morar [na república estudantil] onde eu moro (...) Trabalho fazendo limpeza e sou muito feliz fazendo isso. (...) *A [universidade] é esse espaço, né, abre muito nossa mente, de se conhecer também*

[199] O título vem do compilado de obras artísticas de mesmo título, com curadoria de Paulete LindaCelva, disponível em: https://outrosfins.cerealmelodia.com/.

[200] Apresentei uma primeira versão desse texto na ANPOCS 2020, sob o título "Futuros trans* possíveis?: Interseccionalidades e ambivalências no acesso e permanência de pessoas trans* no ensino superior público brasileiro". Agradeço aos comentários cuidadosos do Professor Roberto Efrem Filho e de Gleicy Mailly da Silva.

Em seu relato, Mael demarca uma frustração com a restrição de corpos trans* enquanto corpos sempre "violentados", de modo que isso restringe suas possibilidades de existência, ou seja, de uma vida possível de ser vivida. A violência aqui não apenas é aquela diretamente infligida com agressões verbais, físicas e sexuais, mas é a violência de uma falta de possibilidade de pensar um futuro, uma espécie de violência imaginativa– a falta de "se dar ao direito" de ter algo e de ser feliz, conforme afirma. Assim, embora pontue certo desgaste de estar no espaço da universidade ("quase mais odiando que gostando"), Mael enfatiza o que estar ali lhe proporciona efetivamente no cotidiano – "ter uma socialização", "conhecer pessoas", morar em outro lugar... – e o modo como seu ingresso lhe abre novas perspectivas, antes negadas – lhe abre possibilidades viáveis, ou mesmo antes inimagináveis, de existência.

Etnografia e violência

Em seu artigo "Dark anthropology and its others", Sherry Ortner diferencia certa "antropologia sombria" [*dark anthropology*] – focada em termos e conceitos como os de poder, desigualdade, crueldade e violência – e uma "antropologia daquilo que é bom" [*anthropology of the good*] – com termos e conceitos como felicidade, bem-estar, moralidade, ética, cuidado, amor, empatia e responsabilidade. A linha entre tal dualismo é tênue – como não cair, de um lado, em uma "quase-pornografia" da violência, e, de outro, em certo romantismo atuando em cenários de extrema desigualdade? (ORTNER, 2016).

A violência é uma dimensão marcante em uma série de produções etnográficas, principalmente em um contexto de produção feminista brasileira que se atenta a gênero e os modos como a categoria "violência" emerge relacionalmente, não sendo dada *a priori* dessas relações. Exemplos já clássicos incluem os escritos de Gregori (1993) e Corrêa (1983). Muitas dessas produções, em sua linhagem feminista, ganham contornos políticos explícitos na busca pelo combate a essas desigualdades e seus efeitos subjetivos e sociais, ao mesmo em que escapam de uma obviedade e circularidade da denúncia da violência em si mesma[201].

Mesmo assim, quando falamos sobre corpos e histórias trans* temos uma densidade histórica particular dos modos como a própria existência de uma dita "transexualidade" como tal tendeu a ser baseada em narrativas de dor e sofrimento – lembremos, no capítulo anterior, das bases médicas de uma "disforia de gênero". Dinâmicas próximas podem ser observadas em histórias produzidas na grande mídia – entre novelas nacionais e filmes hollywoodianos – onde a ênfase (ainda) reside em narrativas permeadas por violências sociais recorrentes, intenso

[201] "Denunciar violência é sem dúvida apropriado, mas é perturbadoramente concordável e auto-satisfatório, é simples demais" (LAW & MOL, 2002, p.6, tradução nossa).

sofrimento psicológico e, comumente, um fim trágico (IAZZETTI, 2020). Lembro ainda da anedota que contei anteriormente das jovens trans* que me perguntam se seu fim será o mesmo daquele das "estatísticas".

Se adotarmos uma perspectiva de que não apenas observamos uma realidade nua e crua com nossas "lentes", mas efetivamente as produzimos em nossos escritos – em que medida, nesses relatos etnográficos, não acabamos por re/produzir tais dores, sofrimentos e violências? Acrescento, ainda, os modos pouco cuidadosos como esses relatos por vezes aparecem – que, numa dimensão epistemológica, tende a apagar a possibilidade de que pessoas trans*, elas mesmas, possam ser leitoras desses trabalhos (VERGUEIRO, 2015), no sentido em que se ignora as distintas sensibilidades e afetividades de quem lê essa produção e que pode possivelmente encontrar a si naqueles corpos e histórias violentados, em uma potência, nesse caso destrutiva e traumática, da própria linguagem (KILOMBA, 2019 [2008]).

Fonseca (2006), por sua vez, enfatiza os modos como um "discurso de compromisso moral (...) não deve jamais servir como desculpa por uma descrição rala", que abstrai a história e ignora as ambiguidades dos "nexos entre o local e o global". A autora enfatiza ainda a queda de determinadas etnografias que versam sobre grupos historicamente marginalizados – em seu "tom de denúncia" e sua ênfase em uma violência espetacularizada (FONSECA, 2006, p.12) –em certo "idealismo romântico" que ignora conflitos e desigualdades internas a tais grupos, primeiro, e que constrói um tipo de "resistência reificada" ao enfatizar apenas os aspectos reativos de tais grupos, tecendo um argumento circular: há uma denúncia das estruturas como causa última da condição desses grupos, e a busca por uma "transformação libertadora de valores" entre o próprio grupo (FONSECA, 2006, p.9-10). No caso de pessoas trans*, isso comumente implica em denunciar violências e estruturas/sistemas sociais de dominação (tais como o binarismo de gênero) e colocar na própria "transgeneridade/transexualidade/travestilidade", em si mesma, a resolução dessas violências (por exemplo, a queda do binarismo de gênero).

Não há, evidentemente, uma solução mágica para esses dilemas. Mais do que um utilitarismo, operamos aqui numa dimensão de responsabilidade (NAMASTE, 2009), e, nesse sentido, operamos em um plano daquilo que é incontrolável (os efeitos desses escritos em que os lê), mas não incontornável – dado que tal responsabilidade é, em si, uma possibilidade de resposta [*response-ability*] (HARAWAY, 2016). É, portanto, atuar e tomar responsabilidade a partir do reconhecimento de nossa posicionalidade e das conexões, sempre parciais, que estabelecemos em nossas produções e em nossos escritos. Dito isso, ao longo desta dissertação trago, inevitavelmente, relatos de violência – sejam porque eles eram assim entendidos por quem conversei, por mim ou possivelmente para quem lê esse texto. No sentido que não apenas a violência não é dada *a priori* das relações (na atenção aos modos como "violência" emerge como tal em campo), mas há uma historicidade dessas violências enquanto tais que não pode ser

perdida de vista. Compreendo ainda que tais violências são constitutivas dessas subjetividades, sensibilidades e afetividades, inclusive em suas possibilidades de agenciamento, mas, nesse giro político de seu combate, reivindico, também, um giro epistemológico que procura se atentar a essas vidas para além da violência.

Novamente, podemos re/traçar aproximações com a trajetória de pessoas negras, e particularmente de feministas negras, em suas inserções históricas e contemporâneas no espaço da academia e da universidade em sua complexidade, conforme afirma Nash, partindo do contexto estadunidense (NASH, 2018, p.4, tradução nossa, ênfases nossas):

> *O feminismo negro – e feministas negras – tem muito apego, de modo otimista ou auto-destrutivo (ou talvez ambos) – pela universidade*. De fato, a teoria feminista negra tem um longo histórico de *tanto traçar a violência que a universidade inflingou sobre acadêmicas negras* (...) *quanto advocar por visibilidade e legitimidade institucional*.

Opera-se, portanto, entre "otimismo" e "auto-destruição" – entre o tracejar de "violências" que a própria universidade infingle, de um lado, e da defesa pela "visibilidade e legitmidade institucional" de tal produção feminista negra, de outro. Mais próximo de casa, Sueli Carneiro versa sobre os modos como tais relações operam entre hierarquizações e a abertura de possibilidades outras (CARNEIRO, p.120, 2005, ênfases nossas):

> Alia-se, aí, a despeito das dificuldades impostas pela própria dinâmica das instituições universitárias, *a necessidade de constituição de espaços institucionais próprios que possam referenciar e apoiar a trajetória das pessoas negras*.

Conforme trouxe Ametista em sua leitura sobre a produção intelectual de Matheusa Passareli, o "viver" surge, nesse pensamento, como uma arma – excedendo a "resistência" rumo a "existência", uma saída de um regime de sobre/vivência a outras vidas possíveis de serem vividas. "Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer" (EVARISTO, 2014). O enquadramento restritivo na chave da "violência" surge como redutor das complexidades dessas vidas em seu aspecto propositivo. Outros trabalhos citados ao longo desse capítulo também reforçam, de modos distintos, esse campo de possibilidades, no interior de produções trans*. A proposição afrotransfeminista de Maria Clara Araújo (2018) não apenas versa sobre a constituição dessas violências nos emaranhamentos de raça, classe e gênero, mas enfatiza também os afetos e as redes produzidas por travestis e mulheres trans negras ao longo do histórico de luta política por elas protagonizada no país. Além disso, questiona "os aparatos que imputaram às travestis e transexuais certas condições precarizadas de vida como fatos intransponíveis", desnaturalizando um "destino dado" (ARAÚJO, 2020, p.91).

Por sua vez, Viviane Vergueiro, ao versar sobre os cistemas acadêmicos em sua dissertação (não isolados de outros cistemas, tais como cistemas legais e de saúde), também nos convida a se atentar a suas brechas e fissuras:

> Os enfrentamentos às cisnormatividades em cistemas acadêmicos devem estar atravessados, portanto, *tanto pelo reconhecimento destes saberes* já produzidos em vários espaços por pessoas de corpos e identidades de gênero diversas (...) *quanto pelo seu acesso e permanência a estes cistemas*, implicando em *transformações institucionais decorrentes deste reconhecimento e destas inserções na academia*. Estes enfrentamentos (...) *podem ocasionar re+definições epistemológicas* que sejam (mais) relevantes a estas diversidades, e *re+definições na alocação de recursos* destinados a pesquisas a seu respeito. (VERGUEIRO, 2015, p.79, ênfases nossas)
>
> Nestes sentidos, acredito que, nestes processos acadêmicos críticos, *é importante não simplificarmos poderes e resistências*, sabendo serem possíveis *afetos e apoios no meio acadêmico* na mesma medida em que seguimos navegando por cistemas acadêmicos ampla e generalizadamente hostis, tentando preparar *terrenos para trans*formações outras, para fortalecer autonomias corporais e existenciais*. (VERGUEIRO, 2015, p.99, ênfases nossas)

E, por fim, nas palavras de Céu Cavalcanti – em artigo escrito junto a Vanessa Sander (CAVALCANTI & SANDER, 2019, p.26, ênfases nossas)[202]:

> Além disso, muitas das [produções acadêmicas] por vezes acabam por analisar as vivências de travestis e transexuais *repousando o foco exclusivamente no sofrimento e na falta*, impedindo uma compreensão mais alargada da trama social na qual se inscrevem, o que acaba por *elipsar a diversidade, as irreverências e criatividades* com as quais essas pessoas encaram o cotidiano. A fixação em um retrato pautado somente no sofrimento, no "exótico" ou no "cômico", além de construir análises em que as interlocutoras de pesquisa são *desprovidas de agência e reflexividade*, desnuda como elas estão suscetíveis também a *formas de violência que envolvem a explicitação de sua intimidade em detrimento de investigações pouco preocupadas com seus impactos e responsabilidades*

A saída à "agência" e a "reflexividade", portanto, opera em sentidos teóricos e políticos. Teórico na medida em que compreendemos esses processos e dinâmicas sociais em sua complexidade – nos atentamos as densidades de agenciamentos entre sujeição e subjetificação, aos modos como sensibilidades operam na re/imaginação de afetos em coletividade, e como tais espaços e esferas sociais, em sua multiplicidade, possibilitam o encontro de brechas e fissuras – borrando as fronteiras de dualismos (tais como opressor/oprimido, norma/resistência...) sem perder de vista a constituição histórica de processos de diferenciação, a re/produção de desigualdades e as possibilidades de quebra desses ciclos. Político no sentido que essa é uma reivindicação básica da humanidade, anterior a processos de reconhecimento

[202] Conforme afirma a autora: "Isso não significa desconsiderar o sofrimento ou as violências a que essas pessoas são submetidas. Trata-se de não tomar o sofrimento como causa e justificativa absoluta da transgeneridade, e não aludir à violência como algo presumido e abstrato" (CAVALCANTI & SANDER, 2019, p.23)

estatal e legal – da saída de uma lógica violenta de "corpos sem mente" e da compreensão de que tal humanidade, como nos lembra Sueli Carneiro, é inegociável.

Não apenas em certa produção acadêmica, a "vida" tem surgido em uma série de produções artísticas realizadas por pessoas trans* no Brasil nos últimos anos. Lembro dos louvores da artista e pastora travesti Ventura Profana de que "Eu não vou morrer" – que, "entre as mortas", propõe e canta, insistentemente, a plantação de "videiras" e do "viver a vida". Lembro ainda da carta de Sabine Passareli dirigida a sua irmã, quase um ano após sua morte (CHIME ZINE, 2019, ênfases nossas):

> *Então eu continuo lutando por nossas vidas estranhas* (...) A dor não me paralisa, irmã. Quero que você saiba que pensei muito sobre como responder ao que aconteceu. *E me dedicar aos outros foi a melhor resposta que encontrei*. Os tempos não estão fáceis aqui no Brasil (...) *Tem sido uma missão diária acreditar na vida de novo* (...) Em um país onde a vida vale pouco e a morte é trivial, inverter essa lógica é um ato de coragem. Nossos corpos ainda são incompreendidos e julgados, (...) *então é nossa missão lutar contra a imposição de ainda mais regras e contra a lógica que nos desdenha*.

Dito isso, reforço que quando verso sobre as re/produções de desigualdades no espaço universitário também busco remeter às suas possibilidades de transformação (ou diria, de transição[203]). Com Passareli, podemos nos atentar também às possibilidades de conexão entre e além dessas diferenças e desigualdades – de uma comunicação possível pela estranheza. Estranheza essa que pode partir de lugares distintos, mas que aponta a processos e objetivos comuns, assim como possibilidades de identificação que não apaguem ou congelem diferenças. No âmbito da produção de conhecimento, enquanto potência, temos as possibilidades de emergência de epistemologias outras, assim como o reconhecimento e a atuação sobre invisibilidades, ausências e inconsistências. Em seu elemento "pajubeiro" – confirmo provoco no título desta dissertação – nos deslocamos nos modos como operamos teorias e conceitos, e diria, nos modos como pensamos e atuamos politicamente.

[203] Destacaremos esse conceito, em mais detalhes, no **Capítulo 3**.

SEGUNDO INTERLÚDIO

Nós de uma trajetoria im/pessoal

"Retomar e produzir registros, memórias e novas histórias onde esteja presentes outras alegrias, sensualidades, coragens e comunidade consiste em um projeto político crítico que demanda tanto a compreensão crítica das normatividades em nossos corpos e identidades de gênero, quanto a sensibilidade para construir estratégias efetivas de enfrentamentos a elas"

– Viviane Vergueiro (VERGUEIRO, 2015, p.57)

SEGUNDO INTERLÚDIO

5.1. Nós, pessoas trans* na universidade, nós, mães travestis...

***Figura 5**: Graffiti "Transtorne!".*
Fotografia retirada pela autora no IFCH/UNICAMP. O graffiti foi realizado em uma festa universitária realizada no campus, tempos antes. Setembro de 2019.

Faz algum tempo que não transito por aqui. Mesmo com o vazio causado pela pandemia de COVID-19, eles ainda encarnam memórias e acionam afetos. Caminho por esses espaços desde 2015, quando ingressei no curso de Ciências Sociais da UNICAMP, e onde, três anos mais tarde, morando e estudando nessa mesma região (Barão Geraldo), me afirmei publicamente como uma pessoa trans. Embora desde dezembro de 2017 já houvesse assim me afirmado para pessoas próximas, foi em fevereiro de 2018 que anunciei, inclusive para docentes da universidade, que agora respondia pelo nome "Brume".

Gosto de pensar sempre em transições no plural. Mesmo quando restringimos o termo a um trânsito ou passagem de gênero, observa-se uma multiplicidade de caminhos entrecruzados em uma mesma trajetória. Me afirmei publicamente a partir de meu nome. Gradativamente, os cabelos cresciam e as roupas mudavam no armário e no corpo, e passava a ser lida socialmente enquanto uma bicha afeminada, uma mulher cis ou simplesmente um corpo estranho ("homem ou mulher?") que suscitava por vezes risadas e perseguições, mas que

também me embebia em suas delícias e possibilidades. Mesmo assim, há um marco bem definido de quando me digo "Brume", envolvendo uma série de abalos nas relações que firmava até então – em termos familiares, amorosos, e, como um todo, íntimas e afetivas, inclusive saindo da república masculina que residia até então com medo de sofrer agressões, já em meio a efervescência das eleições presidenciais de 2018.

Desde quando caminhei pela primeira vez por entre as paredes amarelo e rosa do IFCH/UNICAMP, sentia nesse espaço um respiro. Embora já me entendesse, embora sem externalizar essa identificação, enquanto uma pessoa LGBT no ensino médio, em minha escola – um colégio particular, onde fui bolsista – não havia referências positivas em que me reconhecia. Lembro de acompanhar um caso onde, após ser "flagrado" beijando outro menino, um jovem gay, no meu terceiro ano do ensino médio, havia sido forçado a sair desse colégio onde estudávamos e colocado, por sua família, em um internato militar. Após meu ingresso na universidade, recebi a notícia de que outro estudante gay desse mesmo colégio havia sido suicidado. Assim, embora tendesse a desviar de uma violência explicitamente homo e transfóbica ao longo de minha trajetória escolar – sendo uma figura "estudiosa", desajeitada e dessexualizada que transita por entre meninos e meninas de sua turma – um cenário repressivo me segurou em minha decisão de me "assumir" apenas após ingressar no ensino superior. Mais do que um objetivo de construção de carreira ou continuidade de estudos simplesmente, essa era uma perspectiva de almejar algum tipo de autonomia decisória também nessa esfera da vida. Já no ensino médio, acompanhava pela internet discussões sobre gênero e sexualidade e me aproximava de grupos em redes sociais compostas por pessoas trans não-binárias.

Ao longo dos meus primeiros anos de graduação, flertava com essas aproximações. Minhas redes eram agora compostas basicamente de pessoas LGB – e, sem muita surpresa, as amizades remanescentes da escola e das redes sociais online por onde transitava virtualmente naquele momento assim se afirmaram, alguns anos depois. Minha própria imagem parecia se re/constituir, por entre os encontros de desejos e possibilidades. Lembro, no entanto, dos modos como a presença em festas e outros espaços de socialização catalisavam o desconforto com uma leitura masculina, mesmo que feminilizada – o que implicava, já desde esse momento, em "encontros às escuras" e todo tipo de assédio. Haviam poucas referências trans* na UNICAMP naquele momento, mas, quando hoje caminho pelo "bandejão", lembro de Amara Moira, com seu vestido curto de oncinha e microfone na mão, conversando com as pessoas na fila em frente ao restaurante universitário, em um ato promovido pelo TransTornar. Embora numericamente limitado naquele momento – o número de pessoas trans* que via na universidade poderiam ser contadas ali nos dedos de uma mão – vale destacar o histórico particular da UNICAMP em

termos de movimentos sociais e ativismos trans*. Sei que, para além do apoio que tive nas relações que estabeleci em meu grupo de orientação e em sala de aula junto a docentes e colegas de turma, tive a oportunidade de estar em um espaço atravessado por essas mobilizações que sedimentaram esse chão por onde hoje transito e se encarnam em boas lembranças quando hoje volto a caminhar por aqui.

Coletividades e redes ativistas trans* na (e além da) UNICAMP

A UNICAMP é atravessada em sua história recente, nos anos 2010, por dois coletivos importantes no que se refere a movimentos e ativismos trans* no estado de São Paulo, que constituem nesse espaço uma série de movimentações políticas.

O primeiro deles, chamado TransTornar, é criado enquanto grupo em 2014 por estudantes trans* em resposta a pichações transfóbicas em banheiros femininos da UNICAMP (CARVALHO & CARRARA, 2015) – seu nome surge alguns meses depois, já em 2015. As ações do coletivo se expandem em um ato realizado no "bandejão" da universidade (seu principal restaurante universitário) e passam a, ao longo do tempo, extrapolar sua delimitação arquitetônica. As mobilizações do coletivo ganham, nesse período, visibilidade em grandes jornais da cidade e reportagens de TV, e o TransTornar passa a cada vez mais atuar em espaços externos à universidade – tais como o Jardim Itatinga, região de prostituição na cidade de Campinas com uma grande presença de mulheres trans e travestis – e incluir em sua organização também não-estudantes. O grupo também realiza reuniões periódicas entre suas pessoas integrantes e passa a organizar campanhas a partir de eventos e casos públicos que ocorrem na região, tais como a campanha #somostodoscamila, em resposta à demissão de uma professora do ensino básico após se afirmar publicamente enquanto uma mulher trans. O TransTornar inclui em sua composição nomes importantes nos ativismos e movimentos trans* pelo país, incluindo Amara Moira e Beatriz Bagagli – ambas figuras que circulam intensamente entre redes acadêmicas e ativistas.

Em julho de 2017 ocorre na UNICAMP a Semana da Visibilidade Trans, organizada pelo TransTornar, primeiro evento de grande parte sobre temáticas trans* que ocorre na universidade, incluindo mesas de debate sobre temas e frentes como transfobia na universidade, mercado de trabalho, transmasculinidades e identidades trans*. A Semana é finalizada com uma festa de encerramento que ganha uma nova edição alguns meses depois, em parceria com uma casa de acolhimento da cidade direcionada a pessoas trans*, a Casa sem Preconceitos. As festas contam com uma presença notável de pessoas trans* da região, tanto entre as pessoas presentes no evento quanto em suas apresentações, com falas abertas no microfone, shows *drags* e discotecagem.

Um segundo evento de grande porte ocorre na universidade um ano depois, em outubro de 2018, dessa vez organizado por outro coletivo – o Ateliê TransMoras. Vale pontuar, o Ateliê e o TransTornar não são excludentes entre si – em certo momento pessoas trans* circulavam por ambos os coletivos, embora o segundo tenda a ter reduzido sua atuação ao longo dos anos. O Ateliê, localizado na Moradia Estudantil da UNICAMP, data de um período anterior, sendo criado em 2013 pela estilista Vicenta Perrota. O Ateliê atua em uma série de frentes ao longo de sua história, interpelada também por uma série de diferentes agentes e modos de atuação. Tais mobilizações – que atravessam todo o estado de São Paulo – incluem cursos no âmbito da produção têxtil, desfiles protagonizados por pessoas trans*, eventos de visibilidade tais como uma parada LGBTQIA+ realizada em Barão Geraldo, além de uma série de parcerias com festas e eventos, incluindo grupos artísticos compostos por pessoas trans* – tais como a Marsha!, na cidade de São Paulo – e cursinhos populares – como o Cursinho TransFormação, também na capital. O Ateliê também circula entre redes ativistas, artísticas e acadêmicas no desenvolvimento de produções textuais, sendo marcante a publicação do jornal Travesti Viva!, em 2019.

Além de inspirações políticas – e fontes energéticas em minha permanência na universidade – tomo tais nomes como inspirações políticas e também epistemológicas, em suas dimensões de produção de conhecimento, dentro e fora da academia, nos e além dos ditos e escritos em papel.

Mesmo atravessada por essas mobilizações, em minha trajetória tendi a ser a "única", e muitas vezes a "primeira", nos espaços onde estive. Em praticamente todas as disciplinas que cursei, eu era a única corpa trans. Fui a primeira a ingressar com o pedido de nome social no mestrado em Antropologia Social – e a segunda pessoa trans* que se tem notícia. O respiro fundo de um primeiro momento – de estar em um espaço até então mais seguro e confortável dos que os outros espaços que habitava até então – passava a ser algum tipo de asfixia, talvez frente aos outros ares que agora tomava no peito.

Embora essa primeira geração de estudantes trans* tivesse firmado as bases para me afirmar publicamente a partir do pedido de nome social e, com isso, sendo eu mesma "filha" de uma geração que fincou direitos e abriu um campo de possibilidades de reivindicações naquele espaço, sentia ainda uma identificação limitada com as experiências que tive contato ali, ao me entender e me "assumir" como uma pessoa transfeminina não-binária, naquele momento. As redes transcentradas[204] online ganhavam cada vez mais força, inclusive comigo sendo

[204] Diversos dos termos mobilizados aqui serão desenvolvidos no **Capítulo 3**.

"adotada" por minha "mãe travesti", que conheci em uma rede social online. Eventualmente, online e offline convergiram quando fui à Primeira Marcha do Orgulho Trans em São Paulo.

Junto a outra pessoa não-binária que havia conhecido em grupos online, fui até a capital, em junho de 2018, munida de algumas bandeiras e cartazes. Essa experiência foi particularmente marcante em minha trajetória intelectual, pessoal e política, tendo contato com uma quantidade considerável de pessoas trans* reunidas coletivamente. Não apenas numericamente, as pessoas que conheci na capital traziam histórias e expunham corpos distintos daqueles que via onde estudava – entre transviados, boycetas, travestis e nbombas das periferias da capital até diferentes regiões do Brasil. Naquele dia, fiz amizade com estudantes de um cursinho popular e ainda lembro, com carinho, de me deparar com uma dezena de pessoas trans* dançando juntas em uma edição de rua da festa Batekoo[205].

Desde então, passei a viajar sempre que possível para São Paulo, aos finais de semana. Digo, com isso, que tais transições de gênero – materiais e temporais – são também transições espaciais e afetivas. Destaco, também, que o contato com outras histórias, corpos e o estabelecimento de outras relações geraram, em mim, não apenas uma força a partir desses encontros e coletividades, mas também processos de desconforto e estranhamento quando retornava ao espaço da universidade. Minha percepção de processos de transfobia institucional se aguçaram, e me sensibilizaram com as ausências que crescentemente percebia ali. Ao mesmo tempo, tais enredamentos me fortaleceram nos saberes dos combates diários desses enfrentamentos em espaços hostis e me entrelaçavam em redes afetivas com outras pessoas trans*, que me forneciam, novamente, algum tipo de respiro. Também em São Paulo – principalmente quando passei a residir em definitivo na cidade – vivia situações de violência transfóbica explícita, tais como agressões verbais, das quais tendia a me esquivar na universidade e que também me deslocavam a re/imaginações sobre esses espaços e possibilidades de atuação frente a essas experiências transitórias. Tomando de empréstimo um escrito que me é caro, talvez o que estava em questão ali era habitar um mundo partido, em ruínas – compreendido em suas possibilidades abertas e agindo, não como um "gesto heróico", mas como "o trabalho paciente de viver com esse novo conhecimento – realmente saber não só com o intelecto, mas pelas paixões" (DAS, 2011, p.29).

Ao mesmo tempo, enquanto, de um lado, eu me distanciava fisicamente, de outro, mesmo que longe – por meio das redes transcentradas que, precariamente, firmávamos na universidade, ainda em baixo número – percebia uma crescente de estudantes trans* naquele

[205] A festa Batekoo é organizada por um coletivo LGBTI+ negro desde 2014. Para uma etnografia sobre seus eventos e sua organização, ver Ribeiro (2021).

espaço. Foram várias as pessoas que entraram em contato comigo ao questionarem sua identidade de gênero ao longo desses três anos desde que me disse "Brume", sem contar as inúmeras vezes que fui consultada sobre manejos práticos envolvendo o nome social na universidade, uso de banheiros públicos, e assim em diante. Curiosamente, passava a me tornar naquele espaço uma espécie de "referência" mais velha (mãe travesti, ou travestia, diriam alguns) – não pela idade, talvez, mas pelo tempo de "transição", que, em meus trânsitos por São Paulo, parecia tão curto, e que, inversamente ao que ocorria no interior, me posicionava enquanto uma figura trans* mais jovem, *baby trans*, naquele espaço.

Já algum tempo depois, sei que tais filhos, filhas e filhes se tornaram novas "referências" e continuaram certa linhagem de gerações trans* na universidade. Se, por muito tempo, fui a única pessoa trans de meu grupo de estudos, termino o mestrado dividindo esse espaço com pelo menos outras três pessoas trans*. Os números antes restritos a uma mão hoje chegam na casa de 40 ou 50 pessoas, muitas delas com trajetórias próximas a minha – pessoas que, após o ingresso na universidade, passam a experimentar gênero de outras formas – estando hoje no começo da movimentação de suas próprias transições e talvez se sentindo menos sozinhas do que me sentia, alguns anos atrás.

Mesmo assim, desconfortos me acompanham nessa posição entre-mundos que me sensibiliza a perceber limites e desafios. Embora esse número seja crescente, há ainda um perfil muito particular de estudantes trans* na graduação, em termos de gênero, raça, classe, mas também dos momentos dessas transições de gênero e nas possibilidades de apoio familiar – e que efetivamente sinto e compartilho quando retorno a capital. Aprendi, nesses percursos, que minhas primeiras "referências" trans* não foram as redes transcentradas na internet, como acreditei em um primeiro momento, mas as travestis que se prostituíam, próximas a linha do trem, em minha cidade natal. Além de um me "tornar travesti" nesse percurso e me compreender nas re/imaginações e re/invenções da feminilidade, as transições que realizei também me fizeram re/pensar e atuar em minhas posicionalidades no interior da branquitude, numa trajetória também marcada por uma série de privilégios de classe que me possibilitaram poder hoje caminhar nesse espaço e me sentir, mesmo que a duras penas, pertencer e, de algum modo, voltar para casa quando vejo essas paredes rosa e amarelo. Ao mesmo tempo, me deslocando para a pós-graduação me percebo, embora "pertencente", novamente isolada, e numa posição, por vezes dura, de, sempre em rede, abrir esse espaço a outras corpas e histórias trans*, tendo em vista tais diferenças e desigualdades, e as possibilidades e limites dessa própria experiência.

O fazer político se torna algo inevitável nessa trajetória. Foram incontáveis vezes que tive problemas práticos com o uso do nome social na universidade, inclusive tendo meu "nome morto" exposto publicamente, em sala de aula e processos seletivos – o que envolveu da publicação de "textões" nas redes sociais a ameaças judiciais e que, de fundo, tem como objetivo uma mudança substancial dos modos como a institucionalidade lida com as minhas demandas e de outras pessoas trans* que virão depois de mim. Se, nas transições por redes transcentradas eu tendia ser respeitada, o espaço da universidade permanecia marcado por olhares desconfortáveis e desrespeitosos à minha identidade feminina, principalmente em um primeiro momento dos trânsitos dessa corpa. Por outro lado, passei a me deparar com os desejos (alheios) por uma figura que impossivelmente "representasse", se não que encarnasse, uma coletividade de corpos e histórias.

O número maior de pessoas trans* não necessariamente implicou em maior acolhimento, ou mesmo um engajamento político. Conforme lembra Drager (CHU & DRAGER, 2019), em nossas lutas políticas "queremos encontrar Sylvias Riveras e Marsha P. Johnsons, mas, mais vezes do que não, iremos encontrar pessoas que nos decepcionam profundamente" (CHU & DRAGER, 2019, p.108, tradução nossa). Sei, com isso, também dos desencantos, cansaços e frustrações – e, como um todo, dos afetos (e des/afetos) talvez menos positivos, se não menos nobres, que suscitaram e ainda suscitam esses encontros e des/encontros em redes transcentradas e na inserção em mobilizações políticas, que me fazem hoje uma pessoa muito diferente daquela jovem encantada caminhando em Marcha em meados de 2018. Ao mesmo tempo – ao questionar "qual a responsabilidade que temos [com essas pessoas que nos decepcionam]?" (CHU & DRAGER, 2019, p.108, tradução nossa) – acredito que essas redes forçaram, e ainda forçam, minha permanência nesse espaço, assim como me motivam a promover possibilidades de transformação, coletivamente – e diria, talvez, de possibilidades de re/encanto e das transições também desses afetos.

Sei, ainda, do papel do segredo e da privacidade que nos é negada, enquanto pessoas trans*, a nossa recusa pelo dizer enquanto instrumento político e epistemológico, frente às interpelações brutas para "revelarmos" nosso status genital (BETTCHER, 2007), nosso "verdadeiro" nome, nossas fotos "de antes", ou, em nossa inserção na pesquisa, de versar sobre uma dura trajetória pessoal e nossa posicionalidade enquanto corpas trans*, mesmo quando isso não está posto como discussão (VERGUEIRO, 2015). Aqui, tal debate entra nos méritos de que, nesse texto, não versarei sobre tais processos afetivos e políticos no interior de redes transcentradas, em suas ambivalências, o que não implica em ignorar tensões e disputas internas (FONSECA, 2006).

Sei ainda que algumas das minhas "mais velhas", inclusive aquelas que caminharam aqui antes de mim, estão em grande medida cansadas e parecer ter, em certa medida, desistido de tensionar o espaço da universidade. Sei, ainda, do apoio, se não a sorte, que tive não apenas nas redes transcentradas que teci, mas de minhas amizades e das relações que tracei na universidade que apoiaram esse percurso nas turbulências de uma transição inicial (e de outras que a sucederam). Almejo, com isso, que esse espaço seja aberto a essas "novas gerações" que encontrem crescente segurança e estabilidade no espaço da universidade, que também se permitam se sentir em casa, e que, mais do que isso, reconheçam e atuem sobre suas ainda marcantes ausências e invisibilidades a partir de processos compartilhados de sensibilização e responsabilização sobre as interconexões de diferenças e desigualdades, para aquelas que caminharão aqui depois. E espero, também, que o fazer político seja também um re/fazer afetivo, cuidadoso e compartilhado coletivamente, e que abra espaço ao encontro de "felicidade e política" (STENGERS & PIGNARRE, p.29, 2011, tradução nossa, ênfases nossas):

> Participar em grupos que experimentam situações e restrições que levantam a possibilidade de pensar e investir junto nos permite nos aproximar das demandas de um encontro entre "felicidade e política", *porque tal possibilidade é política*. *Isso é aquilo que, quando ausente, torna a política nada mais uma rotina cega ou uma militância sacrificial, ou ambas.*

5.2. Nós, antropólogas, nós, transfeministas...[206]

Em seu artigo "Fragile differences, relational effects", Amade M'charek (2010) se atenta às diferentes temporalidades de processos de diferenciação, contando um dia onde estava em uma feira árabe na Holanda em um contexto de intensificação da violência xenófoba no país, principalmente contra imigrantes árabes. Pouco tempo antes de ir a feira, ela decide cortar o cabelo, o que possibilitaria que ela transitasse melhor pela cidade e se desvinculasse, de algum modo, do imagético xenófobo comum operado sobre mulheres árabes e, portanto, da violência sobre esses corpos. Já na feira, ela caminhava com uma amiga quando uma mulher bateu agressivamente em suas costas dizendo que ela haveria a assediado. Quando Amade se vira para ver o que havia acontecido, com seu batom vermelho marcante, a mulher percebe que se tratava de uma (outra) mulher, que ela havia imaginado ser um homem por conta do cabelo curto e das vestimentas cobrindo o corpo.

[206] Uma versão desse trecho foi apresentada originalmente no VI Congreso ALA 2020, posteriormente resultando no artigo "Sobre relatos e etnografias: Relações incômodas entre transfeminismo/s e antropologia/s" (IAZZETTI, 2021). Agradeço aos comentários das debatedoras Marília F. Kosby, Luiza Flores e Leandra Pinto durante o congresso.

Nesse mesmo artigo, M'charek (2010) contrapõe esse relato a um evento na universidade onde leciona, também na Holanda, quando havia sido convidada para participar de uma mesa sobre "mulheres". Ela questiona porque outras mulheres não poderiam compor aquela mesa, mulheres essas que, segundo ela, poderiam falar melhor sobre o tema a partir de seu tempo mais longo dentro da universidade e suas especialidades dentro dos estudos de gênero. A aluna fica constrangida e sem resposta, o que comprova a intuição da antropóloga. "Você está me perguntando isso *porque eu não sou apenas uma mulher?*" (M'CHAREK, 2010, p.310, tradução nossa, ênfases nossas). Posteriormente, ela rejeita a participação. Contraposto ao primeiro relato de uma rápida temporalidade de raça/etnia e gênero, a autora lê o segundo relato em uma temporalidade quase naturalizada, permanente, onde esse corpo é sempre marcado. Se contrapõe, portanto, a essa diferença frágil do primeiro relato, e a uma diferença que, além de compreendida em sua situacionalidade, possibilita seu agenciamento e seu manejo cotidiano, mesmo que permeada por situações de violência. Os casos emergem enquanto uma espécie de autoetnografia[207], emaranhada com outros relatos que tece a partir de seu trabalho de campo no interior de certa antropologia da ciência.

Seu relato me inspira a re/imaginar e re/interpretar os jogos entre diferenças e desigualdades operados em minha própria pesquisa e minha posição de "pesquisadora pesquisada" (VERGUEIRO, 2015) – enquanto um objeto e sujeito de conhecimento – antropóloga que também é travesti, e vice-versa. Embora seja uma pessoa trans, também sou pesquisadora (para surpresa de alguns). Ou seja, enquanto eu ainda converso com outras pessoas trans* em minha pesquisa a partir de certa identificação e compartilhamento de experiências nas entrevistas, essas conversas não são as conversas de corredor que tenho no meu dia-a-dia, inclusive com essas mesmas pessoas. O horário marcado, a presença do gravador, o termo assinado antes da entrevista – esses e outros elementos constituem ativamente essa relação e esse diálogo[208]. Além disso, por mais "horizontal" que eu tente ser nesse trabalho – retornando a entrevista às pessoas que converso, procurando manter contato ao longo da pesquisa etc. – ainda sou uma agente poderosa nessa teia de relações de produção de conhecimento, e não estou isenta de me posicionar e me responsabilizar sobre essa produção,

[207] O termo autoetnografia perpassa certa polêmica no interior da antropologia (INGOLD, 2014), ao mesmo tempo em que ele tem sido mobilizado por autorias trans* em seu peso conceitual e político (REGO, 2019, por exemplo). Para uma possível leitura do termo (e, mais do que isso, de um método propriamente autoetnográfico), ver Vergueiro (2015). Embora não me oponha ao termo, tendo, conforme pontuo nessa seção, a não utilizá-lo em minha própria pesquisa, mesmo que tais estudos sejam uma importante fonte de inspiração. Reforço, ao mesmo tempo, que tais relatos e etnografias não tem um sentido representativo, mas articulatório (M'CHAREK, 2010)

[208] Há uma inspiração aqui, nos escritos sobre "mediações" nos estudos sociais de ciência e tecnologia – nos modos como esses instrumentos não apenas são um "meio do caminho" do que está ser visto em si mesmo, mas efetivamente produzem o que é (e pode ser) visto (para uma discussão sobre métodos, ver LAW, 2004).

compreendendo o peso da autoria e a importância dos re/cortes feitos ao longo da pesquisa – na seleção de trechos, na maneira que formulo e conduzo as perguntas, nas formas como me posiciono no trabalho de campo, e assim em diante. Tenho a responsabilidade, inclusive – a possibilidade e, mais que isso, a necessidade de poder responder [*response-ability*] (HARAWAY, 2016) – ao que talvez faria hoje diferente na condução desse trabalho.

Suspeito, inclusive, que o fato de ser (também) uma pessoa trans não diz muito em si mesmo. Conforme pontuei, fui das "únicas" e das "primeiras" corpas trans* em praticamente todos os espaços que estive na universidade. Em minhas entrevistas, conversei majoritariamente com estudantes trans* de minha própria universidade, muitas delas pessoas mais jovens em termos de "gerações trans*" na universidade – o que comumente implicava em certa proximidade e afinidade. Ao mesmo tempo, se me deslocasse dali em uma pesquisa com travestis e mulheres trans mais velhas no interior de movimentos sociais, ou mesmo nas redes que teci na capital paulista, por exemplo, essa "geração" operaria em um sentido muito diferente. Em outros espaços, o fato de eu ser uma pessoa branca e que veio de uma formação educacional em um colégio particular (ou seja, em minha posicionalidade em eixos de raça e classe), por exemplo, poderia importar muito mais ao estabelecer esses contatos em campo – por exemplo, em minha entrada em cursinhos populares, conforme planejei originalmente para essa pesquisa[209]. Algo semelhante é relatado por Céu Cavalcanti, em seu estudo junto a travestis e mulheres trans no sistema prisional (CAVALCANTI & SANDER, 2019, p.11, ênfases nossas):

> Se, por um lado, minha identidade de gênero é um *raro elemento de aproximação e identificação imediata* entre mim e as interlocutoras da pesquisa, por outro, *minha branquitude e o lugar de doutoranda invocam linhas de poder* que também agem na relação que ali se estabelece.

Todos esses são eixos de posicionalidade e, portanto, de sensibilidade e de responsabilidade, frente ao entrelaçamento de processos de diferenciação, se não de re/produção de desigualdades, operadas em campo que, no limite, ativamente produzem esse corpo – conforme nos lembra M'charek, em seu relato etnográfico – e, diria, o próprio campo. Dito isso, o "campo" se torna, em si, um elemento constituído relacionalmente (CANDEA, 2013) a partir de encontros, re/encontros e des/encontros etnográficos[210]. O "campo" surge também em sua dimensão epistemológica – em seus ganchos e convites a re/pensarmos e re/imaginarmos

[209] Conforme trouxe na **Introdução**, originalmente minha pesquisa de mestrado iria envolver tanto universidades quanto cursinhos populares voltados para pessoas trans* – o que foi dificultado devido a pandemia de COVID-19.
[210] São retomados aqui os termos mobilizados no **Capítulo 2**. Podemos lembrar ainda de Strathern e seu escrito sobre um movimento pendular na etnografia (STRATHERN, 2014 [1999]).

nossos próprios termos e nossas ditas teorias, métodos e "categorias analíticas", provocando giros e dobras no manejo que fazemos de nossos "dados", conforme nos lembra Vergueiro (2015, p.107, ênfases nossas):

> Neste sentido, considerando-se minhas experiências acadêmicas enquanto mulher trans e travesti, ainda me parece fundamental reforçar a importância da participação dos ditos 'campos de pesquisa' para *muito além de meras 'minas de dados' a preencher seu papel subordinado* na construção de abstrações teóricas, relatórios de pesquisa e desenho de políticas públicas. Compreender estes 'campos' enquanto espaços constituídos por agentes com *demandas políticas e com perspectivas próprias*, que podem inclusive *exceder referenciais teóricos e questionários etnográficos*, demanda um processo de re+consideração destes saberes sujeitados.

Atuar em "campo" se torna um ato de aprendizado (DE LA CADENA, 2015) e do compartilhamento de responsabilidades e sensibilidades, inclusive na proposição feminista de compreender tais entrelaçamentos e atuar frente a objetivos comuns. Ou, nas palavras de Cavalcanti (CAVALCANTI & SANDER, 2019, p.15, ênfases nossas):

> O campo não se esgota no encontro etnográfico nem serve como um *lugar onde se provam hipóteses*. Ao contrário, as reflexões mais interessantes parecem ser produzidas *no confronto entre as teorias acadêmicas, as tensões políticas e as percepções intersubjetivas.*

Talvez, a meu modo, também procuro produzir um relato sobre diferenças frágeis e efeitos relacionais. Nesse sentido, é provocativo pensar que na medida em que ainda permaneço, de algum modo, um "objeto" por onde circulo pelas vicissitudes acadêmicas, então a própria universidade e academia continuam sendo – em suas estranhezas, encontros e des/encontros – uma espécie de "campo", um lugar de estranheza que eu tento adentrar e tensionar. Parafraseio aqui Collins (2016 [1986]) com seu conceito de *outsider within* – traduzido de modo sagaz como "quase da família" por Luciana de Oliveira Dias (2019), em uma posição de "quase da família" – sou pesquisadora e sujeito, mas ainda travesti e objeto, nesses e por entre esses espaços. Talvez a potência aqui esteja em "estranhar quem nos estranhou" (FAVERO, 2020, p.18).

Assim, busco, ao longo de toda essa dissertação, jogar com as fronteiras entre êmico/analítico[211], relato/etnografia, campo/não-campo, antropóloga/nativa em suas im/pessoalidades – e, com isso, atravessar outras dualismos como individual/coletivo,

[211] Ortner (2016) pontua que o questionamento da "distinção entre abordagens êmicas e analíticas" tem sido central em uma "nova antropologia politizada". Lembro ainda do debate clássico de Carneiro da Cunha (2009) que nos provoca a questionar os modos como por vezes abandonamos certas categorias "analíticas" (tal como "cultura") com impactantes efeitos sócio-políticos. Talvez, a questão aqui, mais pragmática que metafísica, seja operar entre seus limites e possibilidades – se propondo a "continuar com o problema" (HARAWAY, 2016) (entendendo problema como aquilo que nebula, incomoda, desloca...) ou seja, se atentando aos efeitos e fantasmas, por bem ou por mal, que alguns desses termos, nos emaranhados entre êmico e analítico, carregam.

político/apolítico, geral/particular, maior/menor e assim em diante – na "ativação permanente que problematiza distinções binárias como sexo e gênero sem, entretanto, eliminar sua utilidade estratégica" (HARAWAY, 1995 [1988], p.32). Dualismos esses que, vale lembrar, atuam a todo momento na re/produção de determinadas hierarquias entre não-científico/científico, específico/universal, político/apolítica, corpo/mente, e assim em diante. Ou, nas palavras de Strathern (1999, p.165, ênfases nossas):

> A desconstrução, quando funciona bem, é móvel. Ela não fica parada em uma posição. *Ela é um processo temporal, você abre as coisas e elas se fecham novamente*, você as abre de novo, elas se fecham, e assim por diante. Por isso, não me embaraça nem um pouco ter descartado um conceito em um contexto para, em seguida, usá-lo em outro.

Não se trata, portanto, de estabelecer uma lista de espécies de "palavras malditas", superadas na teoria social, mas de operar no limite de certa linguagem (STRATHERN, 1999) – princípio que de la Cadena toma em suas próprias reflexões, ao versar sobre as idas e vindas desses "conceitos, formas ou figuras do outro" (DE LA CADENA, 2018, p.110):

> E eu só consegui compreender o significado disso *quando isso se tornou não apenas isso para mim* – ou, até que por meio de uma prática laboriosa e paciente, pude *transformar meu pensamento, afastando-me do hábito de precisar entender* (muitas vezes mal) a entidade ou a prática em questão. Captar o que era "não só" o que me vinha por meio da minha prática habitual de pensamento, além de levar tempo, exigiu trabalhar em uma interface permanente, na qual as práticas de produção de mundo de [meu interlocutor] e as minhas eram aparentemente parecidas e, ao mesmo tempo, diferentes. E o que surgiu na interface em vez de "a" entidade ou prática em questão foi uma "*redescrição" mútua dos conceitos, formas ou figuras do outro* (...) de maneira que *sempre se excediam, mesmo que também se sobrepusessem*.

Me inspiro ainda numa produção antropológica que pontua a necessidade de nos atentarmos a historicização de uma diferenciação entre "pesquisadores" e "pesquisados" e as categorias operadas internamente ao dito "campo de pesquisa", assim como aquelas que nos colocamos para descrevê-lo – em um movimento cuidadoso de idas e vindas analíticas e contra-analíticas que se atenta a reflexividade em tais interlocuções e os aprendizados em campo sem cair em certa romantização descuidada de um princípio de horizontalidade nessa produção (PELS, 2014). Dito de outro modo, me atento a uma historicidade sobre quais "pessoas estiveram [historicamente] sujeitas ao escrutínio antropológico" (BURMAN, 2018, p.3, tradução nossa) e de quais modos, quais as relações estabelecidas ontem e hoje nessa produção e, principalmente, nos modos como tais interlocuções possam atuar menos como "objetos de estudo ou informantes" e mais como "pensadores críticos e *detentores de conhecimento*" (BURMAN, 2018, p.13, tradução nossa, ênfases nossas).

Com isso, me proponho a não perder de vista – também inspirada em Haraway, que cita o seguinte trecho, em uma de suas produções (HARAWAY, 2016, p.173) – a especificidade

dessas relações em suas implicações éticas e políticas relacionalmente emergentes (VAN DOOREN, p.60, 2014, tradução nossa, ênfases nossas):

> Tudo está conectado a algo que está conectado a outro algo. Enquanto nós, em última instância, estejamos conectados uns aos outros, *a especificidade e a proximidade das conexões importam – o que estamos conectados com e de que forma*. Vida e morte ocorrem no interior desses relacionamentos.

Nos atentamos, agora nas palavras da própria Haraway (HARAWAY, 2016 [2003], p.104, tradução nossa, ênfases nossas):

> Às histórias inescapáveis e contraditórias dos relacionamentos, relacionamentos co-constituídos *onde nenhuma das parcerias pré-existe a relação, e o relacionar nunca é finalizado de uma vez por todas*. Especificidade histórica e mutabilidade contingente operam por todo o caminho [*all the way down*]

Não se trata, portanto, de diluir tais fronteiras por completo, mas de propor jogar com seus limites sem perder de vista sua especificidade histórica e suas relações contingentes e, com isso, promover aberturas que permitam sua re/imaginação de modo responsável[212].

Digo, com isso, que o fato de ser uma travesti antropóloga em meio a um "campo trans*" menos diz sobre mim e minha pesquisa e mais sobre os modos como tais categorias e distinções são re/produzidas na própria produção antropóloga e científica a partir de tais dualismos. Conforme nos traz, mais uma vez, Cavalcanti, sobre sua experiência de campo como uma pessoa trans* (mas não apenas) (CAVALCANTI & SANDER, 2019, p.28-29, ênfases nossas):

> Antes, [tais experiências] mostram nossas *múltiplas localidades colocadas em jogo*. Localidades que estão imersas em processos de significação, práticas cotidianas de atribuir sentido que *não estão imunes às contradições da subjetividade e da identidade*.

De modo semelhante, Sofia Favero (2020) enfatiza as múltiplas posicionalidades de seu corpo travesti em campo, enfatizando seu aspecto relacional e histórico. A autora busca formas experimentais de trazer essa "autohistória" como "condutora de reflexões" sem perder de vista a "tensão vigente entre a sua *performatividade* (...) e o risco de sua *cristalização*" (FAVERO, 2020, p.20, ênfases nossas) – ou seja, de uma enunciação im/pessoal que abre também espaço para ambiguidades e contradições. Dizer isso, portanto, é escapar da noção de que expressar certos "marcadores" – incluindo aqui se afirmar travesti nos escritos acadêmicos – basta em si mesmo. É necessário observar os processos de emergência e re/produção de tais vetores nesses (e além desses) corpos e histórias, assim como os impactos dessas múltiplas posicionalidades

[212] Trouxemos uma reflexão próxima, no **Capítulo 2**, a partir dos estudos decoloniais/pós-coloniais/anti-coloniais. Essas discussões serão retomadas no **Epílogo** da dissertação.

em termos de métodos, éticas e das próprias possibilidades do que podemos apreender e compreender enquanto "campo".

Podemos ir além nessa reflexão e, inclusive, questionar os modos como operamos termos como trans*, travesti e transexual em nossos escritos e em nossas falas – nos efeitos e atenções que esses termos suscitam, primeiro, entre potências e limites, segundo, nos modos como outros termos ganham visibilidade ou não a partir de seus usos (ou não), e terceiro, conforme nos lembra Sedgwick em relação a categoria "homossexual", quais os interesses e co-relacionalidades que tais termos suscitam em seus acionamentos e re/produções (SEDGWICK, 2007 [1990], p.43, ênfases nossas):

> Muito além de quaiser efeitos capacitadoras, politicos ou cognitivos, nas pessoas que pretende descrever, a categoria nominativa do 'homossexual deixou redondamente de desintegrar-se sob a pressão de decadas e mais decadas, baterias e mais baterias de exposição desconstruitiva – evidentemente, não por causa de sua significação para aqueles a quem define, mas, em primeiro lugar, *por causa de sua indispensabilidade para aqueles que se definem contra ela*.

Como gosto de gritar (IAZZETTI, 2020), quando sinto que pesam sobre mim toda uma responsabilidade que deveria ser compartilhada, quando me sinto pressionada como fonte única de transformação em um espaço, que encarna uma diversidade e multiplicidade irredutível, quando me sinto aprisionada em minhas possibilidades de ação – "transitem vocês!".

5.3. Nós, ativistas, nós, que transitamos por instituições...

A existência de ações afirmativas para pessoas trans* na UNICAMP é um desejo de longa data que acompanha minha trajetória nessa universidade. Já no mestrado, nos desdobramentos do trabalho de campo que havia realizado na graduação, tive contato com universidades que já tinham adotado tais iniciativas – em particular a UFABC, no contexto paulista. Tal aproximação me permitiu o acesso a determinadas documentações estratégicas (propostas iniciais apresentadas por movimentos sociais e redes ativistas, por exemplo, que não estão disponíveis publicamente) e estabelecer diálogos sobre estratégias e dificuldades nos processos de reivindicação e implementação efetiva dessa demanda, tendo em vista suas possibilidades, obstáculos, e também armadilhas. Dito isso, me inseria não apenas em um contexto mais amplo de algum modo favorável – legal e politicamente – mas também em determinadas posições estratégicas nessas redes, que permitiam passagens entre os estudos e leituras que fazia, de um lado, e as chances de colocá-los "na prática" em mobilizações políticas no espaço onde cursava agora a pós-graduação, de outro.

Ao longo dos últimos anos, sinto que mudanças no clima político interno à própria UNICAMP foram também um objeto de questionamento e atenção. Ao final da graduação, acompanhei o advento de ações afirmativas para uma população negra e indígena na universidade em cursos de pós-graduação e, eventualmente, na graduação como um todo. Estive presente em parte das mobilizações e discussões que atravessaram esse processo, na greve geral que ocorreu na UNICAMP em 2016 – e, mais do que isso, tive contato próximo com pessoas que estiveram em sua linha de frente antes e depois desse evento. Conversando com estudantes e ativistas, recebi a informação de que as políticas afirmativas para pessoas trans* já haviam sido objeto de discussão naquele momento, mas que não chegaram a se desenrolar em uma proposição efetiva – talvez por falta de estrutura na formulação de pautas, por desmobilização ou por um cenário político desfavorável. As possibilidades ou não da implementação dessas políticas naquele momento ainda é objeto de debate – "seria ou não possível?" – mas, para além do plano hipotético, o fato e a história em questão é que, alguns anos mais tarde, tivemos um primeiro momento de implementação de políticas afirmativas para pessoas trans* em cursos e programas de pós-graduação da UNICAMP.

Histórias das ações afirmativas na UNICAMP

A UNICAMP tem um histórico particular de ações afirmativas dada a criação do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) em maio de 2004 – um Programa criado em meio a expansão de políticas de reserva de vagas e cotas pelas universidades públicas do país. Buscando aumentar o número de egressos de escolas públicas e, em seus termos, promover o "estímulo à diversidade étnica e cultural" (CONSU/UNICAMP, 2004), o Programa atuava como um sistema de bonificação, concedendo pontos adicionais na nota do vestibular. Seguia-se o princípio único da autoafirmação para autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPIs) e, para estudantes da rede pública, a exigência de ter cursado todo o ensino médio na rede municipal, seja ela estadual ou federal[213].

A UNICAMP também tem outro eixo de iniciativas nesse âmbito a partir da criação do ProFIS (Programa de Formação Interdisciplinar Superior), que teve sua primeira turma em 2011, sendo voltado a estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas de Campinas. O curso tem 120 vagas, caráter pedagógico interdisciplinar e dura dois anos. Estudantes com o

[213] Vale destacar a existência de dois colégios técnicos mantidos pela UNICAMP – o COTIL (Colégio Técnico de Limeira) e o COTUCA (Colégio Técnico de Campinas). Em 2020 foram aprovadas cotas para pessoas negras e egressos da rede pública nesses Colégios.

maior coeficiente de rendimento nas disciplinas obrigatórias escolhem o curso que desejam ingressar, até o preenchimento das vagas, que variam de uma a dez, a depender do curso.

Em 2019, após intensas mobilizações políticas, ocorreu um remanejamento nas formas de ingresso na instituição (CONSU/UNICAMP, 2017). Foram adotadas as cotas raciais, reservando 25% das vagas disponíveis para candidatos autodeclarados pretos e pardos, e é criado, no mesmo processo, o Vestibular Indígena. O exame, realizado em diferentes regiões do país, é específico para indígenas aldeados.

O PAAIS se mantém, mas passa a beneficiar também estudantes que cursaram todo o Ensino Fundamental II e ensino médio em escola pública. Houve ainda uma nova forma de ingresso, via olimpíadas e competições de conhecimento[214]. Além disso, mantêm-se a oferta parcial de vagas por meio do ENEM (que passa a não ser mais via SiSU, mas via edital interno da universidade[215]), e criam-se instâncias administrativas e burocráticas de acompanhamento do processo seletivo, com destaque a Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade. Ao mesmo tempo, o vestibular próprio da UNICAMP se mantém como a principal forma de ingresso e inclui, para os cursos de Artes Cênicas, Artes Visuais, Dança e Música, a realização de uma prova específica[216], inclusive para egressos do ProFIS.

Durante mais de uma década houve obstáculos na aprovação de ações afirmativas de reserva de vagas na graduação da UNICAMP. A existência do PAAIS era tida como suficiente por parte de órgãos decisórios de alto escalão para que a universidade tivesse um número razoável, tendo em vista o perfil da população brasileira como um todo, de estudantes negros, indígenas e egressos de escola pública. Uma série de produções acadêmicas (INADA, 2018; VENTURINI & FERES JÚNIOR, 2016) e mobilizações políticas questionaram esses dados, afirmando que os resultados promovidos pelo Programa eram insuficientes. Processos semelhantes ocorreram durante esse período em outras universidades estaduais paulistas, nominalmente USP (VENTURINI, 2015) e UNESP, que adotaram outros modelos de ação afirmativa tidas como insuficientes por ativistas e estudiosos no campo das políticas públicas, particularmente sistemas de bonificação de pontos, aqui alinhados a discussões que diminuem ou invisibilizam o impacto do racismo na própria constituição brasileira (ARAÚJO, 2019).

[214] Também conhecidas como "Olimpíadas Científicas", as Olimpíadas de Conhecimento ganharam força no Brasil a partir de 2005 com o surgimento da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, atrelada ao Governo Federal. Desde 2018 diferentes universidades públicas do país tem adotado premiações em Olimpíadas de Conhecimento como substitutas a exames vestibulares.

[215] Um movimento semelhante pode ser observado em outras universidades do país a partir do final da década, motivadas pela baixa adesão via SiSU, altas taxas de evasão e incompatibilidade entre os calendários do MEC e calendários internos às instituições.

[216] As provas de habilidades específicas são um debate a parte quando falamos sobre acesso à universidade – tanto pela sua necessidade ou não para cada curso, quanto para o recorte de raça e classe que, comumente, as provas implicam. Um marco importante no estado de São Paulo foi o fato da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)/USP ter deixado de adotar uma prova específica para ingresso, em 2016.

Como um todo, as universidades estaduais paulistas não acompanharam mudanças no perfil demográfico de estudantes de graduação e pós-graduação a um nível nacional. Enquanto as ações afirmativas já estavam vigentes a mais de uma década em estados como o Rio de Janeiro, as universidades estaduais paulistas permaneciam sem pró-reitorias responsáveis pela administração de ações afirmativas, por exemplo (MOYA, 2014). Embora haja mudanças significativas nos últimos anos, quando pensamos por exemplo na adoção de ações afirmativas em programas de pós-graduação na região Sudeste (VENTURINI, 2019), essas universidades ainda sentem o impacto de sua adoção tardia.

A tendência é isso se alterar tendo em vista as recentes mudanças nas formas de ingresso. Após um ano de aprovação das ações afirmativas de reserva de vagas na graduação da UNICAMP, o número de alunos autodeclarados pretos ou pardos aumentou de 23,9% para 35,1%, segundo dados da Comissão Permanente para os Vestibulares (COMVEST)[217]. Por sua vez, o índice de estudantes que vieram de escolas públicas passou de 49,2% para 47,9%. Mesmo assim, partindo dos mesmos dados, o perfil médio de ingresso permanece sendo de homens brancos, em média com 19 anos, que não trabalham. Do total de estudantes, 11% vieram de outros estados, ainda concentrando estudantes da própria Região Metropolitana de Campinas e do estado de São Paulo[218].

Alguns anos mais tarde, o número de estudantes trans* já era maior na UNICAMP, as políticas afirmativas para pessoas trans* se expandiam pelo país, e, em minha presença naquele espaço, percebia que a demanda por tais políticas direcionadas a uma população trans* aparecia cada vez mais presente na fala de discentes ao meu redor, no curso de ciências sociais. Aliado a documentação que tive acesso durante minha pesquisa e o contato com estudantes e ativistas envolvidas nesse tipo de mobilização – assim como a aproximação com docentes, que conheciam a pesquisa que estava desenvolvendo e se mostravam já favoráveis a uma possível reivindicação – senti que esse seria um momento oportuno para a proposição dessa iniciativa. Já havia sido representante discente suplente na Comissão do Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social (PPGAS) no começo do mestrado, mas esse momento foi marcado tanto pelo meu deslocamento à capital paulista (passando a residir em São Paulo) quanto pelo início da pandemia de COVID-19. Alguns meses mais tarde, apresentei enquanto ideia a demanda por políticas afirmativas trans* para a então nova representação discente do PPGAS, que

[217] As estatísticas estão disponíveis em: http://www2.comvest.unicamp.br/estatisticas-comvest.
[218] No vestibular de 2019, a prova passou a ser realizada também em Curitiba e Salvador (somando a Belo Horizonte, São Paulo, Brasília e Fortaleza, além de diferentes municípios paulistas).

prontamente abraçou a proposta. Enquanto representação discente, tivemos a oportunidade de trazer essa demanda em uma reunião da Comissão de Pós-Graduação que discutiria os editais de seleção para o ano de 2021, e a proposta foi aprovada unanimemente pelo corpo docente. Esse fato não exclui as disputas e tensões desse e outros processos – assim como observamos anteriormente, na UFABC. Nesse caso, tais embates envolvem a própria complexidade interna da configuração departamental, onde ter um apoio da "maioria" não necessariamente é sinônimo de sucesso da reivindicação, considerando que há hierarquias internas a esses espaços decisórios (baseadas, por exemplo, no tempo na docência e nos cargos ocupados).

O documento apresentado à docência e coordenação do Programa foi inicialmente baseado na documentação que tive acesso em minha aproximação com estudantes e ativistas da UFABC. Tal documento foi adaptado para o contexto da UNICAMP a partir dos dados que havia coletado em minha pesquisa de graduação e pós-graduação – tendo em vista, mesmo que de modo ainda esboçado, um total de estudantes trans* na instituição. Reforçamos, ainda, certa concentração desse total no curso de ciências sociais da UNICAMP – onde, a partir do contato diário com essas pessoas, sabia que muitas delas tinham na antropologia um interesse de estudo (e, com isso, de um posterior ingresso na pós-graduação nessa área). Também procuramos nos atentar às particularidades da disciplina antropológica, nas relações que tecemos entre "objetos" e "sujeitos" de conhecimento e no potencial transformador de nossas "crises modernas"[219]. Por fim, coletamos assinaturas de estudantes trans* da universidade a partir das redes tecidas ao longo dos anos, em grupos majoritariamente online, de coletivos trans* da região (tal como o TransTornar), e, por fim, de estudantes do PPGAS/UNICAMP naquele momento. Citamos, por fim, alguns precedentes internos – tal como a fixação de placas em respeito a autodeterminação de gênero nos banheiros públicos do IFCH/UNICAMP em 2017, e o advento do nome social nessa universidade em meados dos anos 2010. Incluímos aqui informações relativas aos exames vestibulares da instituição, de um lado (obtidos em notícias e reportagens online) e, de outro, dados obtidos a partir das aproximações com redes transcentradas na universidade que nos permitiram estabelecer um primeiro momento de estudantes solicitantes do nome social ingressando na graduação (2016) e se formando na pós-graduação (2018).

Além desses dados específicos – em nossa própria contra-/produção de dados – baseamos esse documento em determinados princípios legais. Inspirado no documento obtido na UFABC, definimos "identidade de gênero" a partir dos Princípios de Yogyakarta (2006),

[219] Faço referência aqui ao escrito clássico de Lévi-Strauss (1962), que demarca uma "crise moderna" na antropologia quando então "nativos" (no caso, populações indígenas) passam a escrever, por si mesmos, relatos etnográficos e antropológicos.

que atrelam, conforme vimos no primeiro capítulo, os direitos de uma população trans* aos direitos humanos. Também ressaltamos índices de violência envolvendo pessoas trans* a partir de dados supracitados, no primeiro e segundo capítulo, da ANTRA, IBTE e outras ONGs e coletivos protagonizados por pessoas trans*, além dos poucos dados existentes produzidos pelo Estado naquele momento. A partir de relatório produzido pelo IBTE (2019) também citamos a necessidade do advento de direitos e ações afirmativas tendo em vista o direito à educação, garantido pela Constituição Federal Brasileira, e as sucessivas violações contra uma população trans* no que se refere ao acesso à educação formal, também no âmbito dos direitos humanos.

Desde um primeiro momento o documento já apresentava uma proposta concreta de adoção de políticas afirmativas para pessoas trans*, e não foram necessárias revisões e reescritas posteriores. O PPGAS/UNICAMP já contava com políticas afirmativas para pessoas negras e indígenas (denominadas de "optantes") em dois modelos: no caso de pessoas negras, o processo seletivo era o mesmo da ampla concorrência, mas a nota de corte era reduzida (5, ao invés de 7), enquanto, no caso das pessoas indígenas, havia um processo seletivo paralelo. Em contato com ativistas dos movimentos negros e estudantes de Antropologia, e com base na pesquisa que já havia desenvolvido até então, analisamos dezenas de editais de pós-graduação que contavam com políticas afirmativas para pessoas trans* no país e tinham um modelo de implementação dessas políticas semelhante àquele adotado pelo PPGAS/UNICAMP. Assim, a proposta foi encaminhada junto ao edital de pós-graduação em Antropologia Social de outra universidade – a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em sua pós-graduação em Psicologia Social e Institucional – que possuía o modelo que consideramos mais próximo com aquele encontrado no PPGAS/UNICAMP e que, assim, gerava a possibilidade de criação de jurisprudescências.

Com isso, optamos, em nossa proposta, por criar uma nova modalidade de "optante" que se alinharia ao que era, até então, o processo seletivo para pessoas negras solicitantes de uso das políticas afirmativas do Programa. Nossa proposta, posteriormente acatada pelo Departamento, foi de criar uma vaga adicional no Mestrado e uma no Doutorado – seguindo o padrão mais usual que encontramos nos editais, de 1 vaga para estudantes trans* a cada 10 a 15 estudantes ao todo. Essa vaga seria direcionada especificamente à pessoas trans*. Leio de modo crítico a forma como alguns editais tendem a aglomerar várias "populações" em uma política de reserva de vagas unificada – por exemplo, reservar uma ou duas vagas para pessoas trans*, indígenas, quilombolas, e assim em diante. Compreendo que, com isso, perde-se a especificidade de cada um desses grupos sociais – que é, necessário, inclusive, em mudanças substantivas no espaço da universidade que tais políticas almejam. Além disso, propomos ao

Programa que a vaga fosse extinta caso não houvesse candidaturas, o que tende a evitar certas situações equivocadas, ou mesmo casos de fraude, caso o "uso" dessa vaga acabe por benefício de determinadas pessoas não contempladas por essas políticas.

Optamos por utilizar o termo "pessoas trans", especificando-o, entre parênteses em: "travestis, transexuais e transgêneros" (também contemplando, no corpo do texto, identidades não-binárias), de modo a abarcar um número amplo de identidades trans*. O termo também parte da recorrência que ele tem ganhado em editais de pós-graduação com ações afirmativas para pessoas trans* no país (sendo utilizado o termo com ou sem asterisco, a depender do edital). Dada a inexistência de precedentes jurídicos nos editais que estudamos até então, optamos por criar uma proposta apenas baseada no princípio de autodeterminação de gênero, sem solicitar a criação de comissões de averiguação, embora entendamos que esse seja um ponto importante de acompanhamento da efetiva implementação dessas políticas (como vimos no primeiro capítulo).

Tal processo envolve uma declaração simples de que a pessoa assim se reconhece e compreende as consequências legais de fraudar essa política, sem haver a definição de uma ou outra identidade específica (tal como se autodeclarar "travesti", "transexual" ou "transgênero"), como ocorre em alguns dos editais analisados, de modo a se atentar a uma possível fluidez e interconexão dessas identidades. Chegamos a cogitar a possibilidade de breve escrita de uma história em vida – adotando o modelo que encontramos na UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), que prevê essa escrita em todas as modalidades de políticas afirmativas, junto a autodeclaração – mas, por fim, decidimos por manter uma paridade com as políticas já vigentes em nosso Programa.

Como última observação, ressaltamos que tal declaração deveria conter apenas o nome social da pessoa trans* inscrita – alguns programas ou cursos têm essa informação de modo vago na inscrição, ou mesmo exigem a escrita do nome de registro acompanhada do nome social, o que também consideramos equivocado, se não violento. Destaco aqui o edital de Sociologia e Direito da UFF (PPGSD/UFF, 2020), que conta com uma seção específica sobre o nome social, garantindo que candidaturas e estudantes trans* tenham seus nomes respeitados durante todo o processo seletivo e percurso no interior da universidade. Já posterior ao processo de implementação, vimos que a apresentação de documentação na inscrição poderia ser um impasse para candidaturas trans*. Com isso, solicitamos ao Departamento, no ano posterior (2021), que deveria estar presente no edital a informação de que candidaturas trans* poderiam se inscrever com o nome no qual se sentissem mais confortáveis, mesmo que ele não estivesse presente em todos os documentos apresentados (tais como diplomas e históricos escolares).

Ao mesmo tempo, em nossas conversas e trocas nesses enredamentos discentes e ativistas, enfatizamos alguns pontos de atenção na reivindicação dessas políticas. Um primeiro ponto de observação em nossa proposta foi o perigo das políticas afirmativas se constituírem como um "teto". Já havia sido alertada por um dos estudantes entrevistados que, ao prestar para um processo seletivo de pós-graduação com uma vaga específica para pessoas trans*, ele estava efetivamente competindo com todas as outras pessoas trans* inscritas, o que por vezes era mais competitivo do que prestar junto a ampla concorrência – e que também lhe gerava certa angústia de "pegar a vaga" de uma outra pessoa trans* que possivelmente estivesse numa situação de maior vulnerabilidade social. Naquele contexto, a vaga específica direcionada a essa população havia se tornado um teto – haveria no máximo uma, e apenas uma, pessoa trans*, anualmente, naquele curso. Em nossa proposta para a UNICAMP, demandamos que houvesse a possibilidade de remanejar solicitantes trans* de políticas afirmativas para a ampla concorrência, baseado em alguns dos editais que havíamos estudado. Assim, caso as notas de ingressantes trans* fossem superiores a 7, tais estudantes poderiam ser aprovados pela ampla concorrência e a vaga específica para pessoas trans* permaneceria aberta.

Outra observação importante foi o cuidado com as interconexões entre desigualdades sociais (tal como raça e classe) e o alcance efetivo dessas políticas. Não encontramos precedentes legais onde, por exemplo, uma pessoa trans negra poderia optar por se inscrever em duas modalidades de políticas afirmativas simultaneamente. Em termos práticos, tal pessoa acabaria por se inscrever em apenas uma ou outra modalidade durante a inscrição. Novamente, teríamos um problema semelhante àquele relatado pelo estudante que entrevistei, onde optar pela política afirmativa poderia, efetivamente, ser prejudicial – por exemplo, conseguir a aprovação na inscrição em uma modalidade, mas não em outra. Nossa solução encontrada – também em consonância com editais vigentes que tivemos contato – foi prever a possibilidade de remanejamento entre as diferentes modalidades de política afirmativa, ou seja, caso a vaga específica para pessoas trans* já estivesse preenchida, uma pessoa trans negra poderia ser realocada para a modalidade específica para pessoas negras. Compreendemos que, assim como no caso de possíveis fraudes, esse seria um elemento importante de acompanhamento das políticas afirmativas após sua implementação efetiva, e que esse seria um processo contínuo – que, no momento inicial de reivindicação de direitos, trazia alguns limites do que era possível de traçar naquele contexto, sem perder de vista objetivos futuros e a atenção a algumas armadilhas e desafios nesses processos.

Os efeitos na implementação de políticas afirmativas para pessoas trans* no PPGAS/UNICAMP foram rápidos na universidade, inclusive extrapolando o espaço do IFCH.

Recebi diversas mensagens de estudantes de outros programas e cursos de pós-graduação da universidade naquele momento, e participei de uma série de eventos como debatedora. Duas dessas mobilizações protagonizadas por estudantes e ativistas tiveram efeitos diretos já na passagem de 2020 para 2021, incluindo ações afirmativas para pessoas trans* em seus editais.

O primeiro deles é a Faculdade de Educação (FE). A FE/UNICAMP já apresentava um conjunto amplo de ações afirmativas, incluindo também pessoas com deficiência em sua reserva de vagas, estando em um contexto institucional comumente favorável à adoção dessas iniciativas, quando pensamos no histórico interno dessa universidade. O documento enviado ao PPGAS/UNICAMP foi encaminhado para estudantes e ativistas envolvidos na reivindicação das políticas afirmativas trans* no interior da FE/UNICAMP, que ampliou ainda mais essa primeira proposta. A carta apresentada ao Programa incluía ainda uma listagem de eventos promovidos no interior da Faculdade com temáticas trans*, dados obtidos via Andifes, e a assinatura de diversos centros acadêmicos e coletivos da universidade, incluindo coletivos negros e indígenas.

O segundo desses programas foi a pós-graduação em Multimeios, no Instituto de Artes (IA/UNICAMP), seguindo um modelo próximo daquele adotado pelo PPGAS/UNICAMP, a partir de distintas "modalidades". Antes da reivindicação um grupo de trabalho foi montado para discutir a proposta a ser encaminhada. Um elemento interessante, nesse caso, está no fato de que não apenas vagas para pessoas trans* foram reivindicadas e aprovadas nesse momento, mas também a reserva de vagas para pessoas negras e indígenas, o que nos explicita uma concomitância desses processos sob uma perspectiva interseccional.

Para facilitar ainda mais a circulação desse conhecimento acumulado e sistematizado de uma amálgama de referências, o documento apresentado para o PPGAS/UNICAMP foi reformulado, primeiro, de modo a preservar a identidade das pessoas que o assinaram, e, segundo, de modo a enfatizar questões mais amplas mobilizadas nessas políticas, tais como os dados gerais produzidos no interior da UNICAMP e as bases legais nos direitos humanos. Tal documento tem circulado por redes inclusive para além da UNICAMP, chegando em universidades públicas e privadas. O documento está disponível ao final dessa dissertação no **Apêndice 3**, e segue em suas circulações por entre instituições.

Mudanças também têm sido geradas no interior do próprio PPGAS/UNICAMP, inclusive para além das especificidades de demandas trans*. A implementação de ações afirmativas para pessoas trans* nesse espaço catalisou e re/viveu antigas discussões sobre o alocamento de bolsas a partir de um critério de renda e/ou a partir da interconexão de eixos de diferenciação e desigualdade (tal como gênero, raça, etnia, classe, maternidade,

territorialidade...). A partir de 2021 foi implementado um novo modelo de alocamento, levnado em conta uma série de fatores socioeconômicos na trajetória de cada estudante (e, portanto, a necessidade ou não da bolsa de estudos), incluindo a identidade de gênero.

Sigo por outros caminhos desde então, nesses emaranhados de uma trajetória im/pessoal – em 2021 passei a integrar a Comissão Assessora de Política de Combate à Discriminação baseada em Gênero e/ou Sexualidade e à Violência Sexual, criada em abril de 2019 (UNICAMP, 2019). A Comissão surge na esteira de outras iniciativas na universidade de combate à violências, incluindo, nesse caso, gênero e sexualidade, e, em outras comissões assessoras ligadas a Diretoria Executiva de Direitos Humanos da UNICAMP, temáticas como acessibilidade, diversidade étnico-racial e refúgio.

Tive contato com respostas positivas após o processo de implementação de políticas afirmativas de reserva de vagas em nosso Programa. Recebi mensagens de pessoas trans* de diferentes regiões do país que buscavam retornar ao ensino superior após o egresso da graduação motivados pela criação dessas políticas, além de pessoas que tiveram seu interesse pela antropologia social despertados a partir dessa iniciativa. Esses relatos nos trazem a força dessa medida não apenas nessas trajetórias educacionais trans* a partir da abertura de um campo de possibilidades legal (re/pensando histórias e afetos), mas também a própria riqueza de conhecimentos – a partir de distintas experiências – que a criação de tais políticas possibilitam ao próprio Programa e o que lhe excede (ou seja, na universidade como um todo, e potencialmente além desse espaço, em seu impacto político e social).

Outro desdobramento importante dessas movimentações – em um convite feito em boa hora por um colega de pós-graduação – foi na co-fundação do Coletivo Leilane Assunção, que por ora se concentra em promover medidas de acolhimento para estudantes de grupos historicamente marginalizados da universidade no ingresso em programas de pós-graduação do IFCH/UNICAMP. Embora tais ações estejam ainda nos planos e o coletivo esteja ganhando forma, acho interessante pontuar essa história – não apenas para deixar uma ponta solta para seu/s futuro/s – mas para demarcar possíveis respostas a ausências e desigualdades que percebemos ao longo desse processo de implementação – por exemplo, nos modos como o manejo da papelada necessária para o ingresso, o conhecimento da disciplina antropológica e o encontro com possíveis orientações perpassava uma série de desigualdades regionais, afetando diretamente estudantes de outros estados, que muitas vezes se viam isolados nesses processos, tateando aproximações a partir de enredamentos ativistas sem vínculos institucionais. O coletivo também tem se tornado um pólo na reivindicação de políticas afirmativas para pessoas trans* em programas de pós-graduação da UNICAMP, e também na USP.

Ao mesmo tempo, notamos hoje certa blindagem institucional que não observávamos ainda em 2020. Conforme pontuei, a demanda naquele momento partiu diretamente da representação discente ao Programa em questão, sua docência e coordenação. Hoje, no entanto, observamos que ao levarmos a demanda por políticas afirmativas para pessoas trans* devemos passar por outras instâncias burocráticas – comissões, grupos de trabalho, e assim em diante, que tornam esse processo moroso e, por vezes (intencionalmente ou não) tendem a desmobilizar as pessoas envolvidas. Além disso, percebo, hoje, que o que está em jogo na oposição a existência de tais políticas afirmativas não é necessariamente as políticas afirmativas em si mesmas – que, por si só, podem ser, inclusive, um tipo de marketing institucional e possível abafamento de demandas por transformações substantivas (no argumento de que tais políticas "já existem")[220] – mas do que tais reivindicações e mobilizações podem suscitar, tal como mudanças no alocamento de bolsas, tensões na produção de conhecimento acadêmico, e assim em diante.

Além disso, enfatizo que nem todos esses desdobramentos foram "bem sucedidos". Embora não tenha tido contato com reivindicações no interior da UNICAMP negadas pelos Departamentos em questão no que se refere a reserva de vagas para pessoas trans*, houve momentos de desmobilização posteriores. Momentos onde uma faísca de mobilização política surgiu – na criação de grupos ou mesmo no esboço de uma escrita dessas propostas – mas que não tiveram continuidade nesse primeiro momento. Assim como pontuei anteriormente de um primórdio de debate desde as mobilizações de políticas afirmativas para pessoas negras e indígenas na graduação e pós-graduação na UNICAMP em meados de 2016 – onde pautas relativas a ações afirmativas para pessoas trans* acabaram por "não irem para frente" – tomo essa como outra anedota dos percursos imprevisíveis dessas muitas histórias das mobilizações políticas e da reivindicação de direitos em instituições de ensino superior.

5.4. Nós em nós

Cada um desses segmentos de escrita – dessas histórias – assumem tons diferentes, mas produzem, entre si, ruídos e ressonâncias, entre aproximações e distanciamentos. Falam, para utilizar um termo de Anzaldúa, em línguas (2000 [1981]) – de uma unidade múltipla sensível, subjetiva e coletiva, que, para utilizar mais um termo da autora, adota o chamado Coyolxauhqui como (ANZALDÚA, 2009, p.122, tradução nossa, ênfases nossas):

[220] Esboçamos essas reflexões no **Primeiro Interlúdio**, ao versar sobre "diversidade", e no **Primeiro Capítulo**.

> Símbolo do processo necessário de desmembramento e fragmentação, *e de ver a si ou as situações que você está envolvida de modo diferente* (...) símbolo de reconstrução e reenquadramento [*reframing*], que permite colocar as peças juntas de um novo modo (...) *o processo de fazer e desfazer*. Nunca há uma resolução, apenas o processo de cura

Trabalhamos, com isso, com um "nós" complexo (DE LA CADENA, 2019). Tomo a imagem utilizada por Haraway (2016) das camas-de-gato, compostas de pelo menos dois apêndices, que se movem e se transformam em novas imagens. Novos apêndices podem se juntar, passando de mão em mão. Com isso, a transformação provocada pelo movimento de uma parte gera efeitos para outra – cabe, portanto, a atenção às novas imagens produzidas. Há tipos diferentes de nós, mais frouxos ou robustos, e portanto, os nós são geradores de efeitos e conexões possíveis também diferentes[221]. Quando falo em "nós" enuncio algum tipo de nó possível, mesmo que temporário e frágil, estratégico, sem saber bem sua origem, mas que importa em seus efeitos (sua ordem, sua forma, suas imagens...): temos os nós já feitos, e somos movidas a pensar em outros nós possíveis, enquanto abertura a possibilidades outras frente a conexões e alianças emaranhadas nesses nós.

Aqui, esses são "nós" habitados por "pesquisadoras pesquisadoras" (VERGUEIRO, 2015), nós habitados em um entre-mundos, na medida em que um "mundo trans*" permanece, em grande medida, apartado de um "mundo acadêmico" e "universitário" (BETTCHER, 2014). Em um nós habitado nos meandros da teoria e da prática, academia e ativismo – nas tensões produtivas entre feminismo/s e antropologia/s, parafraseando Strathern (2009 [1987]).

Uma das implicações de se propor a isso está em operar – ou, talvez, viajar (HARAWAY, 2004 [1992]; LUGONES, 2003) – em diferentes escalas. Versamos aqui sobre macro movimentações políticas e legais a nível federal e estadual – as possibilidades que emergem na circulação de saberes e documentos entre universidades, ou nos modos como certo período eleitoral pode impactar as relações domiciliares. Temos um emaranhamento e uma retroalimentação não-cíclica com as miudezas das práticas cotidianas e de manejos aparentemente banais – seja nesses espaços decisórios, a partir de diversas redes, seja em uma trajetória im/pessoal, política e afetiva, que se revela maior que si mesma pois, contém, em si, isso que é tido enquanto macro.

Outra implicação nesse processo é dizer que nem todo nó é amarrado da mesma forma – e, da passagem de apêndice em apêndice, devemos enfrentar seus efeitos. Versando sobre

[221] Minha leitura das "camas-de-gato" harawayianas é diretamente inspirada na leitura de Isabelle Stengers sobre sua obra (2019). O termo "abertura" também faz referência indireta à produção dessa autora.

"linhagens" (e, portanto, na passagem de gerações no interior da academia[222]), Stengers e Despret (2015) ressaltam os modos como o ingresso de mulheres na universidade foi comumente tida como uma "queda do padrão [de excelência]" estabelecido até então. Com isso, a mensagem era de que "você é bem-vinda e sua presença é normal, porque nós somos 'democratas', mas nos nossos termos, *de modo que nada mude*. Você é bem-vinda *desde que você não erga a voz, desde que você não faça barulho* [*make a fuss*] (STENGERS & DESPRET, 2015, p.17, tradução nossa, ênfases nossas).

A partir de fala de Maria Clara Araújo, Besen (2018) destaca os modos como a "disciplina [antropológica] também foi responsável pela criação dos corpos trans enquanto abjetos sociais e sexuais" – ou seja, se trata de um "campo de estudos sobre a transexualidade e travestilidade que *deve ser revisto e reparado*" (BESEN, 2018, p.49, ênfases nossas). Lembro da fala de Amara Moira de que a academia a aceitou trans, mas não feminista – "trans e até puta, mas não militante" (MOIRA, 2016) – ou seja, onde não apenas a identidade de gênero está em jogo, mas a possibilidade de se posicionar politicamente, de "fazer barulho". Lembro, ainda, dos modos como a disciplina antropológica (DOMINGUES, 2018, p.306, ênfases nossas):

> *Protagonizou um vergonhoso movimento contra as cotas* (...) que não busca dividir os espaços da academia com os povos que lhes bancam os seus salários de pesquisadores, que lhes fornecem as informações que se transformam em monografias, dissertações, teses de doutorado e conferem prêmios àqueles que a època do *boom* das cotas viraram as cotas para o movimento negro.

Retomo, por fim, a provocação de Vergueiro (2018, p.22, ênfases nossas): "O texto acadêmico se dirige às pessoas trans (...) ou se restringe a falar sobre elas, *supondo (e produzindo) nossa inexistência na academia?*". A autora traz o relato etnográfico de um antropólogo que se surpreende com o fato de que uma das travestis que pesquisava em sua etnografia tinha uma biblioteca em sua casa (inclusive livros antropológicos) – se nem leitora ela aparenta poder ser, poderia uma travesti ser a própria antropóloga? Poderia essa transpóloga fazer barulho? Operamos em "nós" em meio a complexidades, ambiguidades e contradições, sempre imersas na passagem de apêndice em apêndice (e, portanto, em seus efeitos) em suas densas historicidades, incluindo aqui seus não-ditos e seus fantasmas.

Linhagens infiéis, portanto – de modo que tomamos a inserção nessa (e além dessa) produção enquanto estratégica na análise e no combate a essas desigualdades (VERGUEIRO, 2015) (embora não apenas), e que reconheçam de modo responsável nossas posicionalidades –

[222] Faço aqui um jogo distinto de sentido nas "gerações" (e linhagens) que pontuei anteriormente de pessoas trans* dentro e fora da universidade, no começo desse interlúdio.

incluindo a inserção em múltiplas, mas sempre conectadas, linhagens[223]. Com isso, nos re/conectamos com e complexificamos as interconexões e alianças a partir de eixos de diferenças e desigualdades historicamente contingentes e relacionamente emergentes. Frente as reflexões postas até então, temos, com isso, um movimento final desse interlúdio rumo a nosso terceiro e último capítulo, onde enfatizaremos as transições e trajetórias de estudantes trans* na (e além) da universidade, atentos a seus agenciamentos, limites e desafios, de nós em nós, e em suas próprias im/pessoalidades.

[223] Retomaremos essa discussão no **Epílogo** da dissertação.

TERCEIRO CAPÍTULO

Ambivalências da universidade e seus enredamentos

"É difícil para os funcionários universitários [university staff] aceitarem que nossas queridas instituições fariam algo do tipo, que nosso próprio trabalho regular tem resultados desprezíveis. No entanto, não podemos ignorar as desigualdades atribuindo-as a causas externas. Podemos não intentar injustiça, mas a universidade coletivamente a produz, e devemos assumir nossa parcela de responsabilidade por ela"

– Raewyn Connell (CONNELL, 2019, p.110, tradução nossa)

TERCEIRO CAPÍTULO

6.1. “Esse espaço não foi feito para nós”

No capítulo anterior, complexificamos uma leitura histórica linear e progressiva das relações estabelecidas entre (uma) população trans* e (um) Estado, em suas multiplicidades. A chave teórico-política da interseccionalidade, um dos pilares desta dissertação, se adensou e se conectou ao debate trazido anteriormente a partir de trabalhos na antropologia do Estado e nos estudos sociais de ciência, o que retomaremos em mais detalhes nesse capítulo e no Epílogo que o sucede. Além disso, partimos da atenção a escalas mais amplas, a nível nacional, para estudos de casos e relatos etnográficos que nos abrem espaço para observar também as miudezas do cotidiano ao longo dessas trajetórias e os meandros das complexidades do/s próprio/s espaço/s da universidade.

No interlúdio entre este e o capítulo anterior, partimos de um relato im/pessoal que nos traz uma breve etnografia do dia-a-dia de estudantes trans* na e além da universidade, e nos modos como as reivindicações de direitos – no caso, o advento de ações afirmativas – foram e são operadas em determinados contextos, além de fazermos algumas considerações sobre a posicionalidade dessa corpa (travesti, mas não apenas) em campo.

Esboçamos, ainda, o conceito de “transições”, jogando com a extrapolação de uma trajetória individualizada e linear de percursos de vida trans*, outro pilar central desta dissertação, e que ganhará novos contornos nesse terceiro capítulo. Aqui, enfatizaremos as práticas cotidianas de estudantes trans* no/s espaço/s da universidade a partir de suas dinâmicas e densidades internas. A ênfase nos agenciamentos deve levar em conta seus limites e desafios, compondo campos de possibilidade de ação desigualmente constituídos. Com isso, a interseccionalidade surgirá na atenção aos modos como diferenças e desigualdades são re/produzidas no interior dessas relações, sem perder de vista as linhas de fuga que surgem nesse e além desse espaço, destacando os enlaçamentos de/entre estudantes trans* e os efeitos e transformações possíveis a partir da presença desses corpos e histórias heterogêneas.

Enquanto no Primeiro Interlúdio nos atentamos analiticamente a aspectos legais e, em termos de trabalho de campo, às facetas administrativas e burocráticas da instituições universitárias, nesse capítulo destacaremos os modos como a universidade surge de modo ambivalente nos relatos de estudantes trans* – entre adoecimento e cura, perigos e potências – enfatizando etnograficamente as relações de estudantes trans* com o ambiente escolar e o ambiente familiar consanguíneo a partir dos relatos de suas trajetórias, e nos modos como escola

e família atuam como eixos de diferenciação e desigualdade no que se refere ao acesso e permanência de pessoas trans* no ensino superior público.

Me inspiro aqui em Dean Spade (2015) ao versar sobre uma passagem analítica e política entre "direitos" e processos de "responsabilização". Spade versa sobre os limites de uma estratégica política que mobiliza majoritariamente uma reforma legal, de modo a perder de vista as formas como, histórica e contemporaneamente, as próprias leis foram (e são) mobilizadas na re/produção de desigualdades e violências, o que o desloca, analitica e contra-analiticamente, do colonialismo ao abolicionismo penal. No contexto que operamos aqui[224], embora a discussão sobre direitos seja fundamental, é necessário adensá-la, pensando em alguns passos além de sua reivindicação e implementação efetiva, de modo a abrirmos, efetivamente, a entrada de novos corpos, histórias e epistemologias no espaço da universidade, reconhecendo e atuando sobre processos complexos de exclusão e invisibilidade em sua dimensão contingente histórica e em seus efeitos cotidianos de re/produção, e, em suas fricções, também de suas possibilidades de deslocamento, re/imaginação e re/configuração.

Ainda em meados de 2017 – no começo de minha pesquisa de iniciação científica – acompanhava a mesa de abertura do que era o primeiro evento de larga escala sobre temáticas trans* na UNICAMP, a Semana da Visibilidade Trans[225]. Tendo como mote a frase "porque a UNICAMP não tem nome social?", a mesa de abertura do evento foi composta por estudantes trans* de diferentes áreas do conhecimento (exatas, humanas e artes) e por uma estudante descrita como uma estudante "cis aliada", que pesquisava naquele momento aspectos legais relacionados à uma população trans*[226]. Embora tenha sido implementado na UNICAMP alguns anos antes, na passagem de 2012 para 2013, o nome social apresentava ainda uma série de inconsistências práticas na universidade – o que, conforme vimos ao longo dos últimos capítulos e interlúdios, não era algo exclusivo desse espaço.

No evento, foram enfatizados, em grande medida, ditos "relatos em primeira pessoa", onde estudantes trans* traziam suas experiências em seus cursos e em sua trajetória naquele espaço, muitas vezes contestando narrativas produzidas pela institucionalidade universitária. Assim como em outros eventos que acompanhei posteriormente, a mesa de abertura da Semana

[224] Spade, por sua vez, versa principalmente sobre leis e processos de criminalização "anti-LGBTfobia" pelo mundo. Ao mesmo tempo, assim como Spade, procuro destacar qual é essa população-alvo de direitos, primeiro, e, assim como Spade, não abandono sua reivindicação estratégica, mas enfatizo alguns de seus limites e armadilhas.

[225] Citei anteriormente a Semana no **Segundo Interlúdio**.

[226] Desenrolo esse e outros relatos mobilizados nesse capítulo no artigo "Direitos humanos em pajubá?: Controvérsias, enquadramentos e agenciamentos no acesso e permanência de pessoas trans* no ensino superior público" (IAZZETTI, 2021).

enfatizou o que eram descritas como transfobias institucionais, principalmente na denúncia pública de inconsistências da universidade no manejo frente a demandas de estudantes trans*, que geravam entraves na permanência, tais como problemas práticos na implementação do nome social e constrangimentos dentro de sala de aula. Ao mesmo tempo, havia um aspecto propositivo nesse e em outros eventos realizados na Semana, demandando melhorias nesses direitos e políticas, assim como almejando seu aprimoramento e a criação de novas iniciativas, tais como a fixação de placas nas portas dos banheiros da instituição (reconhecendo a identidade de gênero de pessoas trans*) e a demanda pelo advento de ações afirmativas na graduação e na pós-graduação. Naquele momento, ainda em 2017, tais demandas se imbricavam ainda mais pela baixa quantidade de estudantes trans*, e pela escassez de outras referências legais e políticas na mobilização desses direitos. Lembro, com isso, da fala de um dos estudantes trans que compunham a mesa: "esse espaço [da universidade] não foi feito para nós".

Além de um princípio de inserção na pesquisa, naquele momento também engatinhava em minha afirmação pública como uma pessoa trans, ganhando, pouco-a-pouco, intimidade com estudantes trans* da UNICAMP e outras universidades. Percebia que, assim como eu, grande parte de estudantes que conhecia nesses espaços haviam se afirmado publicamente enquanto pessoas trans* após o ingresso no ensino superior público. Nessas conversas cotidianas, ouvia relatos de uma universidade ambivalente, marcada não apenas por processos de transfobia institucional e chances de melhoria no manejo das demandas levantadas por estudantes trans*, mas também por possibilidades de experimentação em termos de gênero e de um distanciamento de espaços que antes geravam obstáculos em uma possível afirmação pública como uma pessoa trans* e na realização de determinadas mudanças corporais.

Diversas produções têm versado, de modos distintos, sobre as ambivalências e ambiguidades que permeiam a entrada de grupos historicamente marginalizados na universidade e na academia, conforme afirma Coacci (2018, p.235-236, ênfases nossas):

> Assim, *academia é uma categoria que ganhou uma ambivalência*, ora era vista como o lugar da opressão, principalmente *quando inserida em uma posição oposta* à categoria movimento social, ora era vista como o *lugar da emancipação*, principalmente nos momentos que demarcavam a entrada de pessoas trans na universidade.

Por sua vez, em sua tese de doutorado "A gente não é só negro!", Stephanie Lima (2020) acompanha coletivos jovens negros em diferentes universidades do país, através do relato de suas e seus integrantes. Se, por um lado, processos de "adoecimento" associados ao racismo e a LGBTIfobia institucional são enfatizados nas falas de estudantes, em outros momentos a universidade emerge como um lugar de encontro, inclusive na possibilidade de enlaçamentos

em coletividades com base em identidades comuns e esforços na construção de pedagogias políticas, onde tais estudantes acessam e mobilizam discussões sobre questões de desigualdades sociais, particularmente sobre racismo, e re/interpretam suas próprias experiências de vida antes e após o ingresso na universidade – discussão que Lima mobiliza a partir de Neusa Santos Souza (1983) e seu debate sobre "tornar-se negro", além de um "tornar-se militante", sempre tendo em vista as complexidades constitutivas da raça e do racismo no contexto brasileiro.

Lima se atenta, também, às diferentes desigualdades que permeiam esses relatos, inclusive numa dimensão afetiva. O "afeto" é uma categoria mobilizada comumente em suas interlocuções ao relatarem suas trajetórias e suas relações com o espaço universitário e, sob uma perspectiva que podemos aqui denominar de interseccional, atua também como uma categoria analítica para pensarmos os modos como tais afetos são diferentemente e desigualmente constituídos e distribuídos.

A dimensão do "afeto" e alguns caminhos possíveis

Conforme pontuado, "afeto" atua como uma dimensão inicialmente êmica em Lima (2020), mas que tende a ganhar contornos analíticos ao longo da escrita, de modo a produzir conexões possíveis com campos variados de pesquisa – surgindo nos entrelaçamentos com "emoções", "sentimentos" e "cuidado". Assim como outras categorias que mobilizo nessa dissertação, atuamos aqui em uma região fronteiriça entre o que tende a ser chamado em certa produção antropológica de "êmico" e "analítico", conforme descrevi em mais detalhes no Interlúdio anterior.

Dito isso, o termo "afeto" nos possibilita uma série de conexões teóricas (e políticas) possíveis, que inclusive escapam o que posso aqui delimitar. "Afeto" foi recorrentemente citado ao longo do meu próprio trabalho de campo, tanto dentro quanto fora da universidade, em contornos explicitamente políticos – a busca pela promoção de "afetos" entre corpos historicamente marginalizados, que tiveram esses mesmos "afetos" negados – por exemplo, quando falamos da solidão compulsória de travestis (ARAÚJO, 2018). Embora seu uso tenda a ser positivado em campo – compreendendo o "afeto" enquanto uma dimensão potencialmente transformadora, politicamente – considero que o termo nos leve, no sentindo de um "afetar-se", a questionar as distribuições topográficas desses afetos e afetações – incluindo aqui a raiva, o cansaço, a solidão, o medo... – e nos modos como encontros, re/encontros e des/encontros promovem sentimentos e sentidos em dimensões subjetivas e sensíveis.

Assim, tendo a me aproximar por vezes de certa produção feminista (Ahmed, 2012, por exemplo) que toma o "afeto" e o "afetar-se" [*affect*] enquanto uma categoria analítica, embora não me adentre com muita profundidade nesse debate ou me alinhe explicitamente a essa produção –

o que, a meu ver, me desloca também a possibilidades de conexão outras, tal como a antropologia das emoções (inspiração de algumas das obras citadas até então, principalmente no campo dos ativismos e movimentos sociais) e produções que tomam o "sensível", o "sentir" e a "sensibilidade" enquanto eixos de análise, para além da subjetividade (tal como a produção harawayiana, que cito em diversos momentos). Há um jogo interessante de tradução, aqui, entre *affect* e *affection* – que, compreendo, mais do que uma "perda" na tradução, como um potencial de conexões outras.

Um desses nomes, no interior dos estudos feministas de ciência, é Isabelle Stengers (2018) – que nos propõe a desacelerar a racionalização [*slow down reason*] e permitir que o "se afetar", em seu ato de coragem, ressoe de tal modo que desestabilize relações anteriores e possibilite a criação de nova conexões. Há, com isso, uma "afirmação especulativa de que *as coisas podem ser de outro modo*, mas serão de outro modo apenas se nós aprendermos a cultivar a arte de sermos afetadas pelo que aprendemos a ouvir, e a *pensar com* – não sobre – o que nos afeta" (STENGERS, 2019, p.18, tradução nossa, ênfases nossas). Ou, nas palavras de Favret-Saada – partindo de outro referencial teórico – "aceitar ser afetado supõe (...) que se assuma o *risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer*" (FAVRET-SAADA, 2005 [1990], p.6, ênfases nossas). Algumas décadas antes, Audre Lorde já versava sobre os modos como o afeto pode atuar como uma saída de certa circularidade do pensamento acadêmico, particularmente de um conhecimento dado de modo descorporificado – uma contra/análise (ou, diria uma, supra/análise), que se propõe a se abrir a outras possibilidades que caminhem com, mas não abandonem, uma racionalidade.

Dito isso, tomo o "afeto" enquanto um convite a pensar para além da inserção de relatos etnográficos, por exemplo, em sua inserção histórica e sua posicionalidade em uma arena política, pensando nos modos como tais relatos nos afetam (em termos de subjetividade e sensibilidade, e também de nossa produção antropológica enquanto projeto de conhecimento) e nos deslocam a re/imaginar nossas próprias categorias e conceitos (incluindo aqui "história" e "política") – "afetos", com isso, que atravessam imaginários, futuros, sentimentos e fantasmas (MURPHY, 2017).

Na etnografia de Lima (2020) muitas estudantes negras e negros cisgêneros e heterossexuais, de uma primeira geração de suas famílias na universidade, tem no âmbito familiar consanguíneo um elemento importante de sua vivência dentro da universidade, por exemplo, no ato de chamar sua mãe para participar de eventos acadêmicos. No caso de estudantes LGBTIs, no entanto, essa relação com a família por vezes atravessa pontos de disputa e tensão destacados pela autora a partir das entrevistas que realiza. A universidade surge nesses relatos como um primeiro espaço onde tais estudantes têm a possibilidade de

experimentar seu gênero e sua sexualidade de outras formas, quando comparado a um ambiente doméstico anterior muitas vezes restritivo ou mesmo violento. Assim, a contraposição entre um "mundo de origem" e o "mundo da universidade" surge de modo distinto a partir de tais eixos (LIMA, 2020, p.179, ênfases nossas):

> Dessa forma, *o mundo de origem aparece* [nos relatos de estudantes LGBTI] *como o 'lugar da repressão'*, onde não podiam se descobrir ou ser descobertos como LGBTI. *Em contrapartida, o mundo da universidade aparece como libertador*, onde se descobre 'sobre si e sobre a sexualidade'.

Ao longo da pesquisa, caminhei metodologicamente rumo as entrevistas após começar a perceber as complexidades dos relatos de estudantes trans* que havia tido contato em campo e nas minhas próprias relações interpessoais naquele e além daquele espaço. Até então, havia enfatizado etnograficamente o acompanhamento de eventos organizados por/para pessoas trans* no interior da universidade, que se complexificaram a partir dessas entrevistas[227]. Esse capítulo, portanto, parte desses desdobramentos.

Primeiro movimento: A universidade como possibilidade

6.2. "Referências" e "portos seguros" no acesso e permanência

A observação que tive nessas universidades por onde transitei, onde a maioria das pessoas trans* havia se afirmado publicamente desse modo ali, parece ser generalizável a outros espaços – ao menos em instituições de ensino superior público sem ações afirmativas em cursos de graduação e pós-graduação direcionadas a uma população trans*. Embora, novamente, dados sejam escassos aqui, a partir do relatório do IBTE (2019) citado anteriormente, temos a informação de que estudantes trans* no ensino superior muitas vezes interromperam seus estudos em algum momento, e pouco mais da metade da amostragem dessa pesquisa estuda e trabalha. Outros dados podem ser entrecruzados, como o alto percentual de solicitações de nome social no EJA (Ensino de Jovens e Adultos), conforme trouxemos no primeiro capítulo. A observação de que quanto antes a pessoa trans* se "assume" publicamente (ou sofre retaliações por certos comportamentos relacionados a leituras de gênero e sexualidade), mais difícil é a sua trajetória ao longo da educação formal, é um dado recorrente na produção bibliográfica brasileira e em outros relatórios e dossiês produzidos por ONGs e coletivos.

Grande parte das pessoas que entrevistei encontraram após o ingresso na universidade pública possibilidades de experimentação de seus corpos, e um espaço onde puderam afirmar

[227] No **Anexo 2** temos uma tabela com o momento e o local dessas entrevistas, em mais detalhes.

(e expressar) publicamente uma identidade de gênero não-cisgênera – mesmo que permeados por disputas e tensões internas. Trago aqui dois desses relatos:

> *A universidade foi um espaço onde consegui me assumir como uma pessoa trans*. De alguma maneira eu tive *recursos e possibilidades* de fazer isso na universidade. Só que ainda assim não vejo ser um espaço de total aceitação. Isso principalmente porque *são poucas pessoas* [trans na universidade] (Lia)

> Tem essa questão de como organizar a sua cabeça, de se entender como algo, *se você nem considera isso como* possibilidade (...) É difícil, quando você está sozinho no mundo, *criar um imaginário sobre o que está acontecendo, o que está acontecendo comigo* (...) depois que entrei [na universidade] encontrei... é muito engraçado, quando você está em um *ambiente menos repressivo*, *quando as pessoas estão se expressando mais*, colocando as intimidades pra fora, você tem maior clareza para pensar sua própria identidade (...) Morava com meus pais até mês retrasado.... enquanto eu tava na universidade na universidade *me senti mais segura em relação a externalizar o que tem dentro de mim*, eu vi as incompatibilidades com minha expressão pessoal, sei lá, e o que a família dentro de casa, me observando, colocava (Dan)

Enquanto Lia destaca os "recursos e possibilidades" de se "assumir" como uma pessoa trans* na universidade, Dan enfatiza os modos como a presença em um "ambiente menos repressivo", onde as pessoas parecem "se expressar mais", lhe permitiu maior visualidade de sua própria identidade de gênero, em contraponto a suas relações familiares e domiciliares, até então. Dois termos foram comumente acionados ao longo dessas e outras entrevistas com estudantes trans* – "referências" e "portos seguros", nos convidando a esboçar os primeiros debates conceituais desse capítulo.

Por vezes, a universidade atua, nessas trajetórias, como um encontro de "referências" antes ausente nos ambientes escolar e familiar – como é o caso de Dan. Dan havia, antes de seu ingresso no ensino superior, encontrado discussões referentes a gênero e sexualidade em redes sociais online[228], esboçando uma auto-afirmação como uma pessoa trans, embora ainda limitada a suas auto-reflexões. Ao longo de nossa entrevista, ele reforça a importância que foi encontrar esses debates presencialmente na universidade – tanto em sala de aula quanto em encontros promovidos por discentes. Em outros relatos, o encontro dessas "referências" parte de uma busca ativa nesse espaço, como é o caso de Ravi, também estudante de graduação, em um momento de efervecência em relação a sua auto-identificação como uma pessoa trans:

> O ápice foi quando eu enviei um spotted[229] chamando todas as pessoas trans pra bater um papo, assim, *'pelo amor de deus alguém me ajuda'*. Aí uma galera veio falar comigo e troquei uma ideia com um monte

[228] As fontes no interior da internet são as mais diversas. Ao longo das entrevistas foram citadas plataformas como YouTube, Twitter, Facebook e Tumblr.

[229] As páginas de "Spotted" existem em diferentes universidades pelo país. Elas são meios de envio e recebimento de mensagens anônimas, comumente de estudantes. Em grande medida, essas páginas tem mensagens de flertes (por exemplo, buscando saber quem era certa pessoa que estava em um lugar da universidade, em determinado

de gente, com vários recortes. Homens trans, mulheres trans, pessoas não-binárias, *acho que isso me enriqueceu bastante*

Associado ao encontro dessas "referências" estão os "portos seguros" – espaços de estabilidade e segurança tecidos na e além da universidade, e que fomentam a permanência. Afetos positivados podem ser produzidos nesses encontros, que muitas vezes entrecruzam momentos anteriores e posteriores ao ingresso no ensino superior, no re/encontro com antigos "portos seguros" e no encontro com novos, como é o caso de Rosa e do próprio Ravi:

Tem uma amiga minha que se identifica como não-binária... ela faz [o mesmo curso que eu]. (...) Pra mim *ela é meio que essa pessoa 'tá dando merda, preciso conversar com alguém'*. Ela é bem aberta pra ouvir, dar conselhos... (...) Meus amigos [do ensino médio] *eram um porto seguro* (...) Foi um baque bem grande, deixar 20 pessoas pra trás (...) Eu não conseguia ficar o final de semana aqui, [eu voltava para minha cidade natal] (...) *Isso mudou quando conheci pessoas LGBT, pessoas trans [na universidade].* Encontrar nos espaços um *lugar onde eu me sinta confortável*. Demorei pra achar mas achei (Rosa)

Eu namoro desde que entrei na [universidade]. Namoramos um ano, um ano e meio, e aí começou todas essas questões [de se assumir um homem trans]. E aí fiquei 'será que ela vai aceitar? O que ela vai pensar?'. Começou essa paranoia muito louca, né. *Mas no fim das contas ela é a pessoa que mais me apoia pra tudo*. Desde o começo sempre esteve ao meu lado... eu teria com certeza surtado demais se ela tivesse... não tivesse ali pra dar um norte, passar a mão na cabeça nos momentos de desespero. E acho que isso foi muito importante (Ravi)

Embora pontue as dificuldades de perda de seus antigos "portos seguros", Rosa traz em uma amizade tecida naquele espaço uma possibilidade de trocas e de abertura. Destacando um desconforto inicial, a estudante traz como o encontro com outras pessoas LGBT[230], principalmente outras pessoas trans*, promoveu um conforto em estar naquele espaço, mesmo que tal encontro não tenha sido uma tarefa fácil. Por sua vez, Ravi traz a importância de seu namoro – em seus elementos de carinho e apoio mútuo – na própria permanência na universidade ao se afirmar publicamente como uma pessoa trans. Assim, esse "porto seguro" atua aqui como um ponto de estabilidade em meio a possíveis turbulências dessas diversas transições e seus enredamentos. Tais pontos de estabilidade podem ser tanto relações tecidas antes no ingresso na universidade quanto relações tecidas ali com estudantes (cis ou trans*), docentes e funcionários, assim como as relações que a presença nos entornos daquele espaço promove (por exemplo, no deslocamento para outra cidade após o ingresso no ensino superior, como é o caso de Rosa).

momento) ou, por vezes, desabafos (por exemplo, relatos de solidão ou exaustão devido a falta de amizades na universidade, rotina cansativa de estudos etc.).

[230] Ao longo desse capítulo opto pelo termo "LGBT" dado que ele foi o mais usual nos relatos de campo.

Esse último ponto exige uma atenção especial quando falamos em ensino superior público (e mesmo em alguns exemplos no ensino superior privado), onde um "dentro" e "fora" espacial da universidade tende, muitas vezes, a se mesclar, se confundir e, no limite, se co-constituir. Essa é uma característica observada por Mael em nossa entrevista, quando versa sobre sua cidade natal, no interior nordestino:

> Agora tem uma federal lá, fora as universidades privadas... *a cidade virou uma cidade universitária*. Tem um bairro que chama 'cidade universitária'. Tudo foi consumido por jovens. (...) Agora tem uma rua que parece a Augusta[231], no meio de uma cidade do interior. Da última vez que eu fui... tem baladas LGBT, teve show da Danny Bond [cantora e compositora trans de pop e funk]! *E eu falei 'gente, a cidade foi consumida'.*

Embora Mael afirme que em sua própria universidade transformações no seu entorno não sejam percebidas de modo substantivo – além do fato de que muitas universidades públicas estarem passando por um processo de precarização desses espaços de convivência[232] – seu relato nos traz os modos como uma vivência universitária pode transformar toda uma região de seu entorno, o que diretamente impacta no encontro de tais "referências" e "portos seguros" naquele espaço – que, embora estejam presentes materialmente em um "fora", não estão isentos das relações com um "dentro", e vice-versa.

Tais "referências" e "portos seguros" também podem ser encontrados e tecidos em sala de aula. Lembro aqui do relato de uma das docentes trans* que entrevistei durante a pesquisa. Ela conta a história de uma estudante trans de sua universidade com risco de ser jubilada da instituição. A estudante, embora presente nas discussões em sala de aula, tendia a desistir das disciplinas em seus momentos finais, o que gerava um ciclo de dificuldades práticas – sua média reduzida de notas também dificultava o acesso a bolsas de pesquisa e de permanência, por exemplo. Essa docente afirma que foi a partir de seu contato com essa estudante, após ingressar como professora-pesquisadora nessa instituição, que ela passou a concluir as disciplinas e se encorajou a se formar – contando que a estudante em questão iniciou, inclusive, sob sua orientação, um projeto de pesquisa que em grande medida atravessa suas experiências como uma pessoa trans*. De modo semelhante ao que é relatado por Lima (2020), há um aspecto político-pedagógico no encontro dessas "referências" e da estabilização promovida, nesse caso,

[231] A Rua Augusta é uma via em São Paulo conhecida por sua vida noturna. Parte da rua (a chamada Baixa Augusta) tem uma forte presença de baladas e festas LGBTQIA+.

[232] Em minha própria experiência na universidade acompanhei processos de fechamento de espaços de socialização (tais como cantinas dentro da universidade) e proibição de festas no campus. Pesquisas mais amplas e direcionadas a essa temática têm sido feitas nesse âmbito – nos estudos sobre neoliberalismo e universidade (a exemplo de CONNELL, 2019) – enfatizando os modos como determinadas universidades pelo mundo passam por processos de privatização, inclusive em suas esferas de lazer.

por "portos seguros" transcentrados, que implicam aqui em um compartilhamento de experiências e a possibilidade de trocas horizontais.

Por sua vez, muitos dos homens trans e transmasculinos que conversei versaram, em suas falas nas entrevistas, sobre suas relações com as "masculinidades", que permeiam os encontros promovidos nesse e além desse espaço da universidade, permitindo a re/imaginação de trajetórias, corporalidades e possibilidades de vida, e questionamentos da posicionalidade política desses corpos e histórias. Conversei com um desses estudantes, Ravi, poucos dias após a realização de um evento protagonizado por pessoas trans* em sua universidade, em agosto de 2019. Questionado sobre os modos como aquele evento o havia afetado, Ravi comenta:

> Nossa, [a mesa] foi maravilhosa. Fez um boom na minha cabeça que nem sei dizer (...) Esse lance de corpo, mesmo... *reconhecer meu corpo e tudo mais, não só reproduzir padrões cis*. Acho que como eu tava nessa leva de 'estava sendo aceito', então a gente só vai cegamente fazendo as coisas. Vou tomar hormônio, vou fazer mastectomia... não tava nem aproveitando direito, foi importante pra *repensar esses aspectos*. *Eu to questionando algumas coisas e me entendendo como um corpo trans* (...) Já estamos chutando todas as portas do padrão, né, e foi muito bom repensar em tudo, me deixou muito mais feliz comigo mesmo. De olhar no espelho e estar feliz com as mudanças que estão acontecendo (...) É realmente um corpo em transformação. É olhar cada dia e pensar que amanhã vai ser uma coisa diferente. É realmente aproveitar cada um desses dias

Já Adriano conta do encontro que teve com um (outro) homem trans estudante de graduação, pouco tempo após seu ingresso na universidade, quando também passava por processos de questionamento e auto-afirmação em relação a sua identidade gênero:

> Eu tava em crise, chorando, loucão, escrevia muito sobre tudo que passava pela minha cabeça. Teve um dia que eu encontrei [esse meu amigo], eu tava muito mal (...) abracei ele (...) chorei e aí fomos conversando e ele "aham, aham" (...), de alguma forma ele tava me entendendo. *"Mas como assim? Homem?"* (...) Mas ele falou uma coisa pra mim que guardo até hoje, que me fez me entender assim: "A gente *não precisa reproduzir... não precisa ser os mesmos homens que vemos por aí, podemos pensar novas formas de ser homem, novas masculinidades*. E eu "é isso"!

Por fim, trago o relato de Marcelo, também estudante de graduação, após se aproximar de outros homens trans e transmasculinos em um grupo de terapia coletiva gratuita em um centro de referência LGBT de sua cidade:

> Comecei a sentir um desconforto muito grande em relação às minhas roupas... foi uma coisa que sempre existiu (...) Mas nem gosto de falar, porque não quero que pareça que só porque eu não gostava de usar vestido eu sou trans, sabe? (risos) Ou como se eu soubesse desde sempre, desde o ano passado eu não sabia (...) Fui no encontro [no CR] e tinha vários meninos trans. Comecei a pensar...pera, *acho que to me identificando muito com essas coisas que estão falando aqui* (...) Ficou um tempo em mim em *stand by*, estava lidando com outras coisas (...) Não tinha tempo pra pensar se eu era trans ou não (...) [Depois passei

> a] dissociar uma coisa da outra... minha questão é com gênero. (...) *Não queria ser homem... quem quer ser homem? (risos)* Mas foi um todo um processo de *desconstruir o que é ser homem*. Homem tinha todo aquele peso pra mim, foi complicado, assim. Hoje não é mais uma questão. Mas ainda penso... sou mesmo homem? Minha conclusão é: "foda-se". Quero ser chamado no masculino, ser chamado [pelo meu nome].

Dito isso, temos, nesses re/encontros e re/imaginações do que se é uma "pessoa trans*" – especificamente um "homem [trans]", nos relatos de Ravi, Adriano e Marcelo – em trajetórias im/pessoais, ou seja, trajetórias que operam em uma dimensão coletiva e contingente que implica nas re/posições e re/leituras de uma fala em primeira pessoa em estruturas de opressão e dominação e do sentido político desses corpos e histórias tendo em vista um processo anterior de luta por direitos e pela conquista de espaços. Tal processo se materializa em "referências" outras, nas relações firmadas em "portos seguros", e, por fim, de sua presença (enquanto vetor político, histórico...), em um sentido forçoso, na continuidade dessa permanência e de uma vitalidade subjetiva e sensível.

Temos, de modos distintos, mas ainda de algum modo ressonantes, o encontro de sensibilidades pessoais e coletivas, e a configuração de trajetórias im/pessoais nos afetos que ali suscitam. O questionamento de Ravi sobre realizar ou não a cirurgia de mastectomia, citado anteriormente, se posiciona em seu relato não apenas como uma decisão estritamente pessoal, mas se entrelaça no reconhecimento desse corpo enquanto um "corpo trans" que necessariamente quebra "padrões" sociais. Para Adriano, se reconhecer na/s masculinidade/s não apenas é uma dimensão estritamente íntima, mas é também a abertura a socialmente re/imaginar e reivindicar masculinidades outras. Podemos retomar, ainda, outro relato de Ravi citado anteriormente – a busca ativa por "referências" a partir de um questionamento inicialmente muito íntimo o fez encontrar pessoas "de vários recortes" o que, em suas palavras, o "enriqueceu" – conectando suas experiências subjetivas a outras, entre aproximações e distanciamentos, de estudantes e ex-estudantes trans*. Isso inclusive pode promover a permanência nesse espaço de modo que a presença desses corpos na universidade ganham um sentido político e se coletivizam no encontro com outras trajetórias – como é o caso citado anteriormente da estudante trans que passou a finalizar as disciplinas e iniciou uma pesquisa de iniciação científica após se aproximar de uma docente também trans.

Ao mesmo tempo, é necessário se atentar aos modos como diferenças e desigualdades permeiam esses relatos. Marina é uma das únicas estudantes que entrevistei que já havia se afirmado como uma pessoa trans* antes de adentrar institucionalmente o espaço da universidade. A estudante se afirmou enquanto travesti em meio a tensas relações familiares, e vivia, no momento de nossa entrevista, uma série de dificuldades econômicas enquanto

estudante de graduação. Ao questionar se ela havia tido contato anteriormente com outras pessoas trans*, sua resposta destoou daquelas que ouvia até então, onde um primeiro contato havia sido feito pela internet ou na própria universidade. Tendo vivido na capital, ela reforçou que convivia com outras travestis no seu dia-a-dia, e, em suas relações tecidas com elas, encontrava um acolhimento que não via no espaço da universidade:

> Antes da universidade meu círculo era 90% de travestis (...) [Mas] eu era a única pessoa LGBT na escola inteira (...) *Todo mundo que eu conheço na universidade começou a transição aqui* (...) [A universidade] não é acolhedora. *Não me sinto acolhida, não me sinto confortável*. *Não sinto que meu corpo deveria estar aqui* (...) Esse lugar não é lugar pra gente pobre, pra gente periférica (...) Foi muito chocante chegar aqui e falar que não tinha dinheiro [para comer]. As pessoas ficaram completamente chocadas. E na minha experiência de vida alguém falar que morava numa casa era chocante pra mim. Ter uma casa própria, 'moro com a minha família, minha família me aceita'. Isso era chocante pra mim (...) *Quando eu chego aqui, essas experiências eram tidas como naturais* (...) *O caminho da travesti é muito solitário*. E essa é a parte que mais dói. É uma solidão forçada e compulsória, que machuca muito e te faz te machucar. *É o que mais tô cansada*. De me sentir sozinha, mesmo estando cercada de várias pessoas na universidade.

Assim, se em alguns dos relatos a "solidão" aparece de algum modo vencida após o ingresso na universidade – mesmo que permeada de certas tensões (dada a baixa quantidade de estudantes trans*) – a "solidão"[233] no relato de Marina parece, pelo contrário, intensificada após seu ingresso. Em outro momento de nossa conversa, Marina pontua como essa trajetória anterior parece invisibilizada em sua presença naquele espaço, e nos modos como a aparente seguridade da universidade atua, em sua fala, como uma "ilusão":

> Isso é complicado...porque *apesar de existir a ilusão de que aqui é um lugar aberto*, ainda mais nas [humanas], que é um lugar de informação, de pessoas informadas, interessadas em questões sociais (...) foi uma ilusão. *Imaginei que aqui pelo menos teria meu pronome respeitado, não foi o que aconteceu* (...) Apesar de venderem a imagem da [universidade] como se fosse um lugar progressista (...) A partir do momento que entrei na universidade *as pessoas pararam de assumir que eu era pobre*. *Pararam de assumir que eu morei na rua*

Em certo momento, Marina afirma:

> Foi esclarecedor pensar por que eu fui marginalizada. *Porque todo mundo que tenho amor e carinho, que reconheço como força, está marginalizado* (...) *E pensar que todas as pessoas aqui têm esses privilégios desde sempre*. E é só por eles terem esses privilégios... que pessoas que eu amo não tem. Pessoas que eu nem conheço mas considero, porque são todas as manas. E que eles têm. Me irrita muito. *Ainda mais saber que eles não se responsabilizam por nada*

[233] A "solidão" também é um afeto recorrente nos relatos de estudantes negras e negros na tese de Lima (2020), de modo semelhante ao apresentado aqui.

Por sua vez, se anteriormente trouxe o relato de Ravi após um evento organizado em sua universidade, temos outros afetos que suscitaram desses encontros e des/encontros no relato de Marina, a partir de uma experiência distinta junto a estudantes trans*:

> *Não senti uma identificação tão grande, um acolhimento tão grande*. Eram pessoas trans que se descobriram em um meio que pareceu muito confortável pra elas. (...) *Não tinha uma pessoa negra lá*. Eu não vi. Não acho que se eu fosse contar as experiências que tive [morando] na rua alguém ia se identificar. Isso que eu acho que falta mais [na universidade]. É a periferia, é a rua. (...) *São as travestis periféricas pretas*. Mesmo no coletivo de transgeneridade, de fora da normatividade que a gente construiu, que é muito bom de ter, é muito reconfortante de ter, é muito *complicado porque você vê que são indivíduos que estão aqui à margem dos próprios privilégios*. Assim como eu entrei por ter o privilégio de ter feito escola particular, ter conseguido bolsa, de ser branca, de quando eu entrei aqui eu conseguir me passar por indivíduo masculino, me camuflar nessas fantasias que são o gênero... eu vejo que a gente tá aqui por muitos privilégios. E acho que esse é o problema. Acho que isso constrói uma parte meio subliminar da meritocracia

No relato de Marina, temos uma des/identificação com outras pessoas, inclusive outras trans*, no espaço da universidade – no distanciamento de sua trajetória com aquelas que percebe ali, assim como numa sensibilidade aguçada, a partir de sua própria experiência, em relação a suas aqui notáveis ausências, em termos de gênero, raça e classe (as "travestis periféricas pretas" com que antes convivia diariamente) frente a uma dita "meritocracia"[234]. Embora tal coletividade trans* ainda se revista de certo conforto, ela escancara o que Marina denomina de pessoas "que estão aqui [na universidade] a margem dos próprios privilégios", se contrapondo a sua trajetória anterior ao ingresso no ensino superior. Assim, o ingresso na universidade surge como um reconhecimento de processos estruturais de marginalização (de si e das pessoas das quais Marina nutre "amor e carinho", e que toma como "força"), de eximição de responsabilidades, do apagamento de uma trajetória e de uma factualidade da pobreza, de desrespeito a sua identidade de gênero e da "ilusão de que [a universidade] é um lugar aberto".

Podemos retomar, como contraponto, o relato de Dan – que, em nossa entrevista, pontuou como o ingresso na universidade o fez notar ausências e o que denomina de "higienizações" ao longo de sua trajetória:

> Minha trajetória em um colégio particular foi muito... *pessoas são muito iguais nesses colégios*. É difícil quebrar o padrão corrente. (...) Me pergunto... como seria se minha perspectiva da minha realidade fosse outra? Mas *nunca tive contato com essas outras realidades*.

[234] Embora não trabalhe com o termo diretamente, a questão da "meritocracia" perpassa uma série de discussões propostas na dissertação, principalmente no **Primeiro Interlúdio** e no **Capítulo 2**. Para um debate mais específico sobre produção de conhecimento, ver o **Epílogo**.

Aqui, faço um esforço de produzir aproximações e distanciamentos entre esse relato e aquele trazido por Marina. Para adotarmos os termos mobilizados no **Capítulo 2** a partir de Passareli (2017) temos, em ambos os casos, processos de estranhamento, mas que seguem em direções diferentes em relação aos afetos que suscitam e uma historicidade dessas trajetórias. Se, de um lado, Marina estranha a ausência de corpos e histórias como ela, e localiza suas "referências" e "portos seguros" em espaços outros, que não a universidade, Dan estranha a ausência de corpos e histórias que não são o seu, e localiza tais "referências" e "portos seguros" no próprio espaço da universidade. Estranheza, aqui, perpassa processos de sensibilidade e sensibilização, da percepção de ausências, de um lado, e do posicionamento de sua trajetória em estruturas de opressão e dominação, de outro, tanto no reconhecimento desse corpo e dessa história nas bases dessas pirâmides sociais, quanto na percepção (e, possivelmente, na atuação) sobre os próprios "privilégios"[235] – termo comumente acionado em campo que se refere, aqui, a uma dimensão relacionalmente emergente e emicamente operante.

6.3. Transições múltiplas

Conforme esbocei anteriormente no **Segundo Interlúdio**, compreendo "transições" enquanto um termo que atravessa múltiplas transições – incluindo transições de gênero, mas não apenas. Se, em minha própria trajetória, há uma delimitação entre um antes e um depois do ingresso na universidade, em outros essa distinção é mais difusa. É o caso de Beatriz, estudante hoje no doutorado e parte de uma "primeira geração" de estudantes trans* em sua universidade:

> *Na minha vivência teria dificuldade de falar se transicionei antes ou depois de eu entrar [na universidade].* A minha entrada foi a transição (...) *Entre saber que você é trans e poder externalizar isso,* ter iniciativas pra externalizar isso...talvez não tenha forças internas e externas pra expressar isso, pode ser um momento de sofrimento pra pessoa.

Nesse trecho da entrevista com Beatriz vemos que a "transição" atravessa uma complexa negociação de "forças internas e externas", que incluem a possibilidade de expressar publicamente sua identidade de gênero. Ao mesmo tempo, há zonas cinzentas entre "saber" e "externalizar", conforme também pontua Marina: "Eu já entrei tendo transicionado. *Não corporalmente, mas como uma forma de identidade*".

[235] O termo "privilégio" perpassa uma série de disputas em campo – nos modos como esse termo pode ou não ser acionado para se referir, contextualmente, a determinadas trajetórias, conforme versei em outro momento (IAZZETTI, 2019). Há um sentido analítico do termo – principalmente numa vertente teórico-política marxista – mas, a título dessa dissertação, o tomo em sua emergência êmica, compreendendo-o sempre em seu sentido relacional e nos modos como enunciar ou não o privilégio de si e de um outro constitui aproximações e distanciamentos em termos de tais processos de sensibilização, responsabilização, e como um todo, possibilidades de compor alianças políticas em determinado contexto.

Conforme pontuei no início deste capítulo, há uma prevalência nas universidades que acompanhei de estudantes trans* que se afirmaram publicamente como tais já após o ingresso na universidade. Isso é observado a partir da experiência vivida por Marina, que diferencia sua trajetória daquelas que observa ao seu redor, tendo "transicionado" ainda na escola. Ao mesmo tempo, seu relato distingue momentos diferentes de sua transição (ou, dito de outro modo, transições distintas), corpo e identidade. Em outro momento de nossa conversa, a estudante reforça que uma transição corporal anterior (com a administração do uso contínuo de hormônios estrogênicos) dificultaria ainda mais seu acesso à universidade. Embora seja objeto de violências próprias, a estudante traz que ser lida socialmente como "bicha", no começo da graduação, a blindou de uma série de outras violências – dentro e fora da universidade – que sofre hoje enquanto um corpo lido socialmente enquanto "travesti".

O próprio "assumir-se" deve ser levado em escrutínio tendo em vista a série de distintos "armários" atravessados por determinados corpos e histórias ao longo de suas transições – ou seja, nos modos como estar no armário (ou seja, não se "assumir" publicamente) "não é [uma] certeza epistemológica salvadora contra [uma] privacidade equívoca oferecida pelo armário" (SEDGWICK, 2007 [1990], p. 9). É necessário se atentar, ainda, a uma análise que tenha em vista processos de racialização e as interconexões entre eixos de opressão: conforme pontua Snorton (2014), corpos negros tendem a serem confinados no que denomina de "armários de vidro", "um espaço (...) marcado pela hipervisibilidade e pelo confinamento, espetáculo e especulação" (SNORTON, 2014, p.4, tradução nossa). Dito isso, as transformações corporais se emaranham com jogos por entre armários – por transições que manejam possibilidades de existência em determinados espaços sociais, onde os próprios manejos dessa in/visibilidade perpassam eixos de diferenciação e desigualdade.

Por sua vez, Mael, um estudante não-binário que se afirmou publicamente como uma pessoa trans já no ensino básico, traz em seu relato uma confluência de tais "forças internas e externas" em meio a uma complexidade de relações nessa trajetória:

> Conheço muitos casos de amizades que falavam 'eu sentia tudo isso e não sabia o que era' (...) Se ninguém se assume hétero *eu não vou me assumir* (...) Mas minha família já sabia, não tinha como não saber (...) Eu sempre soube quem eu era. Não tinha problema de 'ai meu deus, quem eu sou?'. Tá, eu sou assim, o que vai ser o mundo externo? *E aí o mundo externo devolveu o que eu achava que ia devolver, que era uma sociedade doentia*. (...) No fundo a gente sabe. A gente no fundo tem muito mais medo do externo. (...) Eu não nasci no corpo errado[236]. Eu nasci na sociedade errada. Meu corpo tá ótimo, tá maravilhoso.

[236] A imagem do "corpo errado" atravessa um histórico de narrativas sobre corpos e histórias trans* associados a certas categorias médicas e um princípio de "disforia de gênero", conforme pontua Bettcher (2014). Um ponto

O ganho de "forças" surge também no relato de Ella. Em nossa entrevista, a estudante afirma que passou a se perguntar ao longo da graduação porque era tão difícil frequentar as aulas e dialogar sobre sua pesquisa – "porque era difícil", afinal, "permanecer naquele espaço?". Ella afirma que esse foi um momento de reflexão que "nada poderia lhe salvar", forçando-a em um movimento, em suas palavras, de "autoprodução" e "auto-força" para permanecer ali. A estudante traz a presença de pessoas trans* na universidade em termos de uma "guerra":

> Não no sentido moral, de inimigo 'eu, você e outro', mas que *existe um campo de batalha que fomos postas e repostas a todo momento, mas não tem como lutar com as mesmas armas que a estrutura* (...) A gente já perdeu tanto que achar que temos as mesmas forças físicas, intelectuais, emocionais, estruturais, é um delírio

Para ela, tal força de si é lida como também potencialmente destrutiva, em um ponto de combate desigual e muitas vezes solitário. A circulação por espaços outros, afirma, lhe garante "segurança", e a "oportunidade" do que denominou de uma "vontade de potência" – de um desejo de estar e querer estar ali, um desejo de efetivamente estar nos lugares e, mais do que isso, de criar espaços outros dentro e além de si.

"Transições", circulações, fricções e outros movimentos

O conceito de "transições" parte de estranhamentos nos modos como o termo tende a operar em algumas falas (cisgêneras) – na pergunta, por exemplo, de quando ou como foi "a" (minha, ou outra) transição de gênero. Passei a perceber que esse incômodo era compartilhado com outras pessoas trans* de meu convívio, e ao longo das entrevistas esses trânsitos, passagens, circulações e movimentos foram ganhando outros contornos. "A" transição não era um ato de passagem entre pontos pré e bem estabelecidos, e não era restrita a uma trajetória individualizada e linear, inclusive escapando o que é comumente entendido como "gênero", ou mesmo "corpo".

Encontrei na bibliografia brasileira referências importantes no desenvolvimento desse conceito, particularmente a partir de artigo (MOIRA, 2017) e de conversas com Amara Moira e dos escritos e falas de Dodi Leal (LEAL, 2020; LEAL, 2018). Passei a compreender a "transição" também como um convite (se não uma provocação) à cisgeneridade "transitar" – se movimentar e movimentar, no compartilhamento de processos de sensibilização e responsabilização, instituições, conhecimentos e estruturas. Esboços desse conceito surgiram, em meus próprios escritos, onde versei sobre cisgeneridade e suas 'cisladas' – questionando a transição como

interessante de seu artigo, no entanto, está na percepção dos modos como esse tipo de discurso é historicizado e, ontem e hoje, configura certas relações e possibilidades de resistência.

ruptura (IAZZETTI, 2020) e processos de espelhamento das construção de cisgeneridade e de um Outro trans* (IAZZETTI, 2020).

O conceito também tem atuado na amálgama de outros conceitos, teorias e métodos que enfatizam trânsitos e circulações. Me inspiro particularmente nos escritos de Amade M'Charek (2017) sobre circulações, compreendendo que tais circulações são atos performativos. O conceito é fundado em três premissas principais: primeiro, que circulações trazem identidades; segundo, que circulações fazem conceitos; e terceiro, que circulações tem um elemento de permanência e só podem ser paradas ativamente. Assim, para a antropóloga, circulações não se referem apenas a movimentos de um lugar a outro, mas como eventos que ativamente produzem lugares e agentes ali envolvidos[237]. Alinho essa inspiração conceitual a outra no interior dos estudos feministas de ciência e tecnologia – o conceito de "fricção"[238], de Anna Tsing (2011; 2012). Fricção é uma imagem que remete, por exemplo, a dois gravetos de madeira se friccionando e produzindo fogo, ou seja, a fricção tem um elemento transformativo e inesperado, mesmo que não de modo necessariamente positivado (podendo inclusive levar à destruições), em sua operacionalidade em meio a diferentes, mas entrecruzadas, escalas (TSING, 2012, p.147-148, tradução nossa):

> O truque está em traçar ou fazer relacionamentos entre projetos. Nesse trabalho, há grandes histórias assim como pequenas histórias para contar. Não é necessário que as escalas se aninhem ou que executem a magia da conversão de uma para outra sem distorção. Projetar escalas fazem-nas se empurrar e se contestar. Pelo fato de relacionamentos serem encontros através de diferenças, eles tem uma qualidade de indeterminação. Relacionamentos são transformativos, e não é possível saber seu resultado. Assim a diversidade-em-fazimento é sempre parte da mistura (...) [o que requer] atenção a contingências históricas, conjunturas inesperadas, e as formas como o contato entre diferenças podem produzir novas agendas

Desenvolvendo o conceito ao longo da escrita da dissertação, encontrei inclusive, inesperadamente, nos *transgender studies* de língua inglesa, incluindo certa produção transfeminista, algumas reverberações dessa in/definição de "transições" a partir de outros aportes teóricos. O conceito "trans*"/"trans" tem atuado, em parte dessa produção, não como "transgressão (...) mas trans como modalidade para a reformulação de disciplinaridades institucionalizadas e delimitadas" (ENKE, p.7, 2012). Guardadas suas particularidades, parece também haver nessa produção um encontro e uma atuação sobre incômodos e estranhamentos

[237] Nesse sentido, o termo me parece se alinhar com o conceito de enquadramento que, conforme pontua Butler, não apenas circula materialidades, mas efetivamente as animam, as produzem (BUTLER, 2016, p.26). Pensando em suas instrumentalizações possíveis, em Butler podemos nos atentar a sua dimensão de repetição e processos de centralização, de dinâmicas de controle, dessas/nessas imagens em circulação. Já em M'charek, podemos nos atentar a uma dimensão de produção de diferentes temporalidades, assim como a expansão da reflexão sobre produções de materialidade para além de cenários de guerra.

[238] Em suas próprias transições, o termo "fricção" surgiu em minha trajetória, originalmente, de Linn da Quebrada/Lina Pereira, que em diversos momentos fala sobre uma tensão entre ficção/fricção – sobre não produzir ficção, mas fricção. Suas falas também surgem nos escritos de Leal (2018; 2020).

dos modos como temáticas e perguntas de pesquisa que poderíamos chamar de "trans*" tendem a transitarem menos por outros espaços de produção de conhecimento, como se fossem restritas ao específico e ao particular, em detrimento da busca ativa dessa produção que, embora não se proponha a ser universalizante, almeja o encontro e a abertura a outras possibilidades teórico-políticas e que, com isso, reverbere em "temas" e "recortes" outros.

Tertuliana Lustosa esboça um jogo de sentidos com o termo "transições", atravessando dinâmicas espaciais e afetivas (LUSTOSA, 2017, p.109, ênfases nossas):

> *Transição é também diáspora, nos seus diversos sentidos*. O prefixo 'trans' significa além, atravessar. E, no Brasil, que ainda é o país que mais mata pessoas trans, esse movimento desvio de gênero está relacionado à partida. De um corpo ou de um campo de reconhecimento (...) Há nesse retorno ao movimento a continuidade da diáspora na sucessão de *gerações, a qual traça uma cartografia e tece uma memória* inconsciente que sintoniza os *corpos em diferentes contextos temporais*

Para a autora, transitar, portanto, envolve movimentos de partida – no caso de estudantes trans*, podemos pensar na literalidade da saída da casa da família rumo a uma nova cidade, por exemplo. Ou, talvez, na saída diária rumo à escola e seus percalços (SANTOS, 2020), conforme trouxe no Interlúdio anterior. Transitar, ao mesmo tempo, é também um movimento subjetivo e sensível que implica em transformações corporais e seus campos de reconhecimento ao longo desses trajetos – ao mesmo tempo que isso extrapola uma individualidade, conectando-se a historicidades outras. Lembro, então, da fala de Ella, citada anteriormente, de que sua transição era algo sem começo e sem fim – entre partidas e re/partidas[239].

Ametista, por sua vez, traz como o espaço da educação formal (e, posteriormente, da academia) em si foi violento, mas seu ingresso a permitiu abrir outras possibilidades de transição – onde um "interno" e um "externo", no sentido de um espaço físico da universidade, tende a se borrar:

> Minha relação é bem crítica, principalmente por conta da relação que tive com o sistema de ensino antes de entrar na academia (...) Ao mesmo tempo [aqui] tem muita liberdade de montar sua grade, ter seus horários (....) *Acho que a academia foi importante por entrar em coisas que são pareadas a ela, não que são ligadas a ela, sabe?* (...) *Boa parte de me identificar como trans foi com estar aqui. Foi o lugar onde isso pode se aflorar. Acho que por estar longe da família*... (...) ter meu próprio formato de organização (...) entender o que são minhas responsabilidades. (...) Mas minha relação com a academia não é saudável (...) A academia é o que é pra muita gente, pra mim. *Uma benção e uma maldição. Abriu muitas portas, muitas*

[239] Faço aqui um trocadilho com processos de re/fazimento subjetivo e sensível frente a tais movimentos forçosos e desiguais – que nos ressoam nos escritos de Anzaldúa (2006), citada anteriormente, e também na obra de Rosana Paulino, que conheci por meio de Mariléa de Almeida.

> *oportunidades*. Estar dentro de cenas possíveis tem a ver com a academia (...) *A academia foi esse canal para muitos lugares*, mas teve muitos outros que não tem vínculo com a academia.

Ao mesmo tempo, surge no relato de Ametista uma academia que é "uma benção e uma maldição". Um lugar de oportunidades – termo que também surge no relato de Mael, citado no capítulo anterior – inclusive para além de seus limites físicos, mas também um espaço de adoecimento ("não é saudável") – o que, conforme veremos mais à frente, atravessa aspectos de sua produção de conhecimento e o modo como tais corpos trans* são marcados nesse espaço. Essas diversas transições entrecruzadas – entre escola, família, ingresso na universidade, inserção na pesquisa... – também aparecem ao longo do relato de Beatriz:

> Não conheci nenhuma pessoa trans na escola que eu frequentava, e acho que isso é muito significativo. (...) *Isso é muito pesado, dá uma sensação de isolamento e solidão* (...) Faltam essas referências de pessoas trans tanto na mídia quanto algo no nosso cotidiano (...) [Me assumir para a família] foi um momento muito desafiador (...) não sabia como... *era uma falta de linguagem, de como se explicar*. Até essa expectativa de se explicar é complicada. *Mas é importante reconhecer esse privilégio da aceitação familiar*. Foi algo importante para minha permanência aqui (...) A internet tem um aspecto muito reconfortante dessa possibilidade de constituir redes de contatos, comunidade, mesmo que seja virtual, mesmo que no dia-a-dia não tenha contato com pessoas trans (...) [*Mas] vindo prá cá deu um estalo de politização* (...) Eu tive essas referências antes, mas não estavam articuladas com um discurso político, feminista.

Beatriz pontua em nossa entrevista que "referências" trans* eram encontradas nessas redes sociais online, promovendo "redes de contatos, comunidade" – mas que seu "estalo de politização" foi dado após seu ingresso no ensino superior, onde elas se articularam "com um discurso político, feminista". Além disso, Beatriz entrecruza em seus relatos diferentes espaços e tempos – trazendo também suas relações no âmbito escolar (na ausência de "referências" trans* e o peso do "isolamento" e da "solidão") e familiar (na eventual "aceitação", mas também no desafio promovido pela "falta de linguagem") – inclusive no reconhecimento de parte de sua trajetória enquanto um "privilégio", de modo a facilitar sua permanência naquele espaço, evitando determinados entraves e perigos. Essa parece ser uma deixa interessante para pensarmos em duas dessas dimensões – escola e família – no desenrolar desse capítulo, para então retornarmos às transições em seu sentido epistemológico, em um momento final.

Segundo movimento: Sobre escolas e famílias

6.4. Escolas, diferenças/desigualdades e transcentramentos

Apresentando minha segunda pesquisa, por meio de um pôster em um congresso de iniciação científica, fui interpelada por um grupo de meninas jovens. O congresso em questão

incluía tanto estudantes de graduação quanto estudantes da rede pública do ensino médio daquela região. O grupo se aproximou, demonstrando interesse na pesquisa, afirmando que eram do grêmio estudantil de sua escola, onde procuravam trazer discussões sobre gênero e sexualidade. A temática trans* havia se intensificado com a presença de um primeiro aluno trans na escola, recém-assumido.

Lembrei naquele momento do relato de um estudante no começo de sua graduação que havia entrevistado tempos antes. Ravi havia me dito que haviam pouquíssimas pessoas LGBT assim posicionadas publicamente quando cursava o ensino médio, em uma escola técnica pública. No entanto, isso havia mudado rapidamente: seu irmão três anos mais novo, estudando na mesma escola, compartilhava aquele espaço com um número crescente de estudantes LGBTs, incluindo um colega trans. Conforme relata, re/contando sua trajetória no ensino básico, onde havia "assumido" publicamente sua sexualidade ao final do ensino fundamental:

> Tinha uma galera que chutava o balde e falava mesmo. E aí chamavam de viadinho, bixa...e tava lá firme e forte. *Era bem minoria, bem minoria mesmo*. No ensino médio tinha um pouco mais. Eu vejo a diferença... meu irmão estuda no mesmo lugar (...) *e a galera é muito aberta agora, teve uma evolução muito grande*. Galera se apoiando e tudo mais, falando o que pensa.

Ao longo de nossa conversa, Ravi contrapõe a trajetória de seu irmão a sua própria e ao único estudante trans que teve contato durante o ensino médio:

> *Eu não conseguia expressar isso naquele meio*...foi uma época difícil pra mim. *Todo LGBT parece odiar o ensino médio*. Eu vejo uma galera 'nossa, o ensino médio', eu fico 'graças a deus aquilo terminou, era um inferno' (risos). A pessoa que eu era no 3º ano do ensino médio e a pessoa que me tornei no final do primeiro ano [da faculdade], você olha e fica pasmo... Foi realmente uma barreira que eu tinha. Depois que venci essa barreira sou bem melhor comigo mesmo. (...) No segundo ano do ensino médio um cara se assumiu trans, de outra sala. *Pra ele foi bem treta*...na lista de chamada ele sempre passava pelo lance embaraçoso de chamar pelo nome de registro. E ele brigando bastante pra colocar o nome social*...tinha uns professores bem escrotos.* (...) Depois de ter saído do ensino médio (...) tava olhando [a lista com as pessoas da sala] e 'quem é esse aqui?', um cara se assumiu trans, da minha sala!

Ravi relaciona de modo opositivo sua experiência a de seu irmão pelo que observa em seu antigo colégio, compondo uma curta, mas transformada, passagem histórica naquele espaço, também apontada na identificação de um seus ex-colegas como um homem trans após seu egresso naquele espaço. Ao mesmo tempo, Ravi contrapõe sua experiência na escola e na universidade, que o permitiu "vencer essa barreira" e se "tornar outra pessoa". Se o ensino médio se caracterizava como um "inferno" e a única referência trans*, assim como outras referências LGBT, sofria uma série de violências naquele espaço, o ingresso no ensino superior envolveu, conforme vimos anteriormente, um encontro com "referências" positivadas.

Algo semelhante surge no relato de Adriano, também egresso de um colégio técnico público – em um misto de diversas "referências", frente a transformações que observava em seu entorno escolar. Em suas palavras:

> Sempre fui meio que uma incógnita na escola, na vida, dentro de casa, era difícil, não tinha certeza de nada... *mas quando você tem certeza não tem como se esconder atrás da dúvida, sabe?* (...) Meus pais pediram pra eu não contar [minha sexualidade] pra ninguém, fiquei no armário uns 2 anos depois (...) Vivia infeliz, com autoestima zero (...) Aí meti o louco (...) me assumi pras minhas amigas (...) Com 16 eu chutei a porta do armário mesmo (...) *Tinha uma pessoa LGBT assumida na escola*, uma mina sapatão negra, *e ela aguentava todo o tranco*. (...) E tinha eu, "eu sou sapatão" (...) Minhas amigas foram se assumindo, "sou bi", "acho que sou lésbica". Depois meninas mais novas, no 1º, 2º ano se assumindo e foi legal, *eu como referência, assim*. (...) *Eu que levantava as discussões sobre gênero* na aula de sociologia, dei seminário sobre orientação sexual e identidade de gênero, eu levantava essa bandeira assim, mas tinha muito moleque escroto (...) *A escola não foi um ambiente muito legal, o que me salvou foram essas amizades.*

Um pouco mais velho do que Ravi, Adriano traz um relato semelhante, onde ele mesmo se tornou uma espécie de "referência" nesse espaço, junto a "mina sapatão" que até então "aguentava todo o tranco". A composição de tais identificações e a criação de afetos positivados foi tecida ao longo dos anos (e inclusive o permitiu permanecer nesse espaço), mas ainda traz, para tais "referências", um peso de tomarem a frente desses processos – o que, no caso de Adriano, surge em suas tensas relações familiares e nas relações, dentro da própria escola, com determinados colegas.

Podemos adensar, portanto, o que estamos chamando nesse capítulo de "referências", de modo a compreender que os des/encontros com corpos e histórias próximas a si não necessariamente são positivados nesses relatos – esse encontro pode ser um reconhecimento em uma outra figura que sofre diversas violências e que, nesse processo de espelhamento, gera afetos, entre "forças internas e externas", que impedem o desenrolar de uma auto-afirmação e uma eventual afirmação pública e política. Um relato semelhante também ocorre na entrevista que realizo com Lia, uma estudante já ao final de sua graduação e que, assim como Ravi, se afirmou publicamente como uma pessoa trans* já na universidade, e que contrapõe sua experiência no ensino fundamental e médio ao encontro de "referências" nesse espaço:

> No ensino fundamental, ensino médio*...tinha referências, mas eram referências ruins*, que eu via como muito ruins. Tinha um viado na escola, por exemplo. Por dentro era assim, 'poxa, existe alguém que eu acho que é parecida comigo', isso era legal... só que como eu tava nesse mundo heteronormativo, o que eu tendia a ter era uma relação de opressão com essa pessoa...por fora era 'não quero me assumir pra ser comparado com essa bicha'. *Era essa reprodução que eu tinha, que era muito violenta comigo também*. *Reproduzia essa opressão com essa bixa, que era reproduzida pra mim também, que me fazia não me assumir*. (...) Depois de entrar na universidade, principalmente em festas, tive um boom de referências

> LGBTs e trans. Colar em festas...ver as pessoas assim...ver as pessoas se beijando, que era uma coisa normal (...) Esse é um ponto legal, *porque existe um motivo pra gente se sentir mais aceito também, que é esse lance de poder se reconhecer nessas pessoas*, o lance do reconhecimento de olhar e reconhecer e dizer: '*não sou só eu*'. Na escola era uma bixa, assim, uma bixa no meio de 400 pessoas, 400 pessoas e eu sabia de uma pessoa. Na universidade são várias pessoas (...) Conhecer amigas aqui, outras bixas, outras pessoas trans, essas pessoas passando por coisas similares que eu tava passando...*a gente só consegue se assumir quando enxergamos que tem outras pessoas passando por barras parecidas*

Assim como Ravi, Lia pontua a escassez de referências LGBTs durante o ensino fundamental e médio e os modos como tais referências eram "referências ruins", marcadas por uma trajetória de violências naquele espaço. A estudante ainda pontua que ela mesma, embora se enxergasse de alguma forma naquela "bicha", tendia a reproduzir essa violência LGBTfóbica em meio a esse "mundo heteronormativo". Esse mundo é contraposto a imagem das festas universitárias, com a presença de "várias pessoas" LGBT, que permitiram a ela desenvolver processos positivados de reconhecimento e um sentimento de identificação e seguridade – "não sou só eu (...) na universidade são várias pessoas".

Destaco ainda certa diferença geracional entre essas três figuras – Lia, ao final da graduação, Ravi, no começo, e o irmão de Ravi, ainda no ensino médio. Embora seja um período curto de tempo, o final dos anos 2010 acompanhou uma série de mudanças significativas no que se refere a debates sobre gênero e sexualidade, e a presença de estudantes LGBTs, em escolas pelo país – principalmente em um contexto de escolas públicas paulistas. As ocupações em escolas públicas ganham força no país a partir de sua eclosão em escolas paulistas, em meados de 2015 e 2016. Segundo Paula Alegria (2016), tais movimentos de ocupação tem uma centralidade de atuação de meninas e estudantes LGBTs, sendo que muitas dessas mobilizações resultaram na criação de grêmios e coletivos estudantes, abrindo amplas discussões sociais muitas vezes invisibilizadas e minimizadas até então no espaço educativo formal.

Uma das únicas estudantes que relatou uma experiência majoritariamente positiva em sua trajetória educacional, mesmo que permeada por certas disputas e tensões, foi Rosa, também recém-ingressa no ensino superior e vinda de um colégio particular com propostas pedagógicas alternativas, incluindo debates consolidados em gênero e sexualidade:

> No 3º ano [do ensino médio] eu comecei um debate sobre pessoas trans, pra criar um embate com o coletivo feminista com as radfems[240] (...) *A escola era uma brisa bem orgânica* (...) A gente teve um

[240] "Radfems" é o termo informal para se referir a ditas "feministas radicais", vertente feminista comumente associada a (também ditas) "perspectivas críticas" sobre a existência de pessoas trans* - sendo por vezes chamadas de TERFs (trans-exclusionary radical feminist – "feminista radical trans-excludente"). Diversas produções

> bimestre estudando teoria queer, identidade de gênero (...) e aí eu fui fazer uma auto-avaliação filosófica, e aí eu me abri pros professores, completamente. *Saí totalmente do armário pra eles e eles foram muito suaves* (...) Minha politização, nesse sentido, começou ali. (...) Mesmo assim, foi um ambiente hostil de outra forma. *Os professores foram um porto seguro muito grande*... já as alunas...foi complicado.

Ao mesmo tempo, Rosa reconhece as ausências em termos de regionalidade, classe e raça que passou a perceber após seu egresso escolar (assim como no relato de Dan, citado anteriormente, também egresso de um colégio particular). Não apenas a universidade, Rosa atribue a outros espaços por onde transitou o adensamento de tais discussões – em nossa entrevista, a estudante cita especificamente um curso realizado na Casa 1[241], na capital paulista:

> Tive experiências em São Paulo recentemente...fui fazer a formação na Casa 1 e me trouxe um negócio completamente diferente, minha visão sobre coletivos, movimento LGBT...foi muito marcante. Reconhecer o recorte da nomeação de travesti, nunca tinha feito esse debate internamente (...) *O que é ser uma travesti, o que significa ser uma travesti* (...) toda essa questão de se afirmar como latino-americana...

Partindo de outra trajetória temos Mael, também recém-ingresso na graduação, mas vindo de uma escola pública, onde afirma que havia um "porto seguro" no enredamento entre estudantes LGBT naquele espaço:

> Na escola tinha um menino trans que se formou antes de mim. (...) *Tinha um grupo muito grande de pessoas LGBT na escola*. A gente tinha uma panelinha que a gente podia se proteger. Óbvio que aconteceu LGBTfobia, tivemos problemas (...) *Pelo menos eu tinha um porto seguro, e isso me fez conseguir terminar o ensino médio* (...) Foi lá que tive meu maior apoio, assim. Foi na época que eu tava transicionando (...) A primeira pessoa que eu falei foi uma amiga da escola. (...) Quando eu tava no ensino fundamental já tinha me assumido como uma pessoa bi (...) *E é muito legal, porque depois de mim outras pessoas se assumiram trans, aí foi uma irmandade assim*. Lá a gente se unia muito. (...) Aquilo era um lugar muito seguro pra ser o que você era, bons tempos.

Após o egresso no ensino básico, Mael cursou durante um ano um cursinho popular com reserva de vagas para pessoas trans*. Já Lia, por sua vez, frequentava as festas universitárias antes de seu ingresso na universidade, quando era estudante de um cursinho popular da região. Os cursinhos populares ganham força a partir dos anos 90 (ZAGO, 2008) com iniciativas vindas da "igreja católica, [d]o movimento negro em diferentes vertentes, [d]o movimento estudantil, movimento sindical e [d]o movimento comunitario" (ZAGO, 2008, p.152). Tais cursinhos

acadêmicas tem analisado teoricamente essa vertente feminista, tais como a dissertação de mestrado de Beatriz Bagagli (2019). No mais, é interessante notar que, em campo, os coletivos "radfems" surgem como uma questão unicamente em espaços com uma grande maioria de meninas ou mulheres jovens, brancas e de classe média-alta, tanto em escolas quanto em universidades.

[241] A Casa 1 é uma casa de acolhimento para pessoas LGBT+ em situação de vulnerabilidade social, localizada na capital paulista. A Casa 1 também realiza uma série de eventos nessa temática em seu chamado "Galpão", além de oficinas e cursos de formação.

muitas vezes são marcados por propostas pedagógicas alternativas e uma ênfase em dimensões políticas dessa formação. Com isso, podemos complexificar o que foi tido até então como um "estalo" de politização já na universidade, perpassando eixos de raça e classe frente a uma trajetória anterior.

Embora não haja exemplos de estudantes trans* que entrevistei para a pesquisa que passaram em suas trajetórias por cursinhos populares especificamente voltados à pessoas trans*, destaco seu surgimento também a partir dos anos 2010, fenômeno que tem sido pouco-a-pouco esboçado na bibliografia brasileira (CAMPOS & PEREIRA, 2018; SANTOS & GUIMARÃES, 2019). Além de cursinhos específicos, temos ainda a crescente criação de ações afirmativas de reserva de vagas nesses espaços, como ocorre na trajetória de Mael. Foi pontuado ainda no primeiro capítulo como as universidades têm atuado nessa expansão – a exemplo da UFABC e da UFSB, que contam como iniciativas do tipo. Segundo mapeamento realizado pelo IBTE, são hoje pelo menos 23 cursinhos preparatórios para pessoas trans* no país, a grande maioria direcionado especificamente à essa população. Além das supracitadas políticas públicas e direitos conquistados por pessoas trans* nas últimas décadas, Scote e Garcia (2020) pontuam a existência de tais cursinhos como central no acesso de pessoas trans* ao ensino superior brasileiro, ressaltando a importância de redes ativistas e movimentos sociais no que se refere a permanência.

Por fim, reforço a importância de redes sociais online nesses e outros processos de "politização", algo já esboçado anteriormente. Lia, em certo momento, ressalta a importância dessas referências iniciais em sua trajetória:

> [Quando eu ingressei na universidade]... eu já tinha acesso ao debate sobre quem eram pessoas trans, só que assim...tinha esse acesso porque eu tava todos os dias vendo vídeos no YouTube do Canal das Bee[242], *só tinha esse acesso porque eu tava procurando essas referências*. Acho que nesses últimos 2 anos, talvez, isso tenha mudado um pouco (...) não são muitas, mas é muito mais do que 5, 4 anos atrás

Além disso, a citação a certas figuras midiáticas trans* apareceu em diversas das entrevistas que realizei. Muitas delas vem inicialmente da música, como é o caso de nomes como Linn da Quebrada e Liniker[243], que ganham visibilidade a partir do meio dos anos 2010. Crescentemente, surgem figuras públicas trans* também em programas televisivos de grandes emissoras de televisão, em campanhas publicitárias, e assim em diante. Não apenas midiáticas, muitas dessas figuras carregam consigo um discurso abertamente politizado sobre seus corpos e histórias – surgindo como importantes "referências" nas falas de estudantes trans*.

[242] O Canal das Bee é um canal no YouTube sobre temáticas LGBTI+, que surgiu ao final de 2012.
[243] Para um aprofundamento do "movimento musical LGBT" no país, ver Wasser (2020).

Leituras bibliográficas anteriores também surgem nesses percursos de corpos e saberes. Mesmo que esse encontro possa ter sido "desinstitucionalizado, autodidata e prematuro" – por vezes movida pelo escape "de dolorosas dinâmicas familiares" (BUTLER, 2004, p.235, tradução nossa, ao versar sobre seus primeiros encontros com a filosofia) – é fato que tais leituras podem promover efeitos diretos nas vidas de estudantes e, principalmente quando ligados a uma dimensão coletiva de troca de experiências (tais como em grêmios e coletivos, ou em espaços online), pode ter um profundo impacto subjetivo. Assim, estudantes mais jovens – principalmente com a facilidade de acesso a tais discussões na internet (e termos como "teoria queer", "interseccionalidade", e assim em diante) – por vezes chegam à universidade com uma carga teórico-política a partir de encontros iniciais com determinada bibliografia, lida direta ou indiretamente nesses espaços. Por vezes, esse contato surge ou é intensificado na universidade, como é o caso de Adriano, que pontua a importância de tais encontros em sua trajetória de auto-questionamento, alinhando-os com seu ingresso e suas transições nesse espaço:

> Me sentia sozinho, assim, sendo o único (...) Meu trabalho [no primeiro ano da graduação] foi sobre sexo e gênero, e foi muito importante pra mim também *entender questões que eram nebulosas pra mim*. E aí [no meu dia-a-dia na universidade] perguntavam "é ele ou ela?", e isso não tinha acontecido comigo antes (...) *Eu achava legal quando alguém me tratava com ele* (...) Mas como assim eu sou um homem? (...) Será que eu sou não-binário? O que eu sou? (...) *Mesmo estudando gênero esses conflitos estavam dentro de mim*. *O que eu faço com toda essa teoria que eu achei nesse lugar acadêmico?* (...) [Estar na universidade] e ter esses amigos, conversar, foi muito importante. *Essa rede de apoio. E também o acesso a discussões formais de gênero e sexualidade*, de ler e debater sobre essas questões. Sempre discuti internamente comigo mesmo... ter esse espaço de vivência, seguro de alguma forma, me sentia seguro e confortável aqui

Algo semelhante surge no relato de Ametista – que também traz, em nossa entrevista, os encontros e des/encontros com tais bibliografias, as relações entre teoria e prática e a busca ativa por "referências"[244]:

> [Dentro da universidade] passei a me aproximar muito dessas pessoas que *estavam discutindo e questionando gênero* (...) *E aí percebi que (...) eu tinha que viver isso*. Só faria sentido se eu vivesse isso. (...) No meio do ano as pessoas estavam sabendo [que eu era uma pessoa trans], e depois eu tava militando nisso, vivendo isso (...) A academia tem esse valor. Talvez *categorizar em termos e coisas*, talvez me ajudou melhor pra saber onde eu estava, se eu deveria ir, para onde deveria ir... (...) Hoje minhas maiores referências são do cotidiano (...) Tenho pouquíssimas referências acadêmicas, referências que tem legitimação dentro da academia.

Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista processos de evasão forçada do ensino superior – termo inspirado na "evasão involuntária" desenvolvida teoricamente por Luma de

[244] Essa discussão será retomada no **Epílogo** da dissertação.

Andrade (2015) ao versar sobre a presença de travestis no ensino básico cearense. Ao longo da pesquisa ouvi relatos de evasão nas universidades que acompanhei, embora desigualmente distribuídos, a depender da instituição. Conforme pontua Ella, estudante de uma dessas instituição com um número elevado de evasões, tais processos perpassavam ali dimensões "institucionais", "intrapessoais" (nas dificuldades geradas por essas transições, em um sentido existencial) e "interpessoais" (por exemplo, nas relações estabelecidas na universidade).

Transições se entrelaçam nessa trajetória, onde a escola tende a surgir como um espaço hostil, comumente, ou por vezes nostálgico, e que constrói possibilidades comparativas em relação ao espaço da universidade nos relatos de estudantes trans*. Outros eixos de diferença e desigualdade – tais como gênero, raça e classe – não apenas se adensam em si mesmos aqui, mas se entrelaçam com os momentos dessas transições em meio ao percurso escolar, que demarca posicionalidades e possibilidades distintas no acesso, e mesmo na permanência, no ensino superior público. Ao mesmo tempo, podemos desenvolver uma discussão sobre as multiplicidades e complexidades desses próprios espaços educativos formais pensando em agenciamentos, resistências e normatividades.

A educação é sempre normativa?

Emmett Harsin Drager pontua os modos como a "transexualidade" é comumente tida analiticamente como "uma chave para compreender as normas e como elas operam" – o que desloca, de modo limitado, determinadas produções na ênfase em "histórias que são de resistência e de 'política radical'" (2019, p.108). A limitação surge, aqui, em um achatamento da compreensão de "norma", que ignora o fato de que, por definição, ela é inalcançável – operamos, portanto, entre os desejos por certa norma e o que lhe escapa nas práticas cotidianas, entre o que se quer e as consequências desse querer (CHU & DRAGER, 2019). Acrescento, ainda, que o peso dessa "subversão inerente" reside numa restrição dessas existências, em sua complexidade, enquanto "fontes teóricas" (VERGUEIRO, 2015).

E que, mais do que isso, tal leitura equivocada implica comumente numa distribuição desigual de processos de sensibilização e responsabilização, que pesam sobre corpos trans* a centralidade na inserção de determinadas transformações sociais que, de fato, são e devem ser compartilhadas em maior escala, principalmente por aquelas pessoas que historicamente acometeram tais violências e inseriram pessoas trans* em tais posições sociais marginalizadas. O que está em jogo aqui não é "desenvolver novos métodos" ou "formas de obter informações", mas de "construir novas relações com nós e com aqueles seres humanos que tomamos como objeto de

estudo" (GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, 2009 [1995], p.18) – o que inclui a restrição de determinadas trajetórias e existências a narrativas de "subversão", "disruptura" e mesmo de "resistência". Isso envolve perceber, inclusive, os modos como determinadas teorias críticas a tal "normatividade" são permeadas por "hierarquias e apagamentos" (LUSTOSA, 2016).

De maneiras distintas, os relatos de Rosa e Mael trazem como a escola pode se constituir como um espaço possível de experiências que podemos denominar de resistências, em consonância com uma recente literatura no campo da antropologia e da educação, e partindo da definição supracitada de Lugones (posteriormente desenvolvida por Bettcher [BETTCHER & GOULIMARI, 2017]) de que a resistência atua na atenção entre a sujeitificação e a subjetividade (LUGONES, 2014), ou seja, na relação ativa entre "opressão" e "resistência". Dizer isso não implica em afirmar que não haja disputas e tensões – mas que, pelo contrário, que essas fricções são produtoras desses espaços e afetos.

Conforme vimos, Andrade (2015) tensiona o termo "evasão", utilizado para descrever o modo como estudantes trans* comumente não completam o ensino básico. Ela substitui o termo por "evasão involuntária", de modo a enfatizar processos de expulsão de corpos trans* do espaço escolar. O questionamento sobre o termo "evasão" é fundamental para considerarmos esses processos em um contexto sócio-político mais amplo, que atravessa e constitui esses espaços escolares. Dizer isso não é inseri-los unicamente em um pólo de normatização, mas de compreender suas brechas e, portanto, atentar-nos a seus agenciamentos – assim como a universidade, a escola é múltipla em sua constituição, incluindo salas de aulas, corredores, e banheiros, assim como atravessa relacionamentos com colegas de turma, professoras, direção, e assim em diante. De tal modo, nos atentamos a ambientes formais de educação não apenas pela chave da normatização, mas também por suas possibilidades de enredamento e – em consonância com escritos no campo da educação e da pedagogia – a "as ações empreendidas pelos próprios atores sociais e que produzem respostas criativas, gerando dissidências ou dissonâncias em relação às grandes estruturas de poder e dominação" (PEREIRA, 2017, p.18).

A antropologia da educação também tem se inserido nessas reflexões mais amplas. Conforme pontua Pereira (2017), pensar em etnografias no "chão da escola" no campo da antropologia implica em posicioná-la em redes mais amplas que atravessam, constituem e excedem o espaço escolar, assim como a universidade: "a análise não deveria se limitar ao espaço escolar propriamente dito, mas ampliar seus horizontes buscando apreender as múltiplas relações que são estabelecidas em seu interior e exterior" (PEREIRA, 2017, p.23). Isso implica em considerar os enredamentos desses espaços com o ambiente familiar e outros espaços de socialização "fora" dali, assim como sua multiplicidade interna.

Por sua vez, Viviane Vergueiro (2015) nos fornece um aparato conceitual para se atentar a um aspecto epistemológico/pedagógico nesse processo. Processos de aprendizado são também des/aprendizados – contra/aprendizados, re/aprendizados... – inclusive em uma mesma escola ou universidade. Assim, podemos considerar, por exemplo, o fato de que frente a complexidade desses cistemas (para utilizar mais um termo da autora) em uma mesma escola as aulas ou a direção podem trazer práticas e colocações tidas como LGBTfóbicas, que podem ser contrapostas, por sua vez, pelo grêmio estudantil a partir de suas leituras feitas em redes sociais online e nas trocas de experiências promovidas por esses coletivos.

Em termos mais amplos, operamos aqui nos jogos entre diferença e repetição[245] – nas possibilidades de encontro de diferenças nas repetições, nas brechas e fissuras que promovem aberturas nesses processos cíclicos e, potencialmente, os re/configuram e mesmo os quebram. Temos uma re/produção que é também, efetivamente, produção, no sentido que ela não apenas retroalimenta o que é antes existente, mas tem em si a possibilidade do novo.

Outro elemento importante quando pensamos sobre a trajetória escolar é a vinda ou não de escolas públicas – principalmente escolas públicas onde o acesso ao ensino superior público não é tido como um caminho natural dessa trajetória, e em espaços marcados pela precarização de sua estrutura física e pela ausência de professores. É o caso da trajetória de Mael. Assim como Marina relatou a partir de outra localização (vinda de uma escola particular, onde trabalhava e era bolsista), Mael relata que era praticamente impossível almejar entrar em uma universidade pública. Mesmo após o ingresso, ele relata incômodos de estar naquele ambiente, onde se encontra com pessoas de realidades sociais muito distintas daquelas que teve contato ao longo da vida, também de modo ressonante ao relato de Marina. Em certo momento de nossa conversa, Mael afirma:

> Nunca achei que eu ia entrar na universidade... justamente porque, imagina, eu tava numa escola pública (...) *Uma grande diferença educacional* (...) Pensei 'nunca vou entrar na universidade *porque não é meu espaço*' (...) No cursinho vi gente com outros recortes também falando 'nunca vou entrar na universidade' (...) Tive uma amiga que fez o ENEM 4 vezes [para entrar na universidade]. A gente tá ali se apoiando, 'a gente merece, não merece?". E aí a gente entrou na mesma época [na universidade] Aí falamos 'nossa, conseguimos' (...) Depois passa por outra realidade, *que é como a gente vai se manter aqui,* por questão de saúde mental, de tudo isso (...) É outra realidade [de estudantes]. Você vê pessoas da sua sala te

[245] Embora esse vocabulário ressoe em escritos deleuzianos citados anteriormente (DELEUZE, 2018 [1968]) – tomo como inspiração, aqui, falas de Linn de Quebrada. Esse parágrafo, de fato, envolve uma amálgama de referências – incluindo, nas dinâmicas de re/produção, os escritos de Hall (2013) e Bhabha (2018 [1994]).

humilhando porque você entrou por cotas. *Mas você tá ali porque você sabe que você merece ser feliz um dia, mesmo que isso demore. Mas você merece ter uma oportunidade. É viver pela esperança.*

Mael compartilha com Marina as dificuldades de estar em um ambiente hostil a sua presença, assim como o sentimento de que não deveria estar ali (ressoando também na frase dita na 1ª Semana da Visibilidade Trans da UNICAMP, "esse espaço não foi feito para nós"). O estudante compartilha esses afetos com estudantes de "outros recortes" – estudantes negros, de baixa renda e ingressantes por políticas afirmativas, por exemplo – e tensiona que o ingresso na universidade é um primeiro desafio no que se refere a sua "saúde mental"[246], mas que ainda assim é motivado pela possibilidade de "ser feliz um dia". Ao mesmo tempo, se levarmos em conta o percurso de seu relato, a universidade surge como uma "esperança", ou seja, a possibilidade de um futuro distinto daquele esperado para corpos e histórias como a sua. Assim como Marina, sua presença nesse espaço é relatada como uma insistência, que tem como feito não apenas a produção de um outro futuro possível para si, mas como uma presença que de algum modo esgarça quais corpos e histórias são possíveis de estarem presentes naquele espaço e a partir daqueles vínculos institucionais, ou seja, que assume também uma dimensão coletiva. Ao mesmo tempo, Marina e Mael produzem articulações para permanecerem naquele espaço e cuidarem de sua "saúde mental" – no entanto, diferentemente de estudantes como Dan e Ravi, esses enredamentos tendem a escapar do espaço da universidade, se conectando com redes ativistas e movimentos sociais, assim como relações afetivas tecidas antes do ingresso no ensino superior e fisicamente fora dali.

Por sua vez, conforme traz Lima (2020) em sua etnografia junto a estudantes negras e negros em universidades públicas, uma dimensão de "adoecimento" atravessa diversas dessas trajetórias – ligadas a um peso da responsabilidade de transformação social, a compreensão da profundidade das violências racistas sobre tais corpos e histórias e as posições inferiorizadas de tais sujeitos na produção de conhecimento acadêmica (conforme desenvolveremos, sob outra perspectiva, mais a frente). Estar em coletivo envolve certa corda bamba entre "cura" e "adoecimento", inclusive no interior de redes ativistas e movimentos sociais. Nesse sentido, a construção de "espaços seguros" – e o que trago a frente como "transcentamentos" (e parte de tais "referências" e "portos seguros") – permanece em constante negociação (LIMA, 2020).

Em campo, presenciei alguns desses momentos – em que medida é necessário re/forçar afetos positivados (como a validação de identidades de gênero a partir de uma autoafirmação, valorização de estéticas e belezas entre masculinidades e feminilidades diversas, e assim em

[246] A "saúde mental" é um tema central quando pensamos em permanência estudantil universitária. Nessa dissertação, tendo a me aproximar desse debate a partir da categoria "adoecimento" mobilizada por Lima (2020).

diante) e em que medida é necessário tensionar esses próprias espaços, em suas desigualdades internas, e inseri-lo em discussões políticas mais amplos? Os limites da constituição do "político", e da colocação da "saúde mental" nas fronteiras entre indivíduo/coletivo, entram aqui em cena.

Um evento marcante, nesse sentido, ocorreu em um dos grupos online que acompanhava em campo, composto de estudantes trans* de uma universidade pública. Um acalorado debate surgiu sobre o acesso a políticas de gratuidade para pessoas trans* em festas (o chamado *transfree*, ou *transoff*), nesse caso festas universitárias. De um lado, uma parte do grupo defendia que o acesso a tais iniciativas deveria ser ilimitado, mesmo para pessoas trans* ainda em processo de questionamento ou no "início de suas transições" de gênero, ressaltando, inclusive, os modos como essa identidade poderia ser reforçada em sua (possivelmente primeira) afirmação pública. De outro, parte do grupo defendia que tais políticas eram direcionadas à uma população trans* historicamente marginalizada, no sentido de ter o acesso negado a tais espaços de sociabilidade e lazer, e que tais pessoas em questionamento ou no "início de suas transições" deveriam reconhecer a posicionalidade de seus corpos em meio a estruturas sociais mais amplas, principalmente quando a organização dessas festas envolvia pessoas trans* em situação de vulnerabilidade social. O conflito resultou na saída de algumas pessoas trans* do grupo movidas pelo fato de que aquele havia deixado de ser um "espaço seguro", enquanto outras se mostraram irritadas por certa falta de politização naquele espaço (como me disse uma de suas integrantes uma vez, "ali só falam de hormônio e nome social!").

Um microcosmos dos debates sobre o acesso a ações afirmativas para pessoas trans* em cursos de graduação e pós-graduação[247], essa anedota de campo diz menos aqui sobre tensões internas a tais grupos (tema do qual não me debruço a fundo nessa dissertação[248]) e mais sobre os modos como "adoecimento" e "cura" (enquanto dimensões individuais e coletivas), e a construção de ditos "espaços seguros" e processos pedagógicos de "politização", opera sempre em meio a disputas, tensões e convergências, assim como em alianças possíveis por entre diferenças e desigualdades.

Por vezes, tais "referências" e "portos seguros" se interpelam na constituição de redes transcentradas. O termo "transcentramento" tendeu a ser utilizado em campo para descrever

[247] Trouxe essa espinhosa discussão já no **Capítulo 1**.
[248] Reforçamos esse argumento no **Segundo Interlúdio**, onde versamos sobre o lugar da privacidade e do segredo. Ali também enfatizei que não pretendo cair em certo romantismo de determinados espaços (permeadas por disputas e tensões internas), mesmo que analiticamente destaque suas potências e suas alianças possíveis.

relações amorosas e sexuais entre pessoas trans*[249]: uma série das pessoas que entrevistei estavam em relacionamentos desse tipo. Uma dessas estudantes é Laura. Em nossa entrevista, ela afirma tem tido um relacionamento com um homem cisgênero onde a família desse ex-namorado não a aceitava e não a permitia adentrar sua casa. Embora atribua o término a outros motivos, afirma estar mais feliz em seu atual namoro, com outra mulher trans, onde consegue compartilhar esses processos com mais facilidade, a partir de experiências comuns. Conversando com Laura alguns meses depois, ela afirmou que ela e sua namorada planejavam morar juntas.

Não apenas experiências comuns e possibilidades de maior conforto e trocas horizontalizadas, transcentramentos também envolvem – pelo que percebo nos relatos que ouço e em minha própria trajetória – um deslocamento de sentidos estéticos e corporais, de modo em que estar em relações transcentrados é por vezes menos uma intenção e mais um caminho orgânico dos desejos. Ao mesmo tempo, gosto de pensar o termo para além da especificidade dessas relações, imaginando essas redes transcentradas nos modos como pessoas trans* podem, entre si, produzir redes de acolhimento e seguridade, particularmente em ambientes onde são numericamente minoritárias, sem perder de vista diferenças e desigualdades internas.

Em minha experiência transitando por esses espaços, ressalto ainda a força que redes transcentradas tem na vida dessas pessoas, inclusive no que é por vezes chamado de "rolê" ou "cena" trans[250]. Me refiro aqui a espaços de sociabilidade, principalmente festas e mobilizações artísticas, onde pessoas trans* são protagonistas na organização, nos palcos e nas pistas. Esses espaços não apenas tecem redes afetivas, epistemológicas e políticas, mas também econômicas – há uma dimensão fundamental de re/distribuição e re/circulação de renda promovida nesses espaços, inclusive no manejo de políticas de gratuidade na entrada de pessoas trans[251]. Um desses relatos surge com Ametista, que versa sobre a importância dessas redes:

> A vivência de uma pessoa trans é muito difícil, a gente tá submetida a procedimentos estéticos, violência social, tentar ser passável, legitimada... dificilmente você consegue focar em si, no seu trabalho (...) Quero chamar artistas e pessoas trans no geral para comporem, *estarem nesse espaço e fazer ele acontecer*. Eu me construí por essas referências, por manas, manos, manes por aí, sabe? É sobre isso. *É sobre essas vivências dessas pessoas que também me constrói*. (...) Pra mim transvestigeneridade é lindo por alguns motivos. É muito pessoal, porque cada pessoa tem uma trajetória muito diferente e cresceu de uma maneira muito específica. *Mas... tem muitos episódios comuns, muitas coisas aconteceram com várias de nós, que se*

[249] Em língua inglesa, um termo semelhante é o "T4T" (Trans 4 [for] Trans – Trans por Trans), que também se refere a pessoas trans* que buscam relações amorosas e sexuais com outras pessoas trans*.
[250] Ambos os termos surgiram nas entrevistas que realizei com estudantes trans*. O termo "rolê" tem certa ressonância com o que Carmo (2018) chama em sua tese de "rolê feminista".
[251] Essa discussão retornará no **Epílogo**, ao falarmos sobre as tensões entre "hackear" e "ocupar" (ou não) espaços.

assemelham, que se convergem. É sobre isso, *é criar uma gama de referências pra mim e para outras pessoas trans verem referências trans.*

Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista uma multiplicidade de corpos e histórias operadas nessas in/distinções, onde uma suposta aproximação em termos de uma "identidade comum" não necessariamente implica em experiências compartilhadas (como vimos no relato de Marina, anteriormente, e no embate no interior desse grupo online trans*), ou mesmo pode implicar em possibilidades limitadas de construção política conjunta, caso tais processos de responsabilização e sensibilização não sejam compartilhados.

6.5. Famílias, diferenças/desigualdades e transparentalidades

Conforme trouxe anteriormente a partir do relato de Beatriz, as diferentes transições de gênero (e além) configuram também variadas reverberações nas relações familiares, que podem afetar diretamente a permanência estudantil. Há, de fato, exemplos extremos de expulsão de casa – em média, no caso de travestis e mulheres trans, aos 13 anos de idade, conforme relatório da ANTRA (2020). Em sua monólogo "Manifesto Transpofágico", Renata Carvalho relata seu próprio processo de expulsão de casa e o modo como tal expulsão acompanhou uma espécie de morte simbólica: se antes sua família dizia que haviam ali 3 filhos, agora eram 2. Ao mesmo tempo, assim como observamos a escola em sua complexidade constitutiva, é necessário olhar para o âmbito familiar consanguíneo em sua complexidade e em suas zonas cinzentas – para além dos polos de "aceitação" e "expulsão".

O corte de vínculos familiares implica, muitas vezes, além de suas dimensões afetivas, em um corte na possibilidade de algum tipo de base econômica, que comumente força jovens trans*, principalmente travestis, a uma iniciação cedo na prostituição e a muitas vezes viver em situação de rua. Segundo o Mapeamento das Pessoas Trans no Munícipio de São Paulo (CEDEC, 2021), 32% das autodeclaradas travestis viviam em situação de rua, contra 16% das pessoas trans* como um todo. Ao mesmo tempo, embora haja discrepâncias de gênero, é necessário pontuar que a saída cedo de casa movida por conflitos e expulsões é compartilhada entre transmasculinidades, transfeminilidades e não-binaridades, embora essa violência seja distribuída de modos distintos – no caso das transmasculinidades, por exemplo, são mais comuns os relatos de cárcere privado, quando comparado as transfeminilidades. Segundo o mesmo Mapeamento, temos o dado de que 36% da amostragem entrevistada na pesquisa afirmou que uma primeira percepção de certa identidade trans* veio entre os 11 e 15 anos de idade – 26% ainda mais cedo (entre os 6 e 10 anos) e 19% mais tarde (entre os 16 e 20 anos).

Dessas, 49% deixam as casas de suas famílias entre os 16 e 20 anos, sendo 52% por vontade própria e 47% por terem sido expulsas ou por enfrentarem conflitos familiares.

Dito isso, assim como temos na trajetória escolar um importante eixo de diferenciação e desigualdade no acesso e permanência no ensino superior público por parte de pessoas trans*, temos em uma trajetória familiar um outro eixo central. Esses dados são reforçados no supracitado Mapeamento (CEDEC, 2021), onde, além dos banheiros públicos, o espaço escolar (64%) e a casa dos familiares (58%) surgem como espaços que pessoas trans* deixaram de frequentar, ou evitam frequentar. Além disso, esses espaços surgem como pólos da violência física e verbal frequente (ambos em 21%), impactando a saúde física e mental.

Ao nos atentarmos às particularidades das trajetórias de estudantes trans*, vemos que as relações familiares – ser ou não expulsa de casa e ter a possibilidade de um apoio financeiro e afetivo – atuam como um divisor de águas nas possibilidades de acesso e permanência na educação formal. Com isso, gênero, raça e classe – além de territorialidade, corporalidade, etnia, geração... – se emaranham com eixos outros que emergem relacionalmente e contextualmente, nas aproximações e ressonâncias entre trajetórias trans* que configuram, analiticamente, a possibilidade de compreender processos mais amplos e produzir comparações. Se atentar a essa complexidade envolve uma dimensão prática, por exemplo, no cuidado com medidas de averiguação no que se refere a ações afirmativas, que não devem tomar tais eixos *a priori*, tendo em vista as particularidades de uma população-alvo, sem abandonar a atenção aos modos como processos históricos e estruturas sociais mais amplas se interconectam (compreendendo processos de racialização no interior da cisgeneridade e, com isso, os emaranhamentos entre "racismo" e "transfobia", por exemplo).

Além disso, em um sentido epistemológico, enfatizar também tais trajetórias implica em compreender como elas não implicam apenas em desafios e perigos no acesso e permanência estudantil, mas efetivamente atravessam regimes imaginativos e de projeção de si em futuros e vidas possíveis de serem vividas – o que nos desloca a re/imaginar e deslocar as definições que operamos nesses próprios termos, e nos limites e desafios, teóricos e políticos, de sua operacionalização[252].

[252] Fazemos referência aqui as discussões feitas no **Capítulo 2**.

Adensando uma compreensão da "interseccionalidade"

Ainda no primeiro capítulo, introduzimos o termo "interseccionalidade" na atenção às interconexões entre diferenças e desigualdades e nos provocando a pensar o que, afinal, esse termo poderoso aciona ou pode acionar em suas circulações. Em artigo escrito por Sumi Cho, Kimberlé Crenshaw e Leslie McCall (2013), as autoras afirmam que o termo pode ser compreendido tanto como um "enquadramento teórico" (um modo de "entender o mundo e seus fenômenos sociais"), quanto uma "ferramenta" (por exemplo, no "uso do termo em políticas institucionais e movimentos sociais") e um "conceito" (um "termo situado historicamente na produção acadêmica que nos permite diferentes possibilidades analíticas", um termo que nos informa algo que procuramos responder). Um uso não anula o outro – seus usos são estratégicos e sempre contextuais – e, nesse sentido, tendo a escapar de uma distinção entre análises "sistêmicas" ou "construcionistas" ao versar sobre interseccionalidade.

Uma resposta próxima surge em relação aos eixos, vetores, pilares ou recortes envolvidos nessa interconexão, em artigo de Lena Gunnarsson (2017). A partir da dialética, a autora argumenta que diferenças e desigualdades como as de gênero, raça e classe são tanto inseparáveis quanto separáveis – impera aqui a lógica do "não sempre", do "não apenas". E isso é particularmente importante quando pensamos – agora a partir de Avtar Brah (2006) – que não há interconexões *a priori*, no sentido de serem anteriores às relações. Tais diferenças e desigualdades emergem relacionalmente, em determinados contextos, o que não exime-as de sua força – associada a seus passados e fantasmas re/vividos no presente, configurando políticas de vida e morte. Nesse sentido, devemos ter em vista certa inescapabilidade de determinados processos históricos, tais como a escravidão e a colonização, principalmente no tema de pesquisa que aqui operamos.

Ao mesmo tempo, esses eixos não podem ser tidos de modo simplista. Gênero, aqui, para além de desigualdades em termos de masculinidades, feminilidades e não-binaridades, se refere também a uma distinção em termos de momentos na transição de gênero de estudantes trans*, seja como forma de identidade ou a partir de determinadas alterações corporais. Isso implica em uma política da diferença entre idas e vindas (M'CHAREK, 2017), e que compreenda tais diferenças de modo complexo, conforme nos lembra M'charek em suas considerações sobre 'raça' e o problema da diferença:

> Raça se torna uma coisa irredutível, espaço-temporal, uma que se move e muda sua forma a depender dos tempos e lugares que são desenhados juntos. Isso indica uma complexa política da diferença (M'CHAREK, 2014, p.48, tradução nossa)
>
> As histórias buscam des-essencializar e des-naturalizar diferença. Elas tomam como problema a ideia de que diferença é uma variável (ou uma série de variáveis) localizadas no corpo e que essas variáveis podem ser adicionadas ou

> subtraídas para produzir um sujeito singular (mulher, imigrante, classe operária etc.) (M'CHAREK, 2010, p.311, tradução nossa)

Ao mesmo tempo, conforme vimos a partir da obra de Patricia Hill Collins, versar sobre "interseccionalidade" tem um peso político e uma historicidade no interior da produção de feministas negras que não pode ser perdida de vista, nos emaranhados entre teoria e prática. Fazer isso seria re/produzir um histórico de apagamento dessas existências e intelectualidades de mulheres negras na produção acadêmica (NASH, 2018). Retornando a Collins (COLLINS & BILGE, 2016), no entanto, vemos que tal produção nos permite, desde seus primórdios, estabelecer conexões e alianças outras que embora atravessem, também ampliam, deslocam e re/imagem tais perspectivas e objetivos iniciais, inclusive em sua circulação por diferentes espaços sociais e contextos geográficos. Falar em termos de interconexões de desigualdades e opressões não implica em naturalizá-las e tão pouco hierarquizá-las. Implica, pelo contrário, em pensar em estratégias teóricas e políticas – em refletir e agir coletivamente sobre os efeitos de diferentes desigualdades e suas interconexões. Ou seja, de potencializar essas articulações e produzir enredamentos que levem a sério suas interconexões e o combate a desigualdades historicamente contingentes.

Nem sempre tais expulsões familiares são tão literais quanto enxotar uma pessoa trans* para fora de casa, podendo envolver contínuas violências e desgastes gerados ao longo dessas relações. Podemos aqui, de outro modo, retomar o que denominamos anteriormente de "evasão forçada" – que diz respeito a um processo contínuo de expulsão, gerando situações de extremo desgaste emocional e mesmo risco de vida. Além disso, tais violências não necessariamente estão relacionadas a um "se assumir" publicamente, com retaliações ao longo da trajetória dessas pessoas devido a certos comportamentos tidos como desviantes e passíveis de punições. Nos relatos de estudantes trans*, a convivência – seja diária, seja pontual ao longo de semanas ou mesmo meses – acompanhou muitas vezes um tenso jogo entre se posicionar e se afastar, manejando essas relações no cotidiano[253]. Outro elemento importante está nos modos como esses posicionamentos atravessam diferentes transições de gênero – por vezes, famílias "aceitam" uma afirmação verbal de identidade trans*, mas não processos de hormonização e outras mudanças corporais que podem acompanhar esse processo de identificação, por exemplo.

[253] Retornaremos, de outro modo, às discussões sobre "convivência" no **Epílogo** da dissertação.

Em muitos dos relatos ouvidos na pesquisa, estudantes trans* saíram das casas de suas famílias para morar próximos a universidade, o que, em si mesmo, implica inevitavelmente em re/configurações afetivas e econômicas. No caso de estudantes trans*, o manejo das relações familiares aparece diretamente relacionado a permanência, envolvendo negociar espacialidades – a presença ou não em que espaço, e como esse espaço se constrói conjuntamente (por exemplo, "se assumir" publicamente na universidade, mas não no espaço domiciliar familiar) – assim como temporalidades e materialidades – as demandas frente ao próprio corpo em transição e o apoio ou não por parte da família (por exemplo, iniciar ou não um processo de hormonização a depender das configurações dessas relações).

Marcos, por exemplo, relata que embora sofra violências dentro da universidade, estar ali "*ainda é um sonho* perto do que passei no ensino médio" e que "*nada me faz querer voltar* [à minha cidade natal], *ou comparar experiências* [que tenho hoje com as] que passei lá". Não apenas sua escola, seu relato perpassa tensas relações familiares no contexto de uma cidade pequena e, em suas palavras, majoritariamente reacionária, no interior do Brasil.

Um relato elucidativo desses manejos aparece de modo particular na trajetória de Rosa. No começo de nossa conversa, a estudante afirma, em um paralelo com a experiência com colegas de turma (dado que ela foi uma das primeiras pessoas trans* de seu curso de graduação):

> Entrei [no meu curso] com o nome social e foi um baque muito grande pra [todo meu curso]...fui talvez a segunda pessoa trans [do meu curso], algo do tipo. (...) *E tem a questão de que não tem ninguém aqui pra conversar sobre minha vivência, nesse curso*...ninguém teve essas questões. Talvez seja essa a primeira vez que estão surgindo essas questões no curso (...) [Meus pais] nunca conversaram com uma pessoa trans, *sou a primeira pessoa trans da vida deles*..é um negócio que...exigir respeito é necessário, mas não posso exigir compressão pelo que eles nunca viveram...eu sinto isso um pouco com o pessoal [do meu curso] também, de certa forma. Como posso exigir entender o que é ser uma pessoa trans se sou a primeira pessoa trans que entrou aqui abertamente sendo trans? (...) *São conflitos internos.*

Os limites entre negociável e inegociável surgem em seu relato na exigência de "respeito" tanto em relação a seus familiares quanto seus colegas de turma, que também, a seu modo, atravessam processos de "transição". Ao mesmo tempo, tais limites surgem no contraponto com outras esferas de sua família consanguínea, onde pessoas LGBT foram literalmente expulsas de suas casas:

> Na minha família minha tia sabe, mas *não aceita*. Ela diz: 'se você é mulher você tem que gostar de homem, não pode gostar de mulheres'. *E ela expulsou meu primo [de casa]* porque usava saia no ensino médio...enfim. Expulsou durante um ano e ele foi morar na minha casa (...) Meus pais tem questões muito grandes por eu ser trans... nunca usaram meu nome e pronome quando me chamam, só evitam usar. *É um passo...não é o ideal, mas vamos construindo*.

De tal modo, Rosa reivindica esse vínculo com parte de sua família – seus pais, especificamente – compreendendo que essa relação, mesmo que "não ideal", está em construção e que, com isso, tal relação implica em negociações que envolvem uma identidade trans*, em suas múltiplas facetas. No momento de nossa entrevista, a estudante vivia sozinha em uma kitnet próxima a sua universidade, tendo se deslocado de sua cidade natal após o ingresso no ensino superior. Rosa afirmou que vivia com um orçamento apertado, fruto do trabalho remunerado que realizou ao longo de seu ensino médio, quando ainda não havia se afirmado publicamente enquanto uma mulher trans.

Já após ter exposto sua identidade de gênero para seus pais, foi acordado entre as partes, em suas palavras, que ela "não ia fazer nada sem eles saberem", e que um eventual acompanhamento do processo de hormonização aconteceria necessariamente pelo serviço privado de saúde (o que, sem o apoio familiar, seria dificultado, dado o valor das consultas e dos próprios medicamentos). Desejando começar uma hormonização estrogênica, outro acordo foi estabelecido com seus pais, de que a estudante deveria estar dentro de sua casa, junto a eles, durante o começo dessa transição, e que desse modo o apoio financeiro seria garantido. Alguns meses depois de nossa entrevista, retornei a Rosa para conversarmos sobre os desdobramentos dessa história. Ela decidiu abandonar o curso de graduação na cidade onde tinha inicialmente se deslocado, para iniciar seu processo de hormonização com apoio de seus pais. A estudante retornou a sua cidade natal, passando a morar com eles, onde prestou novamente o vestibular e foi aprovada para cursar a graduação ali. Rosa afirma estar feliz com sua decisão, e já deu início ao processo de hormonização.

Alinhando as discussões que fizemos anteriormente, temos no relato de Rosa o que Zago, Paixão e Pereira (2016) denominam de evasão como mobilidade. No caso, Rosa seria enquadrada, em termos numéricos, como uma pessoa que evadiu de sua universidade – quando, de fato, o que ocorreu foi um manejo de possibilidades institucionais em conjunto a suas relações familiares, de modo a permanecer no ensino superior público alinhando esses interesses a partir de tais negociações.

A trajetória de Rosa explicita, ainda, uma complexidade de transições e suas negociações com a esfera familiar consanguínea. Além de uma dimensão afetiva (de "apoio", "respeito"...), um aspecto econômico – a possibilidade ou não de independência financeira, e em que medida – também surge como central nesses relatos.

Dito isso, a possibilidade de independência econômica é outro eixo importante no manejo dessas relações. Comumente maiores de idade, estudantes trans* têm uma maior possibilidade de terem sua própria renda após o ingresso na universidade. Nos relatos se

mostrou difícil, no entanto, se manter financeiramente na universidade em definitivo sem qualquer tipo de apoio familiar (principalmente em cursos diurnos) – praticamente todas as pessoas que conversei tinham algum tipo de apoio financeiro da família, mesmo que apenas para situações de emergência. Ao mesmo tempo, lembro dos relatos de Lia e Marina. Trazendo a importância de sua mãe em sua vida, Lia afirmou que sua busca por certa independência familiar não partia necessariamente de tensões nessas relações, mas das próprias dificuldades financeiras que sua mãe passava:

> O que eu faço hoje é completamente da minha bolsa...minha mãe não tem condição de não ajudar. *Não porque ela não queira...é porque ela não tem como me ajudar* (...) Não tem como depositar isso nela, porque não tem como ela me ajudar nisso

Algo semelhante surge no relato de Marina, também nas relações que tecia com sua mãe. A estudante foi expulsa de casa durante seu ensino médio, mas conseguiu completar seus estudos na educação básica enquanto bolsista, o que ela atribue as falas de sua mãe sobre a necessidade de completar seus estudos. Marina afirma que, após o ingresso no ensino superior público – algo que tinha como inatingível – ela retornou o contato com sua mãe após anos, para ter algum tipo de suporte financeiro e conseguir efetivamente ingressar e permanecer na universidade. Hoje, ela alinha esse apoio financeiro dado por essa parte de sua família a outras formas de obtenção de renda para permanecer nesse espaço.

Assim como Marina, estudantes trans* muitas vezes tem que se sustentar por meio de "bicos" para permanecer na universidade. Isso inclue serviços de beleza (como cortes de cabelo), serviços domiciliares (faxina ou organização de casas), serviços *freelancer* (edição de sites ou vídeos, por exemplo) ou serviços sexuais (prostituição, atuação como *camgirl*/*camboy* etc.). Eventualmente, estudantes trans* conseguem empregos de meio período em empresas ou estabelecimentos comerciais (em restaurantes ou bares, por exemplo), embora normalmente eles sejam temporários. Pelo menos três elementos se unem, aqui: o fato de estarem cursando o ensino superior (que implica na dificuldade de manejo de horários), a dificuldade de inserção no mercado de trabalho em alguns cursos e a transfobia nesses espaços[254]. Isso se intensifica quando entrecruzamos eixos de desigualdade, pensando, por exemplo, em pessoas trans* com deficiência, negras e indígenas. Em nossa entrevista, Ametista relata as dificuldades (e os imaginários) que percebeu após se afirmar publicamente como travesti:

[254] Para um panorama recente sobre a inserção de pessoas trans* no mercado de trabalho, no município de São Paulo, ver Cedec (2021). O mapeamento enfatiza o fato de que muitas pessoas trans* vivem à base de "bicos" e que, comumente, dependem de mais de um emprego para se sustentar no dia-a-dia. Isso tende a se reduzir para pessoas trans* com algum tipo de formação acadêmica ou técnica, mas ainda apresenta desigualdades em relação a uma população cisgênera.

> Para trabalhar nos lugares eu preciso não ser eu (...) E mesmo que eu chegue e me apresente no feminino, eu sou um cara pra eles. Quanto mais o tempo passa, mais difícil fica. *Tem lugar que não me chama mais* (...) agora mando currículos com o nome social (...) me colocando como travesti (...) *A gente sabe que o mercado de trabalho não é pra travesti, se não for na prostituição* (...) Muitas travestis ficam pilhando isso na minha cabeça, quando eu falo que preciso de dinheiro. Elas jogam essa, 'vai trabalhar'. Essa é uma brisa... principalmente as travestis mais antigas.

Ao mesmo tempo, as famílias consanguíneas em si mesmas se constituem em uma complexidade interna. Além das zonas cinzentas entre "apoiar" e "expulsar", temos também zonas cinzentas internas a tais esferas que, por exemplo, aproximam estudantes de certo tia ou tio, pai ou mãe, avó ou avô, em busca de apoio (e encontros de "portos seguros", ou mesmo de "referências" positivadas), ao mesmo tempo em que se distanciam de outros parentes, como o que ocorre com Ravi, após ter sua identidade de gênero trans* "descoberta"[255] em postagens em redes sociais:

> Minha mãe ligou e disse: 'seu pai viu que você mudou o nome'. Disse que meu pai ficou muito puto (...) que era influência de outras pessoas, que não ia me aceitar etc. etc. Ela só queria saber o que tava acontecendo. (...) Conversei com ela em casa e ela ficou suave (...) Meu pai [depois] foi perguntar 'porque todo mundo chama você no masculino e você mudou seu nome?" (...) *Aí eu disse que era trans e ele deu um discursinho* (...) 'Porque você sempre vai ser minha filha' (...) 'é coisa da sua cabeça' (...) *Isso me quebrou muito muito* (...) Minhas tias ficaram sabendo não sei como, elas e meus avós *me aceitaram de boas* (...) meus avós de sei lá que geração. E meu pai não aceitou. (...) *Minha até tia fez um mutirão pra meter o louco no meu pai* – 'o que você tá falando', 'deixa o menino ser o que quiser' (...) Mesmo com esse intensivão, meu pai ainda fala direito comigo (...) *Estamos indo aos poucos* (...) Eu sei que tem que dar tempo, mas essa relação tá me desgastando demais

Algo semelhante surge no relato de Adriano, que também versa sobre a família tanto com um espaço de extrema violência quanto de possíveis redes de apoio, e na negociação de aproximações e distanciamentos, entre possibilidades de independência financeira e necessidades afetivas, frente a um esse espaço domiciliar e os trânsitos possíveis após o ingresso no ensino superior:

> Minha mãe falou 'porque você está fazendo isso', 'você tá escolhendo esse caminho de muita tristeza', 'você sabe que vai sofrer' (...) 'você só vai fazer isso quando sair da minha casa' (...) [*Depois de algum tempo] a família toda ficou sabendo e aí a bomba explodiu* (...) *Mas aí nisso surgiu uma rede de apoio de alguns primos, da minha idade* (...) Mas aí com a minha tia (...) a treta foi mais acirrada (...) Depois fui no [centro de referência LGBT da minha cidade] e a psicóloga disse 'quem precisa melhorar são eles, relaxa' e me ajudou muito o diálogo que ela teve com eles. Foi 'a gente te aceita' – esse aceite problemático – 'a

[255] A noção de "descoberta" é um eixo central da violência contra pessoas trans*, conforme desenvolve Bettcher (2007).

gente te engole mas ninguém fala sobre isso' (...) Depois comecei a trabalhar, ir pra faculdade (...) e não podiam meter tanto o louco igual antes (...) *Fui conquistando, fui forçando mesmo*. (...) Me afastei emocionalmente, financeiramente (...) Hoje eu já relevo, tem dia que tô melhor, tem dia que eu fico mal... mas parece que antes doía mais, de alguma forma (...) *Acho que a gente vai construindo confiança dentro de você, sabe?*

Por fim, trago o relato de Ametista, que, assim como Rosa, enfatiza a importância afetiva de certas relações familiares, ao falar sobre seus pais e, principalmente, sua mãe:

Eu quero ter essa relação com meus pais, *eu quero estabelecer isso*, eles são importantes pra mim. Porra, eles fizeram tanto por mim, eles estiveram do meu lado em tantos momentos*. Mas dói ver que todo mundo não me chama no pronome masculino, mas minha mãe sim* (...) *Mas ela é uma pessoa importante pra mim* (...) Será que ela vai morrer e eu não vou ver ela? (...) *Pensar que tem pessoas da minha família que talvez eu não possa mais ter uma relação.* Que mesmo que eu queira eu não posso porque vou me deslegitimar muito... que eu se for lá como eu estou, elas não vão estar comigo. Isso é uma coisa que pesa bastante pra mim.

Dito isso, versar sobre os modos como a família – assim como a escola – pode atuar como um eixo de desigualdade nas trajetórias de estudantes trans* não implica em simplificar essa esfera da vida em suas dimensões "normativas" e "estruturais" compreendendo que a família, inclusive, pode atuar no encontro com "referências" e "portos seguros" – ou seja, na atenção, também, aos modos como a família não necessariamente atua como um espaço repressivo em si mesmo, mas possivelmente como um espaço de acolhimento e resistência (hooks, 2014 [1990]; LIMA, 2020). Embora exemplos tenham sido raros em campo, tomo essa como uma potencialidade a outras configurações e relações familiares possíveis.

Pensando aqui nas ressonâncias com os *ballrooms* e cenas *vogue*, temos inclusive uma possibilidade de re/imaginar e ressignificar um entendimento de família. Conforme pontuei no Interlúdio anterior, as "gerações trans*" na universidade comumente envolvem relações de cuidado que se assemelham a parentalidades. É nesse sentido que por vezes adjetivei família como "família consanguínea"[256], dado que em alguns relatos a família surge associada a tais redes transcentradas (na família "que se escolhe"). Ou, nas palavras de Sedgwick, sobre uma população gay (SEDGWICK, 2007 [1990], p.22):

> A diferença dos gays, que raramente crescem em famílias gays[257]; que estão expostos a alta homofobia ambiente de suas culturas, quando não da cultura de seus pais, desde muito antes que eles mesmos ou aqueles que cuidam deles descubram que eles estão

[256] Vale destacar aqui que não entrevistei pessoas trans* que foram adotadas, o que me deslocaria a mobilizar outro adjetivo.
[257] Destaco ainda que não houve exemplos de familiares próximos (tais como pais e/ou mães) das pessoas entrevistadas que se afirmavam publicamente como LGBTs.

> entre aqueles com maior urgência precisam definir-se contra; *que tem que construir, com dificuldade e sempre tardiamente, a partir de fragmentos, uma comunidade, uma herança utilizável, uma política de sobrevivência ou resistência*

Terceiro movimento: Ratos, pessoas trans* e outros sujeitos de conhecimento

6.6. Constrangimentos e olhares sobre corpos "únicos"

Caminhando para o final dessa dissertação, é necessário se atentar às dinâmicas e relações constituídas no interior da universidade, e nos modos como, nesse cotidiano, desigualdades são re/produzidas – incluindo os modos como o sentimento de "não pertencer" é re/vivido – e linhas de fuga são puxadas e entrelaçadas. Aqui, o corpo trans* transitando por entre espaços – em suas marcas de gênero, mas não apenas – surgirá em diversos relatos. Trajetórias diversas se entrelaçam com uma universidade múltipla, nos alinhando com as discussões levantadas nos capítulos e interlúdios anteriores.

Pontuei ao longo desse capítulo como a universidade pode atuar como um campo de possibilidades de experimentação e afirmação de gênero. Em minha experiência como estudante da UNICAMP, ouvi em diversos momentos que a região onde a universidade se localiza – Barão Geraldo – era uma "bolha" (Bolhão Geraldo) ou uma "Terra do Nunca", uma região estudantil aparentemente apartada do mundo exterior. Isso se configura devido a própria espacialidade da arquitetura da universidade em relação a região onde se localiza – que também pode ser observada em outras cidades universitárias do país, conforme trouxe anteriormente com o relato de Mael, no interior nordestino – que pode se distinguir de universidades localizadas em centros urbanos. Essa sensação de segurança, no entanto, perpassa certa contradição em alguns dos relatos:

> Acho que São Paulo...eu sinto São Paulo um lugar muito mais seguro, mas é porque tem tanta gente na rua a todo momento *que tem uma questão de segurança pela quantidade de pessoas* (...) Em Barão [Geraldo] me sinto segura na UNICAMP, *UNICAMP é um ponto seguro físico*, sabe. *Fora daqui é uma incógnita gigante*... de como me sinto. É muito complicado isso

Lia é uma estudante de graduação em uma dessas universidades localizadas no interior do estado. A estudante, que se afirmou enquanto travesti após seu ingresso na universidade, contrapõe a presença de seu corpo trans* e negro em seus espaços internos e no seu entorno, tal como a moradia estudantil onde reside:

> Lá [onde eu estudo] eu vou toda bela, saio andando com meus cabelos maravilhosos, desfilando, *tô na passarela*! Sabe, ninguém vai me tombar aqui, ninguém vai bater de frente (...) porque todo mundo sabe que isso é errado, sabe que isso é violento (...) E aí a gente desloca esse espaço pro espaço da moradia (...)

> [onde] ao mesmo tempo eu tô na rua (...) nos bares, vou comprar pão na padaria, vou no mercado, tirar dinheiro no banco. *E mesmo assim é um espaço da universidade* (...) *Se eu tivesse [onde] eu morava com a minha mãe, ali era uma opressão mais direta*. 'Você vai morrer, você é do inferno'. Tá, entendi que isso é opressão. *Só que na universidade é muito mais sofisticado.* Parece que dá um contorno em você, sabe? Pra você entender que isso também é opressão, que isso também me fere como se fosse alguém me xingando na rua. *De uma outra maneira, mas que também me fere* (...) *[Fico pensando] como pensar a opressão dentro da universidade*

Assim, embora o local onde estuda no interior da universidade lhe garanta certa segurança em relação a agressões físicas e verbais – e lhe permita, nesse sentido, expressar sua identidade de gênero e exibir seu corpo livremente ("desfilando, tô na passarela") – isso não pode ser dito de outros espaços da universidade e seus arredores, tal como o local onde reside, que se reveste desses riscos e perigos. Ao mesmo tempo, a "opressão dentro da universidade" é dada de modos sutis, mas não menos violentos, que, nas palavras de Lia, "dão um contorno em você". A sensibilização ao reconhecimento desses atos enquanto atos violentos parece ser menos direta que nas agressões sofridas nas ruas distantes daquele espaço, por exemplo[258]

Um ponto interessante de convergência nos relatos que ouvi ao longo da pesquisa foi o eixo comum nas experiências transfemininas na universidade do que foi chamado, em diversos momentos, de "olhares" – que configuraram, nesses relatos, um sentimento de "não pertencer". Um desses relatos é trazido por Rosa, onde conta que, logo após ingressar na graduação, tentou entrar no centro acadêmico do local onde estuda:

> Entrei uma vez [no centro acadêmico] depois que ingressei, tava lá, super suave esperando o pessoal...*e todo mundo me olhando, me encarando*. Pensei 'tá bom, vou embora daqui, não tem porque eu ficar aqui', e *nunca mais entrei ali*, nesse um ano [de graduação].

Tal ato de encarar [*staring*] ganha contornos analíticos na obra de Garland-Thomson (2009). Enfatizando as experiências de pessoas com deficiência, a autora pontua os modos como o encarar – em seu misto de curiosidade, repulsa, interesse sexual... – e suas regulações (quais olhares são permitidos ou não, em quais contextos) perpassam as possibilidades de um campo visual, no sentido em que os corpos "encarados" são, comumente, aquelas que não são visíveis em determinados espaços (públicos, principalmente). Dito isso, não é surpresa que corpos transfeminimos – comumente associados a vida noturna e ao trabalho sexual – sejam "encarados" em seus trânsitos pela universidade. O "encarar", afirma Garland-Thomson, cria sentidos – e, de tal modo, o encarar re/produz quais corpos podem habitar quais espaços, e de que formas, associados aqui a um sentimento de não-pertencimento.

[258] Trouxe um relato semelhante no **Segundo Interlúdio**, a partir de minha própria trajetória.

Embora o termo "olhares" tenha sido presente majoritariamente nos relatos de estudantes transfemininas, também ouvi de estudantes transmasculinos e não-binários um elemento de "não passar despercebido" em alguns de seus relatos[259]. O fato de serem os "únicos" ou "os primeiros" os fazem serem "marcados" em seus trânsitos por esses espaços, incluindo aqui salas de aula. Em alguns dos relatos, isso é atravessado por "perseguições" de docentes, assim descritas em algumas das entrevistas – nos modos como tais estudantes tendem a ser mais cobrados do que seus colegas de turma cisgêneros, por exemplo. Alinhando ao que vimos sobre os "olhares", temos – lembrando novamente de Renata Carvalho – que "nosso corpo [trans] sempre vem antes" o que, nesse contexto, faz com tais corpos sempre sejam marcados em suas passagens por espaços universitários.

Em outro momento de nossa conversa, Rosa relata um caso de ameaça ocorrido em sala de aula, também pouco após ingressar na universidade:

> Cheguei, sentei, tinha dois caras na sala, sentaram perto de mim e ouvi eles falando 'nossa, se eu pegar esse viado eu mato na porrada' (...) [Eu pensei] *'vou embora daqui, aqui não é meu lugar, não vou ficar aqui*. Daí pedi transferência pra outra sala, os professores não quiseram me dar (...) Conversei com a diretoria e no final consegui trocar de sala (...) Mas demorou meses, fiquei meses do semestre com essas duas pessoas.

Considerando a multiplicidade de espaços que compõem a universidade, o centro acadêmico surge, na fala anterior de Rosa, como um espaço interno hostil, inacessível – um lugar, portanto, que aquele "corpo estranho" não é bem-vindo e parece não pertencer. Em muitos relatos, a poda do acesso a espaços universitários parece se expandir – entre salas de aula, corredores, banheiros, refeitórios... – até que, no limite, essas situações pontuais geram obstáculos substantivos na permanência estudantil ou mesmo forçam estudantes trans* em processos de evasão forçada. O outro exemplo trazido por Rosa, em sala de aula, é um extremo disso, dado que a saída dali implicaria em percalços em sua trajetória acadêmica, a forçando a conviver em um ambiente hostil (e possivelmente perigoso) até conseguir, a duras penas, a necessária troca de sala – onde, vale destacar, é ela que se vê forçada a se deslocar desse espaço.

Um segundo relato mais extremo surge na fala de Mael, em seu comparativo com sua experiência na educação básica, e em tensões que emergem aqui na relação com funcionárias da universidade e um sentimento de estar encurralado:

> [Durante a escola] tive situações engraçadas, mas nunca sai de lá chorando. [Na universidade já] (...) [Um dia] tava carregando meu celular, *e vi as moças da limpeza fuxicando 'é menino ou menina?".* Começaram a fuxicar algo [e foram me perguntar]. Eu fiquei encurralado na parede carregando o celular, e elas

[259] Lembro ainda do relato de Marcos, citado no **Primeiro Interlúdio**.

começaram a perguntar de modo muito invasivo. 'Mas como assim? Não sei o que'. Outros alunos começaram a ouvir e eles *fizeram uma roda em volta de mim para ver o que que eu era*. E eu não conseguia responder nada, eu tava travado (...) *Pensei 'não tem como fugir daqui, to encurralado'*. Depois que elas saíram eu só desabei e chorei

Por sua vez, outra figura transfeminina (assim como Rosa), Marina versa sobre a espetacularização de seu corpo travesti no espaço da universidade:

Havia um constrangimento das pessoas me olharem confusas... *e se aproximarem por curiosidade, como se fosse um animal de zoológico*. Existe uma questão grande (...) que percebo que acontece só com travestis. *Um assédio de ser encarada, de ser tocada, de ser chamada pelos cantos*. Um assédio de não ser convidada. (...) *Parece que a gente não tá aqui pra ocupar espaço, a gente tá aqui pra desenvolver interesses dos alunos e professores.*

Ao longo de nossa entrevista, Marina relata em diversos momentos os modos como esse corpo é espetacularizado na convivência universitária. Além da presença desse corpo nos corredores da universidade, Marina traz, em certo momento, sua experiência tortuosa no estabelecimento de relações afetivo-sexuais, por exemplo, em festas, onde os interesses sobre seu corpo são movidos por um interesse fetichizado ou por um aspecto de marginalidade e de algo que deve ser ocultado do olhar público ("às escuras"). Relatos próximos surgem de outras pessoas transfemininas – tais como Laura, que ressalta seu cansaço de estar em ambientes de socialização na universidade, tais como festas, devido a essa série de constrangimentos e violências. A presença de uma figura feminina é por vezes, em si mesmo, geradora de situações de assédio, mas isso tende a se intensificar quando uma identidade trans* é forçosamente posta nesse contexto – relações afetivo-sexuais estabelecidas com homens cisgêneros heterossexuais tendem a serem colocadas no âmbito do "segredo" e do "sigilo". Em certa medida, isso também ocorre nas transmasculinidades e não-binaridades – que perpassam regimes específicos de fetichização ("curiosidade") e de posicionalidades inferiorizadas nas possibilidades de estabelecer vínculos românticos – retornamos, novamente, ao debate sobre "afeto" e "transcentramentos".

A imagem do "animal de zoológico" mobilizada na fala de Marina é um gancho interessante para pensar em outro espaço de negociação nas relações de estudantes trans* na e com a universidade – o da produção de conhecimento. Lembro aqui de duas citações – uma de Amara Moira (conhecida como a primeira pessoa trans a se doutorar utilizando o nome social em sua universidade) e outra de Tertulina Lustosa (então estudante de graduação em história da

arte), que tem em comum sua enunciação por travestis inseridas na academia, compartilhando a imagem, em seus relatos im/pessoais, das pessoas trans* enquanto "ratos de laboratório"[260]:

> Não desisti [do doutorado] porque eu sabia que tinha uma simbologia grande para a comunidade trans e para o mundo. Era uma mensagem para a sociedade. *Uma mensagem de que a gente pode estar naquele espaço, podemos produzir conhecimento, conhecimento considerado válido e legítimo e tensionando o que é produzido ali*. A gente deixa de ser só rato de laboratório e objeto de estudo e passa a ser sujeito da produção intelectual deste País, desta sociedade (MOIRA, 2019)
>
> No meio de uma das reuniões para pensar a agenda de festas, oficinas e debates que aconteceriam na casa, dois jornalistas nos interrompem para fazer uma proposta. A ideia que nos traziam era de um documentário que visava, com 'todas as melhores intenções', entrevistar nossas mães (sobretudo, aquelas que não nos aceitavam). *Lembrei-me de como as histórias de violência cotidianas das pessoas trans transformam-se, tantas vezes, em dados frios, em imagens espetaculares e em projetos que não nos beneficiam efetivamente*. Nas palavras dessas duas pessoas havia erros de pronome, negligências ao histórico de abandono e instabilidade emocional entre pessoas trans e seus parentes biológicos. *A meu ver, não éramos, para eles, um coletivo de afetividades e cooperativismo, mas sim ratos de laboratório* (LUSTOSA, 2016, p.385)

Os emaranhados entre "objeto" e "sujeito" de conhecimento são centrais na produção de Donna Haraway, que, em seu conjunto de seres que a acompanha, tem em um de seus parentescos um rato de laboratório, OncoMouse™ – uma rata geneticamente modificada e entidade complexa emaranhada em produções de conhecimento, suas práticas, leis e lucros, assim como esperanças e medos individuais e coletivos (HARAWAY, 1997). OncoMouse™ é tropo [*trope*] e ferramenta, se não sua figura sacrificial, de uma rede tecnocientífica – onde "o técnico e o político são como o abstrato e o concreto, o primeiro plano e o fundo, o texto e o contexto, o sujeito e o objeto" (HARAWAY, 1997, p.237, tradução nossa) – mas onde operamos comumente nas distinções re/criadas historicamente entre corpo/mente, opacidade/transparência, localizado/universal, masculinidade/feminilidade, ciência/política, objetividade/subjetividade, e assim em diante, que a todo momento constituem o que é tido como, "de fato", conhecimento (válido e legítimo, nas palavras de Amara Moira).

Haraway nos lembra, nesse artigo, que "gênero e raça nunca existiram separadamente e *nunca foram sobre sujeitos pré-formados dotados de genitais engraçados e cores curiosas*" – e que as ciências, de fato, operam a todo momento em sua re/imaginação. Raça e gênero (e não apenas) são relacionais, são re/produzidas em processos formativos historicamente contingentes que, desde seu princípio, operaram como bases de ficções poderosas – como

[260] Uma primeira versão desse texto foi apresentada com o título "Existe 'universidade' em pajubá?: Antropologia em tempos de destruição" no evento "Sexualidade, modos de classificação e saberes científicos". Agradeço aos comentários do Professor Sérgio Carrara naquele momento.

metáforas que "importaram enormemente para a constituição do que pode contar como conhecimento" (*Idem*, p.230, tradução nossa, ênfases nossas). Entendê-los desse modo é não apenas desnaturalizá-los, desessencializá-los, mas também abri-las a capacidades imaginativas.

Podemos, com isso, contrapor esse projeto de conhecimento específico sem corpo, raça ou gênero, há um projeto outro de conhecimento localizado. Ao mesmo tempo, se localizar não é "listar os adjetivos ou atribuir rótulos como raça, sexo e classe". Afirma Haraway (no que chamo aqui de posicionalidade), "localização é sempre parcial, sempre finita, sempre obra carregada de um primeiro plano e um fundo, texto e contexto, que constitui uma investigação crítica (...) a localização não é auto-evidente ou transparente" (*Idem*, p.237, tradução nossa). Dito isso (*Idem*, p.246, tradução nossa, ênfases nossas):

> Podemos rentavelmente aprender a *duvidar de nossos medos e certezas* de desastres tanto quanto nossos *sonhos de progresso*. Podemos aprender a viver sem os revigorantes discursos de uma história de salvação. Existimos em um oceano de histórias poderosas (...). *Não há como escapar das histórias*.

Espero ter contado, ao longo desse capítulo, e dos interlúdios e outros capítulos que o antecederam, algumas dessas histórias, que, cada uma a seu modo, nos aponta a elementos complexos – tais como ciência/s, Estado/s, ativismo/s, família/s, escola/s, universidade/s – re/produzidos e re/imaginados nesses enlaçamentos, relacionalmente, e que, também cada um a seu modo, mas nunca isoladamente, nos abrem possibilidades imaginativas e, com isso, projetos e futuros outros. Nesse sentido, gênero, raça, classe (e além) nos leva, aqui, a dimensão de conhecimento em nosso Epílogo, e nos modos como podemos re/contar algumas dessas histórias – assim como nos abrirmos a novas – a partir desse fio condutor.

EPÍLOGO

Um convite à transição

"Para mim, apresentar nós mesmas, pensar nós mesmas, como se nós pertencêssemos a uma verdadeira história, não a um destino, é uma condição para manter a linguagem de uma forma que está bem com outros que não tem a mesma história"

– Isabelle Stengers (STENGERS, p.17, 2013, tradução nossa)

EPÍLOGO

7.1. Alargando intelectualidades

No capítulo anterior, vimos como eixos de diferenciação e desigualdade emergem nas trajetórias de estudantes trans* em seus percursos familiares e escolares, configurando distintos acessos e permanências no ensino superior público. Vimos ainda a centralidade que "referências" positivadas e "portos seguros" tomam nessas trajetórias, em processos subjetivos que perpassam uma dimensão política e coletiva, inclusive no compartilhamento de sensibilidades e responsabilidades – termos que irão re/emergir também nesse momento final da dissertação. Ainda no capítulo anterior, desenvolvemos o conceito de "transições", compreendida não apenas em suas dimensões materiais e temporais, mas também espaciais. "Transições", inclusive, que excedem o que comumente entendemos como gênero ou mesmo o corpo em si mesmo, de modo a movimentar enredamentos mais amplos e os próprios espaços onde esses corpos habitam ou reivindicam habitar, e de quais formas. Podemos re/imaginar a discussão proposta ainda no primeiro capítulo a partir de Barbosa (2010, 2015) e Coacci (2018) dos entrecruzamentos entre redes ativistas, estatais e acadêmicas de modo a enfatizar suas transições de corpos e afetos, mas também de saberes. Conhecimentos e saberes atuam em suas múltiplas dimensões pedagógicas e educacionais (educação compreendida aqui em um sentido amplo, para além da educação formal) em meio a esses enlaces. Retomando brevemente uma fala de Beatriz, citada no capítulo anterior:

> *O conhecimento acerca das identidades trans é bastante precário*. Mais recentemente isso está sendo divulgado, mas o acesso é precário.

Como vimos anteriormente, Beatriz, assim como outras pessoas trans* que entrevistei (como Dan e Ravi) traz a importância de sua circulação em redes sociais online no encontro de "referências", e na catalisação desses processos de "politização" após o ingresso no ensino superior – o que, em algumas trajetórias, é tido em um período anterior a esse ingresso, na trajetória em cursinhos populares ou em grupos e coletivos no âmbito escolar. Marina, por sua vez, nos trouxe um relato distinto, reforçando que suas "referências" trans* e "portos seguros" eram travestis das quais tinha um convívio diário antes de ingressar na universidade, compreendendo após seu ingresso no ensino superior uma dimensão de "marginalidade" em sua trajetória e daquelas das pessoas que tinha como força, contraposta a um cenário universitário de notáveis "privilégios" que ali observava, inclusive no re/conhecimento de sua própria posicionalidade em eixos de gênero, raça e classe e os efeitos que tiveram em suas possibilidades de acesso, e também de permanência, em sua trajetória.

Lembro ainda da discussão que tivemos na 2ª Semana da Ressignificação, citada ainda no **Capítulo 2**. Em nosso debate sobre a presença de pessoas trans* em espaços de produção de conhecimento, lembro da fala de uma das debatedoras, que reforçou que a universidade deveria ser "um" fim possível a essas trajetórias – mas não "o" único fim possível[261]. A perspectiva de possibilidade de acesso à universidade não poderia ser mobilizada de modo prescritivo, ou como uma espécie de caminho natural dessas trajetórias. A intelectualidade deveria ser lida de modo amplo, abarcando distintas transições que poderiam atravessar ou não certos espaços de produção intelectual e de reconhecimento institucional, em uma leitura não-hierárquica desses percursos de vida, abrindo possibilidades para diferentes existências e, com isso, conhecimentos e saberes.

Não por acaso, termos como "interseccionalidade" e "feminismo negro" emergiram nessas discussões. As debatedoras – grande parte, mulheres trans e travestis negras – fundamentaram suas reivindicações em perspectivas políticas e epistemológicas fundadas por feministas negras e interseccionais. O debate me inspirou a me aprofundar nessa produção ao longo dessa dissertação, tendo como uma de minhas principais referências a obra de Patricia Hill Collins (2012; 2019 [1990]), de onde tomo uma compreensão ampla da noção de "intelectualidade". Conforme também nos lembra Milton Santos, "intelectual" não é sinônimo de professor universitário[262].

Destaco, por fim, uma autora também citada ainda no **Capítulo 2** – Maria Clara Araújo. Araújo desenvolve o que denomina de pedagogias das travestilidades (ARAÚJO, 2020) e, em sua escrita, cita pedagogias outras protagonizadas por corpas e histórias trans* na produção bibliográfica brasileira, tal como a pedagogia da desobediência proposta por Thifanny Odara (ODARA, 2020) e a pedagogia do salto alto de Marina Reidel (REIDEL, 2014) – podemos pensar, ainda, na "epistemologia do barraco" de Leilane Assunção (DE SOUZA & DA SILVA, 2018), nas "manifestações textuais (insubmissas) travestis" de Sara Wagner York, Megg Rayara e Bruna Benevides (YORK; OLIVEIRA & BENEVIDES, 2020), nos múltiplos corpos citados por Dayanna Louise dos Santos (2020) ou nas "pedagogias antiCIStêmicas" de Dodi Leal (2020). A educação tem sido um pólo do ingresso de pessoas trans*, principalmente mulheres trans e travestis, na academia brasileira (COACCI, 2018), e, de maneira mais ampla, a educação enquanto eixo reflexivo tem movido uma série de produções trans*, também no

[261] Para um aprofundamento das discussões sobre "sucesso" e "fracasso", ver Halberstam (2011). Nesse sentido, é necessário questionar o que é tido como um caminho de "sucesso", em relação a produção de conhecimento e seus processos de reconhecimento institucionais (ou não).
[262] A fala parte de Milton Santos em sua participação no Roda Viva em março de 1997. A conheci através de Carla Akotirene Santos.

interior das ciências sociais e das artes. Propor aproximações com esse campo de estudos – conforme teci no **Capítulo 3**, sem perder de vista minha inserção educacional e institucional na antropologia – é também estratégico na composição de alianças teórico-políticas. Entre aproximações e distanciamentos, e em seu conjunto de próprias estranhezas, teço, com tais pedagogias, o convite às transições nos borramentos dos papéis de quem educa e é educada, tendo em vista – assim como na proposição transpológica de Renata Carvalho, citada na Introdução – nossas posicionalidades no mundo e nossas trajetórias de vida, compreendendo a educação enquanto um espaço possível de transformação social, tanto dentro quanto fora de sala de aula. Nas palavras de Connell, ao pensarmos no ensino superior (CONNELL, p.9, 2019, tradução nossa): "as universidades estão conectadas ao Estado, a economia, a cultura pública e a um sistema mais amplo de educação. Criar boas universidades implica em uma agenda mais ampla de mudança democrática"

Voltamos, com isso, a nossa Introdução – e nos modos como uma dimensão de "conhecimento" foi ganhando centralidade ao longo desses quase quatro anos de pesquisa. Versei, anteriormente, nos modos como viajei por vários continentes e in/disciplinas acadêmicas em meus des/encontros com referências bibliográficas – e, como, já ao final do mestrado, passei a cada vez mais olhar a meu redor, "perto de casa", compreendendo as mobilizações políticas que via nos coletivos trans* atuantes na UNICAMP também enquanto um espaço de produção de conhecimento, assim como a força teórico-política das artes. Para além de aspectos talvez mais abstratos que desenrolo nesse Epílogo, há um sentido também muito palpável desse percurso – que é o fato de que ainda há pouquíssimas pessoas trans* pesquisadoras formadas na pós-graduação do país, principalmente no doutorado. Essa ausência se agrava quando entrecruzamentos identidade de gênero com raça e classe, principalmente[263]. Mesmo na produção acadêmica que temos – e que é aqui, quando possível e relevante, dialogada cuidadosamente – há um elemento histórico importante quando, pensamos, por exemplo, que em minha própria universidade foi apenas em 2018 que a primeira pessoa trans* defendeu um doutorado utilizando o nome social. Compreendo que ampliar esse escopo de referências, para além desse sentido pragmático, complexificou as análises e contra-análises que tecia até então – e vi como era limitante, se não por vezes re/produtor de violências epistêmicas, continuarmos citando referências estritamente "bibliográficas". Com abigail Campos Leal (@bibirigosa) penso em tais referências como "refeverências" – referências e reverências – que carregam consigo um peso epistêmico no corpo do texto, tendo como efeito

[263] Esse argumento foi trazido no **Capítulo 1**.

o re/conhecimento dessas intelectualidades como tais. Alinhar Linn da Quebrada, Renata Carvalho, Donna Haraway e Michel Foucault em um mesmo capítulo não é apagar suas aproximações e distanciamentos, mas se atentar a suas posicionalidades tendo em vista uma historicidade de desigualdades epistêmicas e dualismos hierarquizados[264] e o que, enquanto potência, tais referências fazem emergir como teoria antropológica, etnográfica e social, assim como perspectiva política e ética na formação de alianças também a partir dos encontros e des/encontros de intelectualidades e, diria, em um sentido amplo, de ciência/s.

7.2. As "potências" e os "perigos" de presenças trans* na universidade

Ao longo dos últimos movimentos dessa dissertação foi buscado enfatizar as densidades envolvidas no acesso e permanência de estudantes trans* sob uma perspectiva interseccional. A ênfase nas trajetórias e agenciamentos de estudantes nos provocam a pensar (e atuar sobre os modos) como a permanência é ou não garantida frente a um conjunto de possibilidades desigualmente distribuídas, assim como os afetos que suscitam dessas relações e des/encontros. Patricia Hill Collins inicia o prefácio de seu fundante "Pensamento feminista negro" dissertando sobre um processo social que gera nela um sentimento de inferioridade e isolamento (COLLINS, 2019 [1990], p.15, ênfases nossas):

> A partir da adolescência, fui percebendo que eu era cada vez mais a "primeira", "uma das poucas", ou a "única" afro-americana e/ou mulher e/ou pessoa vinda da classe trabalhadora na escola, na comunidade, e no ambiente de trabalho. *Eu não via nada errado em ser quem eu era, mas aparentemente muitos outros viam. Meu mundo estava se expandindo, mas eu me sentia cada vez menor*. (...) À medida que me sentia menor, também me tornava mais e mais calada, até me ver praticamente *silenciada*.

Em minha re/leitura dessa obra, Collins traz como corpos e histórias "únicas" e "primeiras" no espaço da universidade (e além) suscitam perigos e potências nessas trajetórias. Se, por um lado, há um risco da queda em processos de adoecimento – para retomar o termo de Lima (2020) citado no capítulo anterior – e no acréscimo em estatísticas de evasão forçada há, por outro, a possibilidade de transformações nesse espaço que suscitam dessa presença ativa e da atuação desses sujeitos em rede.

Conforme trouxemos anteriormente a partir de discussões nos campos da antropologia e da educação, os espaços educativos não apenas se configuram – e não apenas devem ser lidos analiticamente desse modo – enquanto espaços estritamente normativos e opressivos, mas espaços que abrem também possibilidades de resistências e enredamentos outros, configurando

[264] É retomada aqui a discussão feita no **Segundo Interlúdio**, onde foi versado sobre um "nós" antropólogas, "nós" feministas, e assim em diante.

manejos e agenciamentos dos corpos que transitam por entre esses espaços, incluindo na abertura a transformações em meio a essas fricções. Dito de outra forma, para utilizar um termo de Linn da Quebrada/Lina Pereira, o que está em jogo, aqui, é o encontro de "fissuras em fissuras" – ou seja, a abertura de espaços, de brechas, de fissuras portanto, em algo que parece se repetir de modo viciado, fissurado – diferença na repetição.

Ao longo dos eventos públicos que acompanhei em campo em universidades federais e estaduais paulistas – eventos esses protagonizados por pessoas trans* tanto em sua organização quanto em sua participação – os termos "ocupar" e "hackear", se referindo inclusive a própria universidade, apareceram em diversos momentos para explicitar os modos como espaços onde corpos e histórias trans* foram "cistematicamente" (VERGUEIRO, 2015) excluídos são reivindicados enquanto espaços possíveis de atuação e de enredamento. Isso implica em re/imaginar e re/configurar dinâmicas desses mesmos espaços, promovendo, a partir de suas fissuras, transformações. As "falas em primeira pessoa" enfatizadas nesses eventos, portanto, não apenas versam sobre trajetórias e transições individualizadas, mas convidam, também, as necessárias transições desses próprios espaços, frente a imaginações e configurações menos permeadas pelas desigualdades e hierarquias que constituíram as bases desses (e ainda vigentes nesses) espaços.

"Ocupar" e "hackear" espaços, ao mesmo tempo, não exclui a concomitância com a busca pela construção, mesmo que temporária e precária, de espaços outros, tais como espaços intelectuais e econômicos transcentrados. É necessário ter em vista, aqui, que "ocupar" e "hackear" implicam em complexas negociações com limites contingentes, que tendem, por vezes, a esbarrar nos limites do que é inegociável em meio a profundas estruturas verticalizadas de poder e dominação. Lembro do texto-manifesto de Dodi Leal (2020) – nas sobre/vivências trans* entre in/disciplinas e des/ordens, onde, quando a dita "disciplina e "ordem" estabelecida são re/produtoras intransponíveis de um conjunto de políticas de morte, a indisciplina e a desordem operam como potentes instrumentos de luta. Lembro, também, da fala de Jup do Bairro: "eu cansei de hackear, agora eu quero é criar novas possibilidades". Por fim, lembro do excerto de Ana Raylander Mártis dos Anjos (@raylandermartis): "As vezes a gente se envolve em projetos que nos desumanizam tanto que ocupar espaços se torna um preço muito caro a se pagar". Dito isso, o "cansaço" e o "desgaste" operam por vezes na não-reivindicação do "hackeamento" de espaços, tendo em vista uma sensibilidade subjetiva das barreiras que aparentam ser insuperáveis em alguns espaços (ou demasiadamente lentas, dada a urgência dos chamados dessas vidas), tais como na manutenção de desigualdades econômicas e na insistência de uma Outrização e uma racialização impermeável e impositiva sobre tais corpos e histórias.

Adensando, com isso, as discussões entre perigo e potência, temos, nesse momentos finais da escrita, a atenção aos modos como a universidade tem se transformado, ou pode se transformar, com a presença ativa de estudantes trans* nesse espaço. Partimos anteriormente dos relatos de estudantes trans* em meio a embates no interior da universidade, tanto nas relações com a burocracia e a administração universitária[265] – na reivindicação e no manejo de direitos no cotidiano – e ao final do capítulo anterior versamos sobre disputas em salas de aula e os "olhares" sobre certos corpos em seus trânsitos pela universidade. Aqui, será destacado principalmente os dilemas que atravessam a inserção de estudantes trans* na produção de conhecimento acadêmico. Iniciamos nos modos como um elemento de "potência" da presença de corpos e histórias trans* no espaço da universidade – ou seja, seu efeito de transformação possível – é tido de modo distinto nos relatos de Laura e Marina.

Laura é uma estudante de graduação de medicina e, ao longo de sua fala em nossa entrevista, reforçou o que descreveu como o impacto da "convivência" nas relações que estabelecia naquele espaço. Não apenas a primeira pessoa trans* de seu curso, Laura reforçou que era, para grande parte de seus colegas de curso, a primeira pessoa trans* da qual conviviam no seu dia-a-dia. Tal con/vivência – esse viver com, cotidianamente – aparece no relato da estudante associada a uma possível quebra de estigmas e estereótipos do que seria, e o que se pode ser, uma pessoa trans*: em suas palavras, "já vieram me falar que achavam que pessoa trans era uma outra coisa, imaginavam muitas diferenças, *mas na convivência viram que não tem nada de diferente*". Em outro momento de nossa conversa, Laura afirma que, como um todo, ela é respeitada pelos colegas de turma pois "impõe respeito", mas reforça situações constrangedoras que enfrentou com funcionários (por exemplo, ao ser impedida de utilizar o banheiro feminino) e professores (por exemplo, no caso de um professor que se recusou a respeitar seu nome, mesmo após a estudante ter alterado seu nome nos sistemas burocráticos da universidade).

Potência surge nesse relato, novamente, com uma friccionada relação com o perigo. Ao longo de nossa conversa, Laura reforçou em diversos momentos um sentimento de sobrecarga e cansaço ao se posicionar constantemente em sala de aula e frente a seus colegas de curso. O fato de ser a "única" e a "primeira" surgia por vezes como uma obrigação de sempre estar presente e afirmar prontamente seus posicionamentos – um peso de responsabilidade, portanto: "*[Tenho a] responsabilidade em mim* que aqueles médicos (...) que eles eu posso mudar, colocar na cabeça deles de atender pessoas trans com dignidade". Laura afirmou que, desde o início da

[265] Essa discussão foi realizada no **Primeiro Interlúdio** da dissertação.

graduação, participava ativamente de todo tipo de debate que tinha a oportunidade de estar presente, seja por meio de convites dirigidos especificamente a ela, seja em eventos onde enxergava uma chance de se posicionar como uma pessoa trans* médica em formação. A estudante afirma que, com o tempo, passou a filtrar esses espaços de atuação, seja por não encontrar brechas de transformação, seja pelo cansaço que, afetiva e efetivamente, esses embates suscitavam em si. Em certo momento de nossa entrevista, Laura cita o apoio que recebeu de uma professora ao relatar para ela a sobrecarga que sentia, re/lembrando de seu conselho – "Laura, *o mais importante* que você pode fazer [como uma pessoa trans* na medicina] *é se formar*".

Se, de um lado, temos Laura enfatizando o que denomina de "convivência", temos, de outro, Marina, uma estudante das ciências sociais, enfatizando uma dimensão de "desconforto". O termo surge inicialmente em nossa conversa quando a estudante trazia sua experiência de ingressar na graduação e morar em uma república masculina. A estudante afirma que, embora tenha firmado ali boas amizades, a convivência lhe era desgastante. Naquele momento, Marina já havia se afirmado como uma pessoa transfeminina, mas, em seus próprios termos, "ainda tinha uma corporalidade masculina, padrões masculinos", sendo lida, naquele contexto, enquanto um homem gay. Embora eventualmente a estudante tenha deixado a república, ela enfatiza, em seu relato, uma potencial transformação que gerou naquele espaço, a partir do qual ela constrói um paralelo com sua presença mais ampla no espaço da universidade:

> *Isso que é ocupar o lugar, é parte de ocupar os lugares*. Ser uma travesti em uma república masculina foi desconfortável. *E o desconforto que eles sentiram de certa forma me agradou*. Assim como o desconforto que eu causo andando na universidade me agrada no sentido de que sou *uma das poucas que estou aqui*. E que se eu não estivesse aqui eles continuariam confortáveis. Por isso eu acho que a universidade tem que ser enchida de travestis sim, e tem que tirar o conforto deles sim.

Potência e perigo[266] surgem como uma corda bamba na permanência nesse espaço – o equilíbrio na possibilidade de transformação e a exposição de ausências ao ser "uma das poucas" frente a uma possível queda no desgaste e sobrecarga cotidiana gerados nessas relações. A partir de tais relatos podemos questionar os modos como essas tensas negociações são operadas no cotidiano de estudantes trans* em sua presença nos espaços da universidade, principalmente em suas esferas de produção de conhecimento.

[266] Assim como faço em outros momentos, jogo aqui com alguns termos caros à antropologia e aos estudos de gênero. "Pureza e perigo" nos remete aos escritos clássicos de Mary Douglas (2010 [1966]), enquanto "prazer e perigo" nos remetem a Gregori (2016). Nesse sentido, acabamos por jogar com o termo "potência" – que tomo de empréstimo do campo (embora ele mesmo ressoe, por exemplo, em certa produção deleuziana e o conceito de "devir") – nas aproximações com purezas e prazeres, no sentido de jogar com as fronteiras e os limites do negociável/inegociável e as possibilidades (ou não) de inserção em e ressignificação de determinados espaços.

Assim, fazemos um movimento, a partir do capítulo anterior, de alinhar espaços "externos" à universidade – tais como o ambiente familiar e escolar – a seus espaços "internos", inclusive em seus borramentos[267]. Enfatizamos, com isso, eixos de diferença e desigualdade que excedem uma tríade de gênero, raça e classe (além de complexificar esses próprios termos). Acrescento, nesse momento final, um outro elemento de diferenciação e desigualdade quando versamos sobre acessos e permanências trans*: as distinções entre cursos. Ainda no primeiro capítulo pontuei como há diferenças nos processos de implementação de ações afirmativas para uma população trans* em diversas áreas de conhecimento acadêmico. Aqui, tais distinções surgem em diferentes práticas e agenciamentos no cotidiano universitário[268].

Nas universidades onde realizei trabalho de campo, presenças "primeiras" de estudantes trans* surgem em momentos diversos em diferentes cursos de graduação, que apresentam menos ou maior resistência, de modos internamente complexos e comumente variáveis a depender de cada instituição. Conforme pontua Favero (2020), as "primeiras" presenças trans* na universidade não necessariamente se conectam a pesquisas ligadas a tais temáticas, ou mesmo de trajetórias marcadas pelo posicionamento político ativo sobre o fato de serem pessoas trans* nesse espaço (FAVERO, 2020, p.9, ênfases nossas):

> Por exemplo: *primeira transexual* formada no curso de engenharia elétrica, ou *primeiro homem trans* formado em artes visuais. Mesmo que suas pesquisas não se destinem a discutir a transexualidade ou que não se coloquem como transexuais em seus trabalhos? Determinados nichos de produção de conhecimento, apesar de supostamente distantes das críticas à "neutralidade científica", *podem desencadear em processos parecidos de celebração e relevânci*a. Não para afirmar que tais comemorações são irrelevantes (...) mas para pensar que, mesmo que o local de fala não apareça do mesmo jeito em uma área tida como distante das humanidades científicas, em determinados momentos, *ele ainda está lá*.

Mesmo frente ao aparente borramento dessas fronteiras, é possível traçar diferenciações entre cursos e grandes áreas do conhecimento acadêmico a partir de pelo menos dois grandes eixos. O primeiro deles está numa presença notável de estudantes e docentes LGBTQIA+, mulheres e pessoas negras e indígenas em sala de aula, que surge nos relatos de estudantes trans* que passaram do bacharelado à licenciatura, movimento comum nos relatos de estudantes tanto nas exatas, em número mais elevado, quanto nas humanidades.

[267] Embora a pesquisa tenha sido realizada majoritariamente fora da pandemia de COVID-19, acredito que muitas das reflexões trazidas aqui sobre um borramento das fronteiras arquitetônicas da universidade tenham sido re/configuradas, se não por vezes intensificadas, em um contexto de aulas remotas online. Nesse sentido – conforme pontuado no **Capítulo 2** – vale a reflexão de qual universidade é essa, e qual universidade, coletivamente, almejamos.

[268] Devido a baixa quantidade de estudantes trans* em cursos de pós-graduação no momento em que a pesquisa foi realizada, tendo aqui a enfatizar os cursos de graduação.

7.3. Movimentos intrainstitucionais como estratégia de permanência

Em certo momento das entrevistas junto a estudantes trans*, conversávamos sobre as percepções acerca dos cursos e das disciplinas cursadas ao longo da graduação, enfatizando as dinâmicas em sala de aula. Ouvi de uma série de estudantes que a passagem do bacharelado para a licenciatura havia permitido a permanência na universidade, onde, nesses relatos, era acionada uma dimensão de "saúde mental"[269]. Principalmente em cursos de exatas, o bacharelado surgia com uma alta demanda de disciplinas somada a uma turma homogênea em termos de gênero, sexualidade, raça e etnia. Tidos como agravantes do estado psicológico de estudantes, a continuidade no bacharelado era, com isso, relatada como um obstáculo na permanência estudantil. Abaixo estão três desses relatos, todos de estudantes de graduação em cursos de exatas:

> *Nossa, [a licenciatura] é bem melhor*.. acho que é por ter mais aulas na educação. (...) Eu tava no bacharel [no meu curso]... eu gosto muito [do meu curso], amo [meu curso], curto bastante, mas *tava impossível a questão de saúde mental*, e não era mais o que eu queria pra vida (Ravi)

> No primeiro semestre eu queria mudar de curso, ir pra filosofia ou pra sociais. *Mas depois de fazer uma matéria na licenciatura eu descobri que ali era o lugar certo.* (...) No primeiro, segundo ano, não temos conforto pra conversar com professor (...) Comecei a conversar esse ano e os professores realmente não respeitam...ignoram totalmente o e-mail, quando você vai falar com eles...só ignoram (...) É bem diferente, considerando a realidade que tenho na [educação], são realidades totalmente opostas. (Rosa)

> Os professores são majoritariamente os mesmos... mas a licenciatura não faz matéria com o mestrado [como no bacharel]. E na licenciatura tem mais mulher (...) *É um ambiente que acaba sendo menos hostil pra mim. Tem mais meninas, mais LGBTs também, é mais isso*. (...) E tem matérias difíceis, lógico, *mas não faz matéria com o mestrado* (Marcelo)

Ravi, Rosa e Marcelo pontuam diferentes motivos na dificuldade de continuidade no bacharelado, assim como, em suas ressonâncias, demarcam elementos comuns. Ravi optou por abandonar o bacharelado pela "questão de saúde mental" e, assim como Rosa, reforça a importância das aulas "na educação" (ou seja, fora de sua unidade de estudo, no núcleo comum das exatas) na licenciatura. Rosa enfatiza, ainda, o desrespeito e certo descaso de docentes no curso de bacharelado, demarcando "realidades totalmente opostas", nos tratos cotidianos frente a sua identidade de gênero. Por fim, Marcelo – que chegou a completar o bacharelado – traz

[269] Versamos no **Capítulo 3** sobre essa dimensão, a partir de processos de "adoecimento" (e também de "cura") em Lima (2020). Vale reforçar, novamente, que esse é um tema denso, sendo objeto de uma série de produções bibliográficas recentes, e que exige aprofundamento em um outro momento.

tanto o peso em termos de conteúdo (cursando disciplinas junto ao mestrado) quanto no impacto da ausência de mulheres e "LGBTs" em sala de aula.

Algo semelhante surge no relato de uma estudante de um curso de humanas. A estudante em questão afirmou que sua passagem do bacharelado em ciência política para a licenciatura em ciências sociais atravessou a maior possibilidade de inserção na pesquisa que encontrava no campo da educação, pesquisando temáticas trans*. No momento de nossa entrevista, a estudante questionava realizar uma transferência de curso, passando em definitivo para a área da pedagogia e da educação. Novamente, no entanto, as particularidades de cada instituição entram em questão. Se, para essa estudante, houve um desgaste ao tentar adentrar o bacharelado em ciência política – a deslocando para a licenciatura – em outra instituição, também em um curso de ciências sociais, um estudante relata sua passagem do bacharelado em antropologia (onde encontrava uma baixa possibilidade de atuação, e intensa resistência por parte de docentes) para o bacharelado em sociologia, ao mesmo tempo em que não via a licenciatura como um espaço acolhedor, devido ao corpo discente com uma forte presença de "radfems"[270].

Ao mesmo tempo, a atenção às distinções entre cursos nos trazem não apenas um histórico particular de consolidação de direitos em cada uma dessas áreas – inclusive em meio às particularidades de cada instituição, em suas próprias histórias – mas dos modos como as ciências, no plural, operam e efetivamente re/produzem gênero e suas interconexões. Em determinadas áreas da produção de conhecimento acadêmica pessoas trans* surgem diretamente como objeto de interesse disciplinar – como é o caso de áreas como antropologia, educação e psicologia. Simultaneamente, a generificação do corpo é posta de modos distintos em áreas como medicina, educação física e artes cênicas, por exemplo. Como um todo, portanto, temos uma variação nas re/produções de gênero a depender de cada área de conhecimento, para além das diferenças internas de cada instituição (ou mesmo de cada docente) e os modos como essas dinâmicas são operadas cotidianamente em sala de aula.

Lembro aqui do relato de Laura, estudante do curso de medicina, onde ela afirma que havia tanto docentes que valorizavam sua presença e incentivavam sua permanência, quanto havia professores que abertamente se opunham a sua existência naquele espaço. Um deles, certo dia, estava explicando em sala de aula sobre sistemas reprodutores e, afirma a estudante, o professor a todo momento apontava para a vagina ali representada, repetindo "mulher", "vagina-mulher", enquanto olhava fixamente para ela. Já em relatos de estudantes das artes cênicas, a distinção por vezes rígida entre papeis "masculinos" e "femininos" também é objeto

[270] Trouxe anteriormente, no **Capítulo 3**, uma nota sobre as "radfems" (aqui entendidas como um sinônimo de "TERFs" – feministas radicais trans-excludentes).

de tensão na trajetória de estudantes trans*. Em ambos os casos temos uma dimensão também epistemológica que perpassa e entrecruza essas diferenças corporificadas entre cursos e áreas da formação. Ella, estudante do curso de filosofia, por sua vez, reforça o que seria a imagem estereotipada de um "filósofo" – um homem branco, muito provavelmente heterossexual e cisgênero, que toma como princípio de sua vida reflexões sobre as "grandes questões" do mundo e, com isso, "revela ter uma imensa disponibilidade de tempo e dinheiro" – que, em grande medida, destoa da imagem que ela apresenta naquele espaço.

Dito isso, vemos que, em cada desses contextos, cenas emergem relacionalmente a partir das particularidades constitutivas de cada uma dessas áreas do conhecimento. Podemos retomar o artigo de Mol (2015), citado anteriormente, ao enfatizar os múltiplos sentidos de "mulher" nas ciências médicas – que por vezes se aproximam, mas em outras se ignoram ou mesmo se contradizem. Os sentidos de ser "homem", "mulher", ambos ou nenhum dos dois, tem sentidos particulares ao longo dessas ciências, e como um todo, nas distintas produções de conhecimento no interior da universidade, que, ao emergir relacionalmente e contextualmente[271] (sem perder de vista uma historicidade anterior), também afetam os acessos e permanências de estudantes trans*, tendo em vista imaginários, representações e corporalidades – o que nos retorna, de outro modo, ao problema da epistemologia e da centralidade que uma dimensão de conhecimento, de modo menos ou mais explícito, assumiu nessa dissertação.

Ciências entre antropologia/s e feminismo/s

Ao longo dos capítulos e interlúdios desta dissertação, foi enfatizada certa multiplicidade e complexidade constitutiva dos conceitos aqui operados – versamos sobre as fronteiras e limites entre população/ões, Estado/s, universidade/s, e assim em diante. Citei anteriormente como os estudos sociais de ciência foram importantes nesse desenrolar teórico, e aqui enfatizo outro possível adensamento, em nosso entendimento de "ciências", a partir dessa bibliografia.

Conforme pontua Matei Candea (2016), a "ciência" aparece como um problema de pesquisa na disciplina antropológica desde seus primórdios. O autor destaca três frentes centrais em certa produção contemporânea: primeiro, a atenção a entidades não-humanas; segundo, a pluralização das "ciências" e suas interações e intersecções com outros conhecimentos e o mundo

[271] Vimos mais profundamente a emergência relacional e contextual dessas diferenças/desigualdades no Segundo Interlúdio. Aproveitando a deixa, destaco que tomo "contexto", ao longo da dissertação, inspirada no artigo de Strathern (2014 [1987], de modo a jogar com um "dentro" e "fora" de contexto – e, com isso, com contextualizações e des/contextualizações, frente a possibilidades de aberturas e de conexões parciais.

"além do laboratório"[272]; terceiro, a atenção às políticas da criação científica em sua "construção de mundos" [*world-building*] e a compreensão de cientistas sobre seu engajamento em projetos éticos particulares.

Ao mesmo tempo, nos emaranhados entre antropologia/s e feminismo/s, vemos que a ciência também foi, e ainda é, um problema de pesquisa no interior de estudos feministas. Em certa vertente desses estudos, a ciência é tida como um modo de conhecimento específico, mais especificamente um "projeto de conhecimento" (HARAWAY, 1995). Isso nos desloca a pensar não apenas no conteúdo, mas também nos modos de produção desse projeto, e seus efeitos (SUBRAMANIAN, 2014, p.19). Além disso, vale enfatizar que essas perspectivas ganham contornos particulares em minha própria posicionalidade nas ciências sociais/humanidades (áreas enfatizadas na produção de Law [2004]), e particularmente em uma história institucional onde a "antropologia" se insere no Brasil enquanto uma "ciência social" (PEIRANO, 2000)[273]. Conforme pontua o próprio Candea, ao traçar aproximações entre antropologia/s e feminismo/s em certa produção contemporânea (CANDEA, 2016, p.9, tradução nossa):

> A visão radicalmente performática[274] (...) da ciência toma um rumo muito diferente quando combinada com a postura politicamente engajada, originária (...) das críticas feministas da ciência. Se a ciência é um processo ativo de criação de mundos [*world-making*], ao invés de meramente descobrir verdades sobre o mundo, então isso reformula a questão de como alguém poderia fazer ciência para "melhor" ou "pior". A ciência se torna política por completo, não simplesmente porque fornece narrativas legitimadoras para essa ou aquela prática política ou arranjo social, mas mais potente e diretamente porque pode construir o mundo de maneiras diferentes.

Conforme argumenta Isabelle Stengers (2002), uma ciência "racional" e "objetiva", movida pelo "progresso", teve e ainda tem efeitos perversos, que incluem a anulação de outros modos de conhecimento enquanto tais – colocando uma ciência dita "autônoma" em oposição a uma não-ciência localizada e inferiorizada. Citamos anteriormente os modos como certos discursos tidos como patologizantes sobre pessoas trans* são originários de determinados saberes médicos – o que, embora implique em negociações práticas e cotidianas, mesmo que frente a desigualdades, nos desloca também a um problema epistemológico que emerge nessas relações. Destaco ainda uma vasta produção sobre racismo científico no interior dos estudos sociais de ciência – a exemplo

[272] Vale re/lembrar das discussões realizadas no âmbito da antropologia da educação citadas no **Capítulo 3**, de um "além da escola".

[273] Podemos destacar, ainda, minha posicionalidade enquanto uma antropóloga em formação em um contexto marcado pela força dos estudos de gênero, dada a presença do Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU. Para um belo relato desse percurso institucional, ver Corrêa (2011).

[274] Candea se refere aqui a compreensão de que não haveriam "lentes" de observação da realidade em si mesma, simplesmente, mas mediações e efetivamente produções dessa própria realidade nas ciências. Isso, evidentemente, deve ter lido com cautela, conforme diversas produções no campo dos STS tem enfatizado (inclusive citadas por Candea). Aqui, tomo uma leitura harawayiana dessa compreensão, entre "fatos e histórias", conforme citado anteriormente, em diferentes momentos.

de (2014), Braun (2014) e M'Charek (2014). Dito isso, temos o fato de que as ciências atuaram historicamente, e ainda atuam, na re/produção de desigualdades, inclusive na constituição de campos desiguais de autoria e legitimidade que exteriorizam e inferiorizaram saberes e conhecimentos outros – o que, conforme vimos anteriormente, finca um dualismo hierarquizado entre corpo e mente que inclusive posiciona tais corpos e histórias dentro e fora de uma noção de humanidade.

Aqui, política e ciência são indissociáveis – e compreender sua indissociabilidade implica em re/pensar tanto em política quanto em ciência – retomando Stengers, na atenção aos modos como esses espaços e mundos são vividos nas práticas e qual tipo de força eles requerem, inclusive em sua possível transformação: "tanto lutando contra o que está se desmanchando e destruindo, quanto curando, recuperando modos de viver, sentir e imaginar juntos, tecendo mundos com outros, graças a outros e ao risco de outros" (STENGERS, 2019, p.18, tradução nossa).

Tais movimentos intrainstitucionais aqui citados perpassam dois elementos fundamentais que vimos até então ao longo desta dissertação – a multiplicidade interna da própria universidade – entre diferentes cursos, salas de aula, espaços de socialização... – e os agenciamentos e manejos cotidianos de estudantes trans* visando a promoção da permanência e a abertura às transformações nesse espaço frente a tais mobilizações. Não devemos perder de vista, no entanto, um aspecto de poda desses espaços – destacado no capítulo anterior – atravessando processos de evasão forçada, adoecimento e postulando limites nesses agenciamentos, onde a universidade não é posta como um espaço de segurança e conforto, ou mesmo como um espaço onde tais corpos e histórias possam habitar. Entre tal multiplicidade constitutiva e tais agenciamentos possíveis, frente a limites e desafios, temos nosso primeiro eixo de diferenciação entre cursos e áreas do conhecimento acadêmico – na existência de turmas mais ou menos heterogêneas, e os afetos que suscitam nas relações estabelecidas em sala de aula. Mais do que isso, vimos os modos como tais "ciências" implicam na re/produção de gênero e suas interconexões, atravessando distintos acessos e permanências na universidade – o que nos desloca a nosso segundo eixo.

Nosso segundo eixo de diferenciação reside, com isso, nos modos como corpos e histórias trans* surgem no cotidiano desses cursos – particularmente na inserção na pesquisa acadêmica. Aqui, destaco as friccionadas negociações na busca de estudantes trans* de produzirem conhecimentos no âmbito da universidade em temáticas que diretamente lhes afetam no que se refere a sua identidade de gênero e suas transições. Isso ganha contornos

particulares pelo fato de que tais estudantes tendem a serem as "únicas", ou mesmo "primeiras" pessoas trans* de seus cursos, conforme afirma Rosa:

> *Ainda sou a única pessoa trans da sala*... e esse debate [sobre pessoas trans*] normalmente fica muito apagado. Tenho tornado esse debate importante em salas de aula (...) Tivemos uma sessão de aulas sobre pessoas trans [na licenciatura]. Uma criança questionando seu gênero na escola...não tem como você não lidar com isso, não tem como deixar a criança sem auxílio (...)

Rosa reforça em seu relato o fato de ser uma "primeira" referência trans* para seus colegas de turma, e da necessidade de se afirmar enquanto tal em sala de aula. Ao mesmo tempo, a estudante reconhece que a inserção na pesquisa a partir dessa temática pode ser redutora, embora conclua que, para ela, os benefícios superem os riscos:

> Quero fazer em algum momento da vida pesquisa sobre isso [a inserção de pessoas trans* em espaços educativos] (...) Tem também uma visão de que a gente só se resume a ser trans. *A gente vai autoafirmar isso ou não, e como vamos autoafirmar isso*. Mas é inevitável...sendo a única, não tem muito o que fazer.

Embora muitas das pessoas que conversei topem esses enfrentamentos e considerem estratégica a inserção nesses problemas de pesquisa, isso nem sempre é presente. Duas das pessoas que entrevistei se recusavam a pesquisar temáticas diretamente ligadas a suas experiências enquanto pessoas trans*. Embora seja evidente que toda produção de conhecimento perpassa inevitavelmente tais experiências e não se descole desses posicionamentos[275], tais pessoas reivindicaram em sua produção um lugar menos comum, ou talvez menos explícito, desses emaranhamentos im/pessoais, e que de algo modo as deslocavam de um afeto de se sentirem presas e restritas em certo tema que as cristalizaria[276]. Lembro aqui do chamado de Jota Mombaça, que li certa vez em uma rede social: "Proteja sua *recusa*!".

Em outro contexto, temos Laura, uma estudante de graduação em medicina. Em nossa conversa, Laura relata que pretende seguir em uma área de especialização que esteja diretamente ligada a inserção de pessoas trans* no sistema de saúde – tais como a psiquiatria e a endocrinologia. Ao mesmo tempo, a estudante questiona os motivos dela aparentemente não ser possibilitada de seguir áreas como a cardiologia e a cirurgia. A "ocupação" desses espaços surge aqui de modo complexo – se, de um lado, a "ocupação" de áreas próximas a demandas de uma população trans* parece estratégica no aprimoramento e na sofisticação dos acessos aos serviços de saúde, a entrada em áreas como a cardiologia e a cirurgia – mais frouxamente relacionadas a essas demandas, no relato da estudante – configuraria um tenso acesso a um

[275] Vale lembrar, novamente, de Haraway e seus "saberes localizados" (1995 [1988]).
[276] Há equivalentes e manejos interessantes na produção estrangeira protagonizada por pessoas trans* – Eva Hayward, por exemplo, é uma autora que se recusa a falar de seres humanos em sua obra, deslocando o conceito "trans*" para pensar em animalidades e sensibilidades multiespécies (2013).

espaço majoritariamente masculino e branco, e sua presença enquanto um corpo trans* seria posta frente a outras potências e perigos.

Por sua vez, entrevistei Carlos em dois momentos – quando ele estava finalizando sua graduação, onde pesquisava transparentalidades nas artes, e quando ele já cursava a pós-graduação, mudando de tema e pensando o amor a partir de uma perspectiva artística (ou seja, escapando de um re/corte explicitamente "trans", conforme ele afirmou). Após nossa segunda conversa, no entanto, Carlos destacou que pretende voltar a tais temáticas mais diretamente conectadas a sua experiência como uma pessoa trans em sua próxima pesquisa, ressaltando o apoio que têm recebido de sua orientadora.

Por fim, destaco o relato de Beatriz – uma estudante de pós-graduação que versou em seu mestrado sobre os discursos de ditas "feministas radicais" em redes sociais. Assim como Marina relata em sua trajetória, Beatriz afirma ser movida em sua produção pelo "desconforto", reconhecendo as dificuldades e necessidades de assumir esse posicionamento:

> Exposta ao discurso das "rads" nas redes sociais, (...) isso me moveu, esse desconforto. *O desconforto foi um obstáculo, mas foi o que me moveu para poder terminar, para poder fazer isso*. É uma dificuldade mas é preciso. Eu preciso abordar isso porque ninguém está abordando isso. Um lugar meio paradoxal. É difícil porque é *trigger* [gatilho], porque são coisas absurdas. Mas (...) preciso assumir esse papel. *Assumir esse papel para mim* (...) É bastante traumático, assim. Nossa, de dificuldades mesmo de progredir na pesquisa. Você sabe que vai se deparar com discursos muito violentos. Até eu me pego... nossa, como eu consegui?

De modos distintos, Rosa, Laura, Carlos e Beatriz operam no encontro de agenciamentos em meio ao reconhecimento de ausências e inconsistências que notam sensivelmente ao longo de suas trajetórias. A busca pela produção de visibilidades se alinha nesses relato a busca pela transformação e re/imaginações de aportes em termos de teoria e método tidos como insuficientes ou mesmo violentos. Viviane Vergueiro traz como a própria leitura de certa "bibliografia trans" pode ser violenta à pessoas trans* inseridas na pesquisa, não apenas em um sentido mais explícito (como erros de pronomes) como na percepção aguçada, a partir da experiência vivida, de uma injustiça epistêmica (para utilizar os termos de RADI, 2019) ou, em outras palavras, de uma ignorância epistêmica, no sentido de uma ignorância deliberadamente re/produzida, conscientemente ou não, frente a mecanismos de dominação e controle (para utilizar os termos de SULLIVAN & TUANA, 2007). Em suas palavras (VERGUEIRO, 2015, p.21-22, ênfases nossas):

> No entanto, algo nestes processos [de leitura] parecia, aos poucos, gerar *sensações de incômodo*: ao elaborar estas ideias de análise de representações, havia uma inevitável percepção de, meramente, estar operando dentro de uma epistemologia que me posicionava ora como 'pesquisadora', e portanto em um lugar de distanciamento em

> relação às minhas vivências trans – uma vez que estereótipos vários excluem qualquer associação entre *'pessoa trans' e 'pesquisadora'* –, ora como 'campo de estudos', como o 'sujeito' ou 'objeto' ou 'nativo' diante do olhar, produção de conhecimentos e carreira do pesquisador cisgênero – onde, evidentemente, existimos enquanto 'relato de vida' ou 'triste história' para sua condescendente humanização. Ambos caminhos, insuficientes para se refletir adequadamente sobre minha inserção no mundo enquanto uma mulher trans pesquisadora. Este entrelugar já se ia mostrando, para mim, no *processo de revisão de literatura* sobre questões trans que vinha fazendo. Em certos momentos, apesar de várias concordâncias e reconhecimentos de esforços de pessoas pesquisadoras no enfrentamento intelectual aos cistemas, as leituras acadêmicas *dialogavam comigo de maneiras estranhas*, o que as tornavam complicadas, desinteressantes e de limitado empoderamento político e existencial. Enquanto alguém que considerava atuar como pesquisadora em questões ligadas a identidades de gênero, compreendia-me por vezes deslocada de minhas vivências trans, particularmente quando houvesse, implícita ou explicitamente, *uma premissa de que a pessoa interlocutora não fosse uma pessoa trans*

O conceito de "cisgeneridade" e suas histórias

Um estudo de caso estratégico na atenção de alguns desses debates e embates é o próprio conceito de cisgeneridade e seus desdobramentos em certa história do pensamento social brasileiro. Embora seja originalmente cunhado na literatura anglófona médica, o termo viaja por redes intelectuais e ganha contornos particulares no contexto brasileiro. Aqui, o termo passa a ser reivindicado como uma forma de "nomear a norma", de desnaturalizar certos corpos tidos como "naturais", em contraponto a corpos e histórias trans* que permanecem como "desviantes" ou mesmo "grotescos" e passíveis de punição (MOIRA, 2017). "Cabe, então, considerar a cisgeneridade como um marcador atuante no tecido social, fabricando reconhecimento epistêmico para uns, todavia, alienação para outros" (FAVERO, 2020). O termo vai ganhando densos contornos analíticos desde o início de 2010 a partir de redes transcentradas online, principalmente no interior de certa "blogosfera trans", e passa a ser alinhado com uma produção acadêmica estadunidense transfeminista que crescentemente se aprofunda nas reflexões sobre dinâmicas sociais referentes a conceitos como transfobia, cissexismo e transmisoginia (SERANO, 2007, sendo aqui um nome importante).

Ao mesmo tempo, o termo é recebido com extrema relutância, se não aberta oposição, por parte considerável das figuras acadêmicas brasileiras que se debruçavam, ao longo de suas trajetórias intelectuais, sobre temáticas de pesquisa envolvendo pessoas trans* (tendo-as por vezes como interlocutoras), a partir de todo tipo de manobra teórica (CAVALCANTI & SANDER, 2019, p.15):

> Contudo, percebi que boa parte da academia engajada em estudos de gênero e sexualidade apresentava pouca familiaridade, e até certa resistência, em relação ao uso da noção de cisgeneridade.

Tais embates eclodem em grandes controvérsias, entre denúncias públicas e burburinhos locais, no meio dos anos 2010. Tais discussões tomam como centrais as questões de quem e para quem se produz o conhecimento acadêmico, e nos aspectos sociais e políticos das teorias e métodos ali mobilizados – nas distinções entre corpos e histórias marcadas ou não (em localizações explícitas ou não nos textos e nas falas em eventos acadêmicos), e nos modos como hierarquias e in/visibilidades são re/produzidas entre o que tido como "político demais", "êmico", "ausente de linguagem adequada", e assim em diante[277].

Dito isso, um debate aparentemente estritamente "teórico" sobre a existência ou não do termo "cisgeneridade" – retomando aqui o texto "O cisgênero existe", de Leila Dumaresq (2014) – ganhava ali contornos fervorosamente políticos em meio a essas disputas e tensões, inclusive nas tensões entre redes ativistas e acadêmicas

> Embora tenha aceito o desafio de dar-lhes algum entendimento melhor sobre o termo cisgênero, eu desconfio de todo pensamento que pega uma palavra 'cisgênero' e a destrincha no abatedouro analítico, usando o afiado cutelo do método, então lhe confere um baixo preço no açougue do crivo acadêmico. Quis usar outro método, um que mostrasse a palavra viva. A palavra 'cisgênero' estática, dos rebuscados textos acadêmicos, parece a mim uma versão gourmet, assinada por um chef de um prato que nós, pessoas trans, preparamos em nossa quebrada — nosso gueto intelectual. Parece o que fazemos, mas é uma releitura mais cara e menos autêntica. O preço é compreensível, afinal, acadêmicos especialistas em gênero são pagos para produzir academicamente, enquanto nós, ativistas, escrevemos de graça. (...) Em discursos acadêmicos, os indivíduos trans podem ser objetos ou interlocutores. Ao não fazer esta distinção, o [pesquisador] cisgênero pode facilmente transformar qualquer proposta, demanda ou crítica trans em objeto de análise. (...) Quando o pesquisador ultrapassa os limites válidos do seu método e do seu discurso, cometendo erros conceituais (...) ele pode chegar, e geralmente chega, a conclusões falsas.

Mais do que um "lugar de fala" (no sentido restrito do termo), o que estava em questão era um "lugar de escuta" – ou, melhor dizendo, nas possibilidades e efeitos de escuta (cisgênera) dessas falas (DUMARESQ, 2016) e nas desigualdades nos regimes de inteligibilidade, e mesmo de humanidade, que esses embates explicitavam (MOMBAÇA, 2015).

Pouco-a-pouco o termo, e seus desdobramentos teórico-políticos, passou a ser incorporado em certa produção acadêmica brasileira, inclusive com algumas dessas figuras (cisgêneras) conhecidas nesse campo de estudos re/interpretando e re/imaginando suas próprias posicionalidades e leituras do termo e as possibilidades que faz emergir.

[277] Vale retomar a discussão feita anteriormente no **Segundo Interlúdio**, além do debate feito já no **Capítulo 2**, sobre tais operacionalizações possíveis.

Vale destacar que tal entrada – embora ainda permeada por disputas e tensões – foi construída a duras penas por pessoas trans* no país inseridas na academia (mesmo que não apenas), que desenvolveram o termo enquanto um conceito analítico a partir de complexa amálgama teórica. Um nome central, aqui, é Viviane Vergueiro, que fundamenta um entendimento da "cisgeneridade" a partir dos estudos de gênero e do pensamento decolonial, alinhando o conceito de cisgeneridade a outros – como o de "cistema", que surge de modo particular na intelectualidade trans* brasileira (ativista e acadêmica), sem equivalentes em língua estrangeira. Vergueiro – autora inserida a anos em meio a essas redes intelectuais online e offline – inclusive pontua, ao longo de sua dissertação, pontos de tensão na reivindicação dessas intelectualidades enquanto legítimas de ocuparem o espaço da universidade e da produção acadêmica[278].

As tensas relações com o referencial bibliográfico em sala de aula e na inserção na pesquisa acadêmica surgem também em relatos de estudantes nas humanidades e nas artes. Marina (citada anteriormente) afirma em certo momento de nossa entrevista:

> Os textos são baseados em uma cisgeneridade compulsória, não existe uma discussão em cima disso... não existe identificação no curso. *Não encontrei nenhum lugar que consigo me identificar aqui*... o que me barra bastante para concluir projetos, iniciar IC [iniciação científica].

Ao longo de nossa conversa, a estudante reforça que o referencial bibliográfico operado em sala de aula é unicamente cisgênero – a existência de pessoas trans* não é citada em nenhum momento, ou é apenas citada como "objeto" de interesse disciplinar, e não a partir de produções realizadas pelas próprias. Afetivamente, essa não-identificação se entrecruza com uma frustrada experiência de começar uma iniciação científica. Em certo momento da graduação, Marina propôs um projeto de pesquisa que versava sobre redes de acolhimento e cuidado constituídas por pessoas trans* na universidade, mas não encontrou uma pessoa para orientá-la. Em seu relato, a estudante enfatiza certa resistência do corpo docente naquele momento:

> Quando atestei meu projeto para os professores *não era interesse da universidade nem deles*. Uma professora cogitou se eu mudasse minha pesquisa pra mulheridades, se falasse de mulheres cis também. (...) Agora consegui um orientador, mas ele gosta da ideia de estudar raça, não transgeneridade

Ella, por sua vez, traz em seu relato uma espécie de mito na pós-graduação de que as pessoas teriam as mesmas oportunidades. Em sua área de conhecimento, ela enxerga sua produção como isolada – de modo a não conseguir formar redes e estabelecer vínculos

[278] Ver Vergueiro (2015), nas tensões envolvendo a "teoria queer".

intelectuais, e, afetivamente, sentir não pertencer naquele espaço[279]. Isso se intensifica, nesse momento da formação, em um regime de intensa produtividade[280] e competitividade – não estar em redes, implica, por exemplo, em não conseguir integrar grupos de pesquisa, não publicar artigos em periódicos renomados e não ter seu trabalho lido, ou seja, em efetivamente não conseguir dar continuidade a uma carreira acadêmica. Uma das docentes trans* que entrevistei reforça ainda a dificuldade de obtenção de financiamento de pesquisas nessa temática, e nos modos como, embora bem inserida nesses critérios produtivistas, ela ainda é tida como menos capaz dentro de tais redes, de modo a trabalhar "três vezes mais" que seus colegas de departamento, em suas palavras. Por sua vez, Ametista reforça em nossa entrevista os modos como o diálogo com referenciais distintos do cânone de sua área de formação gera obstáculos em sua inserção na produção de conhecimento acadêmico e mesmo em trabalhos em disciplinas ao longo de sua formação. A estudante afirma uma falta de esforço na tentativa de procurar compreender esses trabalhos em seus próprios termos – assim como Ella, Ametista enfatiza certo isolamento nesse processo e, assim como a docente em questão, os modos como certo produtivismo de notas e médias acentuam esses des/afetos.

Por fim, temos o relato de Lia, uma estudante de graduação que conseguiu se inserir na pesquisa acadêmica a partir de uma iniciação científica. Assim como as outras estudantes aqui citadas, Lia enfatiza tanto o fato de ser a única pessoa trans* em sala de aula (o que tende a surgir no relato de estudantes trans* afetivamente como solidão ou, nesse caso, "deslocamento") quanto os questionamentos acerca das referências mobilizadas nas disciplinas que cursava:

> Eu acho muito bacana [meu curso], gosto de estudar o que eu tô estudando. *Só que o meu maior problema (...) [é] epistemológico, daquilo que estamos estudando*. (...) [Os] professores falando de diversidade, mas que diversidade é essa que você tá falando? *Trabalho de quem você tá usando pra falar de diversidade? (...) E quem tá comentando sobre isso em sala de aula?* (...) *Ainda me sinto muito descolada.* Porque aí...é isso, quando algumas pessoas pretas tão falando, é massa (...) Aí estamos falando também, sobre um bafo que afeta a gente, mesmo que sejam 3, 4 pessoas na sala. *Enquanto pessoa trans é outro babado, sou eu, só eu,* falando sobre o bagulho.

No relato da estudante, o fato de ser a "única" dificulta a mobilização de referências outras tanto em sala de aula quanto na pesquisa acadêmica. Em nossa conversa, reforcei o fato de também atravessar esses dilemas em meu próprio trabalho, principalmente tendo em vista a

[279] Retomamos aqui a discussão feita no **Capítulo 3**, nos modos como tal não-pertencimento é re/produzido.
[280] Um regime de produtividade intenso na produção acadêmica tem sido objeto de uma série de estudos. Entre algumas das autorias já citadas na dissertação, vale citar Connell (2019) e, em outra de suas obras, Stengers (2018), ao reivindicar uma ciência "lenta" [*slow science*].

ainda limitada presença de pessoas trans* mestras e doutoras no país. Considerando que muitos dos cursos tendem a se limitar a referências estritamente acadêmicas, a própria constituição da bibliografia tendia a ser excludente, principalmente no que se refere a uma população trans* negra, indígena e transmasculina. Lia segue em nossa conversa:

> Tá tendo um debate e você vai falar um bafo pra ajudar na discussão em sala de aula...essas referências são essas travestis, *mas quem vai botar fé nessas referências?* (...) *A gente tá buscando essas referências*. É um trabalho de formiguinha, quem são as outras pessoas que estão procurando essas referências que fazem sentido pra gente? *São só outras pessoas trans*. (...) Dependendo da aula, o professor vai falar 'tô esperando que você me dê o nome de um autor'.

O "trabalho de formiguinha" citado por Lia é associado, em sua trajetória, a suas próprias transições por entre espaços transcentrados e intelectualidades trans* em diversos campos do saber. Há uma criação de sensibilidade a essas ausências – frente a percepção de uma não-presença de referências trans* nas bibliografias das disciplinas – e uma busca ativa por essas referências, assim como o engajamento em sala de aula de modo a fomentar e aprofundar discussões. Ao mesmo tempo, Lia destaca que esse trabalho parece unilateral as próprias pessoas trans* – o que, em consonância com outros relatos, se associa aos sentimentos de "cansaço" e "desgaste", assim como a eventual desistência de tentar "hackear" esses espaços de produção de conhecimento. Próximos dos relatos citados anteriormente de Rosa e Laura, alinho mais uma fala de Lia com uma fala de Marina, também citada anteriormente:

> *É o peso da responsabilidade*. Se eu não to produzindo sobre pessoas trans e se a produção sobre pessoas trans na academia é totalmente medicinal, genitalista...porra, *se a gente tá lá a gente vai ter que produzir sobre isso* (...) *Mas as pessoas tendem a ler isso de uma maneira cristalizadora*. Então se essa pessoa trans tá falando sobre isso, é isso! (...) Mas não é isso. Somos só... somos indivíduos pensando a nossa ciência, mas não dá conta de falar sobre todas. Todas as subjetividades (...) *É foda, porque cai nesse lugar de 'porra, poderia estar falando sobre qualquer outra coisa'.* Mas se a gente pode falar de outra coisa em outro momento, mas agora a gente tá falando sobre isso é porque a gente quer e a gente pode! (Lia)

> Pessoas trans aqui não são dadas como pessoas, como indivíduos. *São dadas como pólos de conceitos, assim*. Centros de conceitos. A travesti – *aquela que pode falar sobre isso*. Quando entra em questão o lugar de fala é a única hora que me valorizam em algum momento, porque tem medo que eu fale alguma coisa. Como se eles não pudessem falar nada e só eu pudesse falar. Também não é essa dinâmica. *Pessoas cis tem que falar.* Elas que estão matando a gente, elas que estão nos colocando na marginalização (...) *Elas tem que falar*. (Marina)

Oriundos de processos de sensibilização e reconhecimento de ausências, a partir da experiência vivida, e da busca ativa em resposta a essa observação, Lia mobiliza, em sala de aula, referências outras – uma potencial transformação nesse espaço, reivindicando-o enquanto

uma possibilidade de atuação (um "hackeamento") – ao mesmo tempo em que se atenta a seus perigos, de modo semelhante aos relatos de Rosa e Laura, no receio de achatar uma experiência complexa de vida e restringir a possibilidade de "estar falando sobre qualquer outra coisa". Assim como Rosa e Laura, embora partindo de outra área de conhecimento, Lia permanece firme nessa mobilização e na compreensão de sua importância epistemológica e política em seu relato.

Ao mesmo tempo, podemos associar o "peso da responsabilidade" citado por Lia ao que Linn da Quebrada/Lina Pereira chama de "representar a representatividade"[281]. O trecho da entrevista com Marina é também central aqui, ao versar sobre o modo como o "lugar de fala" pode atuar como uma cristalização de sua experiência vivida. Vale aqui enfatizar que tanto "representatividade" quanto "lugar de fala" são termos que podem ser potentes na reivindicação de falas em primeira pessoa e na localização de corpos e histórias na produção de conhecimento, inclusive podendo ser operadas enquanto categorias analíticas. Nesses contextos específicos, no entanto, esses termos aparecem operados nas práticas cotidianas, por pessoas cis e brancas, no que parece ser uma isenção de suas próprias responsabilidades – primeiro – e, segundo, em certa encarnação desse corpo e história travesti[282], principalmente de travestis negras, como representativos de uma multiplicidade de experiências trans*, quando, conforme pontua Lia, se fala sempre de um lugar de enunciação particular, e, no limite, "somos indivíduos pensando a nossa ciência" (ou, nas palavras de Linn – "só posso representar a mim mesma"). No relato de Marina, esse posicionamento é impositivo e se relaciona a um aspecto de desumanização das pessoas trans*, que se tornam, em seus palavras, meros "pólos de conceitos"[283].

Sigo a conversa com Lia discutindo sobre o aspecto universalizante da produção de conhecimento, e enquanto pessoas trans* – nessa ambiguidade entre "objeto" e "sujeito", "pesquisadoras pesquisadas" – explicitam as posicionalidades nessas produções. Não apenas nossas, mas também de pessoas cis – citando mais uma vez Linn da Quebrada, "meu corpo é político, e o seu também". Ao mesmo tempo, Lia destaca como nossa inserção enquanto pessoas

[281] Embora outros trechos citadas ao longo da dissertação venham de falas da artista em redes sociais ou reportagens, esse termo em específico teve como origem um curso que realizei com Lina Pereira, em novembro de 2020, junto ao lastro.art, chamado "Crítica a Linn da Quebrada: Uma ode ao fracasso".

[282] Lembro aqui de postagem de Juno Nedel (@junonedel) que enfatiza os modos como uma história de luta transmasculina brasileira tendeu (e ainda tende) a ser apagada, no sentido em que uma ênfase unificada na identidade travesti enquanto "propriamente brasileira" – e, acrescentaria, da "representatividade" de travestis enquanto símbolos máximos da existência trans* – perpassa necessariamente a invisibilidade dessas outras histórias.

[283] A fala de Marina ressoa no que Lustosa denomina, em um contexto de produções acadêmicas e jornalísticas de pessoas cis sobre pessoas trans, de uma "produção extrativista", nos usos de "imagens" e "estereótipos" de grupos vulnerabilizados (LUSTOSA, 2018). A imagem do "extrativismo" também surge em Radi (2019) e Burman (2018), citados anteriormente.

trans* na academia pode cristalizar uma multiplicidade de experiências, frente aos perigos de tal "representação da representatividade":

> Fico com receio quando penso na minha produção, fico pensando como a academia pode *cristalizar tudo aquilo que eu to falando*, sendo que meu objetivo não é esse. (...) Não precisa só falar de pessoas trans quando falamos de gênero, só de pessoas pretas quando falamos sobre raça, mas é o que tá posto (...) A situação só vai mudar quando a academia mudar sua estrutura, quando não forem só essas pessoas que estiverem pesquisando e produzindo sobre tudo isso.

Também inserido na pesquisa acadêmica, Adriano traz inquietações sobre os modos como teoria e prática, objeto e sujeito, tendem a ser apartados de determinadas discussões – destacando, com isso, certo "exotismo" de uma produção acadêmica, o potencial transformador de uma contra-produção e o incômodo como motor de seu trabalho:

> Você vai procurar um trabalho acadêmico sobre pessoas trans, travestis, e aí é super "pesquisando a travesti", *como se fosse esse ser exótico,* 'nem é homem nem mulher, será que é gente? Vou fazer um trabalho acadêmico sobre isso' (...) *E me incomoda e eu tento transformar isso como motivação pro meu trabalho*. (...) Não vou falar das pessoas por elas. (...) E pode ser até um desserviço que a pessoa faz. O que adianta a pessoa ficar pesquisando anos da sua vida pra não conseguir lidar com isso na prática? (...) Se na vida você nem se preocupa de respeitar o pronome de uma pessoa, sabe? (...) É muito distante. É a distância. A distância que tem (...) do objeto de estudo, é uma distância muito grande. Parece que a gente... que é uma coisa muito longe, mas aí a gente pega e fala *"pera, isso aí sou eu! Sou eu que você tá falando!"*, sabe?

"Epistemologia" em aproximações interseccionais e in/disciplinares

É possível retomar aqui uma série de produções trans* que versam sobre complexas dinâmicas e desigualdades na produção de conhecimento. Bettcher (2018) afirma que a existência de uma filosofia trans* é praticamente inimaginável para algumas pessoas nessa disciplina. A autora parte de debates no interior da filosofia feminista estadunidense que discorrem sobre o fato de pessoas trans* "existirem ou não", desconsiderando a presença das próprias pessoas trans* nesse debate – que a todo momento devem comprovar sua existência frente a tal "metafísica cética" (AHMED, 2016). Por sua vez, Namaste (2009) traz os modos como pessoas trans* historicamente foram inseridas como objeto de "interesse científico" sem levar em conta a extensa produção já existente protagonizada por elas no contexto anglófono, de pelo menos três décadas (algo também observado por Mombaça [2015], na ausência de traduções dessas obras para o português). Demandas políticas e epistemológicas eram, e ainda são, comumente deixadas de lado – como estritamente "êmicas", "não científicas" e/ou "políticas demais". Já Stryker (2013) traz o relato de um evento sobre "pessoas trans*" onde não haviam na mesa pessoas trans*

debatedoras – o que também a mobiliza a refletir sobre o des/conhecimento (ou des/reconhecimento) de intelectualidades trans* que via a todo momento ao seu redor.

Em diálogo com Vergueiro (2015) e suas interconexões entre diferentes cistemas (médico, legal, acadêmico...), Pfeil e Pfeil (2020) trazem suas próprias experiências ao tentarem se inserir, enquanto homens trans produtores de conhecimento, no espaço da universidade (PFEIL & PFEIL, 2020, p.98):

> Percebemos, em nossa experiência acadêmica, um descrédito de falas teóricas e uma supervalorização de narrativas pessoais (...) Questionamentos acerca de nossa relação com familiares, das mudanças em nossos corpos, de nossos passados, ou mesmo de nossas sexualidades, sobressaem em relação a questionamentos a respeito das demandas que nos propomos a defender (...) Em resumo, quando rodas de conversa sobre gênero e sexualidade se transformam em um *Q&A* [perguntas e respostas] sobre o 'funcionamento' de um corpo divergente da norma cisgênera, percebemos que o que interessa não são nossas demandas, nem o que temos a apontar à cisgeneridade, mas sim a exotificação de nossas vivências.

Retomo, com isso, as discussões que teci anteriormente sobre o direito à privacidade – historicamente negada a pessoas trans* – e a possibilidade de recusa, inclusive enquanto uma estratégia de nossa permanência nesses espaços. Isso não isenta, ao mesmo tempo, processos de adoecimento causados nesses embates e seus des/encontros, e nos modos como tal exotificação re/produz uma lógica de Outrização e desumanização[284]. Tecer aproximações interseccionais, aqui, nos permite, em um sentido teórico-político, compartilhar processos de cura e, de truque em truque, estratégias para "hackearmos" esses espaços através de tais trocas e alianças, assim como, de "nós em nós"[285], produzirmos nossos próprios.

Partindo de outra localização, Koyama e Weasel (2002) destacam como corpos interssexo são tidos como "provas" argumentativas em certa "construção social do sexo", desconsiderando a existência dessas pessoas enquanto sujeitos de conhecimento e sujeitos políticos, inclusive na consideração, por parte das pessoas que formulam essas teorias a partir desses corpos, das demandas históricas levantadas historicamente por movimentos sociais protagonizados por tais pessoas.

Reforço, com isso, que essa não é uma experiência exclusiva de pessoas trans* – os relatos aqui trazidos ressoam em mim em vários outros que já ouvi, por colegas negras e indígenas, que destacam os modos como suas produções são reduzidas a esse local específico de enunciação (e, consequentemente, de escuta) – seja quando pesquisadores indígenas têm seus projetos negados quando tentam adentrar temas de outros re/cortes de estudo que não sejam seus próprios povos,

[284] Essa discussão foi desenrolada no **Primeiro Interlúdio** da dissertação, e posteriormente no **Capítulo 2**.
[285] Faço referência aqui ao **Segundo Interlúdio** da dissertação.

seja quando pesquisadoras negras são questionadas sobre suas "experiências de vida" em momentos inoportunos, em suas trajetórias acadêmicas.

Podemos retomar aqui diversas das produções citadas anteriormente – tal como o debate sobre epistemícidio, proposto por Sueli Carneiro (2005) a partir de Boaventura Sousa Santos, na atenção aos modos como intelectualidades negras foram e são historicamente marginalizadas e invisibilizadas, de modo a anular o sujeito negro enquanto sujeito de conhecimento, inferiorizando-o intelectuamente e negando-lhe a possibilidade da razão. Esse debate ganha um contorno específico em movimentos e ativismos trans*, que tem pensado sobre o termo "transepistemicídio" (IBTE, 2020), a partir de percepção semelhante, aproximando tais histórias – e vale destacar aqui, mais uma vez, os modos como esse (LIMA, 2020) e outros termos circulam, também em um sentido êmico, por entre redes ativistas, acadêmicas e estatais.

Lembro ainda de Kilomba (2019 [2008]) – amplamente citada por nomes como Viviane Vergueiro e Jota Mombaça, ao versar sobre a continuidade de um controle da produção de conhecimento (em termos do que efetivamente pode se pesquisar, e como) em mãos brancas. Por sua vez, Santos (2010) enfatiza os modos como o espaço da teoria se tornou uma espécie de campo de batalhas no que se refere a implementação de políticas afirmativas para pessoas negras no Brasil. E lembro, por fim, de Zoe Todd (2016) ao versar sobre o apagamento de intelectualidades indígenas das referências bibliográficas de certas "viradas antropológicas" contemporâneas[286].

Dito isso, um debate sobre "epistemologia" – não apenas no conhecer e na atenção aos processos de produção desse conhecimento, mas também em suas injustiças (RADI, 2019) e ignorâncias (SULLIVAN & TUANA, 2007), ou seja, nos atos e distribuições do des/conhecer ("isso existe?"), tanto quanto de re/produções de hierarquias entre o que é (e deve ser) conhecido e possível de conhecer – permeou toda a dissertação. É a partir desse debate que conseguimos tecer aproximações entre distintas perspectivas teóricas, operando, a nosso próprio modo, na multiplicidade e complexidade das "ciências", e além – inclusive, colocando em escrutínio esses termos e conceitos que operamos frente a possibilidades de conexões e aberturas outras[287].

O se posicionar surge em meio a uma linha tênue entre visibilidade e enclausuramento, nesses relatos. Não apenas na inserção na pesquisa, os jogos entre se posicionar ou não surgem também em embates em sala de aula, conforme relata Marcelo, um estudante de graduação:

[286] Lembro ainda de Ortner (2016) ao versar sobre os modos como teorias e perspectivas feministas tendem a serem apagadas nas "viradas" (ontológica, afetiva, etnográfica...) na disciplina.
[287] Desenrolamos várias dessas ideias no nosso **Capítulo 2**, e posteriormente no **Segundo Interlúdio** (pensando na disciplina antropológica, especificamente).

Fui fazer estágio de novo esse semestre (...) Já no primeiro dia fui me apresentar [com o meu nome], beleza. Sempre me chamou [certo], não tava tendo problema até o dia da minha apresentação (...) *Chegou na parte de perguntas, deu algum pane na cabeça do professor e ele não conseguia me chamar no masculino*. Ele começou a me chamar no feminino, sabe. E... e assim, normalmente eu não consigo corrigir as pessoas. Mas ele tava me chamando no feminino na frente da sala toda. Toda hora, toda hora. E eu parei e corrigi ele. E foi um negócio ruim (...) todo mundo sabe na sala que eu sou trans. *Eu sou uma pessoa que participa da aula, sempre falo*, enfim...e *todo mundo sabe mas ninguém conseguiu corrigir o professor (*...) Depois de alguns longos segundos dele falando assim 'ela', 'ele', ele começou a misturar e depois só desistiu e parou de falar. *Foi uma coisa muito desconfortável e constrangedora*. Acho que ele ficou constrangido também. Não sei se até então ele não tinha reparado que eu trans e aí quando eu falei ele reparou e bugou a cabeça do velhinho (risos) (...) Ele não pediu desculpas, mas percebi que ele ficou sem graça. *Eu queria ir embora, que acabasse logo*. Depois conversando com minha amiga ela disse que reparou. (...) 'Esse professor é nada a ver', mas tipo... sabe, você não releva tudo, né *(...) E depois disso dá um desânimo, não participo mais das discussões. Desanima, acaba afetando*. Porque... eu digo que não participo muito porque não presto mais atenção na aula. Chego lá e 'caralho', dá aquela sensação ruim, *não consigo me concentrar* (...) *desestabiliza bastante* (...) Porque no começo eu não era uma pessoa muito participativa nas aulas...mas depois que eu me entendi [trans] (...) fiquei bem menos tímido. Parece que, sabe, tô mais confortável comigo e isso me deixa confortável pra falar na aula. *Quando tem esse tipo de confronto eu 'volto', sabe*. Meio 'volte 10 casas'. (...) Aí agora penso mil vezes antes de falar e fica nessa, sabe. *Afeta minha relação com estar na aula e, enfim, estudar depois da disciplina*. A gente acaba associando com uma coisa ruim.

Nesse longo relato, Marcelo relata que, embora se sinta mais confiante após se afirmar como uma pessoa trans (e, consequentemente, para firmar relações e se posicionar no dia-a-dia), a situação constrangedora que sofreu em sala de aula o fez se tornar receoso e inseguro de estar nesse espaço, deixando de participar da aula e se posicionar nas discussões, além de dificultar sua concentração e, possivelmente, impactar negativamente seu desempenho na disciplina. Em sua fala, não apenas o "bug" na cabeça do professor lhe foi incômodo, mas o posicionamento evasivo da turma frente a essa cena desconfortável.

Adriano também pontua, em nossa entrevista, uma situação de constrangimento vivida em um evento acadêmico sobre a temática de gênero, e os modos como certa posição evasiva das pessoas ali envolvidas – tanto colegas de turma quanto, nesse caso, docentes, que já o conheciam – agravaram seu desconforto e, assim como Marcelo, o fizeram "querer sair daquele lugar":

Nessa palestra eu fiz uma pergunta (...) quando eu me apresentei eu disse 'oi, eu sou O [Adriano]', e ele respondeu como 'A', sem mais nem menos. Fiquei chocado dele ter feito isso nesse ambiente (...) e fiquei chocado *pelas pessoas que me conhecem, que sabem que é "ele", e que não fizeram nada*. Eu fiquei perplexo, sem reação, *só queria sair daquele lugar na hora* (...) Quando ele terminou de falar eu levantei e fui embora. E aí eu me senti péssimo

Por sua vez, Ravi também traz um relato onde constrangimentos gerados em sala de aula impactaram seu desempenho nas disciplinas que cursava e nas relações que estabelecia naquele espaço. Nesse relato, Ravi traz uma cena com um professor que já havia imprimido as listas de chamada para todo o semestre, onde ainda constava seu nome de registro (embora ele já houvesse feito o pedido o nome social na instituição):

> As listas [de chamada] já tinham saído depois que pedi o nome social (...) Estava indo pra uma prova, cheguei uns 5 minutos atrasado e a lista tinha passado pra mim assinar. O professor perguntou quem tinha assinado a lista, eu disse que não tinha assinado ainda. Ele ficou do meu lado quando eu fui assinar. A sala lotadona, e ele: 'então é você que assina errado?". Eu fiquei 'ah não...". "Ah, FULANA, tananã" (...) *Eu já tinha construído uma relação com certas pessoas de realmente me apresentar do jeito que eu sou* (...) E ele vai e faz isso. Fiquei puto a prova inteira, não consegui fazer direito (...) Depois fui e falei pra ele 'olha, esse é meu nome social, eu atualizei, acho que você não atualizou sua lista [de chamada] ainda' (...) Em outra oportunidade ele fez a mesma coisa.

Também expositiva, a cena relatada por Ravi não apenas impacta seu desempenho na prova, mas as relações que firmava até então com seus colegas de turma, ao expor seu "nome morto", gerando efeitos para além daquele momento específico e situações constrangedoras e desconfortáveis também fora da sala de aula. Em outros contextos, inconsistências práticas na adoção do nome social podem inclusive impactar o acesso de estudantes trans* no ensino superior público, como no caso de vestibulandos que passam por situações parecidas com a qual Ravi relata, em exames vestibulares.

Dito isso, temos – conforme trouxe anteriormente a partir de Spade (2015) – uma passagem de "direitos" a "responsabilidades". Isso implica em tanto reivindicar, por exemplo, o direito ao uso do nome social nesses espaços de modo efetivo, quanto se atentar ao que escapa do direito em si enquanto uma transformação social mais ampla – no caso, o respeito a identidade de gênero de pessoas trans* em espaços educativos formais. Isso implica em compartilhar tais responsabilidades e sensibilidades, conforme é explícito nos relatos de Marcelo e Adriano, onde, para além de um professor que gerou uma situação desconfortável, houve um comportamento evasivo por parte de outras pessoas presentes, incluindo colegas de turma. Já no relato de Ravi, temos um exemplo prático dos modos como essas cenas, embora possam ser pontuais, geram efeitos substantivos, desgastantes, nas relações tecidas dentro e fora de sala de aula, e como uma mudança efetiva não ocorreu mesmo após destacar essa demanda ao docente. Além disso, vemos que, para além da evasão forçada em si, é necessário compreendermos como parâmetros numéricos como os de nota e média nas disciplinas podem

ocultar esses processos que impactam continuamente o desempenho de estudantes trans* nas disciplinas – impactando, com isso, um possível desenrolar na carreira acadêmica.

Lembro dos modos como "responsabilidade" também surge na etnografia de Lima (2020) junto a estudantes negras e negros, onde tais trajetórias carregam não apenas o peso de estarem naquele espaço (por exemplo, enquanto os primeiros de suas famílias a ingressarem na universidade), mas o peso de uma luta coletiva mais ampla (reivindicando direitos, políticas e boas práticas frente a uma geração que está por vir). Não por acaso, a "responsabilidade" surge de modo por vezes interpelada com processos de "adoecimento" – no sentido em que, conforme vimos anteriormente, há, no limite, uma individualização de processos de transformação social mais ampla[288]. Lembro, por fim, do provocativo texto de Linda Alcoff, ainda na década de 90 (ALCOFF, p.8, 1991, tradução nossa, ênfases nossas):

> Se eu não estou falando por aqueles menos privilegiados que eu, *estou abandonando minha responsabilidade política de versar contra a opressão, a responsabilidade incorrida pelo próprio fato de meu privilégio?* Se eu não falo pelos outros, deveria eu me restringir a seguir seus comandos acriticamente? Seria minha melhor contribuição me mover e sair do caminho? E, se sim, qual é a melhor forma de fazer isso – me manter em silêncio ou desconstruir meu discurso?[289]

Há ainda um sentido propriamente político nessa afirmação de Spade – um sentido insurgente, para adotarmos o termo recorrente utilizado por Stengers (STENGERS & DESPRET, 2015; STENGERS, 2019, entre outros). Temos aqui uma insistente fala de que o que temos em mãos, embora por vezes deva ser preservado, não é o suficiente – é dizermos que devemos implementar políticas afirmativas para pessoas trans* na graduação e na pós-graduação, por exemplo, mas que isso não encerra em si mesmo, e que devemos sempre ter em vista os modos como identidade de gênero não se isola, por exemplo, de eixos de raça e classe. O problema da permanência estudantil trans* segue desde o ensino básico, e isso implica em ações que inclusive excedem o espaço da universidade, mas que ela pode atravessar a partir de projetos de extensão, por exemplo. Quando falamos de direitos conquistados nesse espaço, não apenas o nome social e o uso de banheiros públicos são pautas urgentes, mas é necessário falarmos também do apoio financeiro de estudantes trans* expulsos de casa, por exemplo, e da adequação do atendimento em serviços de saúde mental nessas universidades. É compreendermos, com isso, que esses pontos de tensionamento, que esse "erguer a voz" (hooks, 2018 [1989]), são produtivos – eles partem de um objetivo comum de uma universidade mais

[288] Vimos exemplos próximos ao final do **Capítulo 2**, ao versarmos sobre "diversidade".

[289] Ao mesmo tempo, a troca do "falar por" por "falar com" não basta em si mesma, enquanto substituição de termos, se não acompanhada de reflexões e atuações mais amplas sobre o compartilhamento desses processos frente ao reconhecimento de tais posicionalidades e seus efeitos, sempre contextualmente.

plural, engajada e socialmente compreendida, e que não implica necessariamente em um tipo de choque destrutivo entre as partes envolvidas – docentes, discentes, funcionários, e assim em diante – mas de um projeto estratégica e intencionalmente colaborativo que alinha a criação de espaços próprios – por exemplo, espaços transcentrados, conectados frouxamente com elementos institucionais – com espaços de negociação e troca, mesmo que fincados em regimes inicialmente desiguais e, que, com isso, implique no reconhecimento das posicionalidades onde tais corpos e histórias habitam e podem habitam.

7.4. Responsabilidade e sensibilidade

As diversas conexões que propus ao longo da dissertação – seja nas ressonâncias entre relatos de estudantes trans*, seja nas proposições de aproximações teóricas diversas, seja na atenção às conexões entre movimentações políticas... – tem como plano de fundo, em termos de inspiração teórico-política, o conceito de "conexões inesperadas" proposto por Donna Haraway (2016). Esse conceito se alinha a uma reflexão sobre posicionalidades (ou localidades) e os processos de responsabilização que isso implica – na atenção aos modos como tais relações são tecidas, e nos modos como tais posições geram efeitos e implicações para essas próprias relações, ou seja, na ênfase nas conexões de pontos específicos de maneiras específicas, reconhecidas, primeiro, em sua historicidade e, segundo, nos modos como o "importar" emerge situacionalmente (HARAWAY, 2011).

Responsabilização se liga a um aspecto sensível – termo do qual alinho a própria produção harawayiana, com as já citadas produções no interior dos feminismos negros: o "importar" também parece nos conectar com práticas de amor e cuidado citadas em produções como as de hooks (2000) e Lorde (2019 [1984]; 2011 [1982]). Novamente, temos um re/encontro de tais reflexões entre idas e vindas nessas re/leituras – onde, guardadas suas particularidades e nuances, nos permitem tecer aproximações teórico-políticos, e diria, também, afetivas, dadas os modos como a própria teoria pode atuar como um espaço de cura (hooks, 1991), conforme trouxe ainda na Introdução. Nas palavras de Anne Enke (ENKE, 2012, p.15, tradução nossa, ênfases nossas), "nossa arte – e eu diria também da academia – *pode apenas curar quando nos abrimos às alianças mais surpreendentes e inesperadas*: as conexões que estilhaçam nossas pré-concepções sobre uns aos outros, e também sobre nós mesmos". Retornando a Haraway, temos o argumento de que nosso projeto não é "[perseguir] a parcialidade em si mesma", mas se atentar às "possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o *conhecimento situado* oferece" (HARAWAY, 1995, p.33). Ou, nas palavras

de Law e Mol (1995, p.285), no interior dos estudos sociais de ciência – "a melhor estratégia é normalmente impura". Teórica e politicamente, acrescento.

A ênfase no "pensar com" (tornar-se com, viver com), nos emaranhados ético-políticos na produção de conhecimento – e não no "pensar sobre" – é compartilhada por diversas produções antropológicas contemporâneas citadas ao longo da dissertação, tendo como base epistemológica a compreensão de que os "seres não pré-existem suas relações" (HARAWAY, p.98, 2016 [2003]) – e, mais do que isso, de que os seres, termos, objetos e sujeitos, e assim em diante, carregam os mundos que os compõe. Dito isso, podemos jogar com difrações, não reflexões, de uma mesma unidade (HARAWAY, 1992). Ou, nas palavras de Mol, não operamos aqui em um aparato conceitual comum, mas possibilidades de interações (MOL, 2011)[290]. Podemos, em nossa escrita, chocar mundos e produzir, a nosso próprio modo, sob nossa responsabilidade (mas nunca isoladamente), tais "conexões inesperadas" e, com isso, propor "mundos possíveis" (HARAWAY, 2016) – no sentido em que, se cientistas também "inventam mundos", quais mundos são os melhores de serem vividos? (HARAWAY, p.24, 1995, ênfases nossas):

> Precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometem alguma coisa extraordinária, isto é, *conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação*.

Aqui, há um aspecto de instrumentalização e operacionalização dessas filosofias[291] – atuando sobre um campo majoritariamente empírico, mais especificamente etnográfico (nos aprendizados e relações que tecemos em campo) – mas que não perde de vista, em sua abstração a partir desse empirismo, possibilidades de conexões outras – de transições outras, para além de "recortes", "temáticas" e "campos" de pesquisa. Todas as reflexões que tecemos sobre unidades – entre relações parciais, multiplicidade, complexidade.... – parte de um jogo com um dos elementos que emergem em nossa relação central operada aqui, a de pessoas trans* (principalmente estudantes trans*), de um lado, e, de outro, da universidade – da uni/versidade[292], e do peso do termo de "tornar-se", "torcer-se", "voltar-se" em "um", em um "universal", em um "todo" que, aqui, indica, menos que um destino comum ou uma perspectiva unificada de mundo, e menos talvez que uma "pluriversidade", a um futuro possível de ser

[290] Vale retomar aqui o debate sobre as infidelidades das linhagens, tecida no **Segundo Interlúdio**.
[291] Para uma interessante operacionalização da filosofia harawayiana, ver Dumit (2014).
[292] Agradeço a Professora Silvana Nascimento pelo comentário sobre o termo "uni/versidade" durante o evento Jornadas de Antropologia John Monteiro 2019.

traçado coletivamente frente a uma multiplicidade e complexidade de conhecimentos e saberes. Nas palavras de Connell (CONNELL, 2019, p.166, tradução nossa, ênfases nossas):

> As universidades aristocráticas da Europa e dos Estados Unidos não podem nos providenciar o ideal para todas as universidades (...) *Nós devemos aceitar que há múltiplos caminhos no futuro das universidades.* Multiplicidade impõe riscos. Movimentos pela reforma universitária estão seriamente fragmentados no presente (...) *Mas há uma rica experiência nas conexões através das diferenças*.

Me inspiro ainda em tal produção nos modos como podemos operar aqui distintas localizações na produção de conhecimento – tomando como referência não apenas nossas bibliografias, mas as artes, os ativismos e os saberes transmitidos pela oralidade. Operamos em um campo vasto de intelectualidades – para conectarmos essa produção à já citada obra de Patricia Hill Collins. Percebendo as notáveis ausências de produções trans* ao longo de minha formação, encontrei inicialmente na produção estadunidense importantes referências bibliográficas no desenrolar dessa pesquisa, no âmbito dos *transgender studies* e dos transfeminismos. Embora ainda reivindique tal produção em suas potências – destacando a sintomática ausência de traduções para o português e de citações em produções nacionais – passei a me aproximar mais de produções intelectuais trans* brasileiras e latino-americanas e percebi a necessidade de um giro epistemológico mais substantivo. Epistemologia aqui implica nos entrelaçamentos entre "conhecer" e "ser" – em um mundo que não é dado *a priori* das relações – fincado no trabalho de campo, e emaranhado com o corpo e o mundo.

Percebo que algumas produções que lia, mesmo que cuidadosas no trato com as posicionalidades em campo e seus efeitos, se atentavam a situacionalidade histórica de pessoas trans* em contextos variados (seja na educação, nos movimentos sociais e ativistas...) e a seus relatos e falas por meio de entrevistas de profundidade, por exemplo. Eram excelentes, portanto, em seu manejo macropolítico, conectando essas trajetórias a processos históricos mais amplos, e tecendo os modos como tais falas emergiam situacionalmente frente a esse contexto geral, e os termos e categorias que eram ali mobilizadas. Ao mesmo tempo, percebia que tais produções tendiam a tomar de barato as próprias referências mobilizadas nessa produção. Assim, a fala de uma pessoa trans* de que mais pessoas trans* precisam ser citadas nas produções acadêmicas (e de modo substantivo, não apenas pela "representatividade" ou "visibilidade" em si mesma[293]) era lida a partir de um percurso de vida e sua localização sócio-histórica, por exemplo – isso surgiu "nesse" momento histórico, e apareceu na trajetória de certa pessoa "nesse" momento –

[293] Lembro da fala de Dodi Leal de que comumente sua produção era citada (principalmente por pessoas cis) sem qualquer tipo de cuidado com os debates que de fato suscitava – era uma espécie de justificativa de que a pessoa em questão citou uma pessoa trans* em suas referências, como se isso bastasse em si mesmo.

mas não havia a leitura de tal fala a partir de uma reivindicação epistemológica que tem efeitos na própria produção que visa observar e descrever esses fenômenos e processos sociais. Há um giro epistemológico nesse ato de "levar a sério"[294] essas falas em seus efeitos – sempre tendo em vista essas localizações e posicionalidades, e, portanto, diferenças e desigualdades, sem cair em certo romantismo colaborativo, mas também, de outro lado, sem cair em certa objetificação desses corpos e histórias, ignorando suas possíveis contribuições epistemológicas (mesmo que, no limite, sob nossa re/leitura e re/corte) e, mais do que isso, nos modo como "fazer campo" implica em processos de "tornar-se com", "viver com" e "aprender com", inclusive no compartilhamento de responsabilidades e sensibilidades. Com isso, tais produções tendem a re/produzir as mesmas desigualdades e violências que por vezes criticam, mas tal posicionalidade, quando muito, tende a se referir a um corpo, uma história e a um conhecimento anterior a tais relações, que parece não se re/fazer e re/imaginar nesse processo. Há um efeito contrário, se não contraditório, de "reforçar a violência simbólica que denunciam" (FONSECA, 2006).

Conforme afirma Tatiana Nascimento (@branquietude) em relação o racismo, não há, aqui, fórmula mágica – pensar em uma solução única implica em homogeneizar as pessoas em sua multiplicidade e ignorar o aspecto constante e não-linear, conforme pontua Nascimento, desses processos de reparação[295] e re/imaginação. Uma reflexão semelhante surge em Favero (2020, p.11, ênfases nossas): "de modo oposto, estaria sendo *desconsiderado que pessoas trans e travestis são capazes de discordar entre si*, ou que, então, podem agir contra os interesses da própria comunidade – se é que é possível assegurar a existência de tal comunidade em primeiro lugar". Dito isso, não há uma resposta final única. Eu mesma teria proposto outros movimentos em minha própria produção, se tivesse a iniciado agora (no sentido que também estou em minhas próprias transições, inclusive teóricas e políticas) – mas há, acima de tudo, um convite a transição no sentido de um convite à experimentação, de tentativa e outras possibilidades de escrita, de construção de coletividades e de atuação política – de escapar e de convidar a escapar junto, e a também experimentarem e transitarem, não como fim em si mesmo, mas tendo em vista objetivos e futuros comuns, e o compartilhamento desses processos e histórias, o que também nos abre a possibilidades de equívocos, erros e mudanças de percurso.

[294] Novamente há uma citação indireta a um termo caro a certa antropologia contemporânea. Para um debate recente sobre o "levar a sério" e uma exo/endoantropologia, ver Candea (2011).

[295] Utilizo aqui um termo de Kilomba (em sua obra "The Dictionary" [O dicionário]) – em cinco palavras que traçam linearmente um percurso subjetivo de conscientização e luta antirracista: negação, culpa, vergonha, reconhecimento e reparação

Dito isso, as falas que observei em campo e ao longo de minha própria trajetória se re/conectam aos des/encontros com tal bibliografia que promovem a abertura necessária a re/imaginar tais referências – o que, embora político em si mesmo, aqui se escancara dadas as notáveis ausências de produções bibliográficas acadêmicas no país (embora existam, e tenham uma força substantiva), principalmente quando falamos em pesquisas de doutorado e, mais ainda, quando falamos de produções trans* realizadas por pessoas transmasculinas, negras e indígenas. "Talvez os futuros trans, ao invés de parecerem com neon rosa, aço azul acinzentado e vidro brilhante, pareçam com ossos e sangue, *como ecologias impuras de misturas e contaminações*" (CHEN & CÁRDENAS, 2019, p.4, tradução nossa, ênfases nossas). Do outro lado de nossa relação, temos as universidades também abertas a futuros possíveis, nas palavras de Connell (CONNELL, p.192, 2019, ênfases nossas):

> [A universidade] *deve ser feita e refeita*, diariamente e de geração em geração. Seu futuro ainda não está decidido. *Penso que seja possível tornar esse futuro criativo, inclusivo e democrático. Isso requer comprometimento e luta*. Boas universidades fazem esse comprometimento e a luta valerem a pena.

Um tanto metalinguístico (propositalmente), esse epílogo atua, menos como um fim em si mesmo e mais como um convite a tais transições. No começo dessa dissertação, trouxe a controvérsia envolvendo o pajubá no ENEM e os comerciais do MEC em meio a pandemia do COVID-19. Versei ali, brevemente, sobre "futuro". Sobre um futuro – como nos lembra Jota Mombaça, "o futuro é privilégio de poucos" – e sobre futuros possíveis. Para tanto, compreendo que devemos nos atentar às interconexões de diferenças e desigualdades de modo substantivo, o que faço aqui no contexto do ensino superior público e seguindo uma proposta analítica e contra-analítica que enfatiza, por fim, uma dimensão epistemológica, ou seja, que atravessa a produção de conhecimentos e, diria, de intelectualidades e aprendizados.

Assim como essas transições diversas, o pajubá se transforma em suas circulações. Por mais que por vezes o pajubá seja delimitado nos mais diversos dicionários, definindo seus termos, algo sempre lhes escapa, no seu próprio aspecto criptográfico e em suas transições ao longo das falas nas ruas e, diria, nas universidades. "Existe 'universidade' em pajubá?", portanto, é uma pergunta que tanto aponta para nosso momento atual – no recém-ingresso de pessoas trans* no ensino superior público brasileiro, em seus meandros legais, manejos cotidianos, enredamentos políticos e afetivos, inserção na produção de conhecimento acadêmica... – suas múltiplas histórias ontem e hoje e, nesse momento final, para futuros possíveis. E não falamos aqui de futuros de pessoas trans*, especificamente (não apenas), mas de futuros "com", de futuros compartilhados, que podemos re/imaginar e constituir, em conjunto, a partir de processos diversos de responsabilização e sensibilização, frente a tais

experiências complexas. De futuras universidades, pesquisas, existências e mundos possíveis. Assim, a resposta para a pergunta não se limita a um "sim" ou "não" final. Talvez a provocação da pergunta seja, justamente, mais do que a existência em si, a possibilidade de existência, e que, se de fato pode existir uma universidade em pajubá, o que isso implica e quais transições esse convite, se não essa provocação, pode nos levar.

"'Não terás paz', disse o anjo enfático,
'Nunca!', e prosseguiu,
'Mas do suor de tuas lutas
nascerá uma garra tão firme e bruta
que tua resistência será, de ti, para os teus
e para além de vós a maior recompensa de tuas batalhas (...)

Caminharás com o rosto erguido e o corpo são e
inteiro, porém
para que percebas que a completude do corpo
é uma questão de ponto de vista (...)
e que os arranjos de perfeição da anatomia são vários
Como várias são as formas de alegria que encontram as criaturas (...)

Por fim, na hora de partir, ao olhares para tua vida
admirado com o tanto que guerreaste e transformaste
em ti, nos outros e, a partir de ti, no todo,
descansarás enfim as pálpebras retesadas
(por manterem-se a todo tempo vigilantes
como um gesto essencial de sobrevivência)
e te libertarás com um suspiro breve e profundo

Essa tranquilidade coroará o fim de tua trajetória
pois ao leres tua narrativa assim completa
te orgulharás em ver que ao teu nome
corresponde o sabor incomparável de uma boa memória"
(GRAVANIC, 2019)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no Estado: uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo.* Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2014.

AGUINSKY, Beatriz; **FERREIRA**, Guilherme; **RODRIGUES**, Marcelli. *A carteira de nome social para travestis e transexuais no Rio Grande do Sul: Entre polêmicas, alcances e limites*. Trabalho apresentado no Fazendo Gênero, v. 10, 2013.

AHMED, Sara. *On being included: Racism and diversity in institutional life*. Duke University Press, 2012.

_____. An affinity of hammers. *Transgender Studies Quarterly*, v. 3, n. 1-2, p. 22-34, 2016.

ALCOFF, Linda. The problem of speaking for others. *Cultural critique*, n. 20, p. 5-32, 1991.

ALEGRIA, Paula. *Sexualidade, política e juventude: uma etnografia das configurações de experimentação da sexualidade e do movimento estudantil entre alunos de uma escola pública*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016.

ALMEIDA, Guilherme; **MURTA**, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), n. 14, p. 380-407, 2013.

ALMEIDA, Ronaldo; **TONIOL**, Rodrigo (ed.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Editora da Unicamp, 2018.

ALMEIDA, Vinicius. *Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2019.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13-56, 2014.

ALVES, Cláudio Eduardo; **MOREIRA**, Maria. Do uso do nome social ao uso do banheiro:(trans) subjetividades em escolas brasileiras. *Quaderns de Psicologia*, v. 17, n. 3, 2015.

ANDIFES. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018*, maio de 2019. Relatório online, disponível em: http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/.

ANDRADE, Luma. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, 2015.

ANTRA (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*, 2019. Relatório online, disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

_____. La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. *Estudos feministas*, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005.

_____. Let us be the healing of the wound: The Coyolxauhqui imperative—la sombra y el sueño. IN: ANZALDUA, Gloria. KEATING, AnaLouise (ed.). *The Gloria Anzaldua Reader*. Duke University Press, 2009.

ARAÚJO, Danielle. "Inclusão com mérito" e as facetas do racismo institucional nas universidades estaduais de São Paulo. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 3, p. 2182-2213, 2019.

ARAÚJO, Maria Clara. *A transfobia é uma problemática brasileira*. Usina de Valores, 2018. Disponível em: https://usinadevalores.org.br/a-transfobia-e-uma-problematica-brasileira/.

_____. Afrotransfeminismo e a necessidade de quilombos de afeto para travestis negras brasileiras. *Alma Preta Jornalismo*. 25 de julho de 2018.

_____. Afrotransfeminismo: travestilizando o movimento negro e racializando o transfeminismo. *Usina de Valores*. 25 de junho de 2018. Disponível em: https://usinadevalores.org.br/afrotransfeminismo-travestilizando-o-movimento-negro-e-o-transfeminismo/.

_____. Pedagogias das Travestilidades. Trabalho de conclusão de curso em Educação. Pontícia Universidade Católica de São Paulo, 2020 (no prelo).

ATHAYDE, Fernardo. O.. *Ações Afirmativas, cotas e a inserção de acadêmicos indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS*). 2010. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, Brasil.

BAGAGLI, Beatriz. Denúncia acerca do nome social entregue à ouvidoria da Unicamp. *Transfeminismo*. 12 de março de 2013. Disponível em: https://transfeminismo.com/denuncia-acerca-do-nome-social-entregue-a-ouvidoria-da-unicamp/.

_____. *Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

BARBOSA, Bruno César. *Imaginando trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2015.

_____. *Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2010.

BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior: Distribuição e representatividade. *Cadernos do GEA*, v. 3, n. 6, p. 3-46, 2014.

BESEN, Lucas. *'Pode tudo, até ser cis': Segredo de justiça, cisgeneridade e efeitos de estado a partir de uma pecigrafia dos processos de retificação do registro civil em Porto Alegre/RS*. Tese de Doutorado, 2018.

BETTCHER, Talia Mae. Evil deceivers and make-believers: On transphobic violence and the politics of illusion. *Hypatia*, v. 22, n. 3, p. 43-65, 2007.

_____. "When Tables Speak": On the Existence of Trans Philosophy. *DailyNous*. 30 de maio de 2018. Disponível em: https://dailynous.com/2018/05/30/tables-speak-existence-trans-philosophy-guest-talia-mae-bettcher/.

_____. Trapped in the wrong theory: Rethinking trans oppression and resistance. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 39, n. 2, 2014.

_____; **GOULIMARI**, Pelagia. Theorizing closeness: A trans feminist conversation. *Angelaki*, v. 22, n. 1, p. 49-60, 2017.

BHABHA, Homi. *O local da cultura* [1994]. Editora UFMG, 2ª ed, 2018.

BILGE, Sirma; **COLLINS**, Patricia Hill. *Interseccionality*, Polity, 2016.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação, *Cadernos Pagu*, n.26, p.329-376, 2006.

BRAUN, Lundy. *Breathing race into the machine: The surprising career of the spirometer from plantation to genetics*. University of Minnesota Press, 2014.

BURMAN, Anders. Are anthropologists monsters? An Andean dystopian critique of extractivist ethnography and Anglophone-centric anthropology. IN: *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 8, n. 1-2, p. 48-64, 2018.

BUTLER, Judith. Can the other in philosophy speak?. IN: Butler, Judith. *Undoing Gender*. Psychology Press, 2004.

_____. *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Civilização Brasileira, 1ª edição, 2018.

_____. *Frames of war: When is life grievable?*. Verso Books, 2016.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira, 2010 [1990].

_____. *Relatar a si mesmo*. Autêntica, 2015.

CANDEA, Matei. Endo/exo. *Common Knowledge*, v. 17, n. 1, p. 146-150, 2011.

_____. Science: IN: CANDEA, Matei; DIEMBERGER, Hildegard; LAZAR, Sian; ROBBINS, Joel; SANCHEZ, Andrew; STASCH, Rupert (ed.). *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*, 2016. Disponível em: http://doi.org/10.29164/16science.

CARMO, Íris. O rolê feminista: autonomia, horizontalidade e produção de sujeito no campo feminista contemporâneo. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como *não ser* como fundamento do ser. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *Escritos de uma vida.* Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

CARRARA, Sérgio. Antropologia e ciência no Brasil: a construção de um campo. In: FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine (ed.). *Ciências da vida: antropologia da ciência em perspectiva*. Terceiro Nome, 2012.

_____. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.

_____. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 2010.

_____. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Editora Fiocruz, 1996.

_____; **CARVALHO**, Mario. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. *Contemporanea: Revista de Comunicação e Cultura* v. 13, n. 2, 2015.

_____; **_____**. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana* (14), 2013.

CARRIJO, Gilson et al. Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 2, 2019.

CARRITHERS, Michael et al. Ontology is just another word for culture: Motion tabled at the 2008 meeting of the group for debates in anthropological theory, University of Manchester. *Critique of anthropology*, v. 30, n. 2, p. 152-200, 2010.

CARVALHO, Mário. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

_____. *Muito prazer, eu existo!" Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas Trans no Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

_____. "Travesti", "mulher transexual", "homem trans" e "não binário": interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *Cadernos Pagu*, n.52, p. 33-67, 2018.

CARVALHO, Renata. Transfácio: bem-vindes a era do traviarcado. IN: LEAL, Dodi; DENNY, Marcelo; *Gênero expandido: performances e contrassexualidades*. Annablue, 2018.

CARÃO, Edy.; **FACCHINI**, Regina. Entre o público e o privado: rumores, diálogos e violência a partir de pichações em banheiros de universidade. IN: *Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP*, n. 27, , 2019. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/pibic/article/view/1970.

CAVALCANTI, Céu; **BARBOSA**, Roberta; **BICALHO**, Pedro. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. *Psicologia: ciência e profissão*, vol. 38 no.2, 2018.

CHEN, Jian Neo; **CÁRDENAS**, micha. Times to Come: Materializing Trans Times. *Transgender Studies Quarterly*, 6 (4), p.472–480, 2019.

CHIME ZINE. *Issue 1: Brazil*. Publicação digital, Chime for Change, 2019. Disponível em: https://chime.gucci.com/zine/issue-01/.

CHO, Sumi; **CRENSHAW**, Kimberlé; **MCCALL**, Leslie. Toward a field of intersectionality studies: Theory, applications, and praxis. *Signs: Journal of women in culture and society*, v. 38, n. 4, p. 785-810, 2013.

CHU, Andrea; **DRAGER**, Emmett. After trans studies. *Transgender Studies Quarterly*, v. 6, n. 1, p. 103-116, 2019.

CIMI (Conselho Indigenista Missionário). *Violência contra os Povos Indígenas* do *Brasil – Dados 2018*, 2019

CLASTRES, Pierre. *Sociedade contra o Estado*. Ubu, 2017 [1977]

COACCI, Thiago. *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

_____. *Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão 2014*

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016 [1986].

_____. Entrevista: 'Se o termo feminismo barra a discussão, é hora de trocá-lo', diz Patricia Hill Collins. *The Intercept Brasil*. 21 de Outubro de 2019. Disponível em: https://theintercept.com/2019/10/21/entrevista-feminismo-patricia-hill-collins/.

_____. On intellectual activism. Temple University Press, 2012.

_____. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo Editorial, 2019. 1990.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. The Combahee river collective statement. *Home girls: A Black feminist anthology*, p. 264-74, 1983.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.27 no.80, 2012

_____. *Southern Theory: Social Science And The Global Dynamics Of Knowledge*. Polity Press, 2007.

_____. *The good university: What universities actually do and why its time for radical change*. Zed Books Ltd., 2019.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 13-30, 2001.

_____. *Morte em família: Representações jurídicas de papeis sexuais.* Graal, 1983

CORRÊA, Sonia. A "política do gênero": um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, n. 53, 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com Aspas e Outros Ensaios*. Cosac Naify, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stan. L. Rev.*, v. 43, p. 1241, 1990.

DE LA CADENA, Marisol. An Invitation to Live Together: Making the "Complex We". *Environmental Humanities*, v. 11, n. 2, p. 477-484, 2019.

_____. *Earth beings: Ecologies of practice across Andean worlds*. Duke University Press, 2015.

_____. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 95-117, 2018.

DAFLON, Verônica; **FERES JÚNIOR**, João; **CAMPOS**, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de pesquisa*, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013.

DALLAPICULA, Catarina; **FONSECA**, Miguel. Enredamentos enunciativos nas primeiras IFES a adotarem o nome social no Brasil. *Anais do 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade e 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero*, 2016.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 9-41, 2011.

DAVIS, Angela. 2016. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial. 248p. 1981

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist theory*, v. 9, n. 1, p. 67-85, 2008.

DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição [1968]. Paz & Terra, 2018.

DOMINGUES, Bruno Rodrigo. Negro na universidade, branco no trabalho de campo. *Cadernos de Campo*, v. 27, n. 1, p. 295-309, 2018.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. Perspectiva, 2ª edião, 2010 [1966].

DUMARESQ, Leila. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). *Revista Periodicus*, v. 1, n. 5, p. 121-131, 2016.

_____. O cisgênero existe. *Transliteração*. 15 de dezembro de 2014. Disponível em: http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/.

DUMIT, Joseph. Writing the implosion: teaching the world one thing at a time. *Cultural Anthropology*, v. 29, n. 2, p. 344-362, 2014.

DUQUE, Tiago. *Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

ENKE, Anne. Introduction: Transfeminist Perspectives. IN: ENKE, Anne (ed.). *Transfeminist Perspectives in and beyond Transgender and Gender Studies*, Temple University Press, 2012.

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Editora Pallas, 2014.

FABIAN, Johannes. *Time and the other: How anthropology makes its object* [1983]. Columbia University Press, 2014.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o" campo" e para a" arena" do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 3, n. 04, 2009.

_____. *Sopa de letrinhas: movimento homossexual e a produção de identidades coletivas nos anos 90*. Garamond Universitária, 2005.

_____; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação & Sociedade*, v. 41, 2020.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Cadernos pagu*, n. 17-18, p. 9-79, 2002.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado [1990]. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERES JÚNIOR, João et al. *Ação afirmativa: conceito, história e debates*. EDUERJ, 2018.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 9ª ed., Ed. Paz e Terra, 2014.

FONSECA, Cláudia. Classe e a recusa etnográfica. IN: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema (org.). *Etnografias da participação*. EDUNISC, 2006.

_____. Quando cada caso não é um caso. *Revista Brasileira de educação*, v. 10, n. 1, p. 58-78, 1999.

FREIRE, Lucas. Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. *Cadernos Pagu*, n. 48, 2016.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. *Staring: How we look*. Oxford University Press, 2009.

GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas). *Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe nº 2*. CAMPOS, Luiz; FRANÇA, Danilo; FERES JÚNIOR, João (org.). 2018. Disponível em: http://gemaa.iesp.uerj.br/relatorios/relatorio-das-desigualdades-gemaa-no-2/.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GONÇALVES, Alexandre. Religião, política e direitos sexuais : controvérsias públicas em torno da "Cura Gay". Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo brasileiro*, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (org.). *O lugar da mulher, estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Ed. Graal, 1982.

GUNNARSSON, Lena. Why we keep separating the 'inseparable': Dialecticizing intersectionality. *European Journal of Women's Studies*, v. 24, n. 2, p. 114-127, 2017.

GRAVANIC, Bruno. Profecia Autorealizada. IN: JUDAR, Cristina; RABELO, Alexandre. *A Resistência dos Vagalumes*. Editora Nós, 2019.

GREEN, James; **CAETANO**, Marcio; **FERNANDES**, Marisa; **QUINALHA**, Renan (ed.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. Alameda, 2018.

GREGORI, Maria. *Cenas e queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. ANPOCS, 1993.

_____. *Prazeres perigosos*: *erotismo, gênero e limites da sexualidade*. Companhia das letras, 2016.

GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS. *Manifiesto Inaugural* [1995], 2009. Disponível em: http://blog.pucp.edu.pe/blog/latravesiadelfantasma/2009/02/08/manifiesto-inaugural-grupo-latinoamericano-de-estudios-subalternos/.

HALBERSTAM, Jack. *The Queer Art of Failure*. Duke University Press, 2011.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Editora UFMG, 2ª ed, 2013.

HARAWAY, Donna. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. *Horizontes antropológicos*, v. 17, n. 35, p. 27-64, 2011.

_____. A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century [1985]. IN: HARAWAY, Donna. *Manifestly Haraway*. University of Minnesota Press, 2016.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial [1988]. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41. 1995.

_____. *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Duke University Press. 312p, 2016.

_____. The companion species manifesto: Dogs, people, and significant otherness [2003]. IN: HARAWAY, Donna. *Manifestly Haraway*. University of Minnesota Press, 2016.

_____. The promises of monsters: A regenerative politics for inappropriate/d others [1992]. IN: HARAWAY, Donna. *The Haraway Reader*. Routledge, 2004.

HAYWARD, Eva. Lessons of a Starfish. IN: STRYKER, Susan; AIZURA, Aren (ed.); *Transgender Studies Reader 2*. Routledge. 2013.

HOBBS, Allyson. *A Chosen Exile: A History of Racial Passing in American Life*. Harvard University Press, 2014.

hooks, bell. *All About Love: New Visions*, Harper Perennial, 2000.

_____. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Editora Elefante, 2018. 1989

_____. Homeplace: A site of resistance [1990]. IN: hooks, bell. *Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics*. Routledge, 2nd ed., 2014.

_____. Theory as liberatory practice. *Yale JL & Feminism*, v. 4, p. 1, 1991.

IAZZETTI, Brume. Cisgeneridade e o mito da transição como ruptura. Medium, 10 de setembro de 2020. Disponível em: https://medium.com/@brume/cisgeneridade-o-mito-da-transição-como-ruptura-105a6db16229.

_____. Direitos humanos em pajubá?: Controvérsias, enquadramentos e agenciamentos no acesso e permanência de pessoas trans* no ensino superior público. IN: EILBAUM, Lucía; SILVA, Ana Paula da; CHAGAS, Gisele; SOGBOSSI, Hippolyte; RUI, Taniele (org.). *Antropologia e Direitos Humanos 9*. E-Papers, 2021 (no prelo).

_____. *FaceApp y las fantasías de la cisgeneridad*. Revista Vomito, 2020. Disponível em: http://revistavomito.com/faceapp-y-las-fantasias-de-la-cisgeneridad/.

_____. O dentro e o fora: Intersecções do "ser trans" na (e além da) universidade. IN: *Anais Eletrônicos da XIII Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM)*, 2019.

_____. O jogo de espelhos da cisgeneridade. Medium, 24 de setembro de 2020. Disponível em: https://medium.com/@brume/o-jogo-de-espelhos-da-cisgeneridade-4aacb6993c19.

_____. Sobre relatos e etnografias: Relações incômodas entre transfeminismo/s e antropologia/s. IN: *Anais Eletrônicos do VI Congreso ALA 2020*, 2021 (no prelo).

INADA, Angélica. *Quando a Unicamp falou sobre cotas: trajetória de militância do núcleo de consciência negra e da frente pró-cotas da Unicamp*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

INGOLD, Tim. That's enough about ethnography! *Hau: Journal of ethnographic theory*, v. 4, n. 1, p. 383-395, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE). *As fronteiras da educação: A realidade dxs estudantes trans no Brasil*. Relatório online, 2019. Disponível em: http://observatoriotrans.org/pesquisa.

_____. CANTELLI, Andreia; NOGUEIRA, Sayonara (org.). *Nome social: A ponta do iceberg*. 1ª edição, 2020.

JESUS, Jaqueline de; **ALVES**, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, v. 11, n. 2, 2010.

_____ (org.). Transfeminismo: teorias e práticas. Metanoia Editora, 2014.

_____. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. ReDoc: *Revista Docência e cibercultura*. 2019.

JESUS, Suzana. Educação e tecnologias digitais em tempos de pandemia. Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus – Semana 8. Disponível em: www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-anpocs.

JODAS, Juliana. ¿Universidade como fronteira? Políticas de ações afirmativas para indígenas no Brasil. *Revista del Instituto de Investigaciones en Educación*, n. 8, p. 47-66, 2016.

KASMIR, Sharryn. Science: IN: CANDEA, Matei; DIEMBERGER, Hildegard; LAZAR, Sian; ROBBINS, Joel; SANCHEZ, Andrew; STASCH, Rupert (ed.). *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*, 2018. Disponível em: http://doi.org/10.29164/18precarity.

KAWAKAMI, Érica; **JODAS**, Juliana. Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro e o Acesso de Povos Indígenas. *Políticas Educativas–PolEd*, v. 6, n. 2, 2013.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2019. [2008]

KOYAMA, Emi. The Transfeminist Manifesto [2001]. IN: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (ed.); *Transgender Studies Reader*. Routledge. 2006

_____; **WEASEL**, Lisa. From social construction to social justice: Transforming how we teach about intersexuality. *Women's Studies Quarterly*, v. 30, n. 3/4, p. 169-178, 2002.

LAW, John. *After method: Mess in social science research*. Psychology Press, 2004.

____. Objects, spaces, others (draft). *Centre for Science Studies and the Department of Sociology, University of Lancaster*, 2000, Disponível em: http://www. comp. lancaster. ac. uk/sociology/soc027jl. html.

____; **MOL**, Annemarie. Notes on materiality and sociality. *The sociological review*, v. 43, n. 2, p. 274-294, 1995.

____; **____**. Complexities: Social Studies of Knowledge Practices. Duke University Press, 2002.

LAZAR, Sian. Citizenship: IN: CANDEA, Matei; DIEMBERGER, Hildegard; LAZAR, Sian; ROBBINS, Joel; SANCHEZ, Andrew; STASCH, Rupert (ed.). *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*, 2016. Disponível em: http://doi.org/10.29164/16citizenship.

LEAL, abigail Campos. *escuiresendo: ontografias poéticas*. O sexo da palavra, 2020.

LEAL, Dodi. A arte travesti é a única estética pós-apocalíptica possíveis? Pedagogias antiCIStêmicas da pandemia. 2020. *Pandemia critica* (94), n-1 edições.

_____. *Performatividade transgênera: equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2018.

LEITE, Vanessa Jorge. A captura das crianças e adolescentes: refletindo sobre controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade nas políticas de educação. *Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, p. 11-30, 2019.

LEITE JR, Jorge. *Nossos corpos também mudam. A invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico*. São Paulo, Annablume, 2011.

LEÃO, Natalia et al. *Relatório das Desigualdades GEMAA nº 1*, 2017.

LEMOS, Kaio. O corpo transmasculino como um campo de batalha: espaços de narrativas e construções tecno-semióticas. *Revista Estudos Transviades*, n. 1, v. 1, 2020.

LIMA, Átila. Precarização docente, EAD e expansão do capital na educação: correlações com a portaria nº 343/2020 do MEC em virtude da pandemia do COVID-19. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus – Semana 8*. Disponível em: www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-anpocs.

LIMA, Maria Lúcia. *O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis*. Tese de Doutorado, Pontíficia Universidade Católica de de Campinas, 2013.

LIMA, Stephanie. *"A gente não é só negro": Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2020.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: Ensaios e conferências* [1984]. Editora Autêntica, 2019.

_____. *Zami: A new spelling of my name: A biomythography* [1982]. Crossing Press, 2011.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula rasa*, n. 09, p. 73-101, 2008.

_____. On complex communication. *Hypatia*, v. 21, n. 3, p. 75-85, 2006.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

_____. *Pilgrimages/peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions*. Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

LUSTOSA, Tertuliana. A lenda da trava leiteira. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 8, p. 94-114, 2017.

_____. Manifesto traveco-terrorista. *Revista Concinnitas*, v. 1, n. 28, p. 384-409, 2016.

_____. Narradores de beira-rio: O cabeço de cuia e outras histórias-rio do Sertão Piauiense. *Revista Concinnitas*, v. 19, n. 33, p. 348-397, 2018.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A crise moderna da antropologia. *Revista de Antropologia*, p. 19-26, 1962.

M'CHAREK, Amade. Fragile differences, relational effects: Stories about the materiality of race and sex. *European Journal of Women's Studies*, v. 17, n. 4, p. 307-322, 2010.

_____. *From a politics of difference to a politics of sameness, and back!* EASST Review Volume 36(2), 2017. Disponível em: https://easst.net/article/from-a-politics-of-difference-to-a-politics-of-sameness-and-back/.

_____. Performative circulations: On flows and stops in forensic DNA practices. *TECNOSCIENZA: Italian Journal of Science & Technology Studies*, v. 7, n. 2, p. 9-34, 2017.

_____. Race, time and folded objects: the HeLa error. *Theory, Culture & Society*, v. 31, n. 6, p. 29-56, 2014.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, p. 507-524, 2017.

MACHADO, Paula. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos Pagu*, n. 24, p. 249-281, 2005.

MARQUES, Fabrício. Ciclo Interrompido: Indicadores de ciência e tecnologia do MCTIC mostram efeito da recessão nos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento no país em 2016. *Pesquisa Fapesp*, janeiro de 2019.

MATHUR, Nayanika. Bureaucracy. IN: *Cambridge Encyclopedia of Anthropology*, 2017.

_____. *Paper Tiger: Law, Bureaucracy and the Developmental State in Himalayan India*. Cambridge Studies in Law and Society, 2015.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial* [1995]. Editora Unicamp, 2002.

MOIRA, Amara. Neca. IN: JUDAR, Cristina; RABELO, Alexandre. *A Resistência dos Vagalumes*. Editora Nós, 2019.

_____. O cis pelo trans. *Revista Estudos Feministas*, 25 (1), p.365-373, 2017.

_____. Entrevista. Amara Moira, a travesti com o poder da palavra que virou doutora. *FONATRANS*, 6 de novembro de 2019 [originalmente concebida ao HuffPost Brasil, em 2018].

_____. Entrevista. Prostituta e travesti afirma que é discriminada na UNICAMP. *Catraca Livre*, 22 de julho de 2016.

MOL, Annemarie. Differences within: Feminism and us. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 6, n. 3, p. 401-407, 2016.

____. Multiple bodies, political ontologies and the logic of care. Interviewed by Denise Martin, Mary Jane Spink, Pedro Paulo Gomes Pereira. IN: *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 22, p. 295-305, 2018.

____. One, two, three: Cutting, counting, and eating. *Common Knowledge*, v. 17, n. 1, p. 111-116, 2011.

____. Ontological politics. A word and some questions. *The sociological review*, v. 47, n. 1_suppl, p. 74-89, 1999.

____. *The body multiple: Ontology in medical practice*. Duke University Press, 2002.

____. Who knows what a woman is: On the differences and the relations between the sciences. IN: *MAT: Medicine Anthropology Theory*, Disponível em: http://www.medanthrotheory. org/read/4955/what-woman-is.

____; **LAW**, John. Embodied action, enacted bodies: The example of hypoglycaemia. *Body & society*, v. 10, n. 2-3, p. 43-62, 2004.

MOMBAÇA, Jota. *Pode um cu mestiço falar?*. Medium, 6 de janeiro de 2015. Disponível em: https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee.

_____. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. *Revista Concinnitas*, v. 1, n. 28, p. 334-354, 2016.

MOYA, Thais. Para além das cotas: como as ações afirmativas têm transformado nas universidades paulistas. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 11, 2014.

MURPHY, Michelle. *The economization of life*. Duke University Press, 2017.

NAMASTE, Viviane. Undoing theory: The "transgender question" and the epistemic violence of Anglo-American feminist theory. *Hypatia*, v. 24, n. 3, p. 11-32, 2009.

NASH, Jennifer C. *Black feminism reimagined: After intersectionality*. Duke University Press, 2018.

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT. *Projeto transexualidades e saúde pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans*. Relatório online, 2016. Disponível em: http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf.

ODARA, Thifanny. *Pedagogia da Desobediência: Travestilizando a Educação*. Queer Livros, 2020.

OLIVEIRA, André Lucas. *"Somos quem podemos ser": os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des) patologização da transexualidade*. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ORTNER, Sherry. Dark anthropology and its others: Theory since the eighties. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 6, n. 1, p. 47-73, 2016.

PANSANI, Larissa. Libera meu xixi: controvérsias acerca do direito à utilização de banheiros públicos. *Revista de Trabalhos de Iniciação Científica da Unicamp*, n. 26, 2018.

PAREDES, Julieta. *Para Descolonizar El Feminismo*. Feminismo Comunitário Abya Yala, 2020.

PARREIRAS, Carolina; **MACEDO**, Renata. Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus – Semana 7*. Disponível em: www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-anpocs.

PASSARELI, Matheusa. *O Rio de Janeiro continua lindo e opressor*. Publicação independente (zine), 2017. Disponível em: https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/matheusa-o-rio-de-janeiro-continua-lindo.pdf.

PEIRANO, Mariza. A antropologia como ciência social no Brasil. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, p. 219-232, 2000.

_____. Etnografia não é método. *Horizontes antropológicos*, n. 42, p. 377-391, 2014.

PELS, Peter. After objectivity: An historical approach to the intersubjective in ethnography. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 4, n. 1, p. 211-236, 2014.

PEREIRA, Alexandre. Do controverso "chão da escola" às controvérsias da etnografia: aproximações entre antropologia e educação. *Horizontes Antropológicos*, n. 49, p. 149-176, 2017.

PERPICH, Diane. Black feminism, poststructuralism, and the contested character of experience. IN: DAVIDSON, Maria; GINES; GINES, Kathryn; MARCANO, Donna (ed.). *Convergences: Black Feminism and Continental Philosophy*. Suny Press, 2010.

PEÇANHA, Leonardo. *Visibilidade Trans pra quem? Parte II – Um olhar Transmasculino Negro*. Negros Blogueiros, 29 de janeiro de 2018.

PFEIL, Bruno Latini; **PFEIL**, Cello Latini. Um diálogo sobre fronteiras. *Revista Estudos Transviades*, n. 2, v. 1, 2020.

PLEMONS, Eric. The Look of a Woman: Facial Feminization Surgery and the Aims of Trans-Medicine. Duke University Press, 2017.

PORTELA, Poema; **FERES JÚNIOR**, João. *Pessoas trans na universidades federais do Brasil*, GEMAA: Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ação Afirmativa, 2021. Disponível em: gemaa.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-na-universidades-federais-do-brasil/.

PRADO, Marco; **CORREA**, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. IN: *Revista psicologia política*, vol. 18, n.43. 2018.

PRECIADO, Paul B. *Manifiesto contrasexual*. Anagrama, 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Mapa do Encarceramento: Os jovens do Brasil. Relatório online, 2018. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/01/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf.*

RADI, Blas. Políticas del conocimiento hacia uma epistemología trans*. IN: SEOANE, Mariano López (ed.). *Los mil pequeños sexos: Intervenciones críticas sobre políticas de género y sexualidades*. Universidad Nacional de Tres de Febrebo, 2019.

_____. Reproductive injustice, trans rights, and eugenics. *Sexual and reproductive health matters*, v. 28, n. 1, p. 1824318, 2020.

REGO, Yordanna. Reflexões sobre afronecrotransfobia: políticas de extermínio na periferia. *Revista Humanidades e Inovação* v.6, n.16. 2019.

REIDEL, Marina. *A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira*. Dissertação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

RIBEIRO, Bruno. *Afronta, vai, se movimenta! estéticas e ativismos na cena preta LGBT da cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2021 (no prelo).

ROHDEN, Fabíola; **FONSECA**, Claudia; **MACHADO**, P.; **PAIM**, HELOISA. Antropologia das ciências no Brasil: dobras reflexivas. IN: *Antropologia da Ciência e da tecnologia: dobras reflexivas*. Sulima, 2016, p. 15-32.

ROMIO, Jackeline. *Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

ROSADO-NUNES, Maria José. A "ideologia de gênero" na discussão do PNE. A intervenção da hierarquia católica. *HORIZONTE: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, p. 1237-1260, 2015.

SALAH, Trish. Undoing trans studies. *Topia: Canadian Journal of Cultural Studies*, vol. 17, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. Editora Almedina, 2009.

SANTOS, Dayanna Louise dos. *"Sobrevivi para contar": Experiências escolares transgêneras na educação de jovens, adultos e idosos (EJAI)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

SANTOS, Neusa Souza. Tornar-se negro (ou, vissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social). Editora Graal, 1983.

SANTOS, Sales Augusto dos. Universidades públicas, sistemas de cotas para negros e disputas acadêmico-políticas no Brasil contemporâneo. *Política & Trabalho — Revista de Ciências Sociais*, n. 33, 2010.

SCOTE, Fausto; **GARCIA**, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. *Perspectiva*, v. 38, n. 2, p. 1-25, 2020.

SEDGWICK, Eve. A epistemologia do armário [1990]. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19-54, 2007.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos ces*, n. 18, 2012.

SERANO, Julia. *Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity*. Seal Press, 2007.

SILVA, Cássio José. *A distopia do mérito: desigualdades escolares no ensino médio brasileiro analisadas a partir do ENEM*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

SILVA, Lívia Karoline et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, p. 835-846, 2017.

SILVA, Viviane Angélica. *Cores da tradição: uma história do debate racial na Universidade de São Paulo (USP) e a configuração racial do seu corpo docente*. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves. Direitos à meia luz: regulamentação do uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas instituições escolares. *Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade*, v. 25, n. 45, 2016.

SOUZA, Emilly Mel Fernandes de; **SILVA**, Leilane Assunção da. A epistemologia do barraco: uma breve história do movimento LGBTI em geral. *Revista Inter-Legere*, v. 1, n. 21, p. 106-121, 2017.

SNORTON, C. Riley. *Black on both sides: A racial history of trans identity*. U of Minnesota Press, 2017.

_____. *Nobody is supposed to know: Black sexuality on the down low*. University of Minnesota Press, 2014.

_____; **HARITAWORN**, Jim. Trans Necropolitics: A Transnational Reflection on Violence, Death, and the Trans of Color Afterlife. IN: STRYKER, Susan; AIZURA, Aren (ed.); *Transgender Studies Reader 2*. Routledge. 2013.

SPIZZIRI, Giancarlo et al. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. IN: *Scientific Reports*, 11, 2021. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41598-021-81411-4.

STENGERS, Isabelle. *Another Science is Possible: A Manifesto for Slow Science*. Polity, 2018.

_____. *Reclaiming Imagination: Speculative SF as an Art of Consequences. An interview with Isabelle Stengers* (Interview by Casper Bruun Jensen and Line Marie Thorsen). NatureCulture**.** 2019. Disponível em: https://www.natcult.net/interviews/reclaiming-imagination-speculative-sf-as-an-art-of-consequences/.

_____. *The care of the possible* (Interview by Erik Bordeleau). Scapegoat, Issue 1. 2013. Disponível em: http://www.scapegoatjournal.org/docs/01/01_Stengers_Bordeleau_CareOfThePossible.pdf.

_____; **DESPRET**, Vinciane. *Women who make a fuss: The unfaithful daughters of Virginia Woolf*. U of Minnesota Press, 2015.

_____; **PIGNARRE**, Philippe. *Capitalist sorcery: breaking the spell*. Palgrave, 2011.

STONE, Sandy. The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto [1987]. IN: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (ed.); *Transgender Studies Reader*. Routledge. 2006

STRATHERN, Marilyn. Cortando a rede [1996]. IN: *O efeito etnográfico e outros ensaios*. Cosac & Naify, 2014.

_____. Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia [1987]. IN: *O efeito etnográfico e outros ensaios*. Cosac & Naify, 2014.

_____. No limite de uma certa linguagem (Entrevista). *Mana*, v. 5, n. 2, p. 157-175, 1999.

_____. O Efeito Etnográfico [1999]. IN: *O efeito etnográfico e outros ensaios*. Cosac & Naify, 2014.

_____. Relation: IN: CANDEA, Matei; DIEMBERGER, Hildegard; LAZAR, Sian; ROBBINS, Joel; SANCHEZ, Andrew; STASCH, Rupert (ed.). *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*, 2018. Disponível em: http://doi.org/10.29164/18relations.

_____. Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia [1987]. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 2, p. 83-104, 2009.

STRYKER, Susan. (De)Subjugated Knowledges: An Introduction to Transgender Studies. STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (ed.); *Transgender Studies Reader*. Routledge. 2006.

_____; **AIZURA**, Aren (ed.); *Transgender Studies Reader 2*. Routledge. 2013.

_____; **WHITTLE**, Stephen (ed.); *Transgender Studies Reader*. Routledge. 2013.

SUBRAMANIAM, Banu. *Ghost stories for Darwin: The science of variation and the politics of diversity*. University of Illinois Press, 2014.

SULLIVAN, Shannon; **TUANA**, Nancy. Introduction. IN: SULLIVAN, Shanon; TUANA, Nancy (ed.). *Race and Epistemologies of Ignorance*, State University of New York Press, 2007.

TSING, Anna. *Friction: An ethnography of global connection*. Princeton University Press, 2011

_____. On Nonscalability: The Living World Is Not Amenable to Precision-Nested Scales. *Common Knowledge*, v. 18, n. 3, p. 505-524, 2012.

TODD, Zoe. An indigenous feminist's take on the ontological turn: 'Ontology'is just another word for colonialism. *Journal of historical sociology*, v. 29, n. 1, p. 4-22, 2016.

TODXS. MONTEIRO, Anielle; IAZZETTI, Brume; MELO, Gabriela; BARBABELA, Pedro (org.). Manual de Implementação de Ações Afirmativas para Pessoas Trans na Pós-Graduação, 2021 (no prelo).

URCIUOLI, Bonnie. Neoliberalizing markedness: The interpellation of "diverse" college students. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 6, n. 3, p. 201-221, 2016.

VAN DOOREN, Thom. *Flight ways: Life and loss at the edge of extinction*. Columbia University Press, 2014.

VENTURINI, Anna Carolina. *Ações Afirmativas nos Programas de Pós-graduação Acadêmicos de Universidades Públicas*. Levantamento das políticas afirmativas GEMAA, 2019.

_____. *O Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP).* Textos para discussão GEMAA, 2015.

_____; **FERES JÚNIOR**, João. *Onze anos da ação afirmativa sem cota da UNICAMP*. Textos para discussão GEMAA, 2016.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2015.

VIDAL-ORTIZ, Salvador. Whiteness. IN: *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, p. 264 – 266, 2014.

WASSER, Nicolas. O movimento musical LGBT e seus contramovimentos. IN: Revista Brasileira de Sociologia, v. 8, n. 20, 2020.

WRIGHT, Susan; **SHORE**, Cris (Ed.). *Death of the Public University?: Uncertain Futures for Higher Education in the Knowledge Economy*. Berghahn Books, 2017.

YORK, Sara Wagner; **OLIVEIRA**, Megg; **BENEVIDES**, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Estudos Feministas*, v. 28, n. 3, p. 1-12, 2020.

ZAGO, Nadir. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. *Perspectiva*, v. 26, n. 1, p. 149-174, 2008.

_____; **PAIXÃO**, Lea; **PEREIRA**, Thiago. Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. *Educação em Foco*, v. 19, n. 27, p. 145-169, 2016.

Resoluções, princípios e decretos citados

BRASIL (Presidência da República, Casa Civil). Decreto Nº 7.824 / 11 de outubro de 2012. [2012b]

BRASIL (Presidência da República, Casa Civil). Decreto Nº 7.388 / 9 de dezembro de 2010.

BRASIL (Presidência da República, Casa Civil). Lei Nº 12.711 / 29 de agosto de 2012. [2012a]

BRASIL (Presidência da República, Casa Civil). Lei Nº 12.818 / 5 de junho de 2013

BRASIL (Presidência da República, Câmara dos Deputados). Lei Nº 11.145 / 26 de julho de 2005.

BRASIL (Presidência da República, Câmara dos Deputados). Lei Nº 13.409 / 28 de dezembro de 2016.

BRASIL (Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos). Resolução Nº 12 / 16 de janeiro de 2015.

BRASIL (Presidência da República, Secretaria-Geral). Decreto Nº 8.727 / 28 de abril de 2016.

BRASIL (Presidência da República, Secretaria-Geral). Decreto Nº 9.883 / 27 de junho de 2019.

CAMPINAS (Prefeitura do Município de Campinas). Decreto Nº 17.620/ 18 de junho de 2012.

CONSU/UNIFAP (Conselho Universitário da Universidade Federal do Amapá). Resolução Nº 13 / 2009.

CONSU/UFABC (Conselho Universitário da Universidade Federal do ABC). Resolução Nº 190 / 21 de novembro de 2018.

CONSU/UFSB (Conselho Universitário da Universidade Federal do Sul da Bahia). Resolução Nº 07 / 2017.

CONSU/UNICAMP (Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas). Deliberação CONSU-A-008/2017.

CONSU/UNICAMP (Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas). Deliberação CONSU-A-005/2019.

CONSU/UNICAMP (Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas). Deliberação CONSU-A-012/2004.

CONSEPE/UFABC (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do ABC). Resolução ConsEPE Nº 105/10 de maio de 2011.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (SÃO PAULO). Resolução GR-5 / 13 de janeiro de 2020.

DOM-CAMP (Diário Oficial do Município de Campinas). 5 de fevereiro de 2015, página 12.

PPGSD (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito)/UFF (Universidade Federal Fluminense). Edital de Seleção PPGSD/UFF 2020.

UFABC (Universidade Federal do ABC). Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos: Plano de Trabalho, novembro de 2017.

UNEB (Universidade do Estado da Bahia). Resolução Nº 1.339/2018.

UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Resolução GR-17/2019.

UNILAB (Pró-Reitoria de Graduação da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira). Edital Nº 29 / 9 de julho de 2019.

URUGUAI (Presidência da República). Lei Nº 19.684 / 26 de outubro de 2018.

SÃO PAULO (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). Decreto Nº 55.588 / 17 de março de 2010.

YOGYAKARTA, 2006. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

APÊNDICES

APÊNDICES

Apêndice 1 (Respostas da pesquisa quantitativa junto a universidades federais)[296]

Universidade[297]	Possui políticas afirmativas na graduação ou na pós-graduação?	Possui políticas de uso do nome social?	Qual o número de solicitações de uso do nome social realizados na instituição/há alguma informação sobre o total de estudantes trans*?	Foram divulgadas informações demográficas de estudantes trans*/solicitantes do nome social ou relacionadas a área de formação?	Outras informações relevantes?
UFCA	Não.	Sim.	4 solicitações.	Não.	Foram citados estudos internos.
UFOB	Não.	Sim.	1 solicitação.[298]	Não.	Não se aplica.
UFRN	Não.	Sim.	39 solicitações. Informações anuais fornecidas (2013 – 2020).	Não.	Não se aplica.
UFMT	Sim, na pós-graduação (Estudos da Linguagem, Estudos de Cultura Contemporânea). "Em discussão" na universidade como um todo.	Sim.	9 solicitações.	Sim. Sexo/gênero, raça/etnia, idade e ingresso por política afirmativa ou não.	Foram citadas outras iniciativas na universidade.
UNIFAL-MG	Não informado.	Não informado.	Não informado.	Não informado.	Não se aplica.
UNIRIO	Não.	Sim.	Não informado.	Não.	Não se aplica.
UFV	Não.	Sim.	8 solicitações.[299]	Não.	Não se aplica.
UFAM	Não.	Sim.	15 solicitações.	Não.	Não se aplica.
UFAC	Não.	Sem resposta.	Sem resposta.	Sem resposta.	Não se aplica.
UFGD	Não.	Sim.	8 solicitações (desde 2016)[300] na graduação, 1 na pós-graduação.	Não.	Não se aplica.
UFSCAR	Não.	Sim.	45 solicitações. Informações anuais fornecidas (2016 – 2020).	Sim. Área do conhecimento.	Não se aplica.
UNIFESSPA	Não, mas "em processo de implementação".	Sim.	2 solicitações.	Sim. Área de conhecimento.	Foram fornecidos os microdados da pesquisa nacional realizada pela

[296] Vale destacar que essas foram as informações fornecidas pelas instituições a partir da pesquisa via Portais de Transparência, que não necessariamente condizem com dados levantados pelo trabalho de campo, conforme discutido no **Capítulo 1**.

[297] Os nomes das universidades estão listados ao início dessa dissertação, na **Lista de Siglas**. Destaco ainda que diversas universidades compartilharam resoluções internas (disponíveis publicamente), referentes a políticas afirmativas e/ou a implementação do uso do nome social, compiladas para a pesquisa.

[298] A informação foi obtida via Programa Apoio Financeiro do Estudante.

[299] Dessas, 6 são matrículas ativas, um abandono e uma pessoa formada.

[300] Dessas, 4 são matrículas ativas.

					Andifes em universidades federais.
UFG	Não.	Sim.	46 solicitações.	Não. Os dados existem mas foram considerados sensíveis devido ao baixo número de estudantes.	A universidade possui políticas afirmativas na concessão de bolsas de mestrado e doutorado para "usuários do nome social". Também foram citadas diversas ações na universidade no que se refere à população LGBTI+.
UFPB	Não.	Sim.	De 40 a 45 solicitações[301]	Não.	Não se aplica.
UFMS	Não.	Sim.	22 solicitações[302].	Não.	Foi citada Resolução interna, sobre Bancas de Verificação de Autodeclaração, como possível parâmetro para políticas futuras.
UFOPA	Não.	Sim.	Sem informações.	Sem informações.	Foram citadas outras iniciativas referentes à população LGBTI+ (cursos de capacitação, órgãos especializados e prioridade nas políticas afirmativas).
UFRPE	Sim (20% das vagas remanescentes, incluindo pessoas trans).	Sim.	19 solicitações[303].	Não.	Foi informado que não houve candidaturas trans em nenhum programa desde 2018.
UNIVASF	Não.	Sim.	5 solicitações[304] (2 pessoas retificaram posteriormente).	Sim. Curso, raça/etnia e região de origem.	Não se aplica.
UFVJM	Não.	Sim.	2 solicitações.	Sim. Curso.	Não se aplica.
UFS	Não.	Sim.	29 solicitações.	Não.	Não se aplica.
UNIR	Não.	Sem informações.	Sem informações.	Não. Foram disponibilizados dados sobre ingressantes por políticas afirmativas como um todo, não especificamente pessoas trans.	Não se aplica.
UFRJ	Não na graduação, mas "há iniciativas na pós-graduação".	Sim.	176 solicitações.	Não informado. A solicitação foi enviada a outro órgão.	Não se aplica.
UFES	Sim, na pós graduação (Comunicação e Territorialidades). Foi afirmado que a	Sim.	38 solicitações.	Sim. Solicitantes de política afirmativa.	Foram citadas outras iniciativas (nominalmente, a existência de uma

[301] A consulta foi realizada via sistemas de autarquia. "40 solicitações" se refere ao conteúdo "nome social" no assunto da solicitação, enquanto "45 solicitações" se refere ao conteúdo no corpo do texto.
[302] Dessas, 13 são de matrículas ativas e 9 de matrículas inativas.
[303] Dessas, 18 tem matrícula ativa.
[304] Dessas, 4 são matrículas ativas.

	discussão tem sido progressiva.				Diretoria de Diversidade).
UFAL	Sim, na pós-graduação (Linguística e Literatura).	Sem informações.	Não informado. Dados específicos do PPGLL: 2 inscrições na pós-graduação em 3 anos[305].	Não.	Não se aplica.
UFPA	Sim, na pós-graduação (Artes).	Sem informações.	Sem informações.	Há estudantes trans nos cursos de Ciências Sociais, Psicologia, Artes e Museologia. Informou que medidas serão adotadas para obtenção de dados. Solicitação foi enviada a outro órgão.	Não se aplica.
UNIFESP	Não.	Sim.	Sem dados sobre nome social. Desde 2016 inclui "transgênero" nas inscrições[306]. 10 estudantes ao todo (desde 2016).	Não informado. Dados foram considerados sensíveis dado o baixo número de estudantes trans.	Não se aplica.
UFPR	Sim, na pós-graduação (Desenvolvimento Territorial Sustentável, Educação, Filosofia, Saúde Coletiva[307]).	Sim.	22 solicitações (desde 2017). Dados das pós-graduações: DTS teve 1 pessoa trans* ingressante[308] e 2 candidaturas, Educação teve 1 aprovação via políticas afirmativas e 1 candidatura em andamento (2020), Filosofia teve 1 candidatura.	Não. Mas um campo de autoidentificação de identidade de gênero foi adicionado recentemente no sistema SIGA, portanto os dados estão sendo levantados.	Foram citadas outras iniciativas (nominalmente, existência de Coordenadoria de Gênero e Diversidade Sexual).
UFPI (Solicitou via regime interno)	Não informado.	Não informado.	Não informado.	Não informado.	Não se aplica.
UFRRJ	Não.	Sim.	Não.	Não.	Não se aplica.
UFC	"Não na graduação".	Sim.	69 solicitações. Informações anuais fornecidas (2019 – 2021).	Não.	Não se aplica.
UFRGS	Sim, na pós-graduação (História, Educação, Psicologia, Antropologia Social, Saúde Coletiva, Artes Visuais e Ciências Políticas).	Sim.	Dados de cada curso fornecidos apenas via unidades específicas.	Dados de cada curso fornecidos apenas via unidades específicas.	Está sendo criada uma legislação interna unificada referente as políticas afirmativas na pós-graduação.

[305] Em 2018 não houve aprovações e não há dados sobre as inscrições. Em 2019 houve 2 inscrições (uma para o mestrado, uma para o doutorado) e 2020 não houve inscrições.
[306] Os dados são obtidos via CEPEG (Comissão de Estudo do Perfil do Estudante de Graduação)
[307] As políticas afirmativas foram recém-aprovadas na Saúde Coletiva.
[308] A pessoa em questão teve nota suficiente para ser remanejada para a ampla concorrência, portanto não ingressou na vaga específica para pessoas trans*.

UFABC	Sim, na graduação (BCT, BCH, LCH e LCNE). Na pós-graduação foi informado que "pode haver" (Ciência e Tecnologia Ambiental já com reservas).	Sim.	45 estudantes trans na graduação e estudantes trans na pós-graduação em 4 cursos. Há pesquisas internas que incluem a identidade de gênero (na graduação).	Sim. Curso. Dados das inscrições de 2019 e 2020 via SiSU.	Não se aplica.
UFCG	Não.	Sim.	2 solicitações. Foi afirmado que "há discentes trans".	Não.	Foi citada uma Resolução sobre políticas afirmativas que abre um precedente interno.
UFFS	Não.	Sim.	7 solicitações na graduação. Não há solicitações na pós-graduação.	Sim. Sexo/gênero, raça/etnia, curso.	Não se aplica.
UFERSA-RN	Não.	Sim.	8 solicitações na graduação. 2 solicitações na pós-graduação.	Sim. Curso.	Não se aplica.
UFTM	Não.	Sim.	6 solicitações.	Sim. Raça/etnia e curso.	Não se aplica.
UNIFEI	Não.	Sem informações.	2 solicitações na graduação. Não há solicitações na pós-graduação.	Sim. Região de origem, raça/etnia, renda, curso.	Não se aplica.
UFLA	Não.	Sim.	11 solicitações na graduação. 2 solicitações na pós-graduação.	Sim. Curso.	Não se aplica.
UFT	Não.	Sim.	26 solicitações na graduação. 2 solicitações na pós-graduação.	Não.	Não se aplica.
UFCSPA	Não.	Sim.	5 solicitações (desde 2013). 4 estudantes trans* atualmente na instituição.	Não.	Foram citadas outras iniciativas (nominalmente, disciplinas na temática).
UNIPAMPA	Não.	Sim.	5 solicitações.	Sim. Sexo/gênero, raça/etnia e curso.	Não se aplica.
UFMA	Não.	Sim.	286 solicitações (desde 2013).	Não.	Não se aplica.
UFF	Sim, na pós-graduação (Ciências Jurídicas e Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação, Cultura e Territorialidades, Educação, Estudos Contemporâneos das Artes, Geografia, Justiça e Segurança, Política Social,	Sim.	65 solicitações na graduação[309]. 2 solicitações na pós-graduação.	Não.	Não se aplica.

[309] Dessas, 49 são matrículas ativas.

	Psicologia, Saúde da Família, Sociologia).				
UNB	Sim, na pós-graduação (Artes Cênicas) Não na graduação.	Sim.	52 solicitações na graduação. 3 solicitações na pós-graduação.	Não.	Foram citadas outras iniciativas (nominalmente, a existência de Diretoria de Diversidade).
UFRA	Não.	Sim.	6 estudantes trans ao todo[310]	Não.	Não se aplica.
UFRR	Não.	Sim.	3 solicitações (desde 2018).	Não.	Não se aplica.
UFMG	Não, mas há "abertura institucional".	Sim.	79 solicitações na graduação. 8 solicitações na pós-graduação.	Não.	Não se aplica.
UFBA	Sim, há políticas afirmativas na graduação (vagas supranumerárias) e em todos os cursos de pós-graduação.	Sim.	Pela reserva de vagas: 22 estudantes em 18 cursos. Pedidos só agora formalizados, durante a pandemia (4 abertos). 22 estudantes trans* recebem auxílio do RU (Restaurante Universitário).	Não, mas "em processo" de obtenção de dados. Não foi possivel fornecer mais informações por conta da pandemia de COVID-19.	Foi citada a existência da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil.
UFSM	Não, mas há "minuta em formulação".	Sim.	43 solicitações.	Não.	Não se aplica.
UFPel	Não informado.	Não informado.	Não informado.	Não informado.	Não se aplica.
UNIFAP	Não, mas há "abertura institucional".	Não informado.	Não informado.	Foi informado que os microdados podem ser apenas oferecidos pelos PPGs.	Não se aplica.
UFSC	Sim, na pós-graduação (Psicologia, Sociologia e Ciência Política, Saúde Coletiva, Educação, Serviço Social, Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Jornalismo).	Sim.	50 solicitações na graduação. Nas pós-graduações há estudantes trans* em pelo menos três cursos.	Sim. Sexo/gênero, raça/etnia, curso.	Iniciativa na graduação consta no Plano de Desenvolvimento Institucional[311] e um grupo de trabalho deve ser formado em breve.
UNILA	Sim, na pós-graduação (Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos). Já houve iniciativa no Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Educação.	Sim.	8 solicitações na graduação. No Programa de Estudos Latino-Americanos houve 1 inscrição e 1 aprovação em dois anos. No Curso de Especialização citado houve 4 inscrições e 1 aprovação.	Sim. Uso ou não de políticas afirmativas.	Foi citado que um grupo de trabalho está em andamento, e que pode incluir tais ações. Foi compartilhado também uma pesquisa interna, realizada em 2018, sobre estudantes que solicitaram o uso do nome social na universidade.

[310] Desses, 2 estudantes trans* tem o nome retificado e 4 não retificaram seus documentos.

[311] O Plano se refere aos anos de 2020 a 2024 e prevê a análise de possibilidade de adoção de políticas afirmativas para "refugiados, travestis e transexuais".

UFPE	Sim, na pós-graduação (Educação).	Não informado.	Não informado.	Não informado.	O Núcleo LGBT da universidade está realizando pesquisa de mapeamento interno.
UFESBA	Sim, na pós-graduação (Biossistemas, Ciências e Tecnologias Ambientais, Ensino e Relações Étnico-Raciais, Estado e Sociedade).	Não informado.	Não informado.	Não informado.	Não se aplica.
UNILAB	Não informado.	Sim.	15 solicitações Informações anuais fornecidas (2014 – 2021).	Sim. Curso.	Não se aplica.
UFRB	Não.	Sim.	38 solicitações na graduação. Informações anuais fornecidas (2014 – 2021).	Sim. Curso.	Não se aplica.
UFJF	Sem resposta.	Sem resposta.	Sem resposta.	Sem resposta.	Sem resposta.
UFU	Sem resposta.	Sem resposta.	Sem resposta.	Sem resposta.	Sem resposta.

Apêndice 2 (Tabela de entrevistas)

Nome fictício	Pronomes	Momento da formação	Local da entrevista	Momento da entrevista	Entrevista gravada?
Dan	*Elu/delu*	Estudante de graduação	Local de estudo	Setembro de 2019	Sim
Ravi	*Ele/dele*	Estudante de graduação	Local de estudo	Setembro de 2019	Sim
Lia	*Ela/dela*	Estudante de graduação	Moradia da estudante	Outubro de 2019	Sim
Mael	*Ele/dele*	Estudante de graduação	Moradia do estudante	Outubro de 2019	Sim
Rosa	*Ela/dela*	Estudante de graduação	Local de estudo	Setembro de 2019	Sim
Marcelo	*Ele/dele*	Estudante de graduação	Centro comercial	Outubro de 2019	Sim
Marina	*Ela/dela*	Estudante de graduação	Local de estudo	Outubro de 2019	Sim
Laura	*Ela/dela*	Estudante de graduação	Online	Dezembro de 2019	Não
Adriano	*Ele/dele*	Estudante de graduação	Moradia do estudante	Dezembro de 2018	Sim
Carlos	*Ele/dele*	Estudante de graduação / Estudante de pós-graduação	Moradia do estudante / Online	Dezembro de 2018 / Outubro de 2019	Sim / Não
Ametista	*Ela/dela*	Estudante de graduação	Moradia da estudante	Dezembro de 2018	Sim
Marcos	*Ele/dele*	Estudante de graduação	Online	Outubro de 2019	Não
Jezebela	*Ela/dela*	Pós-graduada	Local de trabalho	Novembro de 2019	Não
Beatriz	*Ela/dela*	Estudante de pós-graduação	Local de estudo	Setembro de 2019	Sim
Leona	*Ela/dela*	Pós-graduada	Centro comercial	Setembro de 2019	Sim
Ren	*Elu/delu*	Estudante de graduação	Centro comercial	Agosto de 2019	Não
Ella	*Ela/dela*	Estudante de pós-graduação	Online	Fevereiro de 2020	Não
Dodi	*Ela/dela*	Docente	Online	Abril de 2020	Não
Ana Scott	*Ela/dela*	Docente	Local de trabalho	Setembro de 2019	Não
Silvana	*Ela/dela*	Docente	Online	Fevereiro de 2020	Não

Apêndice 3 (Proposta geral de políticas afirmativas para pessoas trans com base na proposta apresentada ao PPGAS/UNICAMP) (Junho de 2020[312])

Proposta de implantação de reserva de vagas suplementares para pessoas trans no Mestrado e no Doutorado

Preâmbulo

Este documento tem como objetivo traçar os parâmetros para a implantação de reserva de vagas suplementares para pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) no Mestrado e no Doutorado, como política de ação afirmativa.

I - Da pessoa trans e suas definições

Compreende-se enquanto "pessoas trans" sujeitos cuja identidade de gênero difere do sexo/gênero que lhes foi atribuída ao nascer. A definição de "identidade de gênero" parte da convenção estabelecida em Yogyakarta (Indonésia) em 2006, sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Definiu-se identidade de gênero como:

> estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos (YOGYAKARTA, 2007, p.10)

O termo "pessoas trans" é utilizado para designar qualquer pessoa que não se vê, não se reconhece e não orienta sua vida de acordo com o sexo/gênero que lhe foi designada ao nascer, sendo homem e mulher transexual, homem e mulher transgênero, travesti e pessoa não-binária (incluindo, por exemplo, transmasculinos) as identidades mais comuns. Conforme pontuado na definição de Yogyakarta, pessoas trans não necessariamente realizaram/pretendem realizar procedimentos cirúrgicos ou fizeram/fazem/pretendem fazer qualquer tipo de tratamento hormonal.

O termo "pessoas trans", referente a travestis, transexuais e transgêneros, tem sido o mais usual em políticas afirmativas voltadas a essa população em cursos de pós-graduação pelas universidades públicas do país (listadas no item IV). O termo parece ser o mais abrangente e inclusivo considerando a pluralidade de identidades trans existentes no país e no mundo.

II - Índices de violência envolvendo pessoas trans

No Brasil, mulheres trans e travestis têm uma expectativa de vida de 35 anos, segundo dados do "Dossiê sobre assassinatos e violências contra pessoas trans em 2019" (ANTRA, 2019), menos da metade

[312] Considerando que esse documento foi elaborado anteriormente à presente dissertação (e, portanto, do refinamento e finalização da pesquisa), ressalto que algumas informações podem estar desatualizadas ou incompletas.

da média nacional. Ainda segundo a mesma pesquisa, estima-se que, em média, pessoas trans no país, principalmente travestis, são expulsas de casa por suas famílias aos 13 anos de idade. 56% não possuem ensino fundamental completo, 72% não possuem ensino médio completo e apenas 0,02% estão na universidade (ANTRA, 2019).

O Brasil é considerado como o país com o maior número absoluto de assassinatos contra transexuais e travestis no mundo, segundo informações coletadas anualmente pela TGEU (Transgender Europe)[313]: dos 2982 casos de assassinatos computados no mundo entre janeiro de 2008 e setembro de 2018, cerca de 40% (1238) ocorreram no país.

Por sua vez, quando nos referimos à homens trans e transmasculinos, temos nos dados sobre suicídio um retrato dessa exclusão em diferentes espaços e níveis sociais. Segundo relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (2016), 85,7% dos homens trans já pensaram em suicídio ou tentaram cometê-lo, o que se agrava pelas dificuldades enfrentadas no acesso a serviços de saúde. Pelo mesmo relatório, temos que grande parte desses atos é motivada pela exclusão social e pela privação econômica.

Assassinatos e suicídios são os exemplos extremos da violência sofrida por pessoas trans como um todo no Brasil. Segundo levantamento produtivo pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE, 2019), essas são "pontas no iceberg" de uma série de processos de exclusão que atravessam espaços educacionais, incluindo as universidades públicas. Outras formas de violência nesses espaços incluem o apagamento e a ausência de referências e referenciais trans mobilizados em salas de aula; a posição histórica de "objeto" que pessoas trans tiveram em pesquisas acadêmicas, comumente sem a atenção necessária a suas demandas e especificidades; e a ausência de docentes e professores/as trans em escolas e universidades.

III – Promoção de ações afirmativas e avanços recentes

Em 2019, o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) realizou um levantamento nacional sobre a presença de estudantes trans no ensino básico e no ensino superior. O Instituto ressalta a violência contra pessoas trans no ambiente escolar e universitário, e a necessidade do advento de direitos e políticas afirmativas nesses espaços:

> A Educação como Direito Social na Constituição Federal assinala no seu art. 6º, que são direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Já no art. 205: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"
>
> (...)
>
> A experiência educacional das pessoas trans, principalmente, adolescentes e jovens, é apresentada em suas narrativas atravessadas por diferentes formas de agressão física, bullying, discriminação, isolamento, assédio moral e negligência,

[313] Disponível em: https://tgeu.org.

> formas de violência que são praticadas não apenas por outrxs estudantes, todavia, também por professores, diretores e corpo administrativo da escola.
>
> A obrigação constitucional do Estado, a partir de todos os seus agentes, é desenvolver ações para enfrentar discriminações que se ligam de diversos modos e ameaçam os direitos à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade e à própria vida das pessoas trans. Diante de processos discriminatórios e violentos que transportam uma dimensão peculiar tão significativa, torna-se complexo imaginar estratégias integrais de enfrentamento que dispensem políticas educacionais.

Princípios de atenção a demandas específicas desses sujeitos foram dadas nos últimos anos em diferentes universidades públicas pelo Brasil. Duas dessas iniciativas estão baseadas em dificuldades recorrentes na permanência de pessoas trans em ambientes educacionais (IBTE, 2019): o uso do nome social e o acesso a espaços segregados por gênero, principalmente banheiros.

A Unicamp, em consonância com outras IES do Brasil, tem caminhado no avanço dessas necessidades envolvendo o acesso e a permanência estudantil no que se refere às pessoas trans.

O IFCH adotou em 2017 placas nas portas dos banheiros que reconhecem a identidade de gênero de cada indivíduo, visando a visibilidade e a segurança de pessoas trans nesse espaço. A iniciativa se atrela legalmente a resolução federal nº12, de janeiro de 2015 que "estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino" (BRASIL, 2015).

Por sua vez, o nome social é garantido pela Unicamp desde 2012, atrelado ao decreto paulista de 2010 (SÃO PAULO, 2010), que prevê o uso do nome social no estado. O decreto estadual foi depois sucedido pelo decreto federal nº 8727, de 28 de abril de 2016 (BRASIL, 2016), que regulamenta o uso do nome social a nível federal.

Em janeiro deste ano, via Diário Oficial do Estado (2020), foi determinada na Unicamp uma resolução que assegura "o direito de alunos, professores e funcionários travestis e transexuais de utilizarem seus nomes sociais em registros, documentos e ações da vida funcional e acadêmica da Unicamp".

Embora atravessadas por dificuldades dentro e fora da universidade, nota-se que pessoas trans tem procurado acessar cursos de graduação e pós-graduação. Na Unicamp, que passa a adotar o nome social no vestibular em 2016, o número de solicitações triplicou em quatro anos, chegando a 33 solicitantes no último ano[314]. Por sua vez, no ENEM, o número de pedidos de uso do nome social quadruplicou entre 2014 e 2016, subindo de 102 para 408 solicitantes nesse período.

Em 2016 a primeira pessoa trans entra na Unicamp usando o nome social no vestibular. Dois anos mais tarde, uma travesti é a primeira a defender uma tese de doutorado usando o mesmo recurso. O fato é divulgado em canais de comunicação oficiais da Unicamp, onde afirma-se haver dez pessoas na instituição

[314] Fonte: Guia do Estudante / https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/triplica-os-candidatos-autodeclarados-trans-no-vestibular-da-unicamp/.

utilizando o nome social naquele momento[315]. Segundo informações coletadas pelo Guia do Estudante, já em dezembro de 2019 (ou seja, pouco mais de um ano depois), esse número seria de 22 estudantes ao todo[316]. Se incluirmos pessoas trans que não utilizam nome social (seja por opção, seja por terem retificado seus documentos), há quase meia centena de estudantes trans em meados de 2020, entre cursos de graduação e pós-graduação, a partir da pesquisa realizada pela hoje mestranda no PPGAS/Unicamp Brume Dezembro Iazzetti[317] na graduação e no mestrado

Ainda segundo os dados obtidos na mesma pesquisa, tem-se que grande parte dessas pessoas se entendeu e se assumiu publicamente como uma pessoa trans após o ingresso na universidade, o que eleva os números obtidos a partir do ENEM e do Vestibular da Unicamp.

IV – Sobre a proposta de reserva de vagas suplementares

Nos últimos anos, diversos programas de pós-graduação tem adotado políticas afirmativas de reserva de vagas suplementares para pessoas trans. Baseado nos dados produzidos pelo IBTE (2019) e nos últimos levantamentos produzidos pelo GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa) (VENTURINI, 2019), temos que pelo menos 28 universidades públicas contam com reserva de vagas para pessoas trans em cursos de pós-graduação.

Nominalmente, são elas: UFABC (Universidade Federal do ABC), UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso), UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), UnB (Universidade de Brasília), UFPR (Universidade Federal do Paraná), UFRB (Universidade Federal do Recôncavo Baiano), UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia), UFF (Universidade Federal Fluminense), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UFBA (Universidade Federal da Bahia), UNEB (Universidade Estadual da Bahia), UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), UNIFAP (Universidade Federal do Amapá), UEA (Universidade Estadual do Amazonas) , UFCA (Universidade Federal do Cariri), UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso), UEAP (Universidade do Estado do Amazonas), UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), UNIVASF (Universidade Federal do Vale do São Francisco), USP (Universidade de São Paulo), UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) e UFPB (Universidade Federal da Paraíba).

Baseado no mapeamento dessas iniciativas, tem-se que o modelo mais utilizado pelas universidades é a adoção de reserva de vagas suplementares. Especificamente, de uma vaga adicional no curso de mestrado e de uma vaga adicional no curso de doutorado para cada 10 a 15 vagas (ou seja, cerca de 5% a 10% das vagas totais), específicas para esse fim. Assim, propõe-se a reserva de uma vaga no curso de mestrado e uma vaga no curso de doutorado

---

315 Fonte: UNICAMP / https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2018/02/09/unicamp-tem-primeira-pessoa-transgenero-defendendo-doutorado-com-nome-social.

316 Fonte: Guia do Estudante / https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/triplica-os-candidatos-autodeclarados-trans-no-vestibular-da-unicamp.

317 Pesquisa de mestrado com o título provisório “Existe universidade em pajubá?: Disputas e tensões na produção de pessoas trans como sujeitos de conhecimento”, na esteira de duas iniciações científicas realizadas entre julho de 2017 e dezembro de 2018 com trabalho de campo na Unicamp.

Propõe-se que pessoas trans sejam incluídas como optantes no processo seletivo de mestrado e doutorado no Programa, de modo semelhante a pessoas optantes negras. Assim, haverá uma vaga adicional será voltada para pessoas trans. Caso não haja aprovação de pessoas optantes trans, a vaga correspondente será extinta.

Para optantes trans, recomenda-se a adoção de um documento específico de autodeclaração, sugerido em anexo. Esse documento deverá incluir apenas o nome social, para quem o utilize, e reforçamos a necessidade do uso do nome social durante todo o processo seletivo (inclusive para não-optantes).

Referências citadas

ANTRA (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS). Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. Relatório online, 2019.

BRASIL (Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos). Resolução Nº 12 / 16 de janeiro de 2015.

BRASIL (Presidência da República, Secretaria-Geral). Decreto Nº 8.727 / 28 de abril de 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (SÃO PAULO). Página 47, Resolução GR-5 / 13 de janeiro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE). As fronteiras da educação: A realidade dxs estudantes trans no Brasil. Relatório online, 2019.

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT. Projeto transexualidades e saúde pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans. Relatório online. 2016.

SÃO PAULO (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). Decreto Nº 55.588 / 17 de março de 2010.

VENTURINI, Anna Carolina. Ações Afirmativas nos Programas de Pós-graduação Acadêmicos de Universidades Públicas. Levantamento das políticas afirmativas GEMAA, 2019.

YOGYAKARTA, 2016. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

Anexo: Proposta de autodeclaração

Eu, _____ (nome social), CPF nº _____ e documento de identidade nº _____, declaro para o fim específico de atender aos itens requeridos nesse edital, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, que tenho aptidão a concorrer à vaga destinada a pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Estou ciente de que, se for detectada falsidade nesta declaração, me sujeito às penalidades previstas em lei.

Campinas, ____, de_____ de 2020

_____

Assinatura